Subsecretaria do Arquivo — FEDERAL

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO L – Nº 91 SEXTA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 1995 BRASÍLIA – DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 75ª SESSÃO, EM 1º DE JUNHO DE 1995
1.1 – ABERTURA
1.2 – EXPEDIENTE
1.2.1 – Finalidade da sessão
Destinada a homenagear o cinqüentenário do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.
1.2.2 – Oradores
– Senadores: Gilberto Miranda – Bernardo Cabral
O SR. PRESIDENTE – Fala associativa às homenagens restadas.
1.3 – ENCERRAMENTO
2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR
Do Sr. Lauro Campos, proferido na sessão de 25-5-95 (republicação).
3 – ATO DO PRESIDENTE
– Nº 281, de 1995.
4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL
– Nºs 339 a 343, de 1995.
5 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
– Portaria nº 46, de 1995
6 – ATAS DE COMISSÕES
– Ata da 3ª Reunião da Comissão Especial Temporária destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando o desenvolvimento do Vale do São Francisco, realizada em 23-5-95
– Atas da 13ª e 14ª Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 23 e 30-5-.95, respectivamente.
7 – MESA DIRETORA
8 – CORREGEDOR E CORREGEDORES SUBSTITUTOS
9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS
10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMAENTES
12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 75ª Sessão, em 1º de junho de 1995

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

– EXTRAORDINÁRIA –

Presidência do Sr. Teotonio Vilela Filho

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antônio Carlos Valadares – Arlindo orto – Artur da Távola – Bello Parga – Benedita da Silva – Beni eras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – arlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Darcy Rieiro – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Emília ernandes – Epitácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Esperidião min – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – eitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humerto Lucena – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Sarney – que presidiu a sessão – José Roberto Arruda – José Bianco – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – Júlio Campos – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Alberto de Oliveira – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Odacir Soares – Onofre Quinan – Osmar Dias – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Ornelas.

EXPEDIENTE
Senado Federal

ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS
Diretor-Geral do Senado Federal

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo do Cegraf

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

Assinatura (Semestral) Seção I ou II s/ o porte	R$ 31,00
Porte do Correio (Semestral)	R$ 60,00
Assinatura (Semestral) Seção I ou II c/porte	91,00 (cada)
Valor do número avulso	R$ 0,30

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a Sessão Especial do Senado Federal que, em atendimento ao Requerimento nº 764, de 1995, do Senador Gilberto Miranda e outros Srs. Senadores, destina-se à comemoração do cinqüentenário do Tribunal Superior Eleitoral, TSE.

Convido para compor a Mesa o Sr. Ministro-Presidente do Supremo Tribunal Federal José Paulo Sepúlveda Pertence e o Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Mário da Silva Velloso.

Convido todos a, de pé, ouvirem o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Exmº Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Exmº Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Srªs e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, por decisão da Mesa Diretora desta Casa, tocou-me a singularíssima honra de traduzir o sentimento de orgulho democrático e gratidão cívica que se apossa de todos nós na ocasião em que homenageamos o egrégio Tribunal Superior Eleitoral pelo seu *jubileu de ouro.*

Em nosso País, constitui o TSE a garantia maior de eleições livres e do voto secreto – valores universais cuja conquista impôs a muitas gerações de nosso povo, bem como às mais expressivas de suas lideranças, pesados e, por vezes, sangrentos sacrifícios, em função das discrepâncias históricas, estruturais e culturais entre nossa herança patrimonialista, clânica e autoritária, de um lado, e o *ideal pluralista da representação legítima das mais amplas correntes* de opinião e interesse, de outro. Um choque magistralmente retratado pelo saudoso Victor Nunes Leal em seu clássico **Coronelismo, Enxada e Voto.**

Na lição de Antônio Paim e Vicente Barreto, dois atentos historiadores da evolução do pensamento político brasileiro, a proclamação da República, inspirada na utopia positivista de uma *sociedade sem conflitos de interesses*, abortou o incipiente processo de diferenciação política entre segmentos tradicionais e modernos, rurais e urbanos, aos quais a Lei Saraiva de reforma eleitoral, de 1881, garantira um pioneiro canal de expressão e articulação.

Durante a República Velha, o princípio da representação seria desmoralizado pela prática das "degolas" e das eleições "a bico de pena", patrocinadas pelas oligarquias estaduais sob o manto conivente da "política dos governadores" do Executivo federal. Durante um bom tempo, vozes lúcidas e destemidas como as de Rui Barbosa e Assis Brasil pregaram solitariamente contra tamanhos abusos.

O tempo provar-se-ia aliado desses gigantes da liberdade e *de sua infatigável campanha de educação política das massas.* A crise dos anos 20, corporificada nas rebeliões tenentistas e projetada à escala nacional pela marcha da Coluna Prestes/Miguel Costa, propiciou à emergente classe média e a uma parcela significativa do nascente operariado uma oportunidade para o amadurecimento de sua consciência democrática no combate à fraude institucionalizada com seu arsenal de sabotagens contra a vontade popular, particularmente devotadas ao sistemático esmagamento das minorias.

O fortalecimento desse clima de opinião viria a ser favorecido por um contexto de rápidas e profundas transformações de caráter urbano-industrial, emprestando à indignação cidadã o irresistível poder de pressão da necessidade histórica.

A Aliança Liberal serviu de estuário a essas manifestações de inconformismo, unificando-as sob o estandarte da verdade eleitoral. Vitoriosa a Revolução de Outubro de 1930, não tardaria a que novos percalços realçassem a magnitude dos obstáculos à consolidação do regime representativo.

Finalmente, os paulistas, exasperados diante das manobras protelatórias que evidenciaram uma traição de Vargas aos princípios do movimento que ele próprio liderara, recorreram às armas em prol da imediata reconstitucionalização do País.

Naquele mesmo ano admirável de 1932, o Código Eleitoral (introduzido pelo Decreto nº 17.526, de 24 de fevereiro) veio para unificar a legislação especializada, instituir a Justiça Eleitoral autônoma, garantir a reivindicação do voto feminino e estabelecer a representação proporcional.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, valeria lembrar que os redatores do anteprojeto do Código – João da Rocha Cabral, Assis Brasil e Mário Pinto Serva –, canalizaram seus esforços no sentido de colocar um ponto final em 40 anos de eleições para escolha de presidentes, vice-presidentes, senadores, deputados federais e representantes locais, invariavelmente abaladas por violentas argüições de fraude, coação física, abuso do poder econômico, irregularidades que, no conjunto, solaparam a legitimidade do método democrático de formação do poder político. Isso, num contexto ideológico internacional envenenado por crescentes dúvidas quanto à capacidade da democracia liberal e parlamentar de responder com eficiência, rapidez e justiça aos desafios decorrentes da nova complexidade econômica, tecnológica e organizacional das modernas sociedades de massa.

No testemunho desses insignes juristas, *cumpria salvar* "o processo eleitoral, ao mesmo tempo, do arbítrio dos governos e da influência conspurcadora do caciquismo local".

O caminho para esse desiderato, lembra o constitucionalista da Universidade de Brasília, Walter Costa Porto, foi conferir ao "processo eleitoral, essencialmente político, uma especial magistratura, tanto quanto possível independente do arbítrio do governo, ainda mesmo em relação a seus órgãos auxiliares, de caráter administrativo; e, sendo a função judicante, mesmo em matéria eleitoral, distinta da técnica administrativa, propunha tribunais e juízes especiais para exercerem a primeira, e repartições e funcionários também especiais para o desempenho da segunda".

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as eleições de maio de 1933 foram as primeiras realizadas sob a égide da Justiça Eleitoral. Afinal, pensava-se, tinham ficado para trás os desmoralizantes episódios de adulteração do voto popular.

A Constituição de 1934 manteve, em linhas gerais, a organização estabelecida pelo Código Eleitoral de 1932, mas, como era de se esperar, a Carta outorgada de 1937 sequer mencionou a Justiça Eleitoral. Nos oito anos seguintes, nenhuma eleição seria realizada.

A instalação do TSE em 1º de junho de 1945, com base no Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio daquele mesmo ano – portanto, ao apagar das luzes da ditadura do Estado Novo, ferida de morte graças à vitória mundial das potências democráticas sobre o nazi-fascismo –, foi marco extraordinário da luta por "representação e justiça" que impulsionara os revolucionários de 1930.

Esse decreto teve por finalidade possibilitar o cumprimento da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, restabelecendo eleições diretas para a Presidência da República, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, os governos estaduais e as Assembléias Legislativas.

A Justiça Eleitoral ficou dotada, além do TSE, de um Tribunal Regional na capital de cada Estado e no Distrito Federal, de Juntas e Juízes Eleitorais nas capitais, comarcas, termos e distritos.

Instalou-se o TSE no edifício do velho e memorável Palácio Monroe, na Cinelândia, ao lado do Passeio Público. A presidi-lo, o Ministro José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a quem o destino conduziria, pouco mais tarde, ao Palácio do Catete, em substituição ao ditador deposto no dia 29 de outubro de 1945. Seus demais membros eram o Ministro Waldemar Falcão, do mesmo Supremo Tribunal Federal; o Desembargador e renomado especialista em Direito Eleitoral Edgard Costa, Presidente do Tribunal de Apelação do Distrito Federal; seu colega nessa Corte, o Desembargador Antônio Carlos Lafayette de Andrada; o jurista Sampaio Dória; e o Procurador-Geral da República Hahnemann Guimarães.

O TSE deu cabal desempenho à tarefa que recebera de presidir e orientar o preparo do País para as eleições, que, graças à sua atuação, puderam se realizar na data prefixada (02 de dezembro de 1945). Um labor ingente, atento à necessidade de formação, em poucos meses, de um eleitorado muitíssimo mais numeroso que os restritos colégios eleitorais da República Velha, e à circunstância de que, havia mais de uma década, não era chamado o povo ao exercício do voto, a cujas formalidades assim se desacostumara.

Aquelas eleições, para Presidente da República e para o Congresso Nacional, com função constituinte, importaram numa esplêndida afirmação da liberdade do voto, da sua verdade e eficiência, sob a égide dos Tribunais Eleitorais, em geral, e a suprema vigilância e orientação do TSE. Em 31 de janeiro de 1946, essa colenda Corte, em sessão solene realizada no Palácio Tiradentes, daria posse ao novo Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra.

A Constituição de 1946 consagrou, em definitivo, a Justiça Eleitoral, incluindo-a, também – tal qual fizera a de 1934 –, como um dos ramos do Poder Judiciário Federal, tendo como seu órgão máximo o Tribunal Superior Eleitoral.

Deixou a Constituição para a lei ordinária a fixação da competência dos tribunais e juízes, conservando o TSE a que lhe era conferida pela legislação vigente, com as modificações expressas na Carta. O Código Eleitoral, promulgado com a Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950, fixou-a em definitivo, mantendo a atribuição que lhe dava relevo especial, qual a do registro de candidato à Presidência e à Vice-Presidência da República, a de apurar as eleições para esses cargos, proclamar e diplomar os eleitos.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, durante o período democrático compreendido entre 1946 e 1964, a Justiça Eleitoral, encabeçada pelo TSE, atuou como guardiã da lisura dos pleitos nacionais, estaduais e municipais, aí incluídas as memoráveis disputas presidenciais de 3 de outubro de 1950, 1955 e 1960.

A Constituição de 1967, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, manteve a posição da Justiça Eleitoral.

Um dos aspectos de sua estrutura mais elogiados pelos juristas e analistas políticos são os mandatos de dois anos (renováveis apenas por mais um biênio consecutivo) exercidos pelos seus membros. No entender do Prof. Nelson de Sousa Sampaio, "a renovação desses tribunais, ao mesmo tempo que impede a deformação partidária de tais órgãos, liberta os seus membros de pressões políticas mais demoradas. É, aliás, uma característica que encontramos nos tribunais dessa natureza nos países onde eles representam uma Justiça Eleitoral. A temporariedade tem o inconveniente de impossibilitar uma especialização maior nos assuntos do contencioso eleitoral, mas esse preço é sobejamente compensado por aquelas vantagens políticas."

A redemocratização dos anos 80 voltaria a realçar esse papel, culminando com as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte em 1986 e as longamente esperadas diretas presidenciais de 1989 e 1994, nas quais o eleitorado nacional registrou um crescimento exponencial desde o pleito de 1960: de 12,5 milhões para mais de 100 milhões de eleitores, num lapso de pouco mais de trinta anos! Exemplares recentes da inestimável contribuição do TSE ao aperfeiçoamento do mecanismo eleitoral foram as instruções baixadas no ano passado, com a finalidade de regulamentar a Lei 8.713, de 30 de setembro de 1993, que regeu as eleições nacionais de outubro último – com ênfase naquelas voltadas às duas das maiores fontes de preocupação dos recentes movimentos sociais em prol da ética e da transparência na política: a utilização dos meios de comunicação no horário eleitoral gratuito e o financiamento das campanhas. Neste ponto, cumpre destacar o decisivo papel desempenhado, à época, pelo Ministro Sepúlveda Pertence à frente do TSE, na exitosa condução das maiores e mais complexas eleições gerais de nossa História.

No momento, Sr. Presidente, o TSE mira o futuro com a confiança inerente às instituições que, ao longo de sua trajetória, consolidaram um extraordinário patrimônio de competência e credibilidade.

Sob a liderança dinâmica e esclarecida do seu atual Presidente, Ministro Carlos Velloso, o TSE, com denodada colaboração de todos os juízes e funcionários da Justiça Eleitoral, vai dando vida a dois ambiciosos projetos destinados a revolucionar tanto o **modus operandi** quanto a qualidade dos resultados do processo democrático no Brasil.

O primeiro deles consiste na informatização das eleições, já a partir de 1996. Em sua primeira etapa, o plano deverá abranger todas as capitais cidades com mais de 200 mil habitantes, ou seja, 50% do eleitorado, o que resultará numa economia de várias dezenas de milhões de dólares aos cofres públicos e, portanto, ao contribuinte, com a eliminação de despesas com cédulas, urnas, ma-

pas de urnas, sem contar o 1,5 milhão de servidores a serem alimentados no dia da eleição e durante a apuração. Mais importante, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as eleições informatizadas acabarão com as fraudes, cujos instrumentos tradicionais são justamente as cédulas e os mapas. Finalmente, graças à apuração em tempo real, a produção nacional em todos os setores será beneficiada com o fim da sangria de homens-hora representada pelo afastamento de milhares de trabalhadores hoje encarregados de atuar como mesários, presidentes de seções e escrutinadores!

É impossível a qualquer um não ser contagiado pelo sincero entusiasmo que o Presidente Velloso irradia ao expor o projeto de informatização eleitoral. Qual cavaleiro andante da alta tecnologia, ele tem atravessado o País, comandando, orientando e animando experiências-piloto, a exemplo da que ocorreu recentemente em Xaxim, no oeste de Santa Catarina, Estado onde o TSE e os órgãos locais da Justiça Eleitoral já promoveram testes em várias seções. Novas oportunidades já estão programadas, com plebiscitos para *decidirem a emancipação de novos municípios no Brasil inteiro*, ainda este ano. No horizonte de médio prazo, o Presidente do TSE lança seu olhar confiante até as eleições gerais de 1998, que serão inteiramente informatizadas.

Ao júbilo cívico motivado por tais conquistas tecnológicas, o Ministro Carlos Velloso acrescenta mais um ponderável motivo de alento para as finanças públicas, já que a Justiça Eleitoral conta, em esmagadora proporção, com seus próprios servidores para planejar e executar essa agenda de inovações, assegurando, mais uma vez, enorme economia de recursos derivados do suor do contribuinte.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, o Presidente do TSE participa com relevo do esforço de modernização das estruturas políticas nacionais. Nesse sentido, o Presidente Velloso emprestou todo o peso de seu prestígio, a autoridade de sua vasta cultura jurídica e o seu reconhecido talento organizativo à instalação, no âmbito daquela Corte, de uma comissão de notáveis, sob a coordenação-geral do Ministro Costa Lima, integrada pelos maiores especialistas brasileiros em Direito, Politologia e Ciência da Informação, e instalada em março último, compreendendo cinco subcomissões temáticas.

A primeira delas, voltada à informatização das eleições e presidida pelo Ministro Ilmar Galvão, com a assessoria de juristas e técnicos, objetiva sistematizar e potencializar os já consideráveis *avanços há pouco referidos, sob a forma de uma solução tecnológica* definitiva.

A segunda subcomissão, presidida pelo Ministro Marco Aurélio, destinada a discutir o tema "Lei Eleitoral/Código Eleitoral", cuidará da consolidação do referido Código, datado de 1965, a fim de construir uma jurisprudência e formar uma doutrina capaz de superar os casuísmos episódicos, caldo de cultura de uma indesejável insegurança política. A Justiça Eleitoral trabalha interpretando e apurando a lei e a Constituição; daí que, nas palavras do Ministro Carlos Velloso, "uma lei nova para cada eleição não presta bons serviços".

Presidida pelo Ministro Diniz de Andrada, a terceira subcomissão tem por objetivo a "Reforma Partidária". Novamente, no lúcido diagnóstico do Presidente do TSE, a "Lei Orgânica dos Partidos Políticos, nº 5.682, de 21 de julho de 1971, com as suas ulteriores alterações, deve ser ajustada à ordem constitucional vigente e à realidade brasileira. É preciso emprestar organicidade aos partidos, que devem ter caráter nacional [...] A pulverização das agremiações partidárias enfraquece-as, tornando-as presas fáceis de aventureiros políticos. Ademais, os partidos devem refletir, pelos seus programas, pensamentos de setores da sociedade, devem conter um ideário. Um mínimo de fidelidade partidária é absolutamente necessário. O que não quer dizer submissão à vontade dos "caciques" políticos, mas submissão ao programa partidário e às suas diretrizes legitimamente adotadas."

A cargo da quarta subcomissão, presidida pelo Ministro Torquato Jardim, está a polêmica questão do "Sistema Eleitoral". Seus membros procederão a uma análise crítica do nosso peculiar modelo exclusivamente proporcional, com lista aberta, à luz de evidências mundiais que a apontam como fonte de alienação entre representantes e representados e de virulentas rivalidades internas envolvendo candidatos de um mesmo partido, ao mesmo tempo que aconselham o estudo e a adaptação criativa de modalidades de voto distrital.

Finalmente, o "Financiamento de Campanhas Político-Eleitorais", alvo de acalorados debates e pivô de recentes e profundas transformações no panorama de nossa cultura cívica, é o assunto da quinta subcomissão, presidida pelo Ministro Pádua Ribeiro.

Para o final deste mês de junho, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Executivo Federal, o Congresso Nacional e a Nação *aguardam ansiosos a conclusão desses trabalhos, que sob a forma* de um anteprojeto de lei será dado a público pelo TSE.

Em chegando ao Parlamento, essas contribuições dos ministros do TSE, secundados por brilhante equipe interdisciplinar, entrarão num diálogo salutar e mutuamente benéfico com os frutos de análogas reflexões empreendidas por numerosos legisladores. A mais recente manifestação dessas preocupações parlamentares consubstancia-se na Comissão Especial de Reforma Política da Câmara Federal, presidida pelo nobre Deputado Mendonça Filho (PFL-PE) e relatada pelo seu ilustre colega João Almeida (PMDB-BA).

Desde já, posso antever que o paralelismo de focos de análise e a convergência de interesses no fortalecimento institucional da governabilidade democrática ensejarão uma belíssima instância de cooperação entre Poderes a um tempo independentes e harmônicos na letra do mandamento constitucional e no interesse maior de um Brasil livre, próspero e solidário.

O Sr. Jader Barbalho – Senador Gilberto Miranda, permite V. Exª um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Ouço meu Líder Jader Barbalho.

O Sr. Jader Barbalho – Senador Gilberto Miranda, desejo cumprimentar V. Exª pela iniciativa que teve de propor ao Senado Federal juntar-se às homenagens – merecidas – ao Tribunal Superior Eleitoral, *enfim à Justiça Eleitoral no Brasil. Por outro lado*, quero cumprimentar V. Exª pelo pronunciamento que faz, apresentando um retrato da história da Justiça Eleitoral no Brasil, e cumprimentá-lo, ainda, porque entendo que essa manifestação do Poder Legislativo é profundamente adequada. Se existem duas instituições na sociedade democrática que só podem existir e funcionar na sua plenitude com a democracia são exatamente os Poderes Legislativo e Judiciário; e, de modo muito particular, a Justiça Eleitoral. Onde não há democracia não funcionam – ou não podem funcionar bem, ou não podem funcionar como deseja a sociedade democrática – nem o Legislativo e, muito menos, a Justiça Eleitoral – o desempenho dessas duas instituições passaria a ser uma farsa. Por isso mesmo, entendo que o Congresso Nacional, neste momento que homenageia a Justiça Eleitoral, também festeja a democracia no Brasil. Por outro lado, quando V. Exª ressalta, no seu discurso, a preocupação com a modernidade por parte daqueles que dirigem a Justiça Eleitoral no Brasil só podemos aplaudir e aguardar, com expectativa favorável, que isso possa ser materializado, que isso possa ser concretizado. Quero, portanto, juntar a estas palavras toda a solidariedade da Bancada do PMDB, no Senado Federal, pela justa homenagem que prestamos hoje à Justiça Eleitoral no Brasil.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Agradeço o aparte de V. Exª, meu Líder.

Quando V. Exª se refere à informatização, devo dizer que, lamentavelmente, depois de grandes diálogos, na época, com os Ministros Sepúlveda Pertence e Carlos Velloso, como Relator do Orçamento, não pude atender, de última hora, a um pedido enviado, a uma mensagem enviada de complementação do Orçamento por parte do Senhor Presidente da República. E, caso tivesse atendido, Sr. Ministro, de pouco valeria, porque, na prática, o Ministro do Planejamento, logo depois, vetou 5.400 emendas acatadas pela Comissão e, depois, aprovadas pelo Plenário.

Acredite V. Exª, a vontade, na época, de atender – várias conversações telefônicas mantivemos a esse respeito – foi total. Os recursos eram poucos. Este ano, temos um novo Orçamento, um País mais equilibrado e uma inflação mais baixa. Tenho a certeza de que, com a ajuda do Presidente da Câmara dos Deputados, com a ajuda do Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, V. Exª e todos nós, que temos esse interesse, vamos colaborar para que a Justiça Eleitoral se faça presente no Brasil inteiro e tenha condições de se informatizar, a fim de que tenhamos um pleito muito melhor que todos aqueles que já tivemos.

Para finalizar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, permitam-me concluir esta homenagem saudando o Tribunal Superior Eleitoral pelo inabalável senso de missão demonstrado por seus Ministros e funcionários ao longo desses 50 anos. Graças a ele continua e continuará tão Augusta Corte a atuar como guardiã suprema daquele direito do cidadão, que, no dizer de Rui, é o liame que enlaça, num feixe, todos os mais, estabelecendo entre eles a união, por onde se conservam e impõem: o da liberdade política.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PP-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Eminente Senador Teotonio Vilela Filho, Presidente do Senado Federal nesta solenidade; eminente Senador Júlio Campos, integrante da Mesa do Senado; eminente Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Sepúlveda Pertence; eminente Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Mário Velloso; eminente Deputado Luís Eduardo Magalhães, Presidente da Câmara dos Deputados; Srs. Presidentes do Superior Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal Militar; Srs. Ministros de Estado; Srs. Presidentes do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais Regionais Federais; senhores juízes; senhores advogados e membros do Ministério Público; senhores Líderes de partido; Srªs e Srs. Senadores: Corro o risco do discurso não elaborado, adrede feito por uma assessoria, que, por certo, completam a densidade da saudação.

Trago notas esparsas. Prefiro romper com o protocolo do que a ele me submeter para, na ardência do que sinto, do que passo, do que vejo, do que toco, saudar o Tribunal Superior Eleitoral. Quero fazê-lo assim; e se nenhum outro me tivesse antecedido – e já o fez o Senador Gilberto Miranda, destacando a história de ontem e de hoje –, sempre haveria Deus para proteger, sempre sobraria algo, por coincidência, nas notas esparsas, do que não foi dito.

Começo com estas palavras: "A influência que terá o Tribunal Superior Eleitoral na nova estruturação democrática do País, a fim de garantir o voto livre".

Cinqüenta anos decorridos, meio século. No dia 1º de junho, o Sr. Ministro José Linhares, que era especialista na matéria, viu-se, de uma hora para outra, indicado para elaborar uma legislação eleitoral. Presidia o Supremo Tribunal Federal o eminente Ministro Eduardo Espínola, que não viu o seu vice-Presidente tomar assento. S. Exª fez a designação do Ministro José Linhares, que, depois, com a aposentadoria de Eduardo Espíndola, assumiu a Presidência do Supremo Tribunal Federal e, por via de conseqüência, àquela altura, a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral.

Começo com as palavras que dizia há pouco. Ao fazer a instalação, S. Exª convida os Ministros para dar como legalmente instituído o Tribunal Superior Eleitoral.

Curiosamente, não é à toa que o Senado Federal homenageia este Egrégio Tribunal Superior Eleitoral. Foi no Rio de Janeiro, no Palácio Monroe, onde funcionava o nosso Senado Federal que, às 9h do dia 1º de junho, era dado vida ao Tribunal Superior Eleitoral.

A primeira sessão, no dia 7 de junho de 1945, trouxe algo curioso. Ali se anunciava a criação de dois Tribunais Regionais Eleitorais: o do Rio de Janeiro e o de Pernambuco.

Vejam V. Exªs que o Nordeste sempre teve preferência sobre o Norte, mas hoje esta tribuna foi ocupada por dois representantes do Norte, que homenagearam o Tribunal Superior Eleitoral.

Ora, decorridos 50 anos, é preciso que se lembre o dia 1º de abril de 1960. Àquela altura, o Ministro Nelson Hungria, já do nosso convívio – a maioria, nesta Casa, manteve com S. Exª melhor relacionamento – dizia: "Este Tribunal fará a vigilância em torno do voto eleitoral, que é, no regime democrático, o modo de se exprimir a soberania do povo na escolha dos seus governantes e legisladores".

S. Exª, naquela data, ao fazer a transferência do Tribunal Superior Eleitoral para Brasília e ao dizer essas palavras, cunhou duas significativas formas de mostrar que o Tribunal é, em verdade, aquilo que nós políticos reconhecemos: um Tribunal, que usará de imparcialidade e eficiência.

Quando se fala, quando se registra, quando se indica, quando se aponta – trata-se de caminhos que nem sempre são soluções – que a Justiça Eleitoral não apura as fraudes que campeiam pelo País, estamos diante inequivocamente, induvidosamente, da maior das injustiças que se poderia fazer.

Todas as vezes que àquela Casa é levada uma denúncia, mediante recursos ou mediante a manifestação dos Procuradores Regionais Eleitorais ou do Procurador do Tribunal Superior Eleitoral, que representa o Ministério Público na sua essência, o Tribunal Superior Eleitoral tem agido com o que Nelson Hungria já dizia: imparcialidade e eficiência.

O dia 22 de novembro – aqui estão notas esparsas, servindo-me de muleta; sou capenga na tribuna – era o dia seguinte ao da instalação da Capital, e o Tribunal Superior Eleitoral realizou aqui, em Brasília, a sua primeira sessão, sob a Presidência, como disse ainda há pouco, de Nelson Hungria. Estava presente o Vice-Presidente da República.

Vejam, eminentes Srs. Senadores, a longa caminhada que o Tribunal fez, fruto da essência da democracia.

Há pouco, foi nesta Casa registrado pelo Líder do PMDB que não era possível imaginar uma democracia sem que o Poder Judiciário funcionasse plenamente. Vou mais além: ela só existe – nem se fale que ela funciona – quando o Poder Judiciário funciona como tem funcionado. Desta Casa e nesta Casa tenho sido, não me arrependo e continuarei a ser, um defensor do Poder Judiciário.

Dele aprendemos a gostar, o Ministro Sepúlveda Pertence e eu. Quando advogados – ele na vice-Presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, e eu na Secretaria – lutamos pela independência e autonomia do Judiciário.

Como Relator, o hoje Presidente do Supremo Tribunal Federal, instava, e quantas vezes o fez, à frente da chefia do Ministério Público, para que tivéssemos duas instituições sérias, independentes e autônomas.

Não me arrependo, pois, de estar aqui menos a louvar o Poder Judiciário do que a reconhecer a valia de uma instituição como o Tribunal Superior Eleitoral.

Fixo-me apenas nos três últimos Presidentes. O Ministro Sepúlveda Pertence substituiu Paulo Brossard. Logo a seguir, substituiu o Ministro Sepúlveda Pertence este meu velho e querido amigo, Carlos Mário Velloso, de tantas caminhadas juntos, inclusive no exterior, quando ambos defendemos a nossa Constituição – não lhes digo onde para não parecer enfatuado ou para um registro e elogio de corpo presente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse trio, os dois últimos, pelo menos, de meu conhecimento, começaram a informatização do Tribunal. No seu discurso de posse, o Ministro Sepúlveda Pertence dizia que era preciso frear o poder econômico, cortar-lhe, podar-lhe, tirar-lhe, seccionar-lhe a influência nefasta que exerce nas eleições deste País.

Carlos Mário Velloso dá seqüência e transforma em realidade aquilo que os políticos sérios, aqueles – permitam-me que eu me inclua entre eles – que estão muito mais voltados para os interesses da coletividade do que para as ambições pessoais, almejam: a idéia de que não houve a compra do voto, a permuta, a barganha, a desonestidade eleitoral.

Vale a pena saber que o Tribunal Superior Eleitoral, nas próximas eleições, porá cobro, fim, à história de se permitir a apuração de votos pelo bico de lápis ou pela mutilação da vontade daquele que o exercita, que é o melhor dos seus direitos.

O Tribunal Superior Eleitoral, na sua informatização, fará com que os conhecidos fraudadores, como tivemos ainda há pouco, apenas como exemplo, no Rio de Janeiro, serão postos à margem.

O Sr. Hugo Napoleão – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL – Concedo o aparte a V. Exª, Senador Hugo Napoleão, e, a seguir, ao eminente Senador Romeu Tuma.

O Sr. Hugo Napoleão – Nobre Senador Bernardo Cabral, V. Exª, sem dúvida, traça as características básicas dessa instituição modelar, que é o Tribunal Superior Eleitoral do nosso país. Bem sabe V. Exª, que fui advogado militante durante muitos anos. Depois, a política arrebatou-me a carreira, não digo definitivamente – não se pode adivinhar o futuro – mas há 20 anos estou no exercício consecutivo de mandatos eletivos. Fui advogado militante, justamente no escritório do saudoso Ministro Victor Nunes Leal, com quem aprendi muito do pouco que sei. Trata-se do incentivador da informatização das súmulas de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. S. Exª, tão sempre laureado e citado pelo Presidente, Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, tinha duas qualidades difíceis de se verem reunidas em um homem só. As pessoas ou são organizadas ou são profundas: S. Exª era organizado e era profundo no saber, na cultura jurídica. Advoguei, inclusive, perante a Justiça Eleitoral. Foram anos idos e vividos, que me deram muito alento e muita experiência em torno daquilo que todos nós sonhamos de democracia. Nesses 20 anos, duas vezes Deputado Federal, Governador do meu Estado, duas vezes Senador, observei a impecabilidade da Justiça Eleitoral. Fico imaginando, nobre Senador Bernardo Cabral, a cada eleição – e elas têm sido muitas: de dois em dois anos e, às vezes, extraordinariamente, como no caso do Plebiscito, das eleições extraordinárias de 1985, para Prefeito de Capitais, estâncias hidrominerais e Municípios de segurança nacional, eleições descasadas para Presidente – o imenso trabalho desses senhores, desses homens do Direito, a decidirem sobre a vida de terceiros, à luz da jurisprudência, à luz da melhor doutrina, à luz de suas consciências. E o equilíbrio de Poderes não se poderia dar sem a eficiência e a atuação da Justiça Eleitoral, que todos admiramos. Quero, também, estender os meus cumprimentos ao Ministro Carlos Velloso, pelo desempenho notável que tem tido à frente dessa instituição ímpar. Portanto, junto a voz do Partido da Frente Liberal e a de sua Bancada a essas homenagens.

O SR. BERNARDO CABRAL – Agradeço a V. Exª. Apenas permita-me que lhe faça um reparo: V. Exª não foi arrebatado da advocacia para a política. Ontem V. Exª patrocinava os interesses e defendia os direitos dos seus clientes; hoje V. Exª, como tantos outros Srs. Senadores, continua sendo um advogado do povo brasileiro.

O Sr. Romeu Tuma – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Concedo um aparte ao nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma – Agradeço a V. Exª por esta oportunidade. Não sem emoção o aparteio por estar na presença do ilustre chefe do Poder Judiciário, Ministro Sepúlveda Pertence, e do ilustre Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Velloso. Senador Bernardo Cabral, gostaria de testemunhar, nesta Casa, quando, por oportunidade, dirigindo a Polícia Federal, vim a V. Exª, como Relator da Constituição, discutir sobre o Capítulo da Segurança Pública. E via V. Exª confuso com os papéis, os pedidos e as emendas que tinha que elaborar e dar o texto final à nossa Carta Magna. E se dedicava V. Exª, com especial fervor, ao Título IV, "Da Organização dos Poderes", e, principalmente, ao Capítulo III. Dizia V. Exª que se na área da Justiça, a Constituição não lhe desse um embasamento de liberdade, de força para as suas decisões serem respeitadas como lei, nós não teríamos uma República realmente livre. Esta homenagem presto a V. Exª, porque, várias vezes, naquele desabafo V. Exª se referia à luta para trazer um Judiciário independente. Cumprimento-o por isso. V. Exª falava que, circunstancialmente, foram escolhidos dois Senadores do Norte. Quem de nós não busca o Norte para alcançarmos o nosso destino. Acredito que é o próprio destino que Deus nos dá, trazendo V. Exª e o Senador Gilberto Miranda, do Amazonas, a nos direcionar para o destino nesta homenagem justa ao Poder Judiciário e ao Tribunal Superior Eleitoral. Queria testemunhar, ainda, Presidente Carlos Velloso, como Chefe da Polícia Federal, era o braço da Polícia Judiciária junto ao Tribunal Eleitoral. E assisti às discussões de Plenário ou de assuntos especiais, de ocorrências várias, durante os períodos eleitorais, em que a Justiça Eleitoral buscava que se traduzisse nas suas decisões a vontade eleitoral do povo. E quem de nós neste Plenário, Senadores ou Deputados, não batemos à porta da Justiça Eleitoral para vermos corrigido qualquer prejuízo que tivéssemos durante a campanha ou durante as eleições? E nenhum de nós pode reclamar dos seus resultados. Agradeço esta oportunidade de poder me manifestar no seu brilhante discurso.

O SR. BERNARDO CABRAL – Senador Romeu Tuma, V. Exª comete o pecado da amizade: fala pelo coração.

De qualquer maneira vale a pena que o Poder Judiciário ouça, de viva voz, quando V. Exª presta homenagem, lembrando – com essa memória que Deus lhe privilegiou – os tempos, as andanças da Assembléia Nacional Constituinte.

De modo que, ao incorporar o aparte de V. Exª ao meu discurso, estou certo de que as lacunas existentes, V. Exª acaba de preenchê-las.

O Sr. José Ignácio Ferreira – Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Concedo um aparte ao nobre Senador José Ignácio Ferreira.

O Sr. José Ignácio Ferreira – Meu caro Senador Bernardo Cabral, fico muito feliz por incursionar no seu pronunciamento, até pelas afinidades que nos aproximam do Poder Judiciário. Ambos fomos Presidente de OAB, V. Exª presidindo a OAB nacional, e eu presidindo, por duas vezes, a OAB do meu Estado. E ambos sempre prestamos esse tributo, essa reverência, essa homenagem permanente ao Poder Judiciário em vários momentos. Foram muitas as oportunidades em que falamos a respeito de solenidades nos

Tribunais de Justiça, e tivemos o ensejo de decantar a importância do Judiciário para a construção deste País, que agora estamos fazendo aqui. Na verdade, não estamos apenas estabilizando a economia, ou cuidando só do problema dos juros, ou do Real. O que estamos fazendo e construindo a cada dia no Congresso Nacional, que faz parte o Senado Federal, é um Brasil novo, um Brasil moderno. Queremos para este Brasil, que começou abrindo politicamente, uma sociedade que há de ser **plurima**, participativa, buscando justiça social; uma sociedade onde os conflitos existam, desejados, tolerados e, mais que isso, estimulados por nós. Queremos essa sociedade conflitiva, não pastosa, parada, nós a queremos conflitiva; o tecido social se fortalece exatamente pelo seu uso. Precisamos e lutamos por isso: por um Judiciário poderoso, forte, credível, que seja um árbitro permanente desses conflitos que desejamos que existam. E, neste quadro de construção de uma sociedade nova, com todas as reformas que estamos fazendo, talvez, a maior delas seja a reforma de natureza política, de natureza partidária, a reforma que vai produzir a eficiência e a eficácia do voto, desde a sua apuração até a sua conseqüência, na produção da representatividade, que é exatamente o vínculo entre o comportamento do eleito e a vontade do eleitor. Queremos também políticos representativos, que vão surgir do trabalho que a Justiça Eleitoral está realizando. Temos aqui, compondo à Mesa, duas figuras, às quais rendo minhas homenagens, um culto íntimo: uma delas é o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Sepúlveda Pertence, que foi Presidente do Tribunal Superior Eleitoral na época das eleições mais complexas que esse Brasil já teve. E agora vejo continuar ação do Tribunal Superior Eleitoral, nas mãos dessa outra figura que aprendi a conhecer e a admirar, inclusive, tem vínculos estreitos com o meu pequeno Estado do Espírito Santo. É um mineiro, capixaba de coração – e os capixabas se rendem à evidência de que o seu coração está nas praias e nas montanhas do Espírito Santo –, que é o Ministro Carlos Mário Velloso, que hoje preside o Superior Tribunal Eleitoral, e que me encantou com o seu discurso na oportunidade em que assumiu a Presidência do Superior Tribunal Eleitoral; um discurso de continuidade do trabalho de Sepúlveda Pertence, um discurso de um homem que está determinado a isso, e que vai conseguir, realmente, modernizar, levar à frente o trabalho iniciado por Sepúlveda Pertence, modernizando, definitivamente, a Justiça Eleitoral. Este Judiciário será o árbitro dos grandes conflitos nacionais, como um todo. E, especificamente, na Justiça Especializada, na Justiça Eleitoral, vamos ter um trabalho fecundo, produzindo, pelo voto livre, a representação e a sintonia efetiva entre o comportamento do eleito e a vontade do eleitor, que é o vínculo a que chamamos de representatividade. Por isso, nesta oportunidade em que o Senado Federal presta, com toda a justiça, esta homenagem ao Superior Tribunal Eleitoral, à Justiça Eleitoral do nosso País eu, mais que só homenagem, homenageio também a perspectiva que se tornará realidade do tempo novo que vai surgir, ensolarado para todos nós, dando desdobramento a todo esse cenário de reformas no mundo da sociedade de informação, sociedade pós-capitalista, pós-industrial. Este mundo novo vai também produzir a representação, que gerará bons políticos e, afinal de contas, o Brasil que nós queremos, o Brasil com justiça social, com paz duradoura e com felicidade para o seu povo. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL – Senador José Ignácio Ferreira, V. Exª foi um dos colaboradores, cuja contribuição foi valiosa na época em que, na Assembléia Nacional Constituinte, se redigia o capítulo do Poder Judiciário. De modo que as palavras de V. Exª não me surpreendem, também não fazem nenhuma revelação; antes, confirmam que V. Exª é um homem voltado para o império do Poder Judiciário. É evidente que, a esta altura, não só pelo valor do aparte, já está ele incluído no meu discurso.

O Sr. Esperidião Amin – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Concedo o aparte ao eminente Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin – Nobre Senador Bernardo Cabral, em primeiro lugar, eu gostaria de registrar que fico profundamente confortado e me expresso orgulhoso por ver interpretados os sentimentos da Casa através do seu pronunciamento. Sem dúvida alguma, por todos os títulos, é V. Exª uma voz altamente credenciada, singularmente credenciada para traduzir aquilo que o Senado Federal deseja, ou seja, que a sociedade brasileira e particularmente o Judiciário e o Tribunal Superior Eleitoral, nosso homenageado, saibam que neste dia nos reunimos para homenagear o cinqüentenário do TSE. São inerentes à democracia o embate de idéias – como foi aqui muito bem lembrado pelo Senador José Ignácio Ferreira –, de idéias que devem estar organizadas em Partidos, agrupando pessoas, pensamentos, princípios; igualmente, o voto, isto é, a informação, o cidadão, a decisão e a apuração. Portanto, para que a democracia exista de fato, é indispensável que os guardiões da norma jurídica estejam qualificados e habilitados. E nós podemos, sem dúvida alguma, como participantes desse balanço que o cinqüentenário do TSE nos enseja, confiar no futuro – pelo que já foi feito, pelo que já crescemos como sociedade e como Poder Judiciário, pelas experiências de muitos Estados. Eu, por um dever de justiça, assinalo o esforço que o meu Estado tem feito no sentido de modernizar os mecanismos de apuração da verdade eleitoral. Esse esforço tem sido enaltecido por todos aqueles que militam no Tribunal Superior Eleitoral. Estenderia esse registro a todos aqueles que integram e já integraram o TSE nos últimos anos. E repito: podemos confiar, no momento dessa comemoração, no futuro, porque temos qualificação pessoal, habilitação técnica, conteúdo moral e vontade, determinação administrativa e política no TSE, para que sejam vencidos os obstáculos e a democracia possa contar, na plenitude, com os instrumentos indispensáveis para que a vontade popular, devida e corretamente informada, se manifeste e seja conhecida. Por essa razão, congratulo-me com o conteúdo do pronunciamento de V. Exª, permitindo-me, despretensiosamente, considerar que ele traduz o pensamento de todos nós e, pretensiosamente, subscrevê-lo em meu nome e em nome do meu Partido. Para que V. Exª me desse o lugar devido, até me assentei à cadeira do Senador Pedro Simon. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eminente Senador Esperidião Amin, quando eu dizia, ao começo dessa fala, ela sim despretensiosa, que eu era do Norte, é que quis lembrar que, tendo nascido ali, aprendi que há certos rios que são muito pequenos no começo, depois vão engrossando à medida que recebem águas emprestadas e acabam se transformando em caudalosos. Meu rio despretensioso, pequeno, com os apartes, está-se transformando num caudal, que é a Justiça brasileira, sobretudo aqui representada pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior Eleitoral. S. Exªs acabam de ver, de sentir e sobretudo de assimilar que a homenagem não se restringe à presença de dois oradores na tribuna. Os apartes todos estão a demonstrar que o Senado continua rendendo homenagens ao Poder Judiciário.

Agradeço a V. Exª o aparte, nobre Senador Esperidião Amin, que, em tendo sido Governador do Estado, portanto chefe de um Poder, estando num outro, o Legislativo, presta uma dupla homenagem ao Judiciário.

O Sr. Pedro Simon – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL – Concedo, com muita honra, o aparte a V. Exª.

O Sr. Pedro Simon – Prezado companheiro, Senador Bernardo Cabral, meu Partido já se manifestou brilhantemente pelo

autor da idéia, que foi o querido Senador Gilberto Miranda, e pelo meu Líder, que é o Senador Jader Barbalho. Mas faço questão absoluta de falar em meu nome pessoal. São várias as razões que me determinam que fale em meu nome pessoal. A primeira, do fundo do coração, é a presença do extraordinário Ministro Sepúlveda Pertence. Participei do que foi uma consagração – a posse de S. Exª – e a homenagem que veio depois. Sepúlveda Pertence e V. Exª pertencem à mesma geração, e S. Exª, como V. Exª, também foi cassado. Sepúlveda Pertence, ao lado de Victor Nunes Leal, aprendeu a conviver e a ver a realidade deste País e teve a grandeza de sofrer as injustiças, de vencer, de lutar, de defender as suas idéias. A sua presença frente à direção do Supremo Tribunal Federal é o maior significado de que este Brasil vive hoje, com grandeza, um clima de democracia; é o significado de que soubemos dar as mãos, olhar para a frente e entender que por maior que sejam as nossas mágoas e ressentimentos eles têm que ser deixados de lado, a fim de que possamos juntos construir o futuro. E isso ocorre exatamente com um homem como Sepúlveda Pertence, pelo que S. Exª representa, o seu caráter, a sua dignidade, pelo que foi na OAB, pelo que foi como procurador, após ter sido escolhido a dedo por Tancredo Neves e depois mantido pelo Governo Sarney; pelo que S. Exª foi no Tribunal Superior Eleitoral e pelo que será à frente do mesmo órgão. Eu me sinto emocionado, pois vivi aquelas épocas mais humildes lá no Rio Grande do Sul e acompanhei todos aqueles movimentos e lutas; levei a paulada do sofrimento da cassação de Victor Nunes Leal e de outros colegas. Eu, que também vi e sofri a cassação de V. Exª e de Sepúlveda Pertence, naquela época que parecia que a luz não voltaria a brilhar, penso que o supremo da beleza, mais do que nós na Presidência da República, foi de certa forma Sepúlveda Pertence na Presidência do Supremo Tribunal Federal. E hoje S. Exª aqui está, juntamente com o Ministro Carlos Mário Velloso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Penso que se deve ir um pouco além de se festejar os cinqüenta anos. É claro que vamos olhar para trás e render as nossas homenagens à Justiça Eleitoral. É claro que vamos dizer que Paulo Brossard foi um grande Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, um homem de idéias, um homem que dignificou esta Casa e dignificou o Supremo. É claro que vamos dizer que Sepúlveda Pertence teve a coragem de falar da importância da informatização do voto. O atual Presidente está prosseguindo nesse caminho, afirmando que irá concluir esse trabalho de informatização do voto. E, ainda mais, o atual Presidente cria a Comissão de Reforma do Sistema Eleitoral, de certa forma, cobrando de nós, Congresso Nacional, uma atuação nesse sentido. Perdoem-me a sinceridade, mas é ridículo, é uma imoralidade, termos uma lei para cada eleição. É indecente, absurdo, ilógico, que o Congresso, a cada eleição, de dois em dois anos, faça uma lei especial, alterando a que já existe, e, na eleição seguinte, modificando-a novamente. Isso tem que mudar. O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em tendo a coragem de criar a Comissão naquela Casa para fornecer-nos subsídios, colaborando com o Congresso, está fazendo um grande papel. Há alguns pontos que considero fundamentais quando falamos em mudar, em modernizar; quando falamos que o Brasil tem que prosseguir no seu caminho e que nós temos que promover as transformações. Não aceito certas coisas, e falava a esse respeito à época do Governo Itamar Franco, quando eu era seu Líder; e continuo afirmando hoje, quando o Presidente é um cidadão em quem votei, meu querido amigo, a quem muito prezo. Num país como o Brasil, que tem 32 milhões de pessoas passando fome e a maior extensão de terras produtivas ou aráveis do mundo, o que considero mais prioritário é impedir que essas pessoas continuem passando fome. Numa democracia como a nossa, considero ridículo falar-se em aperfeiçoamento da vida democrática sem a informatização do voto. O Dr. Getúlio Vargas, após a Revolução de 30, criou o Código Eleitoral Assis Brasil, iniciando a Justiça Eleitoral e a democratização do voto. Tivemos outras fases importantes, como a criação da cédula única; antes, havia o absurdo da distribuição de cédulas. Ao contrário de muitos, entendo que o programa gratuito no rádio e na televisão é muito importante. Defendo uma reformulação no sistema eleitoral, com uma campanha mínima, da forma que ocorre em países modernos, como os Estados Unidos, restringindo-se ao essencial os seus gastos, que são feitos pelo Governo. Nada disso será possível se não houver a informatização do voto. Atualmente, em muitos países do mundo, tem-se o resultado da eleição assim que esta termina. Aqui no Brasil a situação é diversa, como no Estado de V. Exª, nobre Senador Bernardo Cabral, em que as urnas são conduzidas de navio ou de lancha. Muitas vezes, o avião que transporta urnas não pode levantar vôo, ocasionando enorme perda de tempo. A apuração das eleições não é feita como deveria. Neste momento, com a presença dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, o Senado da República deveria debater essa questão. Afinal, o Tribunal Superior Eleitoral, de certa forma, está nos solicitando isso. Aqui está o nosso querido Ministro da Justiça, filho deste Congresso Nacional. Aqui estão os Três Poderes: o Poder Executivo, representado pelo Ministro da Justiça; o Poder Judiciário, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral; o Poder Legislativo, pelo Senado da República. Penso que é hora de debatermos essa questão, para resolvê-la em definitivo, terminando com essa situação grotesca, ridícula. Agora está se falando em mandato tampão de dois anos, para prefeito. Já foram feitas por três vezes eleições nesse sentido. Vamos moralizar essa questão. Está se falando em fazer uma eleição única, agora que se normalizaram as eleições. Antes, elas eram inadequadas, pois havia eleição para presidente da República de cinco em cinco anos e, para governador, de quatro em quatro. Havia eleições por três anos seguidos, para prefeito, para governador e para presidente da República. Agora, a eleição para presidente da República é de quatro em quatro anos, e isso é o ideal. Faz-se uma eleição para prefeito e outra para governador e presidente. Misturar-se tudo, querendo que o povo vote em candidatos a prefeito, governador, presidente, vereador, deputado e senador, na mesma eleição, é maluquice. Realizarem-se eleições de dois em dois anos, está correto. Por trás dessa proposta de eleição única existe a tese de se prorrogar mandato e outras questões. Vamos estabelecer uma lei eleitoral, de uma vez por todas; vamos moralizar isso, de uma vez por todas; vamos estabelecer regras que sejam definitivas, de uma vez por todas! Isso é o que nos cobra o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; isso é o que cobrava o Ministro Sepúlveda Pertence, quando lhe perguntaram: "Mas como V. Exª fez isso? Essas coisas sempre existiram, sempre houve parlamentares que faziam um calendário eleitoral. Agora, de repente, o Presidente toma uma decisão como essa?" Foi o Congresso que elaborou uma lei nova, que não havia nas eleições anteriores. Mas o Congresso elaborou a nova lei e esqueceu-se de avisar aos parlamentares da existência dela. Isso tem que acabar, deve ser modificado, de uma vez por todas. Neste momento, deveríamos aproveitar a oportunidade e irmos todos para o salão da Presidência, V. Exªs, o Presidente do Senado, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Ministro da Justiça, para conversarmos, no sentido de se criar uma comissão dos Três Poderes, para ajudar o Tribunal Superior Eleitoral, que está fazendo a sua parte; aliás, não é bem a sua parte; o TSE está se antecedendo ao Congresso, pois, já que este não faz, aquele está tentando fazer. Devemos, portanto, conversar, para que dessa reunião dos cinqüenta anos resulte um fato

positivo, uma lei eleitoral que seja definitiva. Digo ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral que dou meu voto para qualquer projeto que traga a informatização do resultado eleitoral imediatamente. Não há nada mais importante, ético, digno, sério e mais barato para se apurar a democracia do que o projeto de V. Exª.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente do Senado Federal, em matéria eleitoral, os prazos são preclusos. Esse aparte não faz com que o meu tempo se finde, mas que já entre em preclusão. Incorporo-o ao meu pronunciamento, não tanto por ter sido longo, mas pelo motivo de, ao final, S. Exª ter declarado o seu voto. Quem sabe se atrás desse voto não virão outros em favor do Judiciário.

Desejo dizer, ao final, já que aqui se lembrou em cassação, que uma das coisas que mais me honra no Tribunal Superior Eleitoral foi a atitude tomada pelo Presidente do Tribunal Regional da minha terra, após haver eu cumprido os meus 10 anos de suspensão dos direitos políticos; não fui anistiado e purguei a punição toda, por ter tido o meu mandato cassado como Deputado Federal, nos idos do AI-5. Ao recuperar os meus direitos políticos, o Presidente do Tribunal Regional da minha terra não permitiu que o juiz da zona eleitoral me entregasse o título eleitoral; S. Exª quis fazê-lo pessoalmente. Isso, na proporção mais alta, revela a independência do Tribunal Superior Eleitoral.

Ministro Carlos Mário Velloso, ao começo, quando me referia aos dois homens do Norte, queria fazer, ao final, uma imagem com os dois homens de Minas Gerais. É incrível a coincidência que, ao longo da vida, toca, faz uma espécie de unção nas pessoas. V. Exª assume o Tribunal Superior Eleitoral após a saída de um conterrâneo seu. V. Exª, em discurso magistral – diria quase poético –, na saudação de posse do eminente Ministro Sepúlveda Pertence, traçava o paralelo da infância dos rapazes que se tinham conhecido nas Minas Gerais.

Hoje, o Ministro Sepúlveda Pertence está sendo mais elogiado, não por ser o Presidente do Supremo Tribunal Federal, mas por ter deixado o Tribunal Superior Eleitoral em boas mãos, por ver que o colega se afina com S. Exª.

Tenho certeza de que os elogios que o Senador Pedro Simon e tantos outros fazem à pessoa de Sepúlveda Pertence são como um extensivo a V. Exª. Nem sempre os homenageados colhem todos os louros, mas sempre a festa é deles. Esta festa, aqui, é sua, do Tribunal Superior Eleitoral.

Permita-me que conclua esta saudação, que poderia ter-se perdido no vazio, não fosse, como já registrei antes, a beleza dos apartes – eles foram muito mais discurso do que o meu próprio –, com aquelas duas palavras que eu registrava logo após o início da minha fala: imparcialidade e eficiência.

Se V. Exª continuar como vem, desde a primeira vez em que foi ao meu Estado, o Amazonas, fazer uma correição simples, integrante do Tribunal Superior Eleitoral, mas, já àquela altura, com imparcialidade e eficiência, vejo que esta homenagem não vai cair no vazio. Esta homenagem vai confirmar que até pela forma da ruptura do protocolo, em que os apartes foram tão sucessivos, se verá que, em uma manhã do dia 1° de junho de 1995, meio século decorrido, o Tribunal Superior Eleitoral continua de pé. Rogo aos céus que ele continue, com eficiência e com imparcialidade.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) – A Presidência, em nome da Mesa, se associa às justas homenagens que esta Casa presta ao Tribunal Superior Eleitoral na passagem de seus 50 anos.

Ao longo de sua história, o Tribunal Superior Eleitoral tem prestado relevantes serviços à Nação, notadamente no recente processo de redemocratização do País, como guardião do sistema eleitoral brasileiro, que, nos últimos anos, evoluiu de forma notável, promovendo a celeridade dos procedimentos e garantindo a lisura e transparência das eleições.

O TSE transmitiu ao mundo uma imagem de seriedade do processo eleitoral brasileiro, tornando-o moderno e eficaz, graças, sobretudo, ao esforço que tem dispensado para a sua total informatização. Podemos afirmar que o Brasil está perto, hoje, do ideal de um processo eleitoral de Primeiro Mundo, graças à clarividência e pertinácia do TSE.

Agradeço a presença das autoridades nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) – Nada mais havendo que tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h35min.)

DISCURSO DO SR. LAURO CAMPOS, PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 25-5-95, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NA ANTERIOR.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Excelentíssimo Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o pronunciamento que hoje faço não gostaria que contivesse o teor que apresenta.

Em 1975, estávamos no mesmo barco: eu, ameaçado de morte, sem nunca ter participado de qualquer movimento subversivo, tendo exercido durante toda a minha vida uma única exclusiva e transparente profissão: a de professor de dedicação exclusiva. Comecei a receber ameaças de morte e, realmente inerme, destreinado para este tipo de confronto, a minha pressão arterial foi a 20. Senti medo, não sabia de onde viria o golpe que me ameaçava. Um amigo comum sugeriu-me que eu fosse a São Paulo conversar com o Professor Fernando Henrique Cardoso. E no CEBRAP nos encontramos, uma semana após ter sido o próprio CEBRAP vítima de um atentado a bomba por aqueles que me ameaçavam.

Convidado por ele para almoçar, tive a oportunidade de aumentar a minha admiração para com o Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, gostaria de ter seguido junto não apenas naqueles momentos da procela, mas nesses momentos da calmaria e da fartura do poder. No entanto, os nossos caminhos se separaram.

O que vou ler aqui é uma análise, sem mágoa e sem rancor, de um professor que continua sendo um estudante e que quer apreender e entender a personalidade de Fernando Henrique Cardoso.

Neste regime presidencial imperialista, é importante que conheçamos a figura que está no centro do poder dos Poderes, que é o Poder Executivo. Como não existe um plano neste País, como não existem diretivas impessoais que possam nos esclarecer a respeito do futuro, debrucei-me sobre o passado e tresli as obras de Fernando Henrique Cardoso.

O que hoje trago aqui é o resultado de anos de meditação revista em meses de repensamento.

"Mesmo as personagens superdotadas não podem abdicar das condições históricas e sociais que as produziram. Julgar-se filho de si mesmo, produto ímpar de sua "idéia", seria pular a cerca imprecisa da normalidade para o reino da insensatez narcísica.

A sociologia da linguagem tem demonstrado o papel estruturador da fala no processo de formação da personalidade. Como a linguagem é um fenômeno social, e ela e o trabalho são constituintes do homem, não há como negar a essência social do homem, ou seja, enredar-se na falácia do indivíduo, na ilusão do individualismo.

Como só alguns deuses e demiurgos se autoproduziram, e sua perfeição dispensou qualquer contribuição menor, parece não existir ofensa alguma em se pretender apontar alguns condicionantes culturais, sociais e históricos que estiveram presentes na for-

mação intelectual de Fernando Henrique Cardoso. Fernando Henrique Cardoso teve a favor de sua formação pessoal a influência de uma plêiade de intelectuais que inaugurou, na recém-criada Faculdade de Sociologia da USP, uma atividade séria de ensino e pesquisa, com duas importantes novidades: o afastamento cada vez maior de influências externas, funcionalistas, anglo-americanas, abraçando um conteúdo cada vez mais nitidamente marxista; em segundo lugar, seguindo o exemplo de Florestan Fernandes, em sua notável investigação sobre a civilização dos Tupinambás, e dele e de Roger Bastide, sobre a escravidão no Sul do Brasil, Fernando Henrique Cardoso realizou uma pesquisa marxista, usando o método dialético, o conceito de totalidade, a crítica da ideologia, a busca do real-concreto, da essência sob a aparência etc., instrumentos e conceitos que possibilitaram que ele fizesse as determinações contidas em **Capitalismo e Escravidão**. A preocupação *com o escravismo, no sul do País, encontra-se presente, também,* na grande obra de Octávio Ianni, fiel, para sempre, ao objeto e ao método que elegeu. O trabalho exaustivo de Emília Viotti da Costa, em sua investigação sobre a escravidão brasileira, foi calçada em observações empíricas coletadas na região cafeeira do Sudeste. Uma de suas principais preocupações foi mostrar as vinculações entre a escravidão e a superestrutura política, monárquica. Esses trabalhos constituíram as matrizes de um extenso volume de teses e de pesquisas acadêmicas realizadas nas últimas décadas, no País.

Fernando Henrique Cardoso considerava-se um radical, no sentido que Marx atribuiu ao termo: "Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Ora, para o homem, a raiz é o próprio homem", conforme citação feita por Fernando Henrique Cardoso da **Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito**, de Hegel, em **Capitalismo e Escravidão**, pág. 9.

O jovem marxista Fernando Henrique Cardoso adota, de forma madura, o método dialético e o conceito de totalidade, que procura distinguir de "outras modalidades de interpretação sociológica que também lançam mão de procedimentos totalizadores". A totalidade compreendida dialeticamente, como unidade de diversos fenômenos, de momentos que interagem continuamente uns sobre os outros, ao contrário do conceito de totalidade presente entre os funcionalistas, preso à ideologia do equilíbrio, do ajustamento espontâneo entre as partes de uma totalidade social, é o adotado por Fernando Henrique Cardoso. Isto pode parecer muito teórico e desimportante para que se entenda a metamorfose por que passou o ilustre intelectual no processo que se inicia com Fernando Henrique Cardoso e que termina em FHC. Foi uma negação dialética que esteve presente em cada momento das metamorfoses de Fernando Henrique Cardoso em que as formas pretéritas, acanhadas e superadas de sua personalidade estavam sendo negadas, impulsionando-a para uma superação dialética, para sua realização mais plena, para a entificação e completude do ser Fernando Henrique, ou foi a negação não-dialética que conduziu suas metamorfoses e, por isto, significou um mera decadência e corrupção do ser social em estudo, do qual resultaria, apenas, FHC?

Em relação ao conceito fundamental de totalidade não pode haver dúvida de que houve uma brusca e violenta decadência, uma perda de nível, uma corrupção da capacidade cognitiva entre Fernando Henrique Cardoso – que não admitia sequer o conceito funcionalista de totalidade de Malinowsky e de Radicliffe Brown (pág. 13 de obra já citada) –, para adotar, como FHC, absorvido de seus assessores neoclássicos, o conceito ingênuo, mecânico, simplista da globalização walrasiana ou da generalização de comportamentos e fenômenos individuais e indeterminados para o nível global, como se a totalidade fosse o simples somatório de indivíduos abstratos, de fenômenos indeterminados e não passíveis de generalização, como percebeu, aliás, o próprio Keynes: "Importantes erros têm sido cometidos devido à extensão para o sistema como um todo de conclusões que seriam corretamente obtidas, mas apenas válidas para uma parte do sistema tomado em separado". (J.M.Keynes, General Theory, MacMilland, p. 45.) O empirismo abstrato que se encontra na produção ideológica de todos os pacoteiros, seres guiados por modelos simplificados de uma realidade adulterada, representada, foi criticado por Fernando Henrique Cardoso. "Eles elaboraram modelos que exprimem relações vazias de conteúdo significativo, para assim reter interpretativamente, como PADRÕES, quaisquer tipos de ação social concreta". Como "os economistas costumam afogar no poço dos **coeteris paribus** as variáveis incômodas que perturbariam as conclusões a que desejam chegar", como confessa o neoclássico modelista Alfred Marshall, FHC abandonou a busca do real concreto para lidar com abstrações e fetichismo esvoaçantes. É fácil imaginar que um simples equilíbrio orçamentário, por exemplo, tem o dom de equilibrar os preços no abismo da inflação zero ou próxima de zero, quando as relações financeiras e mercantis internacionais, incontroláveis, obrigam o Governo a dobrar, em menos de um ano apenas, a base monetária; é fácil e cômodo anular, por hipótese, o efeito inflacionário do aumento da carga tributária e do FSE e reduzir a massa salarial, congelando preços em URV, no pico, e salários, por uma média corroída por uma inflação de mais de 40% ao mês. É fácil lançar a culpa pela "ineficiência" do sistema nas empresas estatais, enquanto o capital privado se sustenta com empréstimos e doações dos BNDESs e das Caixas; as empresas falidas são estatizadas, fortalecidas em dispendiosas CTIs estatais e, depois, doadas aos grupos privados, que alimentam a "eficiência" privada com recursos roubados dos fundos dos trabalhadores: FGTS, FAT, etc. É fácil dizer que a fetichização "do equilíbrio orçamentário", transformado em tabu incontroverso, deve ser obtido por meio do arrocho salarial, da redução de vencimentos, de dispensa de funcionários, de aumento da taxa de desemprego que se elevará de seu nível atual de 13% à medida em que a redução de gastos do Governo e o "equilíbrio orçamentário" forem sendo alcançados; a reconstrução idealista, abstrata da sociedade e da economia brasileira, pressuposto lógico-teórico sobre o qual trabalham os pacoteiros, e a queda da discussão a níveis tão baixos quanto os prevalecentes ao tempo da ditadura militar, ajudam FHC em sua luta contra o espantalho da inflação no espaço do fetichismo ocupado pela inconsciência e pelo sorriso.

Quando forem cumpridos os planos monetaristas do FMI, se realizados "os ajustes internos e externos", o equilíbrio orçamentário reinará sobre uma sociedade ouriçada pelas contradições e conflitos econômico-sociais que se encrespam ignorados totalmente pelos modelistas que "eliminaram essas variáveis incômodas" em sua abstração.

O orçamento entrará em equilíbrio, quando a convulsão social tiver atingido nove graus na escala Richter. Fernando Henrique Cardoso sabia, pois leu o que Marx escreveu, que os preços, sendo a "forma dinheiro do valor de troca", deveriam ser tratados como a forma que interage com a realidade interna. A luta de classes usa a inflação como um instrumento na guerra distributiva da massa de mais-valia e de seu aumento.

FHC não apenas nega Fernando Henrique Cardoso. Ele se transformou no seu antípoda. O chamado "grupo do Capital", leitores aplicados da obra fundamental de Marx, no início dos anos 60, em São Paulo, sofreu as perseguições impostas pela ditadura militar ao pensamento pensante, crítico, brasileiro. Fernando Henrique Cardoso, filho de general, deve ter sofrido particularmente a dureza da repressão. Nem Abraham Kardner, com sua teoria da personalidade básica, sedimentada na infância, sobre a qual se superporia, conflitivamente, a personalidade adulta; nem Adler, com

sua explicação que enfatiza os protestos de virilidade, de afirmação e a vontade de poder e de superação da figura paterna; nem todo o edipianismo de Freud explicam por que o mestre Florestan e todos os intelectuais que influíram na formação de Fernando Henrique, que passaram por traumas e frustrações parecidas, não "rodaram a baiana" de suas mais arraigadas posturas, não sofreram a metamorfose travestidora por que passou o Ministro Fernando Henrique. Incapazes de entendermos o fenômeno particular Fernando Henrique Cardoso, voltemos ao geral.

Ao contrário de sua equipe de economistas neoclássicos, patinadores da aparência, defensores supérstites de uma ideologia econômica que faliu antes que eles a compreendessem, Fernando Henrique Cardoso possui outra **weltanschauung**, uma ampla e sólida percepção que a sociologia do conhecimento, a crítica da gnosiologia, a superação da filosofia metafísica, as informações da antropologia e, principalmente, a riqueza das relações sociais em que entrou, "pois é a riqueza das relações sociais que produz a riqueza da consciência", como Marx determinou. Os seus assessores são indigentes seres sociais que só tiveram os medíocres professores de Vanderbilt ou do MIT para lhes deformar a consciência, produzindo os discípulos pacoteiros, os neonadas perdidos, os empiristas abstratos. Por isso, o comportamento recente de FHC é muito mais censurável e estarrecedor do que o de sua **entourage**: a inconsciência do caráter delituoso dos atos do Governo, dos pacotes, das medidas genocidas é excludente de criminalidade que beneficia os neoclássicos, os neonadas e agrava a culpa de FHC.

Quando FHC abandona a explicação dialética em proveito do empirismo abstrato dos economistas – que funde e confunde a manifestação aparente dos fenômenos com sua "essência interna e real, porém oculta" –, engrossa as fileiras dos idiotas da aparência. Durante milhões de anos a cabeça pacoteira, empírica, afirmou que o sol girava em torno da terra, que o movimento aparente equivale ao real, espelha-o, até que Ptolomeu e, depois, Galileu perceberam que o aparente era o real invertido, que o sistema era heliocêntrico. Combater a inflação no dinheiro, considerá-la um fenômeno meramente monetário e não perceber que a moeda capitalista é dominada pelo fetichismo das mercadorias, tratar a inflação como se fosse uma força externa à sociedade, um dragão contra o qual "todos devem se unir" é adotar as táticas fetichistas que Fernando Henrique Cardoso, ao contrário de FHC, determinava criticamente. A busca radical do homem atrás dos fenômenos é uma operação epistemológica que determina o caráter fetichista dos fenômenos capitalistas, fenômenos que adquirem vida própria, movimentos independentes das vontades e da ação dos produtores contra os quais eles se voltam. A forma mercadoria, a mais contraditória das formas assumidas pelo produto do trabalho dos homens, manifesta sua inquietude, a luta entre trabalhadores e capitalistas que subjaz em cada mercadoria, de diversas maneiras: na forma de superprodução que apodrece nos armazéns e silos, enquanto os produtores diretos passam fome; como capacidade instalada excessiva de um lado e trabalhadores desempregados de outro; como produção exportada em excesso, que produz enormes saldos de exportação e, portanto, uma enchente da base monetária (no mês de dezembro as receitas de exportação, feitas à custa da fome interna, quase afogaram as "autoridades monetárias" e levaram ao desespero os monetaristas, pois vender títulos da dívida pública, apenas, não era mais suficiente para enxugar a avalanche e, por isso, foi preciso esterilizar dinheiro na poupança, elevando os juros mensais a mais de 50%; uma sociedade dividida em classes sociais opostas – trabalhadores e não trabalhadores – objetiva, necessariamente, no total das mercadorias produzidas, as relações sociais de produção, as relações de exclusão dos trabalhadores dos meios de produção e das mercadorias de luxo que eles produziram; a reprodução das mercadorias como partes diferenciadas da totalidade do produto social capitalista só se dá na medida em que as relações de distribuição da renda nacional assegurem aos 10% mais ricos da população um nível de renda elevadíssimo.

Pretendo dar o restante das 42 páginas, até onde se estende este meu modesto trabalho, como lido.

O Sr. Eduardo Suplicy – É possível um breve aparte, muito breve Sr. Presidente, se o orador assim o permitir?

O SR. LAURO CAMPOS – Será um prazer, desde que a Mesa o permita?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Mesa concede mais dois minutos ao orador.

O Sr. Eduardo Suplicy – Senador Lauro Campos, quero cumprimentá-lo pelo trabalho de extraordinário fôlego intelectual que, tenho certeza, será lido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, para que Sua Excelência faça uma reflexão sobre a sua própria história intelectual e política. V. Exª se dedicou à realização de um trabalho muito bem feito. Recordou fatos da vida pessoal do intelectual, do sociólogo, do cientista político tão respeitado por todos os brasileiros que nos anos 50, 60 e, sobretudo, nos anos 70 conseguiu reunir em torno de si no CEBRAP, como V. Exª assinalou, um conjunto de intelectuais da melhor estirpe. Professores que, como V. Exª, estavam com dificuldades, senão proibidos, de lecionar e pesquisar nas universidades brasileiras, encontram no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, sob a coordenação e a liderança de Fernando Henrique, um lugar para realizarem pesquisas sérias. V. Exª foi fundo na reflexão sobre a formação do pensamento de Fernando Henrique Cardoso e sobre suas ações do presente. As ponderações de V. Exª devem ser analisadas por todos os brasileiros. Avalio que será importante – o Senador Pedro Simon já fez esse pedido – todos nós termos a cópia dessa análise na íntegra. Vamos enviá-la ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e àqueles seus assessores que, certamente, se beneficiarão da avaliação crítica que V. Exª tão acuradamente faz nesta tarde. Meus parabéns a V. Exª!

O SR. LAURO CAMPOS – Senador Eduardo Suplicy, agradeço a V. Exª e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Aproveito o ensejo para recordar que, infelizmente, alguns desses assessores já me leram, pois muitos deles são meus ex-alunos.

Abandonando a leitura do texto e resumindo o que há de principal e de surpreendente para mim mesmo, gostaria de dizer-lhes a respeito da conclusão a que cheguei ao refazer, pela terceira ou quarta vez na vida, a leitura das obras de Fernando Henrique Cardoso.

A postura marxista e socialista de Fernando Henrique Cardoso, que chega a considerar em um de seus livros que os gastos da socialdemocracia no social constituem uma forma de queima do excedente capitalista, tese esta que Sua Excelência adota e incorpora de **Sweezy** e de **Baran**: assim como o capitalismo queima na guerra e no espaço, queima também no social o excedente.

Portanto, dentro dessa concepção, o excedente no capitalismo tem uma prioridade insignificante: apenas funciona quando o sistema necessita, para a sua reprodução, queimar o que ele não conseguiu destruir em outras atividades.

Desejo ressaltar que não compartilho dessa concepção pessimista, embora marxista, que se foi tecendo ao longo da formação de Fernando Henrique Cardoso. Para Sua Excelência, após citar Lênin e com ele concordar que o imperialismo seria a última etapa do capitalismo, não temos saída. Afirma também que a abolição da escravatura no Brasil ocorreu porque, sob a escravidão, o trabalhador não podia ser tão explorado quanto o seria sob o assalariamento, sob as relações capitalistas. Assevera que não temos saída e o que não tem remédio remediado está.

Ao invés de dar murro em faca de ponta e lutar contra a invasão que hoje presenciamos, por meio da reforma da Constituição e de outras imposições, o que, infelizmente, Fernando Henrique Cardoso fez foi segurar o cabo de um punhal. (Palmas)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LAURO CAMPOS EM SEU PRONUNCIAMENTO:

A METAMORFOSE DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO EM FHC: FREUD APENAS NÃO EXPLICA

Mesmo as personagens superdotadas não podem abdicar das condições históricas e sociais que as produziram. Julgar-se filho de si mesmo, produto ímpar de sua "idéia", seria pular a cerca imprecisa da normalidade para o reino da insensatez narcísica. A sociologia da linguagem tem demonstrado o papel estruturador da fala no processo de formação da personalidade. Como a linguagem é um fenômeno social e ela e o trabalho são constituintes do homem, não há como negar a essência social do homem, ou seja, enredar-se na falácia do indivíduo, na ilusão do individualismo.

Como só alguns deuses e demiurgos se autoproduziram, e sua perfeição dispensou qualquer contribuição menor, parece não existir ofensa alguma em se pretender apontar alguns condicionantes culturais, sociais e históricos que estiveram presentes na formação intelectual de Fernando Henrique Cardoso.

Fernando Henrique Cardoso teve a favor de sua formação pessoal a influência de uma plêiade de intelectuais que inaugurou, na recém-criada Faculdade de Sociologia da USP, uma atividade séria de ensino e pesquisa com duas importantes novidades: o afastamento cada vez maior de influências externas, funcionalistas, anglo-americanas, abraçando um conteúdo cada vez mais nitidamente marxista; em segundo lugar, seguindo o exemplo de Florestan Fernandes em sua notável investigação sobre a civilização dos Tupinambá, e dele e de Roger Bastide sobre a escravidão no sul do Brasil, Fernando Henrique Cardoso realizou uma pesquisa marxista usando o método dialético, o conceito de totalidade, a crítica da ideologia, a busca do real-concreto, da essência sob a aparência etc., instrumentos e conceitos que possibilitaram que ele fizesse as determinações contidas em Capitalismo e Escravidão. A preocupação com o escravismo no sul do país se encontra presente, também, na grande obra de Octávio Ianni, fiel, para sempre, ao objeto e ao método que elegeu. O trabalho exaustivo de Emília Viotti da Costa, em sua investigação sobre a escravidão brasileira, foi calcada em observações empíricas coletadas na região cafeeira do sudeste. Uma de suas principais preocupações foi mostrar as vinculações entre a escravidão e a superestrutura política, monárquica. Esses trabalhos constituíram as matrizes de um extenso volume de teses e de pesquisas acadêmicas realizadas nas últimas décadas, no país.

Fernando Henrique Cardoso se considerava um radical, no sentido que Marx atribuiu ao termo: "Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Ora, para o homem, a raiz é o próprio homem", conforme citação feita por Fernando Henrique da "Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito", de Hegel, em "Capitalismo e Escravidão"[1].

O jovem marxista Fernando Henrique Cardoso adota, de forma madura, o método dialético e o conceito de totalidade que ele procura distinguir de "outras modalidades de interpretação sociológica que também lançam mão de procedimentos totalizadores"[2]. A totalidade compreendida dialeticamente, como unidade de diversos fenômenos, de movimentos que interagem continuamente uns sobre os outros, ao contrário do conceito de totalidade presente entre os funcionalistas, preso à ideologia do equilíbrio, do ajustamento espontâneo entre as partes de uma totalidade social, é o conceito adotado por Fernando Henrique Cardoso. Isto pode parecer muito teórico e desimportante para que se entenda a metamorfose por que passou o ilustre intelectual no processo que se inicia com Fernando Henrique Cardoso e que termina em FHC. Foi uma negação dialética que esteve presente em cada momento das metamorfoses de Fernando Henrique, em que as formas pretéritas, acanhadas e superadas de sua personalidade estavam sendo negadas, impulsionando-a para uma superação dialética, para sua realização mais plena, para a entificação e completude do ser Fernando Henrique, ou foi a negação não-dialética que conduziu suas metamorfoses e, por isto, significou uma mera decadência e corrupção do ser social em estudo, do qual resultaria, apenas, FHC?

Em relação ao conceito fundamental de totalidade não pode haver dúvida de que houve uma brusca e violenta decadência, uma perda de nível, uma corrupção da capacidade cognitiva entre Fernando Henrique Cardoso – que não admitia sequer o conceito funcionalista de totalidade de Malinowski e de Radicliffe Brown[3] –, para adotar, como FHC, absorvido de seus assessores neoclássicos, o conceito ingênuo, mecânico, simplista da globalização walrasiana ou da generalização de comportamentos e fenômenos individuais e indeterminados para o nível global, como se a totalidade fosse o simples somatório de indivíduos abstratos, de fenômenos indeterminados e não passíveis de generalização, como percebeu, aliás, o próprio Keynes: "Importantes erros têm sido cometidos devido à extensão para o sistema como um todo de conclusões que seriam corretamente obtidas, mas apenas válidas para uma parte do sistema tomado em separado"[4]. O empirismo abstrato que se encontra na produção ideológica de todos os pacoteiros, seres guiados por modelos simplificados de uma realidade adulterada, representada, foi criticado por Fernando Henrique Cardoso: "Eles elaboram modelos que exprimem relações vazias de conteúdo significativo, para assim reter interpretativamente, como PADRÕES, quaisquer tipos de ação social concreta"[5]. Como "os economistas costumam afogar no poço do *coeteris paribus* as variáveis incômodas que perturbariam as conclusões a que desejam chegar", como confessa o neoclássico modelista Alfred Marshall, FHC abandonou a busca do real concreto para lidar com abstrações e fetichismo esvoaçantes.

É fácil imaginar que um simples equilíbrio orçamentário, por exemplo, tem o dom de equilibrar os preços no abismo da inflação zero ou próxima de zero, quando as relações financeiras e mercantis internacionais, incontroláveis, obrigam o governo a dobrar, em menos de um ano apenas, a base monetária. É fácil e cômodo anular, por hipótese, o efeito inflacionário do aumento da carga tributária e do FSE e reduzir a massa salarial congelando preços em URV no pico e salários por uma média corroída por uma inflação de 40% ao mês. É fácil lançar a culpa pela "ineficiência" do sistema nas empresas estatais, enquanto o capital privado se sustenta com empréstimos e doações dos BNDES e das Caixas. As empresas falidas são estatizadas, fortalecidas em dispendiosas CTIs estatais e, depois, doadas aos grupos privados que alimentam a "eficiência" privada com recursos roubados dos fundos dos trabalhadores (FGTS, FAT etc.). É fácil dizer que a feti-

1 DIEL, p. 9.
2 Fernando H. Cardoso, op. cit., p. 10.
3 Idem, ibidem, p. 13.
4 J.M. Keynes, General Theory, MacMillan, p. 45.
5 Fernando H. Cardoso, op. cit., pp. 18-9.

chização "do equilíbrio orçamentário", transformado em tabu incontroverso, deve ser obtido por meio de arrocho salarial, da redução de vencimentos, de dispensa de funcionários, de aumento da taxa de desemprego que se elevará de seu nível atual de 13% à medida em que a redução de gastos do governo e o "equilíbrio orçamentário" forem sendo alcançados.

A reconstrução idealista, abstrata, da sociedade e da economia brasileira, pressuposto lógico-teórico sobre o qual trabalham os pacoteiros, e a queda da discussão a níveis tão baixos quanto os prevalecentes ao tempo da ditadura militar ajudam FHC em sua luta contra o espantalho da inflação, no espaço do fetichismo ocupado pela inconsciência e pelo sorriso. Quando forem cumpridos os planos monetaristas do FMI, se realizados "os ajustes internos e externos", o equilíbrio orçamentário reinará sobre uma sociedade ouriçada pelas contradições e conflitos econômico-sociais que se encrespam, ignorados totalmente pelos modelistas que "eliminaram essas variáveis incômodas" em sua abstração. O Orçamento entrará em equilíbrio quando a convulsão social tiver atingido nove graus na escala Richter. Fernando Henrique Cardoso sabia, pois leu o que Marx escreveu, que os preços, sendo "a forma dinheiro do valor de troca", deveriam ser tratados como a forma que interage com a realidade interna. A luta de classes usa a inflação como um instrumento na guerra distributiva da massa de mais-valia e de seu aumento.

FHC não apenas nega Fernando Henrique Cardoso. Ele se transformou em seu antípoda. O chamado "grupo do Capital", leitores aplicados da obra fundamental de Marx, no início dos anos sessenta, em São Paulo, sofreu as perseguições impostas pela ditadura militar ao pensamento pensante, crítico, brasileiro. Fernando Henrique Cardoso, filho de general, deve ter sofrido particularmente a dureza da repressão. Nem Abraham Kardner, com sua teoria da personalidade básica, sedimentada na infância, sobre a qual se superporia conflitivamente a personalidade adulta; nem Adler, com sua explicação que enfatiza os protestos de virilidade, de afirmação, e a vontade de poder e de superação da figura paterna; nem todo edipianismo de Freud explicam porque o mestre Florestan e todos os intelectuais que influíram na formação de Fernando Henrique, que passaram por traumas e frustrações parecidas, não rodaram a baiana de suas mais arraigadas posturas, não sofreram a metamorfose travestidora por que passou o Ministro Fernando Henrique. Incapazes que somos de entender o fenômeno particular, Fernando Henrique Cardoso, voltemos ao geral.

Ao contrário de sua equipe de economistas neoclássicos, patinadores da aparência, defensores supérstites de uma ideologia econômica que faliu antes que eles a compreendessem, Fernando Henrique Cardoso possui outra *weltanschauung*, uma ampla e sólida percepção que a sociologia do conhecimento, a crítica da gnosiologia, a superação da filosofia metafísica, as informações da antropologia e, principalmente, a riqueza das relações sociais em que entrou, "pois é a riqueza das relações sociais que produz a riqueza da consciência", como Marx determinou. Os seus assessores são indigentes seres sociais que só tiveram os medíocres professores de Vanderbilt ou do MIT para lhes deformar a consciência, produzindo os discípulos pacoteiros, os "neonadas" perdidos, os empiristas abstratos. Por isso, o comportamento recente de FHC é muito mais censurável e estarrecedor do que o de sua *entourage*: a inconsciência do caráter delituoso dos atos do governo, dos pacotes, das medidas genocidas é excludente de criminalidade que beneficia os neoclássicos, os "neonadas" e agrava a culpa de FHC.

Quando FHC abandona a explicação dialética em proveito do empirismo abstrato dos economistas – que funde e confunde a manifestação aparente dos fenômenos com sua "essência interna e real, porém oculta" –, engrossa as fileiras dos idiotas da aparência. Durante milhões de anos a cabeça pacoteira, empírica, afirmou que o sol girava em torno da terra, que o movimento aparente equivale ao real, espelha-o, até que Ptolomeu e, depois, Galileu perceberam que o aparente era o real invertido, que o sistema era heliocêntrico. Combater a inflação no dinheiro, considerá-la um fenômeno meramente monetário e não perceber que a moeda capitalista é dominada pelo fetichismo das mercadorias, tratar a inflação como se ela fosse uma força externa à sociedade, uma força contra a qual "todos devem se unir", é adotar as práticas fetichistas que Fernando Henrique Cardoso, ao contrário de FHC, combatia criticamente.

A busca radical do homem atrás dos fenômenos é uma operação epistemológica que determina o caráter fetichista dos fenômenos capitalistas, fenômenos que adquirem vida própria, movimentos independentes das vontades e da ação dos produtores contra os quais eles se voltam. A forma mercadoria, a mais contraditória das formas assumidas pelo produto do trabalho dos homens, manifesta sua inquietude, a luta entre trabalhadores e capitalistas que subjaz em cada mercadoria, de diversas maneiras: na forma de superprodução que apodrece nos armazéns e silos, enquanto os produtores diretos passam fome; como capacidade instalada excessiva de um lado e trabalhadores desempregados de outro; como produção exportada em excesso, que produz enormes saldos de exportação e, portanto, uma enchente da base monetária (no mês de dezembro as receitas de exportação, feitas à custa da fome interna, quase afogaram as "autoridades monetárias" e levaram ao desespero os monetaristas: vender títulos da dívida pública, apenas, não era mais suficiente para enxugar a avalanche e, por isto, foi preciso esterilizar dinheiro na poupança, elevando os juros mensais a mais de 50%). Uma sociedade dividida em classes sociais opostas – trabalhadores e não trabalhadores – objetiva, necessariamente, no total das mercadorias produzidas, as relações sociais de produção, as relações de exclusão dos trabalhadores dos meios de produção e das mercadorias de luxo que eles produziram. A reprodução das mercadorias como partes diferenciadas da totalidade do produto social capitalista só se dá na medida em que as relações de distribuição da renda nacional assegurem aos 10% mais ricos da população um nível de renda elevadíssimo.

Fernando Henrique Cardoso sabia que "a mercadoria, que é o ponto de partida para a análise do capitalismo, é também o ponto de chegada"[6]. Como os Estados nacionais em liquidação e os governos em crise de legitimação não conseguem controlar as contradições do capitalismo – o desemprego crescente, a dívida pública próxima dos 90% da renda nacional (nos Estados Unidos, na Itália etc.), o déficit comercial dos Estados Unidos – que expressam suas relações de apropriação de riqueza real líquida do exterior e seus limites, a tendência será sempre a de, em nome do liberalismo, preparar os instrumentos mais fortes e despóticos de ação governamental; introduzir, mais uma vez, os ingredientes ditatoriais necessários para enfrentar as contradições acirradas. Mais uma vez, o neoliberalismo prepara o terreno para o totalitarismo político, a única forma que o liberalismo econômico jamais conheceu de administração de suas crises. Incapaz de garantir a reprodução ampliada do sistema, os liberais ressuscitam o mercado soterrado pelo capitalismo de Estado, pelos preços políticos, pelos preços determinados por guerras (como as do petróleo), por monopólios e oligopólios gerados pela acumulação capitalista, a fim de lavar as mãos dos governos perdidos e lançar a culpa da crise sobre a falta de mercado que o desenvolvimento capitalista soterrou: "a

6 Idem, ibidem, p. 17.

concorrência mata a concorrência", como sabia Fernando Henrique Cardoso antes de assumir a forma acanhada de FHC.

Os neoclássicos, "neonadas", todos monetaristas e idealistas, se mantêm, de acordo com Fernando Henrique Cardoso, no nível da aparência: "O ponto de partida imediato... transfigura-se na análise dialética, numa série de mediações pelas quais as determinações imediatas e simples (e por isto mesmo parciais, ABSTRATAS) alcançam inteligibilidade ao circunscreverem-se em constelações globais, concretas". Por isto, diz Fernando Henrique Cardoso, "o concreto foi definido em conhecida frase de Marx, como "a síntese de muitas determinações, a unidade do diverso"[7].

Enquanto para Fernando Henrique Cardoso as relações sociais de produção – correspondentes a dado nível de desenvolvimento das forças produtivas – são os determinantes, em última instância, dos fenômenos superestruturais, jurídicos, políticos, etc., os "neonadas" não sabem o que é isto. Fernando Henrique Cardoso deve ter percebido que os níveis relativamente baixos da inflação brasileira, no século passado, tinham uma conexão íntima com a presença do trabalho escravo, que ele estudou tão bem. A inflação encarece a mercadoria escravo, faz elevar o custo de produção, dificulta a exportação de mercadorias mais caras, reduz a taxa de lucro. Sob o capitalismo, ao contrário, a inflação desvaloriza a força de trabalho, reduz a parcela do produto coletivo apropriado pelos trabalhadores assalariados, aumenta a parcela exportável do produto social, reduz o "custo primário", a folha de pagamentos e aumenta os lucros obtidos mediante a venda de todas as mercadorias, cujos preços sobem livre e liberalmente; todas, com exceção da força de trabalho.

Assim, é nas relações sociais de produção que se encontram as respostas para os fenômenos da realidade aparente, para a inflação, para a deflação, para as oscilações da Bolsa, para o desequilíbrio orçamentário etc. A crise e dissolução do sistema só pode ser determinada a partir do desenvolvimento das contradições que ele "traz (ia) em seu bojo...". "A escravidão", escrevia o então marxista, "fora o recurso escolhido para organizar a produção em grande escala visando o mercado e o lucro (formação do sistema capitalista), mas o desenvolvimento pleno do capitalismo (a exploração da mais-valia relativa) era, em si mesma, incompatível com a utilização de mão-de-obra escrava através da qual não é possível organizar técnica e socialmente a produção para obter a intensificação da exploração da mais-valia relativa"[8]. Seria importante determinar-se porque a inflação perdeu sua "funcionalidade", sua capacidade de dinamizar o sistema via redução de salários reais, exigindo taxas cada vez mais elevadas e menos funcionais, mais problemáticas, a fim de aumentar a massa de mais-valia. A abolição da abolição da escravidão deverá ser sugerida como um remédio de combate à inflação pelo próximo grupo de pacoteiros reacionários...

Fernando Henrique Cardoso sabia, conforme escreveu à página 16 de seu livro já citado, que "a mais-valia não se inscreve como um dado da realidade empírica, como o lucro". O lucro surge à superfície e parece governar as decisões e o comportamento dos capitalistas; a mais-valia permanece oculta, latente, e é ela que detém a chave das determinações fundamentais. "Só a partir daquele conceito é possível entender o sistema capitalista como uma totalidade concreta", afirmou Fernando Henrique Cardoso[9], e, portanto, a própria inflação. FHC, ao abandonar o conceito fundamental de mais-valia, quebra os óculos do entendimento do sistema. Com a visão perturbada, ameaça dar uma "paulada na inflação", no coitado do índice de preços, que parece ter se **encapetado** e passado a governar o governo, fetichistamente.

Ao invés das contradições antigas, FHC passa a prometer uma "estabilização em marcha". Esquecido de que o arrocho salarial, necessário para aumentar a massa de mais-valia, atingiu seu limite traçado pela fome e miséria da massa, incapaz de lembrar-se de que, tal como ocorrera com o desenvolvimento do sistema escravista no sul, talvez a intensificação do processo de trabalho, a incorporação de novas técnicas que aumentariam a mais-valia relativa, e a taxa de inflação capaz de reduzir o salário real e assegurar a lucratividade de novos investimentos, tenham, também, encontrado seus limites, impondo a "desagregação da ordem escravocrata", no primeiro caso, e a crise e o caos da ordem capitalista, no segundo. FHC em seu artigo no Jornal do Brasil de 30/12/93 patina, sorridente, no nível da aparência: "A aprovação do ajuste fiscal está nas mãos do Congresso. É uma decisão fundamental para que o Brasil entre no ano de 1994 com a esperança de ter completamente saneadas as finanças públicas, com déficit zero no Orçamento da União, e, ao mesmo tempo, com possibilidade de iniciar com real sucesso o ataque direto à inflação. Assim vamos consolidar o crescimento sustentado (em que?, se perguntaria) e assegurar o caminho da estabilidade e da justiça social".

Se Fernando Henrique Cardoso não tivesse assumido a forma menor de FHC, ele não teria escrito tamanho despautério. Como uma simples redistribuição da massa de mais-valia, em benefício da parcela apropriada pelo governo na forma de impostos, poderia ampliar a própria massa de mais-valia produzida pela exausta economia? Como um governo, que se propõe a continuar sua retirada da esfera da produção, poderia transformar o acréscimo de sua quota-parte da massa de mais-valia em mais-capital, isto é, em investimentos produtivos adicionais, sem os quais não existirá "crescimento" econômico algum? Como investir numa estrutura dinamizada pelas mercadorias de luxo, que exige a presença de um mercado privilegiado, alimentado por altíssimas rendas disponíveis, e, ao mesmo tempo, falar-se que aqueles investimentos que reativarão o modelo perverso brasileiro, agora, "assegurarão o caminho da estabilidade e da justiça social"? FHC se esquece de que ele prega o retorno do "desenvolvimento e segurança", esta última agora apelidada estabilidade, cuja crítica lhe retirou a Cátedra e lhe abriu as portas do exílio, em 1969.

A social democracia brasileira é defensora de um modelo econômico excludente, anti-social, favorecedor do capital-constante, tecnicista, que exige a presença de um sistema político autocrático apto para assegurar a "estabilidade" diante de injustiças sociais crescentes. A ditadura política "auto-sustentaria" o desenvolvimento perverso, a reprodução do famigerado "milagre". FHC sabe que a porta dos investimentos auto-sustentados e não-inflacionários está fechada para as sociedades e os governos periféricos.

Para aqueles neoclássicos que não penetram além da aparência, cabeças geocêntricas, as crises econômicas são meras perturbações tópicas de um sistema que tende ao auto-equilíbrio. Como as partes e momentos da totalidade capitalista – produção coletiva e consumo global, oferta agregada e demanda efetiva, poupança e investimentos (equilibrados, vejam só, pela taxa de juros), exportações e importações etc. – tendem a se auto-ajustarem, são conduzidas para o equilíbrio, não há crise no sistema. Qualquer perturbação é exógena, externa ao mecanismo de mercado. O governo, ao procurar elevar o volume de emprego, elevar o nível combalido da demanda efetiva (por causa de uma insuficiên-

7 Idem, ibidem, p. 14.
8 Idem, ibidem, p. 25.
9 Idem, ibidem.

cia do volume de investimentos ou de um estrangulamento do mercado provocado pela repartição perversa da renda), ou para suprir a incapacidade privada de realizar grandes investimentos (hidrelétricas, estradas, termonucleares, siderurgia, comunicação, saúde, educação etc.), se transforma no grande culpado pelas perturbações do sistema "auto-equilibrante".

Fernando Henrique Cardoso sabia que a forma mercadoria é altamente contraditória, que a acumulação e o desenvolvimento capitalista contêm sua negação, que os investimentos capitalistas dispensam trabalhadores, reduzem, portanto, a fonte de produção de mais-valia, o capital variável, e aumentam relativamente o componente físico, meramente técnico, as máquinas e equipamentos Exacerba, assim, a contradição entre capital constante em crescimento e o capital variável, o trabalho vivo, provocando a queda da taxa de lucro média e, portanto, uma crise de sobreacumulação. Se o problema, quando se trata de crise deste gênero, é o de acumulação excessiva (em relação à lucratividade do capital), a solução não pode ser a sugerida pelos "neonadas" desde 1982: o aumento de investimentos.

A capacidade ociosa do capital constante, do equipamento, de um lado, e o desemprego dos trabalhadores, do outro, mostram que o aumento da produção se tornou impossível dentro das relações capitalistas. A acumulação selvagem brasileira, alimentada pelos investimentos privados nacionais e estrangeiros, pelos investimentos estatais, provocou uma crise de sobreacumulação que dez anos de paralisação e de crescimento negativo ainda não puderam superar. Para tentar sustentar o insustentável, o governo burguês, despótico, desde o governo Geisel, vem agravando a crise de sobreacumulação, empurrando com estímulos, incentivos, doações, assalto ao Orçamento, desvios de fundos sociais, calotes e arrocho salarial, a acumulação problemática. O capital coisa, constante, absorve todas as energias coletivas, todas as preocupações do governo, e, fetichistamente, sucateia o homem, o trabalhador, exclui as crianças do acesso à comida, ao ensino, à saúde, ao lazer, canalizando tudo para o altar do fetiche, o capital "produtivo" centralizado em São Paulo.

A crise das finanças públicas, o desequilíbrio orçamentário, seria um fenômeno reflexo, conseqüência da crise de sobreacumulação que acabou exaurindo os recursos do governo e as energias vitais da sociedade. A crise de insuficiência de consumo, outra modalidade de crise que Fernando Henrique Cardoso aprendeu com Marx, é, no caso particular brasileiro, o resultado da pobreza crescente da massa. O capital transplantado do centro para a periferia, nos anos 50, trouxe as indústrias de luxo e instalou-as na pobreza periférica. Se o Brasil alcançasse um padrão distributivo da renda nacional semelhante ao do Japão, as indústrias de carros, de televisores, de faxes, de computadores, de fornos micro-ondas, de telefones celulares etc. teriam se mostrado inviáveis. No Japão, os 20% mais ricos da população recebem uma renda apenas quatro vezes maior do que os 20% mais pobres. Como a renda per capita no Japão é de 33 mil dólares por ano, aquela distribuição bastante igualitária da renda não impediu que um amplo mercado para os artigos de luxo fosse criado e ampliado até o nível atual. No Brasil, a pobreza e a miséria da massa da população tiveram de aumentar, a renda teve de concentrar-se a ponto de os 20% mais pobres receberem cerca de 32 vezes menos do que os 20% mais ricos, a fim de sustentar um mercado limitado, estreito para as mercadorias de luxo.

A pobreza periférica, espoliada externamente, mostrou-se incompatível com a expansão das indústrias de luxo que violentaram as sociedades hospedeiras. Enquanto os Estados Unidos produziram 5,3 milhões de carros em 1929, o Brasil, após trinta anos de indústria, só agora produziu 1 milhão de unidades para o mercado interno. A pobreza da massa, como dizia Marx e sabia Fernando Henrique Cardoso, "é a causa das verdadeiras crises capitalistas"

Aprofundada a crise diante da miopia neoclássica, que só tem olhos para o desequilíbrio orçamentário, a pobreza, que provoca a crise de subconsumo das mercadorias de consumo de massa, se transforma em agressividade social, meninos da Candelária, prostituição infantil, assalto etc. Sem ideologia, sem condução, sem sentido, sem estratégia, a massa da população se transforma em soldados esfarrapados de uma luta caótica, ensandecida. Enquanto isto, FHC e seus "neonadas" cuidam do equilíbrio orçamentário imposto pelo FMI e do combate fetichista à inflação, dando paulada no termômetro. Nem sequer a saída trilhada por Roberto Campos e Delfim Netto, após 64, a da dinamização concentradora de renda, voltada para o luxo de um lado e exclusão na outra ponta, pode ser reaberta ao governo periférico, ao capitalismo que deixa de ser difícil para ser impossível.

A falta de coerência de Fernando Henrique Cardoso é um fato singular, que se remeteria a Freud. Como portador particular de relações de classe, revela a estarrecedora falta de quadros, o caos e o beco sem saída em que se meteu a burguesia nacional, em especial a paulista, que se encontra no epicentro da convulsão, quando entrega seu destino ao banido, ao outrora execrado e inconfiável Fernando Henrique Cardoso. Assim, o imprevisível sociólogo, personaliza em suas metamorfoses e versatilidades a própria burguesia nacional, completamente desnorteada, órfã de líderes e destituída de propostas sérias de reconstrução de uma sociedade, que não seja a simples repetição do triste milagre delfiniano. FHC desiste de qualquer solução sistêmica, social. O seu remédio individual vai sendo aviado: o que não tem remédio, remediado está. FHC vai se convencendo de que a entrega total às forças imperialistas rebatizada de globalização mundial e de nova inserção no contexto internacional é a inexorável postura de seu governo.

Fernando Henrique Cardoso acompanhou as metamorfoses do objeto, o capitalismo, servindo-se de Lênine para determinar a nova fase do capitalismo

Fernando Henrique Cardoso compreendeu, como poucos, a economia de mercado. É que ele teve a fortuna de apreender o principal, ou seja, os determinantes que dão concreticidade à produção mercantil, capitalista, desenvolvida. Ele não se deixou entusiasmar pelo "Capitalismo Financeiro", notável obra de Rudolph Hilferding. Naquele livro, a unidade entre as três formas de existência do capital – o produtivo, o mercadoria e o capital-dinheiro –, se apresenta como o coroamento do desenvolvimento do capitalismo, sob o império do capital financeiro. Fernando Henrique Cardoso sabe que Marx, em "O Capital", já determinara corretamente esta tendência de o capital se concentrar, assumindo o mercado a forma monopolista, processo que viria acompanhado da centralização da propriedade capitalista. O capital financeiro seria o dominante e unificador das três formas de existência assumidas pelo valor.

Fernando Henrique Cardoso segue o caminho correto e passa das determinações de Marx, interrompidas com seu falecimento em 1883, para as de Lênine, tal como foram feitas em seu livro "Imperialismo, a Última Etapa do Capitalismo". O sociólogo brasileiro tem certeza de que a concentração e a centralização do capital empurram o mercado de sua forma simples e embrionária de existência, a concorrencial, para sua completude final: a monopolista. Como se pode acreditar que Fernando Henrique Cardoso te-

10 Idem, Modelo Político Brasileiro, DIEL, pp. 149-50.
11 K. Marx, El Capital, FCE, 1931, p. 1317.

nha voltado a crer na atualidade da forma pretérita, superada, de um mercado concorrencial e auto-ajustável, neoclássico? Esta conclusão seria completamente equivocada diante do travejamento do pensamento Henriquiano que se caracteriza pela mais sólida e negativa visão prospectiva do desenvolvimento periférico em sua fase de acumulação imperialista. Como o nosso sociólogo, que tem consciência de que a ideologia neoclássica é a expressão no pensamento econômico burguês da ideologia iluminista, poderia afirmar que a sociedade se rege por leis mecânicas, racionais, que são naturais, sociais e eternas, visualizáveis em condições de perfeita liberdade social e que levariam, se fossem seguidas, à máxima eficiência e à mais justa distribuição do produto social entre os agentes atomizados que teriam participado, de forma cooperativa e harmônica, em sua alegre produção?

Esta representação panglossiana do mundo, que o mundo desmentiu, não é digna nem de Fernando Henrique Cardoso, nem mesmo de FHC. O método dialético, o acompanhamento do desenvolvimento das contradições e de sua globalização, o agravamento das relações internacionais movidas pelas necessidades do capitalismo cêntrico de conciliar o processo de exploração das matérias-primas periféricas e de realização de parte do "excedente cêntrico" de capital nas economias hospedeiras, fazem da obra de Fernando Henrique Cardoso o repertório mais crítico e negativo que a análise da acumulação dependente, o chamado desenvolvimento econômico periférico, jamais produziu na América.

O eminente sociólogo-Presidente, registrou que a "teoria do capitalismo na fase imperialista atinge seu tratamento mais significativo nos trabalhos de Lênine"[12]. Fernando Henrique Cardoso resume o processo de concentração de capital ao qual corresponde "um novo estágio do capitalismo" que "não pode ser considerado como um novo modo de organização econômica". Ambos os estágios – o concorrencial e o imperialista – têm como determinantes comuns "a acumulação de capital baseada na propriedade privada e na exploração capitalista da força de trabalho"[13].

Fernando Henrique Cardoso concorda com Lênine também em que sob o imperialismo "o mercado competitivo é substituído nos seus ramos básicos pelo mercado monopolista", para concluir que: "Esta tendência realizou-se historicamente, levando não somente à formação de um estrato financeiro entre os empresários, mas também a uma marcada preeminência do sistema bancário no modo capitalista de produção", tendência que, na Presidência, FHC irá reforçar. "Além disto", prossegue o ilustre sociólogo paulista, "a fusão do capital industrial com o capital financeiro, sob o controle deste último, tornou-se fator decisivo nas relações políticas e econômicas entre as classes capitalistas, com todas as conseqüências práticas que tal sistema de relações apresenta em termos da organização estatal, da política e das ideologias"[14].

A doação das empresas estatais brasileiras, realizada sob a forma de pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal aos bancos, será a maneira pela qual FHC verá cumprir o prognóstico de Lênine, que ele esposou. As empresas estatais brasileiras constituem um reduto que não foi apropriado pelo capitalismo imperialista, resíduo que Fernando Henrique Cardoso deseja entregar à sanha dominadora do capital estrangeiro. Ele sempre esteve convencido de que o processo de globalização do capitalismo mundial, que antes chamava de imperialismo, segue o caminho inexorável da conquista e da incorporação de novos campos ao domínio do capitalismo cêntrico.

A sociologia de Fernando Henrique Cardoso é qualitativamente superior à daqueles que desprezaram as bases econômicas como determinantes dos fenômenos superestruturais (políticos, ideológicos, sociológicos), isto é, daqueles adeptos do positivismo que retiraram as bases econômicas e a própria economia do universo "sociológico" de análise. Ao contrário dos discípulos positivistas de Augusto Comte ou idealistas de Max Weber, Fernando Henrique Cardoso cravejou toda sua sociologia na economia e é isto que faz dele um dos maiores economistas brasileiros.

Quem conhece e reconhece a tendência que impulsiona a economia concorrencial, de mercado, a se transformar em monopolista e cartelizada, não pode acreditar nas virtudes, nem na real possibilidade de retorno da economia brasileira a uma forma anterior de existência, isto é, à fase neoclássica, iluminista e cerebrina de existência. Chamberlain e Joan Robinson, que deram um passo ortodoxo nos estudos formais da concorrência perfeita para as formas imperfeitas de mercado nos anos 20, acabaram, na confissão da última, afirmando que "não acreditava mais que ensinar a economia neoclássica era uma forma honesta de ganhar a vida".

Quando uma versão ideológica nova, necessária para revolucionar conservadoramente o capitalismo e romper suas contradições aprofundadas e manifestadas numa crise, surge, encontra pela frente os obstáculos representados pelas velhas trilhas mentais que dominam o pensamento vigente: mais do que a força conservadora presente nas velhas trilhas mentais, o poder conservador das estruturas materiais da produção, as bases de uma tecnologia voltada e impulsionada para o luxo, para a guerra e para o espaço, da distribuição e do consumo sociais; de verdadeiros enclaves de grandes espaços em que a agropecuária de grande escala se escoa por uma rede viária ligada aos mercados externos, sempre prioritários em relação ao interno; de uma superestrutura jurídica retrógrada, das formas monetária e creditícia, entre elas a do crédito público e da dívida pública que permitem que os bancos governem o governo e emagreçam os consumidos consumidores; das relações internacionais que transformam um país que vende mais do que compra, que exporta valores superiores aos de suas importações e que deveria ser credor do resto do mundo, em devedor permanente da banca mundial; da distribuição da renda, da técnica, do poder e da divisão do trabalho interno e internacional, estruturas estas que se apresentam com todo seu poder conservador.

Na fase inicial de nascimento de uma nova versão ideológica, a propagação da nova visão da sociedade, que carrega consigo um diagnóstico diferente dos velhos problemas e aponta para um conjunto de soluções embasadas em novas palavras, numa lógica diferente da anterior, encontram uma resistência importante à transformação da versão ideológica em processo de objetificação, de encarnação em prática.

À medida em que as novas instituições, as mudanças estruturais tomam corpo e se reificam, a produção reabsorve parte do desemprego por meio dos gastos bélicos e o Poder Executivo se hipertrofia, a luta teórica vai perdendo importância, vai se esmaecendo diante dos argumentos silenciosos já encrustrados na prática vitoriosa. Passa-se da fase de inovação ideológica, que destrói parte dos velhos obstáculos mentais e objetivos, para uma fase vitoriosa em que as novas estruturas passam a falar no lugar dos ideólogos que adotam o silêncio dos vitoriosos, as coisas passam a falar a nova linguagem e as palavras das coisas adquirem maior poder do que a linguagem dos ideólogos vitoriosos, aqueles professores reacionários que até pouco tempo rezavam o credo da versão

12 Fernando H. Cardoso, O Modelo Político Brasileiro, p. 186.
13 Idem, ibidem, p. 187.
14 Idem, ibidem, p. 188.

ideológica cêntrica que entrou em crise, agora passam a professar a nova "ciência", cheia de novas e eternas inverdades.

O primeiro momento em que a produção ideológica da burguesia mostrou ser um auxiliar indispensável para organizar e mover as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII correspondeu àquele da luta e penosa marcha da ideologia clássica que respaldou, no mundo das idéias e no refazimento das concepções e instituições, a revolução da burguesia em direção ao poder, destruindo e superando o mercantilismo e o despotismo esclarecido, pois "the purpose of laissez-faire was destruct the king and the church"[15], para usar a expressão sintética de Keynes.

Outra contribuição importante que a produção ideológica forneceu ao processo de afirmação da sociedade burguesa se deu quando o capitalismo se encontrava em crise aparentemente terminal, a partir de 1929. Com a ideologia keynesiana, que justificou o intervencionismo, o dirigismo e a queima institucionalizada do excedente de capital nos países capitalistas cêntricos, surge o despotismo moderno. Em menor escala, transplantada por Prebisch para a América Latina, sob o rótulo de ideologia do desenvolvimento, anti-populista e justificadora do transplante do capital cêntrico para a periferia, a ideologia keynesiana prestou sua contribuição à acumulação periférica onde justificou a presença do Estado despótico no pólo da acumulação dependente e todas as medidas cambiais, fiscais, salariais, creditícias e de preparação da infra-estrutura viária e energética adequadas para preparar as economias periféricas, hospedeiras, a fim de que melhor recebessem o hóspede ilustre, o capital sobreacumulado no centro e necessitado de ser transplantado. Em nome da necessidade de "romper o círculo vicioso da pobreza", à acumulação selvagem privada se somou a governamental e a transplantada.

Para Fernando Henrique Cardoso, as determinações de Lênine continuam corretas. Elas são mais atuais, quando apontam a tendência inexorável do capitalismo para se concentrar e centralizar sob a égide do capital financeiro, monopolista do que a ideologia neo-neoclássica que bucólica e saudosista acredita no autogoverno das forças do mercado concorrencial, ser cerebrino que Adam Smith sabia inexistir, a não ser como um modelo ideal.

Uma versão ideológica nova não pode ser portadora apenas do passado, não pode deixar de trazer consigo uma perspectiva de construção futura, de reativação do trabalho coletivo que a crise paralisou. É por isto que o retorno neoclássico, não contendo os ingredientes básicos de uma versão ideológica redinamizadora do capitalismo, nasce com cheiro de putrefação, possui um caráter retrógrado. Léfèbvre em seu trabalho sobre "O Existencialismo" refere-se ao escolaticismo de tais versões que são obrigadas a limitar o universo de análise e a maquiar suas idéias peremptas. Fernando Henrique Cardoso é muito inteligente e culto para engajar-se nesta triste e inglória jogada. Os neoclássicos propõem a desconstrução, a desregulamentação, a desprivatização, a desconstitucionalização, a destruição do Estado, o desemprego e o sucateamento de sua burocracia civil e militar, a volta ao ouro ou a uma forma monetária "neutra e forte", em que a moeda fosse um mero catalisador das trocas, à crença em relações internacionais auto-ajustáveis onde inexistisse o imperialismo e o neo-imperialismo que Fernando Henrique analisou de forma magistral. FHC não admite a ideologia neoclássica, natimorta. Ele é obrigado a incorporá-la na falta de algo melhor...

A ideologia neoclássica só pode ser a tábua de salvação apodrecida de que o capitalismo pretende lançar mão quando a cartelização e a monopolização do capital, em sua fase imperialista, não podem mais se valer das alavancas keynesianas de regulamentação e controle, diante da crise do próprio governo e de seus instrumentos despóticos de ação e de dominação. As crises das finanças públicas, da dívida pública, do crédito privado, do desemprego de 820 milhões de trabalhadores em escala mundial, da queda disfarçada da taxa de lucro, ainda sustentada pelos governos falidos ou pré-falimentares têm como causa real, porém oculta, a crise de sobreacumulação de capital, agora em escala mundial. Por isto, esta crise não pode ser redinamizada por uma acumulação adicional nem no departamento I, nem no II, nem tampouco, como aconteceu na recuperação dos anos trinta, no departamento III que tem nos governos capitalistas, agora em regime forçado de definhamento, seu comprador monopsônico. Os setores bélicos, espaciais, as empreiteiras de estradas, de hidrelétricas e de todas grandes obras públicas, as pesquisas que se articulam na esfera estatal, a burocracia civil e militar periféricas receberão o impacto direto da crise financeira do estado capitalista. Ela será mais grave nos Estados e Municípios que não detém sequer o poder emissor residual, esgotado, que a União retém como remédio heróico. Esta crise encerrará o artifício axial do keynesianismo que consistiu em tornar lucrativas as atividades destruidoras, inúteis e improdutivas voltadas para o governo Leviatã.

Quando o atual FHC troca a companhia de Lênine pelas de Baran e Sweezy, de Mandel etc., adota a concepção segundo a qual o capitalismo tem de necessariamente "queimar" o excedente. O social democrata FHC escreveu, naquela ocasião que a "queima do excedente" se faz por meio de gastos bélicos ou de despesas social-democratas com o social... Não se trata, portanto, de obedecer a uma prioridade por motivos humanitários, fraternos, mas de gastos no social como forma de queima necessária do excedente gerado pela a acumulação capitalista, na falta de melhor opção de queima. Repetindo o Presidente-intelectual: "Neste ponto, alguns autores consideraram o fortalecimento dos laços entre a expansão militar e o reforço do controle militar sobre a sociedade, através de uma economia de guerra, como o meio básico da realização do capital. Como segundo argumento, mas ainda como fator importante, os gastos do estado com o bem-estar são focalizados como saídas alternativas para a acumulação de capital"[16].

A ressurreição da ideologia neoclássica, enterrada com a crise de 1929, é um dos sintomas de que esta é a crise final e completa do capitalismo: ela é o fim da linha do capitalismo keynesiano nos países capitalistas adiantados (ACC). Também na União Soviética e na periferia subdesenvolvida, a acumulação capitalista se deparou com um beco sem saída, a não ser a falsa solução do retorno ao passado. A crise da década de trinta, ao contrário do que previa a maior parte dos marxistas e dos sociais-democratas, ao invés de encontrar sua solução no socialismo, encontrou-a no recrudescimento da superestrutura político-ideológica do próprio capitalismo, o nazi-fascismo. De novo, facilitada pela crise do socialismo real no leste europeu, a ditadura do mercado livre poderá recorrer, como sempre, ao despotismo político, ao neonazismo.

Mas, se a "saída" da crise for esta, a solução autoritária terá pouca duração: o despotismo estatal moderno se apoiou no aumento da dívida pública, que sustentou os governos de Hitler, de Mussolini, de F. D. Roosevelt etc. A dívida pública é o sustentáculo indispensável para que a autonomização relativa da esfera política se verifique com toda estrutura militar, com todo aparato publicitário, com todos os instrumentos de cooptação e de sustentação do Estado forte, pobremente apoiado na dívida pública e no papel-moeda... Todavia, desta vez, a dívida pública e as emissões

15 "O objetivo do **laissez-faire** era destruir o Rei e a Igreja", In J.M. Keynes, **Laissez-Faire and Communism**.
16 Fernando H. Cardoso, O Modelo Político Brasileiro, p. 193. Grifo Nosso.

de papel-moeda não mais poderão fazer o papel dos ombros de Atlas do fascismo, pois ela não passa de uma viga podre que já não sustenta sequer seu próprio peso. A falta de possibilidade de superação verdadeira em direção ao socialismo internacional e democrático e os limites estreitos impostos pela dívida pública ao recrudescimento fascista do Estado constituem uma das características mais inéditas da atual crise econômica capitalista.

A fase de acumulação que agora se encerra, disto Fernando Henrique Cardoso tem consciência clara, foi sustentada pelo governo que, para isto, se manteve no pólo da acumulação, como aconteceu entre os subdesenvolvidos e na União Soviética. Quer o Estado fosse um auxiliar indireto do processo de acumulação, como ocorreu nos Estados Unidos e nos contextos social-democratas, de qualquer forma, o processo conduziu à monopolização "de tal modo que o mercado competitivo é substituído nos seus ramos básicos pelo mercado monopolista"[17]. E mais: quem concorda com Lênine, em seus avanços na estrada aberta por Marx, em que o processo de acumulação capitalista conduz "à formação de um estrato financeiro entre os empresários, mas também a uma marcante preeminência do sistema bancário no modo capitalista de produção", sabe que a privatização das empresas estatais acabará por substituir a tecnoburocracia que as dirige pelos banqueiros cada dia mais proprietários e gestores das três formas de existência do capital.

No Brasil, o governo de FHC prepara a doação das empresas estatais aos banqueiros nacionais e aos estrangeiros, empresas que seriam trocadas pela dívida pública mobiliária detida pelos bancos. Uma vez realizada a operação de mudança de mãos dos monopólios e liquidada a dívida pública, como sobreviveriam os bancos que têm no serviço da dívida pública sua principal fonte de lucro? No regime bancocrático brasileiro, a dívida pública ressurgiria como forma de alimentação direta dos lucros dos bancos que os repartem com os industriais e comerciantes, portadores dos papéis da imensa e cara dívida.

"Além disto", continua o leninista Fernando Henrique Cardoso, "a fusão do capital industrial com o capital financeiro, sob o controle deste último, tornou-se fator decisivo nas relações políticas e econômicas entre as classes capitalistas, com todas as conseqüências práticas que tal sistema de relações apresente em termos de organização estatal, da política e da ideologia"[18].

O governo FHC cumpre a previsão de Marx e de Lênine e usa a doação das empresas estatais aos bancos a fim de consolidar o capitalismo financeiro periférico

FHC assume a Presidência e não pode deixar de perceber que as empresas estatais serão vendidas, não porque sejam mal administradas, ineficientes, ou para que seu governo social-democrata "queime" no social os recursos obtidos por meio da troca do patrimônio das estatais por títulos da dívida mobiliária, salvando, de início, os bancos privados. O capitalismo financeiro brasileiro, que resultará da doação de empresas estatais aos banqueiros nacionais e estrangeiros[19], só garantirá sua sobrevivência na medida em que a dívida pública se recompuser e, com ela, a seiva de seu serviço midásico, alimento principal dos lucros dos bancos, sem os quais os bancos quebrariam, como já ocorreu na Venezuela. Os gastos da própria receita monetária adicional, extraordinária, obtida pelo governo como resultado da venda das empresas estatais, que fossem feitas "no social" ou em qualquer outro emprego, obrigariam, em nome do controle da inflação, a fim de "enxugar a base monetária" alagada pelas despesas do governo estroina, neo-desenvolvimentista, vendedor daqueles ativos públicos, a que o Banco Central vendesse títulos da dívida pública, reiniciando o processo de endividamento do setor público... Sem as estatais, o governo teria trocado o patrimônio coletivo de hoje pelas dívidas renovadas de amanhã. Triste e pobre programa de desgoverno o herdado por FHC: o pessimismo emerge do real concreto e se apodera da consciência atormentada. O melhor é não ter consciência, não se deixar envolver pela angústia, esquecendo tudo.

A atual crise demonstrou que, apesar de terem vivido "mamando nas tetas do governo", como declarou Delfim Netto, até esgotar-lhe o úbere, os empresários brasileiros sempre foram incapazes de se manterem nos mercados sem o auxílio constante dos estímulos, incentivos, perdões de dívidas – por meio de correções monetárias dos débitos abaixo da taxa de inflação, doação de terrenos e plantas, taxas cambiais favorecidas e arrocho salarial permanente –, respaldado pela Justiça empresarial e governista do Trabalho. Como, em nome de uma maior eficiência da administração privada, entregar a direção das empresas estatais exemplarmente lucrativas aos empreiteiros e industriais brasileiros falidos, ou a caminho da insolvência apesar do amparo do BNDES?

Alguns sociais democratas que consideram que o governo, ao gastar na saúde, na educação, na cultura, está "queimando o excedente no social"[20], dizem que desta vez as privatizações contemplarão os trabalhadores e a venda de ações será feita nos Correios, nos bancos, livre e democraticamente... Esta visão caolha e calhorda do processo não teria o respaldo da percepção dialética de Fernando Henrique Cardoso. Pulverizada nas mãos individuais de pequenos possuidores, cada ação significa apenas um empréstimo feito à grande empresa monopolista: está é uma verdade partilhada por Marx e por Keynes. As alterações quantitativas, a detenção de um grande número ou da maioria do capital acionário muda qualitativamente o significado da ação, confere poderes especiais à direção, lucro real e acesso ao caixa dois aos reais donos das sociedades anônimas. Da mesma forma que o aumento dos graus de temperatura da água acaba por transformá-la em vapor, com outras propriedades e obedecendo a outras leis que não à dos líquidos, assim também o aumento da quantidade apropriada de ações nas mãos de um só grupo, provoca sua metamorfose, a mudança de suas qualidades e poderes.

No Brasil, onde os bancos governam o governo, não se verificou a fusão das três formas de existência do capital a que se refere Fernando Henrique Cardoso. É que a taxa de juros se mostrou sempre tão elevada que, ao invés de investimentos nos setores industriais e no comercial, os Bancos, até recentemente, só investiam no próprio setor, Banco comprando Banco. Os mais de seiscentos estabelecimentos existentes nos anos sessenta se reduziram a cerca de duzentos, sendo que os seis maiores se apropriam de 90% do mercado financeiro.

A metamorfose de Fernando Henrique Cardoso em FHC só pode ser compreendida por meio da releitura crítica do sociólogo paulista. Ele adota de forma definitiva as determinações de Lênine que considera que o circuito e a reprodução ampliados do capital imperialista, em escala mundial, obedecem a alguns poucos e fundamentais motivos. "Convém esclarecer, para evitar equívocos, que a expansão capitalista internacional contemporânea, e o controle das economias dependentes que dela decorre, não dissolvem o caráter imperialista da dominação econômica"[21]. Para Fernando

17 Idem, Ibidem, p. 187.
18 Idem, Ibidem, pp. 187-8.
19 Lauro Campos, Estatização, Privatização e Crise, Unb, 1982.
20 Fernando H. Cardoso, **op et locus** antes citados.
21 Idem, Modelo Político Brasileiro, p. 192.

Henrique Cardoso, o capitalismo internacional arrasta consigo e universaliza as contradições fundamentais do sistema capitalista. A produção de um valor excedente que encontra nos "gastos militares outros meios que proporcionam novas válvulas de escape ao capital"[22], e os investimentos diretos, nas economias dependentes, do capital produtivo excedente. "Se existe sob o capitalismo monopolista, um real problema de realização, a nova arma da dependência irá aumentar a necessidade de encontrar novos campos de aplicação para o capital acumulado nas economias centrais"[23]. Havendo ocupado entre 80 e 90% do campo produtivo brasileiro, os setores principais de produção – carros, duráveis, químico-farmacêutica, metais-mecânica, produtos de limpeza, artigos de beleza e higiene, alimentos, frigoríficos etc. – quanto mais acumula, mais necessidade tem o capital monopolista de ocupar novos campos.

Fernando Henrique Cardoso, ciente do poder inexorável das relações internacionais de dominação do capital monopolista, abre o espaço residual, o do subsolo, do petróleo, das telecomunicaçõ-es, dos microrganismos, da engenharia genética, das fibras óticas, dos recursos da flora medicinal etc., para ajudar a ampliar o campo de ocupação do capital imperialista voraz e insaciável. Resta a FHC presidir a concordata, a divisão do butim, assumindo as rédeas fracas daquilo que ele chamou de anti-Nação.

Fernando Henrique Cardoso considera, como todo bom marxista, que existe uma contradição fundamental entre as condições de produção e as condições de realização do capital. Mas, muito particularmente, ao contrário de Rosa Luxemburg e outros que explicam as guerras de conquista como forma de ampliação de novos mercados, expressão daquela necessidade de realização do mercado de mercadorias, de produtos finais, o sociólogo brasileiro percebe, com razão, que a ampliação do espaço mundial para o capital produtivo constitui uma manifestação inequívoca daquela mesma contradição. "Se existe, sob o capitalismo monopolista, um real problema de realização de capital acumulado nas economias centrais"[24]. Isto significa que, o transplante de capital ocorrido para a periferia mundial e, em especial para o Brasil, na década de cinqüenta, é apenas a ponta do iceberg, um momento do processo contínuo de invasão do espaço hospedeiro pelo capital monopolista. Como o mercado nacional já foi completamente ocupado pelo capital transplantado anteriormente, em conseqüência do êxito da acumulação nos setores de produção de luxo, de duráveis, novos setores deverão ser abertos para dar vasão "ao capital excedente no centro mundial".

Fernando Henrique Cardoso considera que "o aumento de empréstimos e ajudas (*loans and aid*) é, como já foi dito, de importância crescente no imperialismo econômico"[25]. Assim, a dívida externa flui e cresce como respaldo para a ampliação do campo de dominação do capital imperialista e de suas necessidades de realização. O capital dinheiro de empréstimo, cêntrico, tanto quanto o capital produtivo e o capital mercadoria, apresentam a mesma pulsão internacionalizante e dominadora, de acordo com Fernando Henrique Cardoso. Seu governo deverá abrir mais o espaço econômico brasileiro à "colaboração concorrencial" da banca mundial, e ao "auxílio complementar" do capital produtivo à acumulação periférica, selvagem ataviada com o nome de desenvolvimento econômico-social...

A visão Henriquiana é a mais completa e mais fechada concepção do circuito internacional do capital e de sua necessidade de acumulação, jamais escrita por qualquer cientista social nas economias periféricas e hospedeiras das três formas de existência do capital. O pessimismo que emana dessa visão que Fernando Henrique Cardoso formula é aterrador. A concepção de um modelo hermético, sem janelas e sem portas de saída para a situação de miséria perifericamente produzida pelas relações imperialistas, só aponta para a salvação de uns poucos eleitos, os capitalistas brasileiros, sócios menores do grande capital transplantado, fornecedores de partes e peças para a grande indústria e para os montadores de computadores, telefones celulares etc. Não há como escapar de uma das três formas de existência do capital, proteger-se contra os efeitos espoliadores de algumas, remendar as manifestações de outras: as três partes do capital constituem uma unidade na diversidade das formas de existência do capital. Mas o capital-dinheiro, o capital-produtivo e o capital-mercadoria fazem parte do circuito do capital necessário para que ele recobre e abandone suas sucessivas formas de existência. E o produto final destas relações internacionais imperialistas não é o "fim do imperialismo". "Pelo contrário", afirma Fernando Henrique Cardoso, "a inferência mais adequada é a de que as relações entre países de capitalismo avançado e nações dependentes leva de preferência à 'marginalização' dessas últimas no sistema global de desenvolvimento econômico (como frisou Aníbal Pinto)"[26].

As análises de Fernando Henrique Cardoso indicam sempre a vitória esmagadora das forças capitalistas centralmente dominantes sobre o resto da humanidade. A modernidade das relações imperialistas centradas nos Estados Unidos permite que os velhos instrumentos de dominação e de exploração sejam abandonados. "Na prática", afirma o pessimista Fernando Henrique Cardoso, "esta pluralidade de 'vias para o capitalismo' tem servido na américa latina, como a versão contemporânea da *realpolitik*, não mais aquela do *big stick*, que se tornou desnecessária porque atualmente se dispõe de bastões locais com controle remoto"[27]. Sempre se soube o nome dos brasileiros que se colocaram como testas de ferro, lobbistas e sócios menores, os "bastões locais com controle remoto" a que fernando henrique cardoso se referiu. agora, movido pela completa desesperança de que uma via independente seja encontrada pela periferia, nosso presidente-intelectual se junta a Roberto Campos, a Delfim Netto, a Roberto Simonsen, ao PFL, igualando-se a eles em seus objetivos e em sua servil mancipação aos interesses do velho imperialismo, neomaquiado. Como no pórtico do inferno de Dante, o capitalismo globalizante, modernoso, imperialista, teria inscrito em sua fronte: *lasciai gli speranze o voi ch'entrai.*

Aos trabalhadores brasileiros cujas organizações sindicais teriam um poder desprezível diante da organização e das técnicas de dominação e manipulação da opinião pública, resta um futuro de derrotas inglórias... Talvez a opção que eles poderão exercitar seja pouco mais do que a de engraxar sapatos em Nova Iorque ou na Praça da Sé...

Conseqüências políticas do capital-imperialismo sobre o poder periférico

"Capital é poder sobre coisas e pessoas', poderia ter cardoso repetido de marx para melhor sintetizar as conseqüências políticas que o capital transplantado passa a exercer sobre os países hospedeiros. para o ilustre marxista paulista, "parte da 'burguesia nacional' (a principal em termos de poder econômico-agrária, comercial, industrial ou financeira) é a beneficiária direta, como participante minoritária, do interesse estrangeiro". O processo de en-

22 Idem, ibidem, p. 198.
23 Idem, ibidem.
24 Idem, ibidem.
25 Idem, ibidem, p. 199.
26 Idem, ibidem.
27 Idem, ibidem, p. 7.

volvimento dos nativos nas novas relações de exploração "ainda vai além, e não somente parte da 'classe média' (intelectuais, burocracias estatais, forças armadas etc.) está envolvida no novos sistema, mas inclusive parte da classe trabalhadora. Os trabalhadores empregados no setor 'internacionalizado' pertencem estruturalmente a este grupo"![28] como se alertasse a CGC e a CUT acerca de seu processo de cooptação e envolvimento pelo grande capital. As conseqüências políticas do processo de dominação imperialista sobre o estado periférico levam à formação do antiestado periférico, da anti-nação, e a um conflito entre a nação e o estado e seu componente oposto em expansão". "na medida em que progride o processo de internacionalização das nações dependentes, torna-se difícil perceber o processo político em termos de um conflito entre a nação e a anti-nação, sendo esta última concebida como o poder externo (internacional), do imperialismo. a anti-nação estará dentro da 'nação' – por assim dizer – no seio da população local e em diferentes estratos sociais"![29]

Fernando Henrique Cardoso não põe fé na capacidade defensiva dos sindicatos e das organizações populares no enfrentamento com o "inimigo" que, como ele diz, se misturou mediante a cola dos interesses econômicos e políticos com os setores nativos da população. As relações de dominação se transformam em grilhões sólidos diante dos quais os esforços dos Tiradentes nativos se baterão em vão. Os Silvérios dos Reis vencerão sempre, parece advertir o pessimismo Henriquiano.

Com o transplante do capital cêntrico e suas alianças com a burguesia nacional, os limites à acumulação estão cravados tanto quanto sua dinâmica. As economias hospedeiras não podem tentar livrar-se de suas contradições por meio de recriação de relações externas que reproduzissem o imperialismo cêntrico e que teriam dado certo, lá. Além disto, "em termos do esquema marxista de reprodução de capital, isto significa que o setor I (produção dos meios de produção) – a parte estratégica do esquema reprodutivo – virtualmente pode não existir nas economias dependentes, ou quando existe, não se desenvolve plenamente"[30]. Assim, a dependência técnica em relação à matriz se reproduz e se transforma em necessidade técnica, mas as economias semi-integradas passam a sofrer de uma maior dificuldade de realização do que as características do centro, porque uma parte do valor total produzido deve realizar-se no departamento I onde os trabalhadores ali empregados e os capitalistas constituem um mercado para as mercadorias do setor II.

Fernando Henrique Cardoso detecta as grandes dificuldades que envolvem a acumulação periférica de capital na fase imperialista atual. Na periferia se constrói o capitalismo difícil, quase impossível, mas é esta a única alternativa que possui o trabalho coletivo nos trópicos espoliados. Sua obra não deixa esperanças de construção independente de uma sociedade industrial periférica voltada para o bem estar da grande massa da população. A estreita dinâmica da acumulação dependente, apelidada ideológica e falsamente de desenvolvimento, está determinada de fora, pelas multinacionais transplantadas ou associadas ao Estado por meio de "*joint ventures enterprises*"![31]. Resta aos "neonadas" mudar o nome das rosas: imperialismo passa a chamar-se globalização; abertura às relações técnicas imperialistas, modernização; soberania nacional adquire o apodo de velharia, desmantelamento do Estado, Max Weberização da administração. Mudam os nomes, mas a rosa é a rosa.

Ver-se-á, logo adiante, que o antiEstado periférico que é comandado de fora, pelo FMI, Banco Mundial e outras organizações postas a serviço dos interesses imperialistas, dirige a anti-nação penetrada pelo capital e pelo poder imperialistas, perde todo o poder e o controle de suas variáveis econômicas estratégicas: não pode determinar o volume dos gastos públicos nem o correspondente volume de emprego, porque o FMI e o Banco Mundial impõem a peia do equilíbrio orçamentário à ação dinamizadora do Estado; não pode determinar o volume de suas exportações, e, portanto, a quantidade de meios de consumo que comporá a oferta global interna, porque o FMI obriga a consecução de superávits de exportações, por mais inflacionários que eles sejam, a fim de pagar o serviço da dívida externa. Tal superávit comercial provoca a entrada de dólares e seu câmbio por moeda nacional, encharcando a base monetária que será reenxugada mediante mais arrocho salarial, demissão de funcionários, redução de gastos em consumo e elevação da taxa juros e da carga tributária sobre pessoas físicas. Os fundos obtidos mediante contribuições dos trabalhadores deduzidas de suas folhas de pagamento, o Fundo Social de Emergência, o FAT e tudo mais é saqueado pelo governo e pela burguesia impunes e queimado na fogueira social democrata do "excedente".

Abre-se um fosso cada dia maior entre o discurso grandiloqüente e a prática aviltada e aviltante. As palavras perdem credibilidade e o espaço político, o *locus* do diálogo e do verbo entram em total descredibilidade. As velhas formas de cooptação política adquirem modernidade, mas o evangelho é o velho: é dando que se recebe.

Sem saber até quando poderá contar com os novos cristãos, FHC propõe a desconstitucionalização a fim de poder mudar as regras pétreas da Constituição de 1988 por maioria simples e sabuja, dos políticos que não abandonaram o barco das âncoras perdidas. O "é dando que se recebe" continua sendo a lei e os profetas dos adeptos da religião cujo deus de outro se encontra no altar do Forte Knox.

A concepção da história que se formou na cabeça de Fernando Henrique Cardoso abandona a percepção dialética, inicial. Para ele, a abolição da escravidão resultou do fato de que aquelas relações de trabalho não permitiam uma exploração tão grande do escravo quanto as relações de assalariamento permitem. Foi para "aumentar a mais-valia relativa", para explorar mais intensamente o trabalhador brasileiro é que a escravidão teria sido "superada" emancipados para uma mais intensa, dura e moderna escravidão, os trabalhadores brasileiros não poderão, em horizonte temporal visível, ser senhores da história, prognostica FH Cardoso, já em processo avançado de metamorfose. Fernando Henrique Cardoso não pode esperar o futuro incerto e sofrido. Na Presidência, ele vai referir-se aos esquerdistas brasileiros que não percebem o tamanho dos obstáculos e a dificuldade da luta pela independência e pela dignidade social de "esquerda burra". A inteligente, adere à correnteza, e, ao invés de dar murro em ponta de faca, segura no cabo do punhal.

Vejamos, agora, se uma visão marxista da dívida pública, da dívida externa, da política salarial, das possibilidades reais de estabilização social em plena convulsão poderia injetar otimismo, nacionalismo, vontade de proteger as riquezas e as potencialidades econômicas e humanas do país.

O equilíbrio orçamentário numa sociedade desequilibrada

Se FHC não tivesse esquecido tudo que Fernando Henrique Cardoso aprendera, então a questão do equilíbrio orçamentário

28 Idem, ibidem, p. 200.
29 Idem, ibidem.
30 *Idem, ibidem*, p. 197.
31 Idem, ibidem, p. 194.
32 Idem, Capitalismo e Escravidão.

não estaria sendo tratada nos termos primários e autoritários como uma verdade indiscutível. Transformado em tabu, o fetichismo do déficit orçamentário zero passa a justificar tudo e qualquer coisa: os fins justificam os meios. O aumento da carga tributária, tal como ocorre com o imposto de renda sobre pessoas físicas, apenas, é a pedra de toque do governo FHC. Se tivesse sobrado alguma memória de Fernando Henrique Cardoso na cabeça menor de FHC, ele saberia que não é possível entender-se a questão do equilíbrio orçamentário sem referência à mais-valia, pois "só a partir daquele conceito é possível entender o sistema capitalista como uma Totalidade Concreta"[33]. Porque não se pode determinar o papel, o funcionamento, a natureza das questões orçamentárias, partes da Totalidade Concreta, sem levar em conta o conceito fundamental de mais-valia? É que, se o sistema não fosse produtor de mais-valia ("a produção de mercadorias cessa quando cessa a produção de mais-valia", conforme Marx), a reprodução do sistema estaria assegurada diante do equilíbrio orçamentário. É a mais-valia, valor extraído do trabalho vivo sem qualquer pagamento, que impõe a presença do desequilíbrio orçamentário permanente. Os monetaristas, os partidários do *Currency Principle*, os discípulos de Jean Baptiste Say, os Caballos periféricos consideram que a produção de produtos eleva a remuneração dos "fatores", cria renda disponível em quantidade e poder de compra exatamente iguais ao acréscimo da oferta de produtos. "A produção gera seu próprio mercado", donde decorre que não há limites à expansão do capitalismo, segundo eles. Não pode ocorrer um "*general glut*", um problema de realização, uma crise de insuficiência relativa de demanda. Se o governo se apropria de parte da renda disponível sob a forma de impostos, só não haverá problema de inflação ou de deflação se ele gastar um montante exatamente igual ao arrecadado.

O pressuposto deste raciocínio é que os produtos não têm mais-valia, que ela não existe, que o sistema não é capitalista, que a "taxa normal de lucro é zero", conforme afirmava Leon Walras, ilustre neoclássico e monetarista. Se cada mercadoria contém, além dos valores correspondentes aos salários (V) e dos valores correspondentes aos custos das matérias-primas e das máquinas desgastadas (C), uma parcela de valor (S) produzida sem pagamento, acima do preço de custo despendido pelos capitalistas, então o valor da mercadoria (C+V+S) é superior ao dos pagamentos efetivados "aos fatores". A produção não cria seu próprio mercado, ao contrário do que afirmam Say, monetaristas, caballistas e "neonadas". A deficiência de demanda efetiva, a contradição entre mercadoria e dinheiro, decorre da produção de mais-valia, valor que se transformará em lucro quando e se a mercadoria for vendida. Se a economia não fosse capitalista, se o lucro não fosse essencial à reprodução do sistema, então FHC teria razão em liquidar o déficit orçamentário: as rendas geradas na produção garantiriam as vendas (a realização), logo, a oferta e a demanda global se igualariam, em qualquer nível de emprego e produção. Mas ele e todos os monetaristas, "neonadas" e pacoteiros, deveriam, necessariamente, combater com o mesmo vigor o superávit na balança comercial, tão ou mais desequilibrante e inflacionário do que o déficit orçamentário. Deveriam liquidar, também, o serviço da dívida pública, que levou para os bolsos dos banqueiros 75% da receita da União em 1989.

No sistema capitalista, déficit zero corresponderá sempre a uma taxa de lucro próxima de zero. A redução dos gastos do governo agravará, certamente, a crise de realização e o caráter excludente e desumano da produção de mercadorias. Se os gastos do governo, causadores dos déficits orçamentários permanentes, fossem provocados por investimentos produtivos do governo, o que para os pacoteiros incrementaria a produtividade e a eficiência do Estado, o espaço e as oportunidades de investimentos privados e a "eficiência" privada seriam estrangulados. Por isto, Keynes aconselha o governo capitalista a "realizar despesas não apenas parcialmente dissipadoras, mas completamente dissipadoras" (*wholly wasteful*).

O sistema capitalista não se limita ao momento da produção, dos investimentos. Ele é uma totalidade em que os diversos momentos – a produção, a circulação, a distribuição e o consumo são mutuamente dependentes. O governo capitalista, para assegurar a reprodução do processo contraditório, deveria corrigir as contradições que surgem entre a produção e o consumo, entre a distribuição, a produção e o consumo, entre o consumo e a produção etc. É por isto que o governo capitalista não pode ser míope, reduzir as necessidades do sistema ao momento dos investimentos e da acumulação centrado em São Paulo. O sistema capitalista eleva ao máximo a extração da mais-valia relativa, aumenta a eficiência da produção, intensifica o processo de trabalho, desenvolve ao máximo as forças produtivas e, com elas, as contradições entre seus Momentos. Por isto, se as forças produtivas crescessem a taxas incontidas, as contradições entre produção e consumo, entre o capital constante e o variável, entre mercadoria e dinheiro etc., levariam o capitalismo ao colapso.

Por isto, o sistema capitalista não pode, sob pena de entrar em crise, desenvolver as forças produtivas senão dentro de limites mais estreitos. O governo capitalista é obrigado a patrocinar a ineficiência, remunerá-la muito bem, fazer "despesas completamente dissipadoras", em guerra, em espaço, em funcionários públicos, em "pirâmides", para evitar que o sistema capitalista se destrua pelas forças que ele é capaz de produzir, mas que ele não pode comportar. Fernando Henrique Cardoso sabia disto. No entanto, FHC opta pelo irrealizável, pelo incompatível com o desenvolvimento sustentado que, paradoxalmente, diz ele ter como meta de seu governo: o desquilibrado equilíbrio orçamentário.

Fernando Henrique Cardoso diante do Imperialismo de Lênine e da destruição do excedente. A dialética esquecida por FHC como único método capaz de determinar as contradições nas relações econômicas internacionais.

Se cada mercadoria contém, além dos valores correspondentes aos salários (V), pagos com a importância em dinheiro D1, e dos valores correspondentes aos custos das matérias-primas e máquinas desgastadas, pagas pelos capitalistas com a quantia em dinheiro D2, uma parcela de valor (S), produzida sem pagamento algum, então o poder de compra gerado na produção (D1+D2) não é suficiente para adquirir, para demandar o valor das mercadorias, C+V+S. "De onde vem o dinheiro?", a quantia D3, necessária para que o valor da produção, C+V+S, possa ser vendido. Não vem; a demanda gerada numa sociedade mercantil, capitalista, (D1+D2) é insuficiente para comprar o valor das mercadorias (C+V+S).

Ao longo de todo o tomo II do Capital, Marx repete esta indagação para demonstrar que a contradição entre mercadoria e dinheiro não encontra solução numa sociedade mercantil, desenvolvida, capitalista, produtora de mercadorias. "O objetivo do capitalista não é igualar sua oferta e sua demanda, mas o de tornar a desigualdade entre elas, o excesso de sua oferta sobre sua demanda o maior possível"[34], maximizando o lucro. O capitalista é o ponto de partida do circuito, vende mercadorias e lança dinheiro em circulação, cria demanda (D1+D2) ao pagar C+V, mas a cria em volume inferior ao valor da oferta, (C+V+S). Falta a quantia D3, que não

33 Idem, O Modelo Político Brasileiro, p. 25.
34 K. Marx, O Capital, vol. II, p. 121.

foi lançada em circulação, de vez que o valor S, a mais-valia, não foi paga. Do ponto de vista do circuito, Marx detecta a mesma contradição: os capitalistas investem a quantia D, em dinheiro, igual a D1+D2, e vendem as suas mercadorias por D+d'. De onde vem o acréscimo, o lucro, d', que não foi lançado no circuito? "De onde vem o dinheiro adicional necessário para realizar a mais-valia adicional agora contida na forma de mercadorias?", pergunta Marx, desafiadoramente[35]. *Não vem, a não ser por acaso*, responde Marx. Ele se refere expressamente, à página 481 do citado *tomo II*, aos investimentos em maturação, à construção de ferrovias, às obras públicas, como supridoras de parte de D3, geradoras de rendas adicionais, às quais não corresponde, ainda, nenhum acréscimo de produção e de oferta de mercadorias. "Durante este período (de maturação, esclareça-se), o dinheiro lançado pelos capitalistas em circulação serve para converter o valor-mercadoria, incluindo a mais-valia nela objetivada, em dinheiro. Este fator se torna muito importante num estágio avançado da produção capitalista no caso de empreendimentos de longo período de maturação, tais como os realizados por sociedades anônimas etc., por exemplo na construção de estradas de ferro, canais, docas, grandes edifícios públicos, construção naval, drenagem de terras em larga escala etc."[36] São as obras keynesianas, cuja função Marx determinou no século passado...

Rosa Luxemburg pensa que as exportações permitiriam encontrar nos mercados externos, coloniais, ou em setores atrasados, agrícolas, o dinheiro (D3), que não foi lançado em circulação pelos capitalistas. Kalecki não chega sequer a perceber que os capitalistas são o ponto de partida da circulação de mercadorias e do dinheiro, sim, mas que as importâncias em dinheiro (D1+D2) pagas aos "fatores", o preço de custo, são inferiores ao valor das mercadorias (C+V+S), que deveriam ser vendidas não apenas por D1+D2, mas por D1+D2+D3. Se "os capitalistas ganhassem o que gastam", eles não seriam capitalistas. O problema é que eles têm de ganhar (D1+D2+D3) mais do que gastam (D1+D2), a fim de obterem lucro. "De onde vem o dinheiro?", continua Marx a perguntar, para realizar o valor total das mercadorias? Não vem, a não ser por acaso. Este acaso ocorre quando os investimentos em maturação, acima referidos, mais os gastos do governo em obras de maturação longa ou infinita (despesas bélicas, espaciais etc.), geradoras do déficit orçamentário, criarem uma renda disponível para o consumo numa quantia equivalente a D3. Assim, S poderia se realizar, assumir a forma dinheiro, ser comprada por D3.

Quando o governo periférico, ao contrário do norte-americano, do japonês, do cêntrico em geral, corta gastos, enxuga, reduz a demanda e o consumo coletivos, a crise de realização se aprofunda e o FMI bate palmas. A contradição entre mercadoria e dinheiro é que se manifesta sob a forma de déficit orçamentário necessário. Equilibrado o orçamento, a crise de insuficiência de demanda "efetiva" só não se manifestaria se grandes investimentos em maturação fossem feitos para lançar dinheiro em circulação, pagar os fatores, sem retirar dinheiro algum dela, pois as indústrias, de edifícios, navios, estradas de ferro etc., ainda não teriam receitas, é a mais-valia um dado essencial para a compreensão da totalidade capitalista e de seus componentes e momentos contraditórios, entre eles a dívida pública.

Como, a partir da crise de 1929, os governos de Roosevelt, de Hitler, de Mussolini etc. foram obrigados a incorrer em enormes despesas capazes de elevar o nível da combalida demanda efetiva, os fornecedores do governo, empreiteiras, indústrias bélicas e semelhantes, aproveitaram as benesses do consumidor soberano verdadeiro, o governo despótico-comprador. A moeda de ouro se transformou num empecilho para o aumento dos gastos do governo. O papel-moeda mostrou-se muito mais funcional, dinheiro facilmente produzido, sem os limites do sistema metálico. Ao incorrer em déficit orçamentário, o governo anticíclico emite papel-moeda para instilar D3, para cobrir o déficit. De início, parece que as emissões podem ser controladas de forma a permitir que o nível da demanda efetiva se desloque do nível de subemprego para o de "pleno emprego" keynesiano. As indústrias, empreiteiras e prestadoras de serviços ao governo acumulam capital rapidamente, não têm problemas de realização, de falta de mercado solvente. Elas se transformam no setor dinâmico da economia, capitaneada pelos setores bélicos. O governo não pode mais limitar seus gastos ao montante suficiente para elevar o nível de demanda efetiva assegurador do "pleno emprego", isto é, a quantia D3 capaz de permitir a venda do valor S, da mais-valia. Se o governo é obrigado a abandonar o antigo parâmetro keynesiano, teórico (limitar seu déficit orçamentário ao *quantum* necessário para que a economia atinja o "pleno emprego"), para elevá-lo ao nível capaz de assegurar a reprodução, a não-falência das indústrias e dos fornecedores do governo comprador. Se o governo equilibrar o orçamento aquele setor entra em falência e esta se espalha por toda a economia. O nível de gastos do governo, capaz de garantir a reprodução ampliada dos setores que têm o governo como seu principal comprador, produz uma elevação do nível da demanda efetiva que corresponde a uma inflação crescente. A solução keynesiana, a suplementação de demanda efetiva, a injeção de D3, por meio do déficit orçamentário, se transforma em problema.

A tendência à deflação, presente nos Estados Unidos até 1937, se transforma em inflação ameaçadora. O governo, que pode emitir dinheiro, não tem porque tomar empréstimos. O papel-moeda deveria ter eliminado a dívida pública: o governo que pode criar dinheiro, não teria porque elevar a dívida pública, tomar dinheiro emprestado. Mas ao elevar seus gastos a um nível que garanta a reprodução de seus fornecedores, o governo cria uma crescente pressão inflacionária, sendo obrigado a retirar parte do poder de compra que ele teve de lançar em circulação. Ele é obrigado a vender títulos da dívida pública, "*bonds*", para evitar a pressão inflacionária que o nível de seus gastos, impostos pelos pagamentos a empreiteiras, fornecedores de armas etc., provocaria, fatalmente. A dívida pública passa a ser o contrapolo do dinheiro-estatal: se a dívida pública não esterilizar o excesso de D3, de dinheiro-estatal lançado acima do nível que asseguraria o "pleno emprego", a taxa de inflação se elevaria exponencialmente. A dívida pública tem de aumentar para esterilizar o dinheiro-estatal: se a dívida pública não aumenta, a inflação dispara, atinge a hiperinflação. Para tentar controlar a inflação decorrente da decuplicação dos gastos bélicos do governo federal dos Estados Unidos em 1939, a dívida pública se elevou a 120% do PIB norte-americano, em 1945. Se a dívida pública não tivesse se elevado àquele nível, para esterilizar parte do poder de compra gerado pelos gastos do governo, a inflação norte-americana teria atingido, sem dúvida, os três dígitos. Se o orçamento se equilibrasse, por meio de cortes de despesas, os Estados Unidos teriam perdido a segunda guerra mundial. Os monetaristas equilibram o orçamento, mas perdem as guerras contra os adversários externos, contra o desemprego, contra a fome etc. Hitler elevou a dívida pública a níveis himalaianos, dívida contra a qual o monetarista Dodge, usando os braços das forças de ocupação, deu o calote em 1948.

A mais-valia, como Fernando Henrique Cardoso escreveu, é conceito essencial para que se compreenda o déficit público. Se

35 Idem, ibidem, p. 349.
36 Idem, ibidem, p. 481.

S, a mais-valia, foi produzida de graça, nada custou aos capitalistas, não houve qualquer pagamento correspondente àquele valor, o sistema não pode gerar um "débouché", um mercado, uma demanda final correspondente ao valor S. O déficit do governo federal, na falta de outras fontes geradoras de D3, deverá alcançar um montante igual ao de D3, instilar poder de compra suficiente para que S possa ser comprada por D3, suprindo a deficiência capitalista de demanda. As contradições internas entre mercadoria e dinheiro, que se refletem nas contas públicas, se somam às contradições presentes nas relações capitalistas internacionais. O governo emite para cobrir o déficit orçamentário, aumentando a dívida pública, o crédito público, o poder de compra adicionado pelo governo; a dívida das famílias se amplia para que rendas futuras, ainda não ganhas, sejam gastas agora, ampliando o mercado presente; a dívida externa, o crédito externo também crescem para aumentar D3, para ampliar as compras atuais. Toda a ampliação dos créditos: público, externo, de família e empresas reduz a capacidade de compra futura da coletividade no montante correspondente aos serviços daquelas dívidas...

Marx dizia que era justamente nas relações internacionais que as contradições do capitalismo se concentram e encontram na violência suas soluções. Sem cavalgar as contradições que impulsionam o comércio e as finanças internacionais, é impossível entender como tanto um superávit na balança comercial quanto um déficit da mesma provocam uma resposta única do governo capitalista: o aumento da dívida pública interna. Um superávit na balança comercial produz um efeito inflacionário visível e dual. O superávit na balança comercial desfalca a oferta interna de mercadorias, provocando uma pressão inflacionária por escassez de mercadorias; mas, ao elevar a renda dos exportadores, outra pressão inflacionária é criada, por excesso relativo de renda disponível. O governo, através do Banco Central, é obrigado a "lutar contra a inflação", que, no caso, significa vender títulos da dívida pública a fim de retirar o excesso de dinheiro provocado pela câmbio de dólares provenientes das receitas de exportação, por reais. Se os dólares que entram no sistema superavitário na balança comercial puderem ser depositados livremente em bancos nacionais, quanto maior sua permanência na forma de depósitos menor a pressão inflacionária que os superávits comerciais provocariam. Na medida em que a própria unidade monetária brasileira for o dólar, ninguém pode assegurar que o direito de abertura de depósitos bancários em dólar, no país, possa exercer o papel de substituto do aumento da dívida pública (venda de títulos), no enxugamento da base monetária. Logo, os superávits comerciais produzem, em última instância, um aumento da dívida pública interna. O país que hoje melhor evidencia esta relação interna é o Brasil.

Os países da OPEP, há vinte anos atrás, diziam que seu maior problema era o excesso de dólares recebidos da exportação do petróleo e que provocavam uma invencível pressão inflacionária e o aumento da dívida pública, da venda de títulos que se mostrava insuficiente para "enxugar a base monetária". Mas, se o superávit comercial tem este efeito perverso interno, o déficit na balança comercial, por caminhos e motivos diferentes, acaba obrigando governo a aumentar a dívida pública e o déficit orçamentário federal, como ocorre com os Estados Unidos desde 1971. Acontece que uma economia nacional, que importa um valor superior ao de suas exportações de mercadorias, deve, internamente, realizar não apenas os valores C+V, com as quantias em dinheiro *automaticamente geradas – D1+D2, mas também o valor não pago* S (que não gerou D3), e os valores importados a maior do que os exportados. O déficit na balança comercial obriga o país deficitário a realizar, a vender, em seu mercado interno o valor correspondente ao excesso das mercadorias importadas sobre o valor das exportações. O governo de uma economia nacional que apresenta um déficit em sua balança comercial é obrigado a criar um poder de compra que permita não apenas a venda de S, a realização da mais-valia, e, também, a compra interna das mercadorias cujo valor de importação supera o valor das exportações, isto é, o montante do déficit da balança comercial.

Será que o capitalismo brasileiro poderá viver sem o oxigênio do "*déficit spending*" enquanto a dívida pública dos Estados Unidos ultrapassa os 4,5 trilhões de dólares e o déficit orçamentário de 250 bilhões anuais? Não é claro que o déficit orçamentário do governo federal dos Estados Unidos tem por razão de ser a necessidade do sistema de elevar o nível da demanda efetiva, criar D3 em escala necessária para permitir que S, a mais-valia, seja realizada, vendida, juntamente com as mercadorias importadas em valor superior ao das exportações dos Estados Unidos?

Na mesma semana em que Fernando Henrique Cardoso mobilizava suas tropas pacoteiras, partidos e seguidores do fetichismo do "débito orçamentário zero", a avalanche real do dinheiro externo, especulativo, *hot money*, e a decorrente dos fantásticos saldos externos, fazia elevar a taxa de juros a mais de 50% ao mês. Esta avalanche carregou consigo o diretor Pinto do Banco Central e demonstrou que não adianta fingir que um problema não existe, "afogando-o no poço do *coeteris paribus*", para que ele deixe de convulsionar a realidade ideologicamente simplificada. Na mesma semana agitada, os latifundiários e os grandes fazendeiros conseguem fazer passar na câmara da decrepitude um perdão sobre a *correção monetária das dívidas por eles contraídas junto ao* Banco do Brasil, no montante de 97 bilhões de dólares. Do "fundo do poço do *coeteris paribus*", onde os neoclássicos afogam as variáveis incômodas, surgem perturbações insopitáveis capazes de transformar sonhos ideológicos de equilíbrios em pesadelos sanhudos.

Crise e dissolução do sistema como revelações de sua anatomia interna: De Fernando Henrique Cardoso a FHC.

Fernando Henrique Cardoso sabia que a crise e dissolução do sistema revelam sua anatomia interna, sua realidade dissimulada pelo auge e pelo vigor da versão ideológica equilibrista, positivista. "Retoma-se a discussão sobre o sistema escravocrata", escreveu Fernando Henrique Cardoso, "porque só na desagregação do sistema revelam-se de forma nítida as condições, fatores, processos e mecanismos que interferem no seu funcionamento: a violência como vínculo básico da relação escravista aparece claramente *na antiviolência, também violenta, do escravo que se rebela*; e, por outro lado, as condições de funcionamento do sistema evidenciam-se, para os coevos, nos momentos de sua desagregação, a impraticabilidade do capitalismo expandir-se além de certos limites através da escravidão demonstra-se no esforço ingente de criação de formas de retribuição pecuniária aos escravos no período de dissolução do regime"[37]. isto é, fernando henrique cardoso afirma que a economia de mercado, capitalista, é capaz de explorar mais os trabalhadores do que a escravidão podia fazê-lo. FHC está perdendo a oportunidade, que esta crise apresenta, de determinar as formas assumidas pelas contradições internas e internacionais, de entender as crises capitalistas como um processo movido por contradições crescentes, cada vez mais completas tanto do ponto de vista da estrutura quanto das relações internacionais de mútua dependência, de polarização e de exclusão recíproca. Se FHC não *tivesse se tornado prisioneiro do modelismo neoclássico e dos* clichês mentais fabricados pelo FMI, talvez ele pudesse compreender criticamente o atual momento da crise completa do capitalismo.

37 Fernando H. Cardoso, Capitalismo e escravidão, p. 26.

Quando os estados periféricos, a começar pelo Panamá, seguido pela Argentina, pelo México e pelo Brasil, abrem mão de sua moeda nacional, da centralização tributária, reduzida ao "equilíbrio" orçamentário que torna os governos nacionais inermes, completamente incapazes de planejar seus gastos necessários, talvez Fernando Henrique Cardoso percebesse que ele está contribuindo para a dissolução dos estados nacionais que se formaram como conchas protetoras da acumulação capitalista. Sem a "dívida pública, o protecionismo, a exploração colonial", e poder-se-ia *acrescentar, sem a moeda nacional, o exército permanente e centralizado*, o poder de pesquisa, os estados nacionais jamais teriam surgido, pelo menos como os conhecemos hoje. As "alavancas da chamada acumulação primitiva – a dívida pública, o protecionismo, a exploração colonial", a moeda, o exército nacional e a acumulação estatal (a partir das companhias de navegação e das empresas régias e privilegiadas do tempo de Colbert) – estão sendo sucateadas na periferia e se concentrando nos Estados Unidos. Se aqueles elementos são constituintes e foram indispensáveis para a formação do capitalismo em todas as latitudes, o projeto neoliberal aplicado na periferia mundial pode estar conduzindo à dissolução dos Estados Nacionais, conforme a previsão de Marx. Mas esta destruição dos Estados Nacionais não virá como superação, mas como tragédia e barbárie ditadas pelos interesses do capitalismo cêntrico em crise. Na periferia se instala o anti-Estado nacional. Como a atual crise do capitalismo cêntrico é uma crise de sobreacumulação e de realização, de falta de mercado para a escala mundial de produção, o capital produtivo, que não emigrou para o espaço da CEI, não emigrará, senão em doses homeopáticas, para a periferia, cujo mercado foi destruído pela pobreza e pelos juros escorchantes das dívidas internas e externas.

Ao contrário do que "pensam" os "idiotas da objetividade" da FIESP, a invasão do subsolo pelo capital estrangeiro, a apropriação indébita de empresas estatais e as privatizações da saúde, da educação, da aposentadoria, que já começam a mostrar seus problemas e aplicar golpes em seus clientes e assegurados, ajudarão no processo de destruição do mercado interno: as despesas com saúde, educação, aposentadoria privada reduzem as rendas disponíveis para outros fins, agravando a crise de insuficiência de demanda, de realização. As empresas privadas não poderão ser indefinidamente sustentadas pelo BNDES, pelo assalto ao FGTS, pela expropriação do FAT etc. Falidas as empresas nacionais, seremos obrigados a importar as modernidades que provocam a crise de realização cêntrica, que sobram no Japão depois de terem invadido a Europa e os Estados Unidos. O NAFTA, ampliado para a América Latina (naftalina?), obrigará a periferia sucateada a voltar-se para as atividades extrativas, agropecuárias, primárias, de *onde sairão os parcos recursos para a elite importar o luxo e a modernidade do centro.*

A meio caminho do famigerado Cruzado I, João M. Cardoso de Mello, acompanhado de sua inseparável empáfia, veio à TV anunciar que, com a adoção dos empréstimos compulsórios e do FDE, "a dívida pública foi liquidada para sempre... podem comemorar", dizia o ilustre campineiro. Agora, FHC repete o mote sediço e afirma que sem o Fundo Social de Emergência o "plano" não dará certo. Mas, com esses recursos extras, com esta fatia maior da massa de mais-valia apropriada pelo governo que ele diz ser totalmente ineficiente, a danada da inflação será enterrada e os problemas sociais serão resolvidos. "Tudo pelo social", sempre emergencial...

Os pacoteiros que cercam FHC conseguiram eleger vinte e um governadores do PMDB, ao tempo de Sarney. Sua economia não é política, é "*economics*" politiqueira. Desejam repetir a mágica em proveito do PSDB, após o congelamento de preços no zênite, no teto, para onde o governo os espantou, e de salários no nadir, no piso, onde a correção defasada e a inflação de mais de 40% ao mês os fez cair. Como sabia Fernando Henrique Cardoso, a história só se repete como farsa. Desta vez, é a farsa do plano FHC 2, querendo repetir a farsa do Cruzado I. Triste história, "tristes trópicos"...

FHC se convenceu de que a avalanche da correnteza imperialista, "globalizante", é inexorável. Ao invés de lutar contra a correnteza, FHC se entrega a ela. Ao invés de dar murro em faca de ponta, FHC segura o cabo do punhal... "O que não tem remédio, remediado está" *este é o lema oculto do governo, que só poderá* ser lido e entendido por aqueles que tenham decifrado o hieroglífico FHC.

ATO DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 281/95

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, *de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo* nº 0238/95-3, resolve aposentar voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, NADYR THEREZINHA JUSTEN KRONEMBERGER, matrícula 1052, Analista de Indústria Gráfica Legislativa, Nível III, Classe Especial, Padrão V/s30, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal – CEGRAF, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea **c**, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea **c**, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, 1 de junho de 1995. – José Sarney Presidente do Senado Federal.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 339, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 10 do Ato do Presidente nº 252, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.010/93-3, resolve homologar, para fins do disposto no artigo 20 da Lei nº 8.112, de 1990, a avaliação de desempenho dos seguintes servidores em Estágio Probatório:

Nome do(a) servidor(a)	Matrícula	Média final
Wanderley Rabelo da Silva	05.013	176
Maria de Fátima C. Ribeiro	05.014	188
João Batista J. de Medeiros	05.016	188
Rosana Cristina da Cunha	05.019	145
Paulo Henrique F. Nunes	*05.020*	*166*
Alexandre Sérgio de M. Caminha	05.021	187
Clara Martins Pereira Delgado	05.023	188
Myrian Beck Bisol	05.025	187

Senado Federal, 31 de maio de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins,** Diretor-Geral do Senado Federal.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 340, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 13, da Lei nº 8.112/90, resolve tornar sem efeito o Ato nº 280, de 1995, desta Diretoria-Geral, publicado no **DCN**, Seção II, de 5 de abril de 1995, que no-

meou ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jader Barbalho, em virtude de não haver cumprido o prazo previsto para posse no referido cargo, de acordo com o disposto no art. 13, § 1°, da Lei n° 8.112, de 1990.

Senado Federal, 1° de junho de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL N° 341, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7°, § 2°, da Resolução n° 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo n° 012.620/95-5, resolve nomear ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Jáder Barbalho.

Senado Federal, 1° de junho de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins,** Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL N° 342, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7°, § 2°, da Resolução n° 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo n° 012501/95-6, resolve nomear SANDRA MARIA DUQUE para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete da Senadora Júnia Marise.

Senado Federal, 1° de junho de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins,** Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL N° 343, DE 1995

O Diretor Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7°, § 2°, da Resolução n° 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo n° 012.574/95-3, resolve nomear JOAQUIM PINTO SOUTO MAIOR NETO para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete da Senadora Marluce Pinto.

Senado Federal, 1° de junho de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins,** Diretor-Geral.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

PORTARIA N° 46/95

Consolida o Quadro de Gratificações do IPC.

O Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução n° 3/91 do Conselho Deliberativo deste Instituto, aprovado em Reunião de 6 de junho de 1991, resolve:

Art. 1° Fica consolidado o Quadro de Gratificações dos Servidores Requisitados para o IPC, com a seguinte composição:

N° de Funções	Denominação	Padrão
01	Diretor de Secretaria Executiva	IPC-01
05	Assessor	IPC-02
03	Diretor de Departamento	PC-02
10	Chefe de Seção	PC-03
13	Auxiliar Técnico	PC-04
10	Auxiliar Administrativo C	PC-04 A
08	Auxiliar Administrativo "B"	IPC-05
05	Auxiliar Administrativo "A"	IPC-06
01	Apoio Administrativo "B"	IPC-07
01	Apoio Administrativo "A"	IPC-08

Art. 2° Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de maio de 1995. – Deputado **Heráclito Fortes**, Presidente.

COMISSÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA

"DESTINADA A PROMOVER AMPLA DISCUSSÃO ACERCA DE POLÍTICAS, PROGRAMAS, ESTRATÉGIAS E PRIORIDADES VISANDO O DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO".

3ª Reunião, realizada em 23 de maio de 1995.

Às dezesseis horas e cinquenta minutos do dia vinte e três de maio de mil novecentos e noventa e cinco, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a presidência do Senador BENI VERAS (Vice-Presidente) e Senador RENAN CALHEIROS (Presidente) e com a presença dos Senadores WALDECK ORNELAS, ARLINDO PORTO, JOSÉ ALVES, NEY SUASSUNA e OSMAR DIAS, reúne-se a Comissão. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir a palestra dos Senhores FERNANDO ANTÔNIO RODRIGUES, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem-ABID; JOSÉ COSTA, Gerente da Cooperativa Agrícola do Projeto de Irrigação de Bebedouro-CAMPIB; ÉRICO BARROS CAVALCANTI , Gerente Executivo do Distrito de Irrigação do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho; HUMBERTO SANTA CRUZ FILHO, Diretor-Presidente da Associação de Irrigantes do Oeste da Bahia-AIBA, e a do Senhor JORGE ROBERTO GARZIERA. Dando início aos trabalhos da Comssão, o Senhor Senador BENI VERAS, no exercício da Presidência, concede a palavra ao primeiro convidado. Na sequência dos trabalhos, e já sob a Presidência do Senhor Senador RENAN CALHEIROS, a Comissão ouve as exposições dos demais convidados. Encerradas as exposições, e , antes de passar a palavra ao Relator, o Presidente esclarece que terá que se ausentar, por compromissos assumidos anteriormente, e solicita que o Senhor Vice-Presidente, Senador BENI VERAS, assuma novamente a Presidência dos trabalhos. Além do Relator, Senador WALDECK ORNELAS, debateu a matéria o Senhor Senador BENI VERAS. No uso da palavra, o Senhor Relator registra a presença do Senhor EDSON NOGUEIRA, Gerente de Estudos e Projetos da RURALMINAS. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência convoca os membros presentes para a próxima reunião da Comissão, a realizar-se no dia 30, terça-feira, às 17:30 horas, na sala n° 02, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar a Presidência encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será publicada com as notas taquigráficas.

ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA,

"DESTINADA A PROMOVER AMPLA DISCUSSÃO ACERCA DE POLÍTICAS, PROGRAMAS, ESTRATÉGIAS E PRIORIDADES VISANDO O DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO".

Realizada em 23 de maio de 1995. – Presidente: Senador **Renan Calheiros** – Vice-presidente: Senador **Beni Veras** – Relator: Senador **Waldeck Ornelas.**

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Declaro aberta esta reunião da Comissão Parlamentar Especial Temporária, criada através do Requerimento nº 480, de 1995, destinada a promover ampla discussão acerca das políticas, programas, estratégias e prioridades, visando o desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco.

Hoje temos, na pauta, várias exposições. A primeira seria do Sr. Fernando Antônio Rodrigues, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem – ABID, a quem eu convidaria para tomar assento à mesa.

Com a palavra o Sr. Fernando Antônio Rodrigues.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO RODRIGUES – Inicialmente, gostaríamos de agradecer esse convite para aqui estarmos, em nome do nosso Presidente, Deputado Jorge Khoury, que, por estar viajando, não pôde estar aqui, e cumprimentar esta Casa pela iniciativa de colocar em pauta tão importante tema que é o Rio São Francisco.

Logicamente que entendemos perfeitamente o trabalho que vem sendo feito pela Companhia do Desenvolvimento do São Francisco. A contribuição que a ABID dá nesse caso é uma visão mais abrangente que externa de certa forma a visão do próprio Vale.

Vou usar a transparência.

Na verdade, tentaremos, no tempo que nos cabe, fazer um pequeno histórico da irrigação no Vale, alguns comentários sobre a lei, que é um importante instrumento que temos com relação à implantação da política nacional de irrigação; os aspectos da geração de energia **versus** irrigação – ponto que sempre tem sido levantado –; algumas considerações sobre os custos, os benefícios, as perspectivas e ações, para que possamos implementar uma política de irrigação no Vale do Rio São Francisco.

Sobre o Rio São Francisco sempre se teve uma visão mais globalizada. Ele, na verdade, é chamado Rio da Integração Regional e, mais do que isso, é o grande componente de disposição de água para o Nordeste brasileiro. Não se pode ter uma visão mais de uma bacia independente. Quando analisamos, dentro de uma ótica com relação ao Nordeste como um todo, vimos que, quanto às ofertas de água, o São Francisco praticamente contribui com 2/3 da água para o Nordeste. Praticamente, o Parnaíba, na divisa do Piauí com o Maranhão, com 9,3%, as águas subterrâneas com 4,5% e os outros aportes somam 19,6%.

Não podemos esquecer disso, porque, dentro de algum tempo, veremos a demanda sobre esse importante rio sendo aumentada. Por meio da análise dos estudos, que recentemente foram pedidos pelo Ministro Krause, não temos dúvida de que a próxima de uma dessas grandes metrópoles do Nordeste a usar mais rápido a água do Rio São Francisco nos parece que vai ser Recife.

Dentro dessas disponibilidades, existe uma demanda. A demanda hoje, já da região Nordeste, está assim distribuída. Dentro daquela disponibilidade que vimos da ordem de 92 bilhões de metros cúbicos, temos 22 bilhões de metros cúbicos numa demanda bastante significativa do que é a realidade hoje. Essa demanda rural difusa, que é a mais dispersa, está em torno de 2%; as dos distritos industriais – 3,4%; pecuária – 4,3%; agro-industrial – 5,8%; a urbana – 13,7%; a irrigação – 28,3% e a ecológica 42,5%. Essa vazão ecológica é considerada aquela disponível nos cursos de água perene que possam chegar ao mínimo de 10% das suas demandas.

Essa matriz foi feita por ocasião do projeto Áridas. Com relação à demanda do Nordeste, não houve tempo suficiente para que a adaptássemos às condições única e exclusivamente do São Francisco. Quando fomos colocando em alguma matriz, por região do São Francisco – já que não foi possível terminar –, a irrigação passou a ocupar em torno de 33% das suas demandas.

Essa demanda ecológica é uma vazão mínima que deve ser assegurada nos cursos d'água em termos de qualidade/quantidade, correspondente a 10% da vazão média, para poder garantir as condições de vida no curso.

Outro ponto diz respeito à própria revolução da história da irrigação. No São Francisco, desde as décadas de 50 e 60, já vinha se praticando alguma irrigação, principalmente no submédio São Francisco, onde os ribeirinhos com plantio principalmente de cebola e trabalhos pioneiros da antiga Comissão do Vale do São Francisco – depois Superintendência do Vale do São Francisco – tiveram financiados conjuntos de moto-bombas. Depois, na década de 70, com as instituições dos sistemas de planejamento, foi feito um planejamento mais a longo prazo em que se pôde fazer uma avaliação do rio com relação ao uso dessa água para irrigação. E foi aí que se estabeleceram os grandes projetos pioneiros, tais como o de Bebedouro, em Petrolina, e o de Mandacaru, em Juazeiro. Logicamente, em algumas regiões, como a região de São Desidério, em Barreiras, já se praticava alguma irrigação quase que secular, principalmente com derivações de águas em barragens feitas de pedra de mão. Já se exercia, então, algum controle e participação coletiva no uso dessa água. No rio Calendor, afluente do Carinhanha, também a esse tempo já se praticava alguma irrigação.

Na década de 70, foi instituído o sistema de planejamento e promulgada a Lei nº 6.662, que instituiu a Política Nacional de Irrigação. Essa lei tinha uma visão de um País ainda inexperiente começando a se lançar na irrigação. Era uma visão muito voltada para os perímetros públicos de irrigação, onde se privilegiava quase que a área de colonização, obrigando que 80% da área ocupada fosse feita por colonos e 20% pela iniciativa empresarial.

Entre a promulgação da lei e sua regulamentação, tivemos decorridos praticamente cinco anos. Observa-se que nesse período não se deu tanta prioridade à implementação dessa política. A Política Nacional de Irrigação não privilegiou quase nada a iniciativa privada. O relacionamento que ficou dessa lei foi praticamente a divisão do poder de outorga da água que dividiu nesse momento, a partir da promulgação dessa lei, porque o que era única e exclusivamente do setor energético, do setor elétrico, passou a ter o poder dividido. Para a irrigação, esse poder era feito então pelo antigo Ministério do Interior. Depois, com as diversas modificações por que passou a irrigação, esse poder foi derivando e praticamente o poder de concessão, de outorga do uso da água, é o único contato que obriga, entre a iniciativa privada e o Governo Federal, a execução desses programas de irrigação.

Um dos aspectos muito importantes no tocante às águas do São Francisco, quando se começa a discutir a sua utilização dentro da irrigação, é a geração de energia e irrigação. É um aspecto da maior importância, mas na verdade conflitante. Muita gente fala em irrigação, mas não tem noção do que é o consumo de água de um sistema de irrigação.

Algumas coisas costumo responder e repetir muitas vezes por causa da experiência que vivemos. Quando, como profissio-

nal, nos derivamos da área de irrigação para a área de gerenciamento de recursos hídricos, foi exatamente pela preocupação da magnitude dos volumes utilizados em irrigação.

Lembro-me, no início da década de 80, quando tinha assento no Conselho de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, COPAM, de que fiz uma pergunta ao então Presidente da COPASA – Companhia de Abastecimento de Água do meu Estado: quantas estações de bombeamento o Estado de Minas Gerais tinha do porte de um pivô central de 90 ha, que consome em torno de 100 l/s, que era o equivalente a quanto a COPASA tinha nessas cidades.

Naquele momento, o meu Estado tinha 722 municípios. A Copasa atuava em somente 254 municípios. Em todo o Estado, havia 17 estações de bombeamento do porte das que utilizam um pivô central.

Muita gente não tem noção do que seja isso, porque só falamos em volumes extremamente grandes. Nas condições do Vale do São Francisco, o uso da água é, na média, de 12 mil metros cúbicos por hectare. O que se faz com 12 mil metros cúbicos por hectare é algo bastante significativo, a ponto de chegar a alimentar cidades e animais, às vezes durante anos.

Por isso, sempre vem à tona o assunto da geração de energia **versus** irrigação. Se, por um lado, isso é um problema, as simulações mostram que, nas condições do Vale do São Francisco, é perfeitamente possível harmonizar. Esse foi um trabalho de simulação feito para o extinto DNOCS pela Hidroservice e a PRC americana, um consórcio de empresas, quando se procurou discutir os aspectos do conflito de uso da água, tanto para uso na Bacia como para uso extra, época em que foi retomada a idéia de transposição de águas.

Foram feitas várias simulações. E, com a construção da barragem de Sobradinho, previa-se a regularização em 2.060 metros cúbicos por segundo. Esse é realmente um aspecto a ser considerado, porque, ao verificarmos essa situação, durante esses anos que se passaram, observamos que o sistema de planejamento do setor elétrico está mais forte, dotado de mais recursos. Na época, já com mais experiência, projetou-se e planejou-se turbinar até a última gota do rio. Hoje, a irrigação também tem um pouco de experiência.

Na verdade, se formos analisar, sob aspectos, não entrando no mérito de se usar a água dentro ou fora da Bacia, quando se fala aqui em transposição, em área mínima de hectares para que seja feita a transposição, podemos tomar em consideração só os valores totais dessa utilização de água. Então, vamos ver que, em até 2 milhões e 70 mil ha, praticamente tem-se uma redução da vazão em até 1.400 m3/s. É lógico que essas conclusões mostram que a redução realmente tem uma influência no sistema energético, vendo-se a queda no quilowatt/hora por ano. Mas, na verdade, ela não atinge os pontos críticos com relação à hora de ponta. Essa foi a conclusão bastante importante a que essa simulação chegou. A conclusão desse relatório, na época, mostrava que, até a máxima área de irrigação considerada como superfície irrigada bruta, de 2 milhões e 70 mil ha, não se verificam reduções na capacidade de geração de energia firme de ponta, não sendo afetada, portanto, sua potência garantida. As reduções constatadas referem-se exclusivamente à energia firme de base.

Isso quer dizer que gera realmente uma deficiência na base, que tem de ser suprida de alguma forma. E essa simulação mostrou que, se formos caminhar para essas metas em torno dos dois milhões de hectares, teremos que suprir uma deficiência de potência instalada da ordem de 971 megawatts. Isso, na verdade, é um pouco mais do que uma Sobradinho, que é da ordem de 800 megawatts.

A visão que sempre nos foi dada é a de que olharíamos esse problema dentro de uma ótica de geração de energia. Mas temos que pensar sobre a geração de energia um pouco voltada para dentro do Vale. A geração é importante, trouxe o progresso ao Nordeste; as ações da CHESF foram importantes, mas, na verdade, o Vale passa a ser um exportador, ficando fora deste a maior parte dos benefícios. Então, é necessário que se pense em ter alguma compensação dentro do Vale.

Dentro dessa mesma análise da seqüência dos estudos, o que se deixaria de gerar, pela utilização, para se irrigar até dois bilhões de hectares, na verdade, teríamos um custo anual de US$103 milhões, que seria o que o setor energético deixaria de arrecadar, considerando o custo marginal da ordem de US$50 por megawatt/hora. E isso por um período considerado de 30 anos. Se passarmos para um período de 15 anos, aplicando-se os mesmos critérios, às mesmas taxas de juros, vimos que esse custo anual equivale a US$142 milhões. Esses são os números-chave do início da conversa que gostaríamos de ter com V. Ex^as^s com relação a essa decisão.

O que são US$150milhões? É um valor alto, ainda mais no momento de crise por que o País passa. Mas, se formos analisar, se investíssemos esse valor e os dois milhões de hectares estivessem sendo irrigados, estaríamos deixando de gerar para as companhias energéticas US$150 milhões. Vamos tomar como exemplo o milho, um produto que está em crise, com o preço muito baixo, para V. Ex^as^s terem uma idéia do quanto está complicada essa situação de preço hoje. Para um agricultor produzir milho irrigado, precisa de sete toneladas para pagar o custo de produção por hectare. Só está tendo lucro quem planta mais de sete toneladas de milho por hectare.

Mesmo considerando essa situação, alguns agricultores perto de Brasília, dentro do Vale do São Francisco, na região de Paracatu, têm produzido dez a doze toneladas, compensando um pouco os gastos com a irrigação.

Mas se nos referíssemos apenas a sete toneladas por hectare, numa única safra num ano, em dois milhões de hectares plantados, o que isso representaria? Teríamos 14 milhões de toneladas, que, ao preço em que está hoje o produto, em torno de US$70.00 por tonelada, uma de suas fases mais críticas, valeriam US$980 milhões, que estariam circulando dentro do Vale do São Francisco, gerando empregos.

Essa é a tônica que deveríamos ter. Pegamos uma safra apenas, um produto que está em baixa e fazemos essa comparação da decisão. É esta Casa quem vai ditar a decisão: vamos gerar energia ou produzir alimentos? Tudo é importante. A energia é importante, porque não se faz irrigação sem energia, principalmente nas condições brasileiras.

Como se pode ver na nossa seqüência de raciocínio, esse aspecto do conflito existe, porque realmente são dois problemas: um, que é preciso turbinar e, outro, que é preciso usar; usa-se, e não é pouco.

Quando falamos de irrigação, saímos de um problema e entramos em outro: o custo. Esse é um problema que, nas condições brasileiras, é muito distorcido. A situação nos mostra que temos uma variação muito grande de custos, uma variação de problemas que começaram de uma realidade muitas vezes distorcida. É bom que se conheçam determinadas coisas para se poder dizer se a irrigação no Brasil é barata ou cara.

Começamos como todos os países, mas com uma felicidade de iniciarmos um pouco mais tarde do que a maioria, o que nos propiciou testar todas as tecnologias. Hoje, temos projetos públicos implantados com tecnologias espanhola, israelita, americana, enfim, com uma gama de quase todas as tecnologias do mundo. Nós, profissionais dessa área, fomos formados às custas de erros dentro desses projetos.

É interessante que se saiba que algumas necessidades nossas na agricultura não passaram a ser uma necessidade do agricultor no momento. Quando se iniciou a introdução do pivô central no Brasil, em 1979, a maioria dos primeiros agricultores buscou a sua utilização ou porque tinham crédito fácil ou determinadas facilidades. A irrigação pressurizada por pivô central no Brasil entrou na primeira fase mais por **status** do que por necessidade. Quando estudamos a introdução desse equipamento no Brasil, à época em que eu era o Diretor Técnico da Codevasf, fizemos um acerto com algumas indústrias para fabricar esses equipamentos, e eu tinha uma delegação da empresa onde me era permitido adquirir até três equipamentos. Naquele momento, portanto, os equipamentos podiam ter entrado no mercado brasileiro custando uma média de Cr$1,8 milhão por equipamento. Entretanto, esses equipamentos entraram no mercado custando Cr$2,7 milhões.

Como é visto, houve uma demanda, ou seja, não foi preciso que comprássemos para que esses equipamentos fossem introduzidos.

O segundo ponto está relacionado ao fato de determinado valor ser barato e outro valor ser caro. E isso é interessante se observar. Tivemos, há algum tempo, mais ou menos em meados da década de 80, um debate muito sério com a indústria de equipamentos, qual seja, os equipamentos que estavam sendo vendidos e entregues aos agricultores, num determinado momento, tinham um custo mais barato, ou seja, um equipamento para 100 ha custava, naquele momento, cerca de Cr$4 milhões e esse mesmo equipamento, quando para 60 ha, passava para Cr$6 milhões. Isso em 1985.

A análise, entretanto, nunca era feita em função do custo anual, pois a estrutura do equipamento era a mesma, a tubulação era a mesma e, ali, tinha que passar uma maior quantidade de água, que aumenta, no quadrado da velocidade, a potência necessária para que isso possa ser feito.

Durante os debates com as indústrias, descobrimos quem estava fazendo isso, pois aquela diferença de Cr$2 milhões por hectare era paga em 27 meses devido ao fato de que, naquela época, a energia ainda era altamente subsidiada, mas o agricultor era obrigado a comprar daquela forma porque os agentes financeiros assim o exigiam, pois analisavam, pura e simplesmente, na ótica do valor inicial do investimento e não do seu custo inicial.

Vamos aos projetos públicos. Do lado dos projetos públicos, o Brasil tem uma característica diferente da maioria dos países do mundo, ou seja, não temos o privilégio de possuir montanhas rochosas onde as águas vêm por gravidade, não possuímos os Andes, onde as águas também vêm por gravidade, mas com honrosíssimas exceções temos alguns projetos nos quais foi possível derivar essa água por gravidade, como por exemplo, o Projeto Gurutuba, em Minas Gerais, o Projeto Brumado, na Bahia, que é, inclusive, muito privilegiado, já que água vem por gravidade e é pressurizada na porta dos agricultores, a fim de que também possam pressurizar seus sistemas.

Esses são os casos mais raros e mais difíceis, pois em todo o nosso sistema a água está nos pontos mais baixos e as melhores terras nos pontos mais altos. É uma realidade, portanto, já que envolve estruturas de bombeamento, que são caras, e tubulação. E o que é caro numa irrigação? É a tubulação, ou seja, o custo de uma irrigação por hectare está diretamente ligado ao consumo de tubulação.

Os estudos, na verdade, mostram-nos o seguinte: os nossos custos, quando comparados às regiões do mundo dentro dos mesmos padrões, porque não podemos comparar a irrigação do Nordeste com a do Sul, porque estava no Sul, até o início da década de 70, toda a área irrigada brasileira. Tínhamos, naquele momento, 500 mil ha, sendo que 400 e tantos mil ha estavam no sul do País com a cultura do arroz, que tinha um custo bem diferente, a condição de levante de água era outra e a região era plana.

Sendo assim, não podemos comparar com regiões como a do Vale do São Francisco, em que, muitas vezes, as melhores terras estão a 60 ou 70 metros de altura em relação à água e, às vezes, 10 ou até 15 quilômetros da beira do rio. A própria geologia do São Francisco também influi nisso, ou seja, quanto mais próximo da margem do rio, mais a predominância de terrenos arenosos ou areia quartzosa.

Isso é uma coisa que acontece. A natureza assim o fez. Por esse motivo é que, em alguns projetos, o Brasil avançou muito em exploração de natureza econômica dessas areias quartzosas. Hoje, já temos tecnologia para usá-las.

Qual é o custo do Brasil, nos dias de hoje, por hectare? É de US$10 mil. Não é caro. À primeira vista, esse número assusta; mas quando analisamos o que representam esses US$10 mil por hectare, veremos que quase US$5 mil foram investimentos sociais para os colonos e para as empresas. Por exemplo, os recursos podem ter sido aplicados na construção de uma estrada, de um sistema de saúde, na montagem de um ambulatório, na construção de uma escola, ou ocasionalmente teve-se que montar duas ou três vezes linhas de energia para que chegassem lá, porque quando a energia chegava já estava saturada.

Eu gosto de ressaltar aqui o exemplo do Jaíba: quando começou o Projeto Jaíba, foi financiada a duplicação da linha; primeiro, levava uma linha, que era a Pirapora-Montes Claros-Janaúba; quando essa linha chegou a Jaíba, já chegou saturada e não podia acionar as bombas, porque havia uma demanda reprimida na região. Foi feito em seguida um reforço dessa linha, e aí saiu pelo outro lado do rio. Foi até Pirapora, Pirapora-Januária, Januária-Jaíba, quer dizer, foram computadas duas linhas, mas isso, na contabilidade, ficara no custo do projeto; no entanto, foi beneficiada a região como um todo! A primeira linha não deveria ter sido contada.

Outro aspecto refere-se à infra-estrutura: realmente, custa caro levar água, mas nós precisamos dessa infra-estrutura. Uma das coisas mais caras que existem é o transporte de água.

Quando tomamos esses valores e os analisamos, quando verificamos os valores que os agricultores pagam, sejam eles colonos ou empresários – isso é um estudo do Banco Mundial feito com a FAO, numa avaliação dos projetos no Vale do São Francisco –, observamos, por exemplo, que praticamente não existe diferença de preço a nível de parcela entre o grande agricultor e o pequeno agricultor, porque o sistema é o mesmo.

Então, quando se fala em custo, temos que ter muito cuidado. Os custos no Brasil são competitivos. Isso posso assegurar a V. Exª. Na hora em que separarmos o que é do social do que é do econômico, verificaremos que eles são altamente competitivos.

Hoje, na verdade, os projetos estão mais maduros; a infra-estrutura de irrigação atualmente, que chamaríamos de obras coletivas, tem que ser feita, se quisermos realmente, mas ela é uma infra-estrutura como qualquer outra.

Então, falaríamos rapidamente sobre os benefícios. Se nós analisarmos os benefícios, vou citar apenas um: o custo do emprego gerado. Para se ter uma idéia, segundo estudos feitos pela OECF, dentro dos projetos da Codevasf, principalmente nas região de Juazeiro e Petrolina, hoje a mais experiente de todas, o custo da irrigação com a horticultura por emprego gerado fica da ordem de US$13 mil por hectare. E na medida em que vamos prosseguindo com o turismo e bens intermediários, chegamos até US$220 mil por hectare, quando estamos na área da petroquímica. Por aqui se vê os benefícios que temos com relação a esses investimentos.

Vamos falar sobre as perspectivas para o futuro: na verdade, o São Francisco tem um potencial muito grande; só dentro do Vale do São Francisco – o PLANVASF estudou essas áreas, a Codevasf tem isso mais do que estudado –, fala-se numa disponibili-

dade de oito milhões de hectares, quando se toma o acesso da água até 60 km das fontes de água, com altura geométrica de bombeamento até 120 metros; mas quando reduzimos isso à metade, a distância até 20km e a altura até 50 metros, passamos para três milhões de hectares do potencial, e aí é que mostramos que há uma potencialidade bastante grande com relação aos aspectos.

E o que é preciso fazer para usar essas potencialidades? Na verdade, as experiências têm demonstrado que não é preciso fazer muita coisa, mas é preciso fazer muita coisa séria e continuada. É preciso, realmente, existir um programa de suporte, de apoio, de infra-estrutura para que a própria iniciativa deslanche. Na hora em que se coloca água e energia à disposição, a iniciativa, por si só, faz o resto.

Eram essas as nossas considerações que gostaríamos de fazer. Agradecemos a oportunidade e colocamo-nos à disposição para qualquer pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Antes de concedermos a palavra ao próximo expositor, temos honra de destacar as presenças do ex-Senador Mansueto de Lavor, brilhante representante do Estado de Pernambuco nesta Casa, o Dr. Airson Bezerra Lócio, que conosco esteve na última reunião que realizamos na semana passada.

Tem a palavra o Sr. José Costa, representante, neste encontro, do Sr. João Passos de Lima, Presidente da Cooperativa Agrícola do Projeto de Irrigação de Bebedouro.

Com a palavra o Sr. José Costa, gerente da Cooperativa.

Só para tirarmos o melhor rendimento possível da reunião, é importante especificarmos o tempo em torno de vinte minutos, para que possamos depois aprofundar o debate.

O SR. JOSÉ COSTA – Srs. componentes da Mesa, demais Senadores, autoridades aqui presentes, agradecemos o convite formulado à Cooperativa do Projeto – e aqui falo em nome do Presidente da Cooperativa. Preparei algumas transparências, mas, infelizmente o retroprojetor está com defeito. Assim mesmo, vamos iniciar.

O Projeto Bebedouro foi um projeto pioneiro de irrigação no Vale de São Francisco. Está localizado em Petrolina, a aproximadamente 45 Km da cidade, criado pela Comissão do Vale do São Francisco, hoje Codevasf. Entrou em operação, como já falei, em 1968. Foi criada, concomitantemente, uma cooperativa, na época, a Campibe, que, hoje, tem um quadro social de 130 associados, 60 funcionários, e é responsável pela gestão do perímetro, a partir do ano de 1986, quando a Codevasf iniciou o processo de emancipação do mesmo, passando assim toda a administração do perímetro para a Cooperativa e, conseqüentemente, os seus associados, os produtores.

A Cooperativa do Projeto Bebedouro desenvolve as seguintes atividades: comercialização da produção, operação e manutenção do perímetro – a parte de operação e manutenção envolve bombeamento, conservação de estradas, canais e rede de drenagem –, assistência técnica – é quadro próprio da Cooperativa – e crédito rural, o repasse do crédito rural. Isso aconteceu até o ano passado, quando as liberações de crédito foram suspensas pelo sistema de crédito rural. Essa suspensão deveu-se ao fato da falta de recurso pelos bancos, o banco que sempre trabalhamos, o Banco do Nordeste, tem alegado essa questão de falta de recurso.

Na parte de comercialização, a Cooperativa desenvolve um trabalho na parte de venda do produto a distribuidores, que são basicamente das Ceasas e também alguns clientes locais. O nosso produto, basicamente, destina-se ao mercado interno e ao Nordeste.

Achamos interessante que sejam mostrados alguns dados operacionais do perímetro: a área total do perímetro, a área original do Projeto Bebedouro representa 6.000 ha, sendo que, dessa área, a área irrigável abrange 2.418 ha.

Essa área irrigável é dividida em área empresarial e área de colonização, a qual é abrangida pela Cooperativa. Há 1.494 ha para 130 colonos. A área empresarial, que abrange 924 ha, é ocupada por cinco empresas, entre as quais, a EMBRAPA, o Serviço de Produção de Semente Básica, ocupa uma boa parte dessa área.

O perímetro tem uma necessidade hídrica anual – esse valor foi apresentado no ano passado; todos esses dados são concretos – de 26.000.000 m3 de água. O nosso método de irrigação é o de sulcos de infiltração, e algumas áreas estão sendo irrigadas através de aspersão convencional.

A eficiência da nossa irrigação é de apenas 50%, em função de, hoje, o projeto apresentar uma infra-estrutura de bombeamento e de canais bastante desgastada, em virtude de estar em funcionamento desde 1968.

A captação é feita por bombeamento do Rio São Francisco. O projeto apresenta 127 Km de canal; o canal principal tem o cumprimento de 26 km. O projeto tem uma rede de drenagem de 37 km; uma área de drenagem subterrânea de aproximadamente 500 ha e uma rede viária de 45 km de estradas. O projeto conta com apenas cinco estações de bombeamento.

A tarifa de água aplicada no perímetro até o mês de maio foi de R$ 16,00 para 1.000 m3 de água; a partir de junho, será aplicada uma tarifa de R$ 20,00 para 1.000 m3 de água, em função dos nossos custos operacionais que são bastante elevados.

Quanto ao uso do solo, o perímetro, a partir do ano de 1990, mudou um pouco a sua vocação, sendo ali implantada a cultura de uva de mesa. Antes, trabalhávamos com culturas de ciclo anual e com olerícolas. Hoje, trabalhamos com a cultura de uva de mesa, que representa 90% do faturamento da Cooperativa.

As empresas ali presentes trabalham basicamente com culturas anuais e com produção de sementes e de essências florestais. Esses dados são apenas a título de informação, já que a Cooperativa não interfere na área empresarial, apenas fornece a água para as empresas, operando todo o sistema.

Na área empresarial, há 69 ha de cultura de goiaba. As demais empresas, principalmente a EMBRAPA, trabalham com as culturas de feijão e de milho para a produção de sementes. Os associados da cooperativa alí assentados, hoje, têm um total de 400 ha de uva.

No ano passado, a nossa produção de uva chegou a 650.000 caixas. Foram implantadas também outras culturas, tais como as de melão, de melancia e de feijão, que, hoje, apresentam um efeito secundário no faturamento da Cooperativa e de seus associados, como a do melão, a da melancia e a do feijão.

Foram produzidas ali, em 1994, mais de duas mil toneladas de melancia e mais de quinhentas toneladas de melão. A produtividade média da cultura da uva de mesa obtida pelos colonos no perímetro foi de doze toneladas por hectare em cada safra – é importante que se diga que na nossa região temos duas safras e meia de uva ao ano. A produtividade média do melão ficou em torno de doze toneladas por hectare, e a da melancia, vinte toneladas por hectare. A rentabilidade do perímetro em valores corrigidos – fiz uma transparência que apresenta valores sem correção – chegou a nove milhões de dólares no ano passado, dando uma rentabilidade por hectare de aproximadamente quatro mil dólares ao ano – isso, considerando todas as atividades desenvolvidas no perímetro, incluindo a área empresarial.

Com relação à parte da Cooperativa e à sua atividade maior, que é a cultura da uva de mesa, a rentabilidade chega a vinte e cinco mil reais por hectare ao ano, considerando a produtividade que acabamos de mencionar.

O volume de uva de mesa que a Cooperativa estima produzir este ano está em torno de um milhão de caixas. A produção sempre foi voltada para o mercado interno, mas sentindo os efeitos das leis de mercado, hoje se procura fazer um trabalho de melhoria da qualidade, para que haja um aproveitamento da nossa produção para exportação. Já foi iniciado esse trabalho, a Cooperativa hoje participa de um grupo, junto com os produtores da região, que já exporta, que tem volume de exportação expressivo.

A Cooperativa ingressou nesse grupo para também poder exportar um volume expressivo da sua produção, saindo um pouco do mercado interno e buscando novos mercados. Sobre esse grupo, acho que o palestrante seguinte poderá dar maiores informações, pois é um de seus representantes.

O volume de uva exportado no primeiro semestre ainda é insignificante, mas há uma tendência a aumentar. Os fatores limitantes para o desenvolvimento do Projeto Bebedouro da Cooperativa – citamos aqui alguns e vamos comentá-los – guardam estreita relação com a política de crédito.

Tem-nos faltado sempre o crédito rural oportuno – isso é realmente um entrave, principalmente porque trabalhamos com pequenos produtores, mas para qualquer empresário é um ponto de estrangulamento. Tem faltado uma política de crédito voltada para as culturas irrigadas. A política de crédito que existe não leva em conta as peculiaridades das culturas irrigadas, principalmente no caso da fruticultura.

Os agentes financeiros oficiais de crédito na região seguem a política de crédito tradicional, que sabemos ser a política de crédito para grãos, que é a que existe oficializada no País.

Para V. Ex^as terem uma idéia, são produzidas duas safras e meia de uva ao ano e isso representa noventa por cento do faturamento da Cooperativa e mesmo assim estamos sem crédito há aproximadamente um ano. Apresentamos propostas ao banco que foram aprovadas, mas o dinheiro não sai, o que é um grande entrave para o pequeno produtor. O banco não quer entender, ou não entende as características dessa cultura, que é uma cultura de ciclo rotativo.

Outra questão é a da melhoria da qualidade dos nossos produtos. Sabemos que para atingir novos mercados, inclusive o mercado externo, precisamos melhorar – e muito – o nosso produto. Para isso, precisamos também do apoio da pesquisa pública, que está presente na região, mas que precisa ser intensificada com relação à fruticultura. É preciso que haja um direcionamento maior da pesquisa pública, através da EMBRAPA, do CEPATSA. Sabemos que algo deve ser feito para que essas pesquisas tragam resultados não só para o pequeno produtor, mas para toda a região e para as culturas ali exploradas, que têm apresentado resultados econômicos satisfatórios.

Pretendemos promover a abertura de novos mercados através do **board** da uva, que é uma experiência da região de que o Jorge Garziera, como representante, poderá falar melhor.

O apoio institucional que sempre recebemos veio da Codevasf – desde a SUVALE –, que ainda hoje está presente no projeto através do apoio técnico que nos tem dado continuamente. Sabemos também das dificuldades que existem para que esse apoio seja mais consistente, mas o perímetro todo tem consciência de que ele tem existido e não pode faltar.

Fiz um gráfico da produção e dos preços da uva no mercado – não sei se isso seria interessante para V. Ex^as –, mostrando exatamente as épocas de pico no preço e aquelas em que temos produção de uva. Produzimos uva o ano inteiro, mas em algumas épocas há os picos. Esse gráfico representa a cultura da uva em termos de produção, valor e época de colheita.

Hoje fazemos um trabalho que visa obter melhores preços nas melhores épocas. Temos nos preocupado bastante em evitar picos nas épocas em que o preço é desfavorável.

Não sei se dá para todos verem, mas este gráfico mostra os preços obtidos pela Cooperativa, durante o ano de 1994, para a uva dos nossos cooperados. V. Ex^as podem perceber que, no primeiro semestre do ano – esse é um dado do ano passado, mas já é histórico, porque praticamente todo ano isso acontece –, os preços sempre são mais baixos em função da uva de outras regiões.

Agora mesmo, estamos sofrendo com isso na região. Nós, que trabalhamos basicamente com o mercado interno, estamos sendo penalizados pelo preço da uva no mercado interno, que está baixo.

No segundo semestre, quando há um pico no preço da uva, procuramos sempre condicionar um pouco a nossa produção para acompanhar esses preços, como acontece todo ano; isso dá uma rentabilidade maior para o associado.

Esse é o preço de uma caixa de uva. Em dezembro do ano passado, chegou a doze reais o preço de uma caixa de sete quilos e meio. Agora, nesta época do ano, está custando quatro ou cinco reais. Há uma diferença muito grande.

Para comprovar isso, vamos apresentar um outro quadro, que é o de produção. Este é o quadro da nossa produção no ano passado.

Produzimos aproximadamente 800 mil caixas de uva. Tivemos picos de produção na época em que os preços estavam favoráveis, e diminuímos nossa produção quando os preços estavam desfavoráveis. No entanto, ainda não conseguimos baixar esse volume, e só devemos conseguir isso, obter preços estáveis e melhores quando exportarmos. É o que esperamos fazer nos próximos anos.

São essas as informações que passo para V. Ex^as e estou à disposição para qualquer pergunta.

O SR. BENI VERAS – Qual a renda média por cooperado?

O SR. JOSÉ COSTA – Os cooperados que mais se destacaram no ano passado obtiveram renda média acima de R$ 100 mil/ano. O nosso cooperado campeão em produção chegou a R$ 200 mil, com 5 ha de produção de uva apenas. É a área máxima com que cada cooperado está trabalhando hoje no perímetro.

Mas o que desejamos no projeto, na cooperativa, é trazer todos para esse patamar. Não tem sido fácil, porque falta uma série de questões.

O SR. BENI VERAS – Qual é o tamanho do lote?

O SR. JOSÉ COSTA – A área média do lote gira em torno de 7 ha no Projeto Bebedouro, sendo que o pessoal, hoje, se dedica basicamente à cultura da uva, que é muito rentável. O pequeno produtor, que trabalha normalmente com sua família, tem conseguido, realmente, obter resultados satisfatórios. Sabemos que, com áreas um pouco maiores, se torna mais difícil. Para o pequeno produtor, isso tem dado um resultado excepcional. É pena que não adianta mostrarmos para as instituições de crédito. Se elas se voltassem para essa questão e estudassem melhor essas informações, com certeza, poderiam dar mais apoio para os pequenos.

O SR. (Não identificado.) – 7 ha no total ou 7 ha irrigáveis?

O SR. JOSÉ COSTA – Não, isso em média. São 7 ha irrigáveis. É o lote agrícola irrigável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao Sr. Jorge Roberto Garziera.

O SR. JORGE ROBERTO GARZIERA – Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-los e agradecer a oportunidade que estão nos dando.

Meu nome é Jorge Roberto Garziera, sou gaúcho de Garibaldi. Há 18 anos, fui para o Nordeste, menino, com 24 anos de idade. Minha profissão é a de enólogo. Formei-me em Mendoza, na Argentina. Sou neto de italianos.

Quando percebi a possibilidade que o Nordeste nos oferecia, no início, lembro-me de que comprei um carro novo, um "dodginho" e um reboque; juntei 34 variedades de uva, coloquei no reboque com pó de cerra e, a cada posto em que abastecia, molhava as mudas de uva. Subi comendo pão, queijo e salame, e bebendo vinho, como "gringo".

Então, se V. Exªs me permitem, gostaria de falar um pouco sobre a minha vida, a minha experiência, porque acredito – vocês conhecem também – que é o símbolo de uma pessoa que, mais do que ninguém, tem por objetivo o desenvolvimento, a geração de emprego, o crescimento. E não apenas com o objetivo maior de dinheiro.

Como vice-Prefeito de Santa Maria da Boa Vista, nós nos envolvemos muito com as comunidades, fazendo um trabalho de conscientização das pessoas.

Criamos nos nossos municípios, Petrolina e Santa Maria, onde sou também vice-Presidente da Vale Export, Associação dos Exportadores do Vale do São Francisco, várias câmaras, Câmara da Manga, da Uva, etc.

Petrolina, nossa região, tem um potencial muito grande para a fruticultura. Em termos de áreas cultivadas, temos mais ou menos 4.200 ha implantados de uva e 6.500 ha de manga. A produtividade média da manga é da ordem de 15 a 20 toneladas por hectare e da uva da ordem de 30 a 40 toneladas por hectare, no auge da produção. Ambas trazem um faturamento médio anual da ordem de 25 a 30 mil dólares por hectare.

Gostaria de destacar também a grande colaboração da CODEVASF na dinamização do Vale do São Francisco. Quando se fala em estruturas privadas e estruturas públicas, dizem logo que a pública é ruim e a privada é boa. Não é bem assim. Inúmeras empresas privadas ali estão com a colaboração da Codevasf.

A grande vantagem que poderia citar do trabalho da Codevasf no Vale do São Francisco é fundamentalmente a questão da infra-estrutura básica. Sabemos das grandes dificuldades de recursos que temos para investimentos em infra-estrutura. E a participação da Codevasf e da Sudene na maioria dos projetos do Vale do São Francisco foi muito importante.

Para citar um exemplo, fiz um contrato com um supermercado da Alemanha e estou exportando 200 mil caixas de uva, de cinco quilos cada. A carreta que sai frigorificada da fazenda, transportando a uva que vai ser exportada para a Alemanha, gasta quatro horas para percorrer 100km de estrada de chão. E isso influi na qualidade do produto.

Poderíamos falar da energia, da educação, da polícia, de toda a infra-estrutura. Entretanto, se vamos a um banco e dizemos que a cultura é viável, mostramos números, não conseguimos nada. Essa é a grande verdade. Tenho 18 anos de Vale do São Francisco e posso falar como ninguém do sofrimento que é uma pessoa desejar fazer as coisas e não ter meios para fazê-lo. Mesmo assim, eu tenho feito pequenas coisas quando percebo que algo precisa ser feito. Fiz casas para os trabalhadores em forma de mutirão, pagando 10% a mais do salário mínimo, e eles com duas ou três horas a mais de trabalho. Quando queremos, podemos fazer. Mas não temos apoio. Minha empresa passou por dificuldades muito grandes no ano retrasado, quando perdemos dois milhões e meio de dólares num ato infeliz de exportação, uma decisão errada, por não termos um estudo completo de mercado na Europa e a safra da Espanha, da Itália e da França ter atrasado 45 dias. Nós embarcamos a uva para a Europa e não sabíamos, não tínhamos feito um estudo de mercado. Então, pagamos estocagem de frio e, na hora de vender, a uva já estava debilitada.

Resumindo, precisamos de infra-estrutura básica: rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, câmaras frigoríficas, armazéns, assistência técnica. No mercado americano, 90% da uva não tem semente. Nós não temos pesquisa para uva sem semente, mas nós estamos fazendo. Torna-se caro para a empresa privada desenvolver esse trabalho.

Quando nos referimos a bancos, a custeios, a financiamentos, a questão de garantias, é terrível. Ano retrasado, quando fui solicitar uma ACC no Banco do Brasil, eles me exigiram uma garantia urbana. Vou ter que vender uma fazenda, comprar um apartamento em Boa Viagem, para dar em garantia? É por isso que digo que o Brasil é um País de poetas. Porque está escrito, porque é lei, sei lá porquê. Desculpem-me, não quero ofender ninguém. Mas alguém tem que falar, e aos senhores têm a obrigação de pensar em algo a esse respeito.

Passei às mãos de V. Exªs material sobre a exportação da uva do Chile. Na semana que vem, chega um navio com 350 mil caixas de uva. Imaginem o que são 350 mil caixas de uva, a seis ou sete dólares, colocadas em São Paulo. Fica difícil concorrer, porque não existe uma política que trate disso.

Tem um ponto muito importante que faço questão de colocar, que é a questão do desenvolvimento do Vale no sentido da Vale Export, a associação. Nós estivemos na África do Sul e vimos como eles trabalham na área de mercado, porque é importante saber produzir, mas também é importante saber comercializar, vender. Lá existe uma grande associação, um grande **board**, onde todos os produtores da África do Sul, da região de Cape Town, tratam de navios, câmaras frias, vendas. Está tudo interligado por computador. Temos, então, o **board** da uva e conseguimos montar uma estrutura, que tem representantes em todas as capitais da Europa e que agencia e administra volumes e preços, e nós fazemos as vendas antecipadamente. Fazemos vendas, por exemplo, em janeiro, fevereiro, para abril, maio, junho. Por exemplo, não cabe, na Europa, num determinado período, mais que um milhão de caixas de uva, porque baixa o preço.

Outra coisa que estamos começando a fazer, em função da nossa mão-de-obra de certa forma barata, comparativamente com a da Alemanha: estamos colocando, numa sacolinha, a uva direto na prateleira do supermercado da Alemanha, já com o preço. Conseguimos trazer mais marcos, mais dólares.

Eu poderia falar bastante, poderia falar do impacto social que a cultura tem na nossa região tem, a geração de empregos. A uva ocupa cinco pessoas por hectare/ano, direto, com carteira assinada. Meu grupo, minha empresa tem 2.500 empregados diretos. A maioria é de mulheres. Caiu bem a cultura da uva no Vale do São Francisco, porque há algumas décadas o trabalhador ia para São Paulo, deixando mulher e filhos.

Tenho 450 ha de uva e 300 de manga. Quando percebi que era viável a região, trouxe a minha família. Estou aqui com quatro irmãos. Trouxe também 30 técnicos. Estudei e fui professor na Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves. E a cada ano eu levava três, quatro alunos para lá. Hoje todos são fazendeiros de 5 a 20 ha. Em um processo que durou 10 anos, transformou-se aquela região.

Em questão de crédito houve tempos melhores. Em 1986, o crédito do Banco do Brasil parou. Entrou o FNE no BNB, todos os créditos com dificuldades. Na realidade, todos sabem que a região é viável. Não sei por que tantas dificuldades. Estudamos junto com o FC no Banco Mundial projetos. Eles simplesmente avaliam a viabilidade econômica do projeto, colocam auditorias dentro das empresas e emprestam o dinheiro. No nosso Brasil a pessoa tem que dar até a mãe de garantia. O valor venal dos nossos bens é irrisório. Dificultam por todos os lados, quando sabemos que é viável. Não entendo. É difícil entender.

Acho que devemos dar uma solução para isso. Precisamos nos mexer, precisamos falar. Todos são bons, todos querem resol-

ver, mas parece que no Banco do Brasil todos têm medo de perder o emprego ao fazer alguma coisa que não está escrito.

Venho com prazer dar este depoimento, mas sei que não dá para fazer muita coisa. Pelo menos faço meu desabafo como homem que deseja gerar o bem, que deseja crescer, que deseja que a comunidade cresça. Estava conversando com o Mansueto sobre uma localidade em Santa Maria da Boa Vista, Vermelhos. Nesse povoado há dez mil habitantes; seiscentas residências são feitas de barro; há vários doentes de Chagas; há 2.350 crianças de 0 a 5 anos cujas mães trabalham de manhã à noite na plantação de uva, ganham um salário mínimo deixando as crianças jogadas numa região sem saneamento. Deixo a criação de porcos nesse lugar porque o porco faz o saneamento.

Meu Deus do céu, não sei o que fazer. Falo e ajo dentro das possibilidades. Essa é uma questão básica que temos que começar a resolver. Poderia provar que podemos conseguir as coisas. Particularmente com os meus funcionários, faço questão de sentar para conversar, com as mulheres principalmente. Tenho 2.500 empregados, sendo que 132 pessoas, em média, estão com atestado médico direto.

Por mais que eu queira fazer a uva boa, é difícil. Mostro o mar, o navio, o supermercado da Alemanha ou da Inglaterra e digo que a uva que está sendo produzida por eles será comida por uma grã-fina de lá e que é importante que se faça bem feito. Temos que efetuar um trabalho de conscientização. Só que para fazer tudo isso em uma empresa privada, quase que se inviabiliza a empresa.

Chamamos então a atenção do Governo, que não está cumprindo com a parte dele.

Era o que eu tinha a dizer. Eu trouxe um vídeo. Se houver tempo, gostaria de mostrá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Sr. Érico Barros Cavalcanti, do Distrito de Irrigação do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho.

O SR. ÉRICO BARROS CAVALCANTI – Primeiramente, quero agradecer o convite formulado. É uma satisfação enorme estar aqui.

O distrito de irrigação do perímetro do Senador Nilo Coelho, conceitualmente falando, é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, que através de um contrato de delegação de competência com a Codevasf administra o perímetro do Senador Nilo Coelho de forma ampla. Ou seja, é responsável pela operação, manutenção e assistência técnica neste momento, embora os objetivos iniciais não absorviam a assistência técnica.

O órgão máximo que constitui o Distrito é uma assembléia geral que se reúne ordinariamente uma vez por ano e elege o Conselho Fiscal. Ele renova anualmente o Conselho Fiscal e, a cada dois anos, renova-se o Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é formado por um representante de um médio, um representante de grandes empresas e um de pequenas, que são os colonos.

O Conselho de Administração é formado por sete membros. Desses sete membros, quatro são pequenos, dois pequenos e médios empresários e um grande empresário. É dessa forma a organização básica do distrito.

A diferença básica entre distrito e cooperativa é que o distrito funciona como se fosse um regime parlamentarista, onde os seus diretores não têm funções executivas.Na cooperativa o presidente tem funções executivas; no distrito, não tem. O presidente do distrito só preside, ele é presidente do Conselho, ou seja, só preside a reunião. No Conselho de Administração, são todos funcionários e contratados profissionais. Não há ingerência do Conselho de Administração na condução direta dos trabalhos do distrito. É essa a diferença básica entre distrito e cooperativa.

O distrito Nilo Coelho foi constituído em junho de 1989 e completou seis anos.

Essa é uma forma bastante dinâmica de administração do projeto, onde não temos as amarrações normais de cooperativas com relação a serviços a serem executados. É como se fosse um condomínio, onde os próprios irrigantes administrassem o perímetro. É a lógica de administração.

Os objetivos iniciais do distrito são: operar e manter toda a infra-estrutura de uso comum, ou seja, nós somos responsáveis por garantir água na pressão e vazão de projetos a cada lote, a cada irrigante, e garantir livre acesso para escoamento da produção. Esse é o objetivo inicial básico do distrito.

Quando iniciamos os nossos trabalhos, evoluímos bastante nessa parte de controle – basicamente, são serviços de engenharia, é fácil fazer isso –, mas chegamos a um ponto em que é como se estivéssemos na lua e o colono na Idade da Pedra.

Então, existia um descompasso muito grande entre um e outro e isso fez com que movêssemos gestões junto à CODEVASF para agregar ao distrito de irrigação a assistência técnica. É extremamente importante termos no organograma do distrito, vinculada ao distrito, a assistência técnica. Acho que foi um ponto fundamental de evolução de passo. Foi essa, exatamente, uma das questões que vimos, extremamente importante nessa evolução da condução do distrito.

Hoje, é como se fôssemos o condomínio: todas as despesas são rateadas de forma equânime entre todos os usuários. Todas as despesas operacionais são revertidas num custo fixo. A tarifa é composta de três componentes: um custo fixo que absorve todas as despesas operacionais; um custo variável, que varia em função da água consumida por cada irrigante, porque ela é medida através de hidrômetros, e um custo que nós chamamos K1, que é uma taxa que paga a infra-estrutura de uso comum. Isso é devolvido à Codevasf, e é composto como se fosse o custo total do projeto dividido em 50 anos, que é a vida útil do projeto. Então, essa parcela da tarifa de água é devolvida à Codevasf.

Esse custo, só para os senhores terem uma idéia, no caso do tomate, a água representa, nos custos totais da cultura, algo em torno de 7%. Então, é um valor relativamente baixo e absorvível nessas culturas.

Temos também algumas parcerias com as indústrias, facilitando essa administração, principalmente da parte da assistência técnica – parcerias com indústrias tabagistas e indústria de tomate. Elas têm realmente conosco uma convivência muito grande e isso tem facilitado bastante os trabalhos.

Quanto às principais culturas que temos no projeto, embora o material que foi passado já tenha toda essa relação, neste momento uma principal cultura, em termos de pequenos produtores, é o tomate.

No ano passado, plantamos quase 4 mil ha só dos pequenos produtores. Este ano, só uma empresa, a CICA Norte, deve contratar algo em torno de 3 mil e 500 ha – só uma empresa processadora de tomates.

A vocação nossa como projeto de irrigação é um pouco diferente de Bebedouro, onde o sistema é pressurizado. A vocação nossa é sempre a fruticultura. Essa é a tendência natural nossa. À medida que os produtores se capitalizam, existe uma vocação natural nessa capitalização de passar para culturas mais nobres, do tipo da manga, uva. Temos já 2.600 ha de manga plantados e banana. A vocação natural seria a fruticultura.

Eu teria algumas informações, não sei se seria... Embora já tenha material de caráter mais técnico, em linhas gerais, foi esta...

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Talvez valesse a pena o senhor aprofundar um pouco as relações entre o Distrito, a

Codevasf e essa questão da remuneração. Qual é a remuneração que vai para a Codevasf? Há um subsídio à água ou paga-se o custo inteiramente? A energia é individualizada?

O SR. ÉRICO BARROS CAVALCANTI – No Distrito, essa reunião do Conselho de Administração se reúne uma vez por mês. A Codevasf tem assento nessa e tem direito a veto em algumas decisões. A Codevasf, então, estaria presente praticamente durante todas as decisões do Distrito, com esse assento garantido na reunião do Conselho de Administração e com direito a veto em algumas decisões. Pela forma em que ele é concebido, todas as despesas seriam bancadas pelos próprios usuários, ou seja, um usuário que tem 6 ha irrigáveis e só planta um hectare, os custos fixos e os custos de manutenção do projeto são rateados para 6 ha. Esse K1 é como se fosse a devolução do investimento feito pelo Governo Federal, representa exatamente isto: são as despesas de quanto custou o projeto. Esse projeto é amortizado em 50 anos e é devolvido, através da tarifa de K1, à própria Codevasf.

Com relação a subsídio, neste momento, a Codevasf paga a estação principal do Projeto do Senador Nilo Coelho por conta de o projeto não estar totalmente acabado. Nós estamos com uma ampliação de 5 mil ha, ele hoje conta com 15 mil ha irrigáveis e o Projeto FINOR são de 20 mil ha. Para compensar essa diferença que existe entre uma área que foi construída de forma comum – a estação principal – e parte do sistema de condução de água, isto foi revertido no pagamento da energia dessa estação principal, o que representa, nos custos finais, algo em torno de 10%.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – A energia é cobrada junto à água?

O SR. ÉRICO BARROS CAVALCANTI – O custo fixo são todas as despesas operacionais. O custo variável é exclusivamente a energia gasta no bombeamento de água. Gastamos em torno de R$120 mil por mês.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – E cobra-se isso no preço da água?

O SR. ÉRICO BARROS CAVALCANTI – Sim; porque a tarifa de água – só repetindo – é composta de três itens: o fixo, que são as despesas operacionais; o variável, que varia em função do consumo de cada usuário e que é medido mensalmente através de hidrômetros, e o K1, que é essa tarifa que devolvemos à Codevasf na amortização desse investimento feito pelo Governo aos usuários.

Vale salientar que, mesmo no final de 50 anos, o projeto nunca deixou de ser público. Mesmo no final de 50 anos, ele não passa a pertencer ao usuário. Ele é sempre público por força de lei.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Algum dos Srs. Parlamentares deseja fazer alguma indagação? (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a Presidência agradece a V. Sª.

Com a palavra o Dr. Humberto Santa Cruz Filho, Diretor-Presidente da Associação dos Irrigantes do Oeste da Bahia.

O SR. HUMBERTO SANTA CRUZ FILHO – Sr. Senador Beni Veras, Srs. Senador Waldeck Ornelas, Sr. Senador Joel de Hollanda, senhores presentes, represento a região do oeste da Bahia e vou falar um pouco também sobre o perímetro irrigado, uma irrigação privada e parece que é a nossa tônica – vou falar parecido um pouco com o Sr. Jorge Roberto Garziera. Realmente, estamos numa situação muito difícil. Não sei; talvez os Srs. Senadores nos ajudem a encontrar uma saída para essa situação a que vou me referir. Estamos numa região em que, há 15 anos, praticamente *nada existia.*

Em 1980, para lá se dirigiram o primeiro gaúcho e o primeiro paranaense e, hoje, 15 anos depois, há 500 mil ha abertos para plantio de grãos – o gaúcho que gosta muito de grão –, de soja principalmente. Temos hoje, só na bacia do Rio Grande, 40 mil ha irrigados e se considerarmos toda a abrangência da nossa Associação, chegaremos a 50 mil ha irrigados.

Talvez os senhores queiram saber em relação a esses hectares irrigados, com quantos desses US$200 milhões o Governo entrou, vou dizer-lhes que está muito perto de zero.

Estamos vendo agora, depois de muito batalhar, as estradas, e o Governo estadual, de 4 ou 5 anos para cá, começou a fazer as estradas vicinais e a trazer a energia elétrica.

Para os senhores terem uma idéia toda a nossa irrigação até o ano passado era feita com óleo diesel. Eu até achei graça quando no perímetro Nilo Coelho, ele disse que gastava US$120 mil de energia para irrigar 15 mil ha. Senhores, nós gastamos US$20 milhões para irrigar 40 mil ha.

No Governo Collor, o óleo diesel subiu 60% a mais do que a gasolina e do que a inflação. Tivemos um custo de 50 litros/hora para irrigar. Toda a nossa irrigação, 90%, é feita com o pivô central. As terras têm uma característica bastante única nos cerrados baianos: tudo plano, com uma declividade máxima em torno de 1 a 2%; as terras são solos franco-arenosos, tivemos que aprender uma tecnologia de irrigação, pois pesquisa não existe a esse respeito.

Relatei ao Presidente do Banco do Nordeste que o mamão podia ser plantado na região, pois colhemos mamões de nossa plantação. Há um agrônomo do banco – aí lembro o Garziera de novo, parece que esse pessoal de banco não tem jeito, é qualquer banco, principalmente... Temos hoje 800 ha de mamão, e tive que ir ao presidente do banco para reverter o que havia escrito, num laudo, um agrônomo recém-saído da universidade, que não dava mamão no oeste da Bahia. Então este tipo de coisa no Brasil é que não se entende.

Com a melancia, aconteceu a mesma coisa. Hoje na região, mais ou menos, deve ter uns 2.000 mil ha de plantio de melancia. Então, nós lutamos contra tudo e todos.

Agora, como Presidente da Associação, temos um projeto enorme do Governo da Bahia, junto com o BIRD, ao PRONEBIRD. Há 900 km de rede e a Chesf tem que fazer uma subestação. Já estive com o Presidente da Chesf, o ano passado, e ele garantiu-me a execução das obras. Iniciaram-se as obras de terraplanagem e parou, e o Governo... Sem essa subestação, vamos ter simplesmente uma energia passando na nossa porta e sem poder utilizá-la. O nosso fornecimento tem que vir de Bom Jesus da Lapa; está vindo em 69 kw, tem que vir em 230 kw, e sem esta subestação essa energia não será possível...

Na região de Barreiras, havia geradores consumindo 2.500 kva, consumindo 1.000l/hora de óleo diesel, fornecendo energia para a região. Imaginem os senhores, dois geradores destes. E não há energia, e se a Chesf não colocar isso até o final do ano, teremos um programa só de redistribuição de 900km mais uns 600 km de transmissão. E não vamos conseguir.

Às vezes, parece que somos meio repetitivos. É duro para nós vermos uma reportagem dessa da revista **Veja**, onde diz que os caloteiros da agricultura, quer dizer, conhecemos as pessoas e uma delas é, inclusive, da região de Barreiras.

É um projeto que valeria a pena conhecer, no qual o gaúcho, o catarinense enterrou tudo o que tinha e o que não tinha. No Governo Collor subiu 84%, – aqueles célebres 84% – depois 44% e o produto nosso sobe 40%, e fica essa defasagem. E ninguém fala mais nesses Planos Collor, Verão, Bresser, essas defasagens todas. Não se fala que a nossa região foi a última fronteira agrícola aberta, acredito, neste País, sem os incentivos fartos que existiam anteriormente. E estamos pagando um passivo disso. Quer dizer, isso tem que aparecer um dia.

Andamos 100km em Santa Maria e em Barreiras também. Andamos 120km numa estrada BR-020, que é uma estrada federal, que liga Brasília a Fortaleza. São 120km que um caminhão demora cinco horas para andar. Nosso mamão sai de lá e vai para São Paulo, para Brasília, e demora cinco horas, e temos que pedir pelo amor de Deus, ir para a estrada, parar na estrada, e mais uma vez, tudo aquilo que senhores estão cansados de ver na televisão. São 10km de fila, como se pedíssemos pelo amor de Deus, porque é o mínimo que precisamos.

Ouvimos Fernando Rodrigues também falar que, se fornecerem água e energia, a iniciativa faz o resto. Pois no oeste da Bahia, Fernando, fizemos tudo sem energia. Água há, o rio está lá, mas fizemos sem energia, sem comunicações. No ano passado fizemos uma parceria com o governo do Estado e conseguimos, graças a uma visão muito grande, através do Vice-Governador Paulo Souto, o Governo Antonio Carlos, colocar em comunicação uma estação de telefone na região de Mimoso. Colocamos energia também no sistema de parceria. Quer dizer, isso está indo.

Pelo menos essa visão de parceria já existe no governo estadual, mas do governo federal não há nada, não se vê nada. Temos que pedir pelo amor de Deus para se fazer uma estrada que vai para Salvador, que seria o nosso corredor de exportação. Exportamos mamão em 93, mas desistimos. Os portos brasileiros estão uma vergonha. A Lei dos portos não existe.

Na década de 40, não existia esses sindicatos de hoje. O custo disso é como se, na década de 90, precisássemos ainda de não sei quantas pessoas para carregar nas costas uma sacaria, e isso é calculado em função dessa taxa.

Então, não há condição alguma se não tivermos um corredor de exportação, uma estrada, não tiver modificada a lei dos portos, enfim, mudar a consciência das pessoas que estão lá em cima, e aí que penso que essa reunião tem uma importância muito grande. Nós, da iniciativa privada, estamos morrendo, pelo menos na agricultura. E não podemos deixar uma região que, há quinze anos, se você dissesse, quando dava de presente uma terra, que tem que cercar com três fios de arame, ninguém queria. Era muito caro.

E hoje temos abertos 500 mil ha, temos implantados 40 mil ha só na bacia do Rio Grande, mais uns 10 mil na bacia do Rio Corrente, quer dizer, temos aproximadamente 500 pivôs centrais. E para os senhores terem idéia de como a coisa está nessa época do ano, no ano passado, tínhamos 20 mil ha de feijão plantados. Sabe quantos hectares temos hoje? Temos 400 ha desligados de feijão. No ano passado tínhamos 20 mil nessa época.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Por que caiu tanto?

O SR. HUMBERTO SANTA CRUZ FILHO – Senador, a princípio o senhor está vendo mais do que ninguém o que está acontecendo. Não existe crédito há mais de 120 dias. Os nossos custos subiram mais de 40%, 50%. As multinacionais de herbicidas, de inseticidas não querem saber se o produto mínimo está congelado ou se não está. A TR já subiu trinta e poucos por cento e nós pagamos além disso mais 11% de juros.

Para se ter uma idéia, um associado nosso, pagou ao Banco do Nordeste US$100 mil em novembro. E, em 30 de abril, ele deve US$900 mil dólares. Quer dizer, o Presidente do Banco do Brasil, na época do Governo Collor, disse que nem maconha irrigada dava para pagar isso. E realmente não dá. Eu não entendo onde nós vamos chegar.

Os nossos custos de produção são verdadeiros absurdos. Vou dar-lhes um exemplo. A caixa de uva vem do Chile; o milho vem da Argentina e nós não conseguimos oferecer aos consumidores de milho de Recife e Fortaleza o nosso milho. O milho que chega lá é mais caro do que o que produzimos.

Estivemos com o Ministro José Eduardo Andrade Vieira há uns 40 dias para conversar sobre uma lei que seria publicada. O consumidor de milho, o avicultor brasileiro, comprava milho com 270 dias de prazo, pagando 8% ao ano de juros e não pagava imposto de importação. Com os juros altos do jeito que estão, ele agora compra o milho importado mais caro, mas ainda é negócio para ele. Na realidade, o milho é mais barato; mas, mesmo que fosse mais caro, ainda seria negócio os nossos juros estão muito altos, é inviável, então o avicultor prefere fazer assim. E essa lei saiu para o Sul e para o Centro-Oeste e não saiu para o Nordeste. Quer dizer, o Nordeste continua comprando milho com um prazo de duzentos e poucos dias, com 8% de juros ao ano e sem pagar imposto de importação. Nós ouvimos o Ministro dizer que o lobby dos consumidores de milho é maior do que os produtores de milho.

Então, às vezes, sinto-me desanimado em querer trabalhar numa região onde, há 15 anos, não existia nada e hoje há uma grande quantidade de empregos.

Atualmente, para os senhores terem idéia sobre o negócio de banco, o Banco do Brasil de Barreiras não aceita nem protocolar uma carta em que o agricultor – não aceita protocolar, olhem bem o que estou dizendo – vai pedir 30 dias de prorrogação de prazo, em que ele vai dizer que está com soja na fazenda, mas aquela soja não é credenciada pelo armazém. E o Banco não aceita isso, só quando não dá solução para o problema. Não existe armazém para produção.

Então o maior paradoxo hoje na história do Oeste da Bahia e que vamos ter a maior safra de grãos naquela área e a maior crise pois o agricultor não vai conseguir pagar o Banco, não vai conseguir pagar a praça.

As indústrias, com um custo desse de juros de estoque, como é que elas vão comprar? Elas compram, por dia, 2.000 mil toneladas, mas quem vai fazer o estoque é o agricultor. A indústria viu claramente que não é isso que ela tem fazer. E tem mais: as indústrias não são credenciadas na CONAB, porque não é interesse delas ficar com o armazém lá um ano, dois anos, o soja estragando-se sem elas poderem mexer. Na verdade, se eu fosse industrial também faria a mesma coisa.

Então, estamos precisando dos senhores. A verdade é essa. Não sei até que ponto esta reunião poderia contribuir para a resolução desses problemas. Acho que pode contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Abstraindo a questão do financiamento bancário, que é uma questão que está fora do nosso alcance, como é a região lá em termos de capacidade de produção de agricultura irrigada?

O SR. HUMBERTO SANTA CRUZ FILHO – A nossa capacidade de produção é enorme. A nossa atividade agrícola irrigada tem 10 anos na região; são 15 anos de agricultura de sequeiro e 10 anos de agricultura irrigada. Hoje produzimos mamão, abacaxi, melancia, algodão, milho, não como atividade, mas como rotação de cultura.

Até o ano passado, Senador, nós vendíamos milho a US$9 ou US$10, porque nós o produzíamos na entressafra. Hoje, na entressafra, nós o vendemos a US$6. Não paga o custo. É aquele negócio, são 7 toneladas. São no mínimo 120 sacas de 60 quilos para pagar o custo. Não tem condição.

Nós temos capacidade de produção. Mas, como estou lhe dizendo, 20 mil ha no ano passado produziram. Hoje, faz-se a conta e constata-se que a colheita não paga o custo.

Quando o preço do feijão está baixo, o Governo deveria ir para a televisão e dizer: comam feijão, minha gente. Quando o preço estava alto, o Presidente da República foi para a televisão e disse para não se comer feijão. Os senhores devem se lembrar disso.

Agora o Governo deveria estimular o consumo de feijão porque está custando US$17, US$20 a saca. E para produzir 2.400 quilos de feijão por hectare, nobre Senador, é preciso muita tecnologia. O mais barato, na região, é a terra, o que é caro é fazer essa terra produzir. E para produzir, como produzimos, 2.400 quilos de feijão precisamos colocar muito dinheiro ali e precisamos vender esse feijão no mínimo a US$30 a saca, e hoje ele está custando US$20. O Governo não vai para a televisão pedir para se aumentar o consumo de feijão. Por quê? Por que ele está sustentando o Plano Real em cima do assalariado, em cima da agricultura. Isso nós não conseguimos entender. Até onde vai isso? Porque o remédio talvez seja mais forte do que a doença.

Não sei, sinceramente, até onde o Governo vai, e nós não temos condições de fazer uma queda de braço. Os petroleiros têm na mão o gás de cozinha, mas nós não temos nada, nós não temos união.

Nós precisamos dos senhores para tentar mudar esse quadro. O que nós sabemos é produzir, aprendemos a produzir. É o que nós sabemos fazer. Já temos um mínimo de infra-estrutura, precisamos da energia da chesf e precisamos de crédito. Nós precisamos reverter uma situação que é o estoque da dívida antiga, porque isso tudo vai se avolumando, vai se somando e nós temos uma dívida antiga que tem de ser equalizada. Já fizemos uma proposta de solução ao Banco do Brasil e até hoje não recebemos nenhuma resposta.

Nós não somos caloteiros, nós queremos pagar, mas queremos pagar da maneira que podemos.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Gostaria de fazer algumas perguntas. Vou fazê-las de uma vez só, porque são poucas e objetivas.

Por que a opção pela tecnologia do pivô central na área do cerrado, nessa região?

Qual o custo de implantação, por hectare, para a irrigação que tem sido obtido na região?

O Sr. Fernando Rodrigues falou sobre a questão da política nacional de irrigação, é um ponto que quero retomar depois com ele. Ele falou que sobrou da lei a questão da outorga de água. Gostaria de saber se os projetos de vocês têm tido a necessidade de alguma aprovação – antigamente era pelo Ministério do Interior– para a implantação. Vocês tiveram que aprovar esses projetos em algum órgão do Governo Federal? Sei que, no caso da Bahia, a outorga de água é praticada através da Superintendência de Recursos Hídricos. Como essa outorga é feita ao nível federal, para ter acesso a financiamentos ou a incentivos? Esses projetos contam com o apoio do Finor ou de algum outro programa governamental?

O SR. HUMBERTO SANTA CRUZ FILHO – Em primeiro lugar, a região tem a característica de ser toda mecanizada, toda plana e a tecnologia de pivô central é bastante automatizada.. No entanto, temos um problema sério nesse país: temos de dar, naquela região em que não existe nada, temos de dar o emprego, temos de construir a casa, temos de dar toda assistência, quando a pessoa fica doente nós temos de levar de 100 a 200 km até chegar num hospital, quando existe, quando funciona, quando não falta gaze e mercúrio cromo. Então, chega-se a um ponto que fica difícil para o agricultor arcar com esses custos.

Mas, a tecnologia de pivô central, na produção de grãos, era praticamente a única disponível. Nós não podemos fazer agricultura por gotejamento ou por gaúcho, principalmente, que planta feijão, milho, planta soja com a semente, porque soja comum não daria rentabilidade.

Nosso custo de implantação de um hectare irrigado está em torno de US$3 a US$3,5 mil. Isso, logicamente, não inclui custo de acesso, de estrada, de energia porque não temos energia. A nossa energia é o óleo diesel em 90% dos casos. Eu incluo o custo desse motor a diesel.

Realmente, quanto à parte de outorga de água, no Governo Federal, o DNAEE não tem nenhuma atuação nesse aspecto. Faço questão de frisar que esse órgão estadual de outorga de água tem realizado um trabalho muito bom, a concessão é dada por eles, os estudos são criteriosos. Hoje temos 45 rios perenes na região, temos sete microbacias, sendo que umas três ou quatro delas já estão com a sua capacidade de água esgotada, por estudo feito pela Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

A maioria dos projetos foram financiados pelo FNE, pelo Banco do Brasil e pelo Profir. Grande parte dos projetos do Finor estão na Região do Vale do São Francisco, no Vale do Rio Grande, alguns poucos – cerca de meia dúzia – recebem incentivo do Finor, na área de irrigação do Oeste.

Recursos para investimento há muito não existem. Não temos dinheiro para recalagem, e precisamos recalar as nossas áreas. Temos, inclusive, procurando recursos para isso. Ao mesmo tempo, é um paradoxo, porque, se recalarmos, vai aumentar a produtividade e teremos – a exemplo do que ocorre hoje – um excesso de produção, um baixo custo do produto. Portanto, não sei qual é a saída, se é produzir mais, se passa pelo poder de compra do povo brasileiro.

Agradeço mais uma vez, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Com a palavra o nobre Relator, Senador Waldeck Ornelas.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Sr. Presidente, eu havia me estruturado para fazer indagações no final; todavia, creio que, a partir da próxima reunião, vou mudar a estratégia, no sentido de que cada pergunte na medida do encaminhamento da exposição, para evitar um acúmulo.

Gostaria de retomar algumas questões que o Sr. Fernando Rodrigues levantou.

O estudo comparativo apresentado levou em conta uma hipótese de 2 milhões e 70 mil ha irrigados. Temos, no PLANVASF, uma meta de 800 mil ha, ou um outro ensaio que estabelece uma disponibilidade de água para 800 mil ha. Qual a razão de tomar-se, nesse caso, 2 milhões e 70 mil naquele estudo que foi aqui utilizado?

A sensação que tenho do estudo da lei da política nacional de irrigação é que ela burocratizou excessivamente a irrigação privada e estatizou a irrigação pública. Estabelece até a forma de sucessão do lote do colono no caso de morte do colono, bem como uma série de outras condições.

Pelo que foi relatado pelo Humberto, consoante o disposto no art. 11, que estabelece que, para financiamentos e incentivos, haveria necessidade de aprovação pelo Ministério do Interior, isso não estaria sendo praticado. Não sei se caiu em desuso esse dispositivo, mas sinto que há uma certa dificuldade na captação e na mobilização de investimentos privados através desses mecanismos, apesar de ter-se uma forte predominância, como ficou demonstrado pelos números apresentados pelo Presidente da CODEVASF, de irrigação privada sobre irrigação pública.

Gostaria de ouvir o representante da ABID sobre como ele vê essa possibilidade de um trabalho mais agressivo, no sentido de atração de investimentos privados para a região; essa relação entre irrigação pública e irrigação privada, inclusive a atração de empresas para os próprios perímetros públicos.

A outra questão refere-se aos custos de implantação. Os dados que ele aqui citou falaram em cerca de 50% de custo social por hectare. Eu gostaria que houvesse confirmação desses dados, para que nós pudéssemos analisá-los, em seguida, nos trabalhos da Comissão.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO RODRIGUES – Com relação à primeira questão, no que se refere à área, o potencial do São Francisco, como um todo, identificado como passível de irrigação, é da ordem de oito milhões de hectares, do ponto de vista de solo. Quando se chega ao problema de água, vamos a três milhões de ha/dia para haver um balanço dentro do rio.

Nos 800 mil ha está o ponto de equilíbrio, que não permite entrar em colapso o sistema energético hoje implantado. Dentro do que a Chesf e a Cemig planejaram para turbinar essas águas do rio São Francisco – porque há algumas usinas que não mais serão construídas, como a própria Usina de Paratinga, que já se insere nesse sistema – 800 mil ha é o número que harmoniza a energia elétrica com a irrigação. Se for implantada, por exemplo, a Usina de Pedra Branca, teremos uma melhoria desse sistema com relação a isso.

Dois milhões de hectares foram tomados porque aquele exercício, naquele momento, tinha sido feito com relação ao aspecto da transposição. Ficavam 800 mil ha do Vale do São Francisco, acrescentados de mais 800 mil ha para transposição. Foi feita uma conta de chegada de um milhão para um milhão, para chegar aos dois milhões e setenta mil ha. Na verdade, aquilo era um exercício, uma simulação.

Essa simulação demonstrou que não se levou em consideração o consumo dessa energia para a transposição, porque aí já era um usuário, como qualquer outra indústria, e seria pago da mesma forma. Esse estudo mostrou que o sistema, como concebido até hoje, suporta uma implementação de até 2 milhões de hectares, utilizando-se essa água dentro ou fora do vale, sem que o sistema caia em colapso na ponta. Na base, ele precisará de um reforço da ordem de praticamente uma usina do tipo da de Sobradinho.

Com relação à outra questão, a legislação de irrigação, no Brasil, concebida no início dos anos 70, surgiu sem que tivéssemos experiência. Fomos amoldando-nos, ganhando experiência, copiando experiência de outros países, principalmente do México, alguma coisa com relação à Espanha, e nos convergimos para uma legislação que só tinha um cunho: o cunho social. Não via a irrigação como um cunho econômico.

No entanto, foi necessário, no meio da década de 80, proceder-se a um estudo setorial da irrigação no Brasil para que fosse vista de uma forma econômica. A lei, hoje, estabelece, por exemplo, que todo investimento público que tem irrigação tem que ser 80% para colonos e 20% para empresas. Em caráter excepcionalíssimo, poderá um ministro de Estado autorizar que seja 50% e 50%.

Mas é preciso entender que a irrigação é uma atividade econômica. Estamos falando em milhões de reais. Quando nos referimos a custos, temos custos, dentro da Codevasf e do DNOCS, que somam de U$9 mil a U$10 mil dólares por hectare. Quase 50% desses custos estão hoje envolvidos na educação, na saúde, nas obras de infra-estrutura de acesso, na obra de energia que chega lá. O próprio Presidente da Codevasf – que aqui está – tem tido uma preocupação muito grande com isso, pois da forma com que foram conduzidos esses projetos até hoje, exatamente por um dado momento não se envolver a comunidade local e, na maioria das vezes, nem o próprio Estado, todos pensam que o projeto é da Codevasf.

Então, além de estabelecer a escola, a Codevasf estava colocando professoras, o médico, todo o pessoal de apoio. Hoje se está fazendo um movimento para mudar, mas isso tem um custo, porque o Estado, na verdade, é o grande beneficiário desses sistemas que não foram envolvidos desde o começo. Na verdade, a comunidade tem que estar envolvida nesses projetos.

Quanto aos custos, sobre os quais estive fazendo uma análise há pouco tempo, há muita crítica em relação a alguns projetos. É lógico que, se se for computar os juros do período em que ficaram parados alguns projetos, vamos pegar dois grandes projetos no platô de Guadalupe e nos tabuleiros litorâneos e vamos ver que esses projetos estão parados há 10 anos. O que já foi feito, somado aos juros, importará em US$ 15 mil ou US$ 20 mil por hectare, o que não corresponde ao valor que foi investido. A própria conjuntura parou! Não ter uma seqüência normal, um fluxo normal com relação às obras é um problema muito sério que o País também está atravessando. Em função disso, há as distorções.

Tenho muito medo quando se fala sobre custo de obras de irrigação no Brasil, porque, no fundo, essas não são as mais caras. E, analisando as áreas nas quais, mesmo com todas as dificuldades, se esgotaram as irrigações, podemos confirmar esse fato. Se a irrigação, em um determinado momento, nos Estados Unidos, era considerada barata a US$ 2 mil por hectare, e se neste mesmo momento embutirmos a inflação do dólar no preço com que hoje estamos fazendo a irrigação, na verdade, o preço por hectare não permanece em US$ 2 mil. Calcula-se a média do custo dos sistemas de irrigação, a nível da parcela de colonos ou de empresários, em torno de US$ 2 mil, US$ 2,2 mil por hectare. Adicionando-se a esse valor US$ 2 a 4 mil de infra-estrutura básica que tem receber, chegaremos a US$ 5 ou 6 mil, mais o restante, totalizaríamos, então, US$ 10 mil, que se referem a obras acessórias que contribuem para o desenvolvimento da região como um todo, como disse do Jaíba.

Finalmente, para concluir essa resposta, precisamos hoje, no fundo, despertar o interesse da iniciativa privada. É impressionante, em termos de Brasil, como a iniciativa privada responde. Embora as nossas estatísticas sejam bastante deficientes – e isso não podemos dizer –, ficou demonstrado, ao implantarmos aqui o Programa Nacional de Irrigação, o Programa de Irrigação do Nordeste, considerando todos os seus acertos e erros, que obtivemos sucesso. Chegamos à história deste País – o que ninguém acreditava –, com a implantação de 300 mil ha em um ano, e isso se deveu à iniciativa privada!

Lógico que houve uma coincidência de fatores: o aspecto do Plano Cruzado e uma oferta de infra-estrutura; em algumas regiões, melhoria de estradas e oferta de energia. Mas o importante é que a iniciativa privada responde quando implantamos a infra-estrutura. Quando abrimos estradas para escoamento da sua produção, quando colocamos energia a sua disposição, de fato, responde – e com uma rapidez que nos impressiona. Mas, o que acontece? Esses programas de infra-estrutura têm que ter seqüência. Devem ter início e um determinado período para paralisar. Não podemos paralisá-los no meio, pois essa atitude leva ao descrédito. Inclusive, já levamos agricultores a uma situação difícil, por começarmos a infra-estrutura e não concluirmos, e ele já havia investido.

Vejo, com muita oportunidade, o fato de podermos fazer desta reunião um somatório de experiências, pois temos um enorme potencial dentro desse Vale. Entendo claramente as preocupações aqui levantadas pelos produtores, e realmente são válidas e legítimas, porque estamos assistindo isso no dia a dia, mas acredito ser conjuntural. Não vamos ficar com essa necessidade, porque o problema virá – quanto a isso não há dúvidas –. Temos, portanto, que pensar no futuro. Vejo, com muito bons olhos, essa potencialidade; se melhorarmos a infra-estrutura, se adequarmos a lei de irrigação hoje, poderemos contar com a iniciativa privada. Se não fizermos a água chegar às muitas regiões do Vale onde estão os melhores solos, a iniciativa privada não terá como lá se instalar.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Sr. Jorge Roberto Garziera, qual a relação entre um projeto empresarial em área da Codevasf e a Codevasf propriamente? Como se dá essa relação em termos de terra, de água, de manutenção do projeto? Como é essa relação jurídica e econômica?

O SR. JOSÉ ROBERTO GARZIERA – Facilita, para qualquer empresa privada, iniciar o seu projeto empresarial com a infra-estrutura pronta. Fundamentalmente, recebe-se, por exemplo, a água, o hidrante, "x" metros cúbicos de água e, com base nisso, projeta-se o seu futuro. É meio caminho andado, digamos assim, quando se tem as estradas, a energia, a vila de operários. Diz-se que a empresa privada é mais eficiente do que a empresa pública, do que os órgãos públicos, que se confundem com a colonização, digamos assim. Hoje temos agricultores de 6 ou 7 ha, como foi citado, com uma viabilidade econômica de 150 ou 200 mil dólares, em faturamento. Há sucessos e insucessos em empresas privadas. Para mim, particularmente, a questão é fundamentalmente gerenciamento.

Há casos de agricultores que pagaram caro pelo pioneirismo, exatamente porque não sabiam irrigar, fazer drenagem e fertilização. Hoje, praticamente, o segredo do sucesso no Vale ou em qualquer cultura irrigada é a fertilização. Temos calor, água, adubo e tecnologia. A partir daí, com disse, começa um novo problema, que é a comercialização.

Penso que, mais do que em todos os outros lugares do mundo, o Vale do São Francisco é beneficiado, porque, como eu disse, se consegue vender a produção. Escolhemos, dentro do calendário, a cultura que queremos, fechamos contratos antecipadamente.

Essa relação público-privada é relativa fundamentalmente à questão do gerenciamento. Temos projetos públicos, como no caso do Senador Nilo Coelho, maravilhosos, empreendidos por pequenos produtores também. Temos maravilhosos empresários, assim como temos projetos com insucesso.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – O senhor e o Sr. Érico Barros Cavalcanti se referiram a pouca abundância de perfil na produção da região, no projeto Nilo Coelho sobretudo, e nessa área de Petrolina e Juazeiro.

Qual a sorte a que estão destinados, por exemplo, os projetos de polpa de tomate, na medida em que se abandona o tomate para produzir a fruticultura? Esses projetos, essas agroindústrias vão desaparecer? Qual o perfil que os senhores vêem nessa direção?

O SR. ÉRICO BARROS CAVALCANTI – Vejo o seguinte: existe uma mudança de comportamento por parte dos industriais de três anos para cá. Antes era uma relação meio escravagista. O industrial simplesmente queria o tomate, e ele não tinha o produtor como parceiro. De uns três anos para cá, essa relação tem alterado. A indústria tem o produtor como parceiro, tem financiado toda a cultura. Então, existe um mudança de comportamento. Por isso o tomate está em ascensão. Apesar dessa nossa natural vocação para a fruticultura, está-se buscando um ponto de equilíbrio. É preciso que o produtor esteja bastante capitalizado para, por exemplo, plantar manga. Ele precisa de três anos, pelo menos, para ter retorno desse investimento. No caso de tomate, em mais ou menos cem dias, ele já tem o retorno. Há uma garantia por parte da indústria e ele não tem, durante o ciclo, recursos próprios investidos. Então, tem havido uma mudança de comportamento nessa relação. Por isso, acreditamos que essa tendência deve permanecer.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – E o problema da praga?

O SR. ÉRICO BARROS CAVALCANTI – Existiu um praga bastante importante, que foi a traça, a traça do tomateiro. Conseguimos, através de um programa integrado de controle, controlar a traça. Ela hoje está controlada. Está surgindo um outro problema, uma praga que era secundária, a tríplice, em função de que antes se usava inseticida de largo espectro de ação. O tríplice, como era uma praga secundária, era controlado. Esses inseticidas controlavam o tríplice. No instante em que se passa a trabalhar com inseticidas bastante específicos, as pragas secundárias ganham importância. Embora já exista também, por parte da indústria, da Embrapa local e da nossa parte, assistência técnica, já há uma discussão de no que no próximo ano esse programa estará num outro estágio. Está aparecendo, em algumas áreas, um vírus, o chamado vira-cabeça do tomate, mas está sob controle. Não é uma praga do tipo que dizima culturas.

O SR. JORGE ROBERTO GARZIERA – Sr. Presidente, fundamentalmente, o que acontece? No plano de tomate, ganhava-se dinheiro há cinco, seis, sete, oito anos com produtividade média de 30, 35 toneladas. Sabe-se que no Chile, a produtividade é de 60, 70, 80, 90 até 120 toneladas por hectare. Então, a questão é produtividade, é tecnologia. Acho que passa por aí a questão do tomate. Hoje, na nossa região, não é tão difícil produzir 60, 70 toneladas por hectare, produção que já viabiliza a cultura. O custo de produção do tomate chegava na indústria a 900 dólares a tonelada, quando se importava do Chile a 700 dólares.

Então, realmente, é um dia depois do outro que começa-se viabilizar, com aumento de produtividade, com tecnologia. É claro que sabemos que os nossos solos precisam de matéria orgânica, o que significa custo. De repente, pode surgir um projeto paralelo na obtenção de matéria orgânica. Então, acho que um dia depois de outro se recuperará também a produção do tomate.

O SR. HUMBERTO SANTA CRUZ FILHO – Senador, sobre o tomate, gostaria de complementar. Eu gostaria de saber por que um associado nosso, na região de Barreiras, que produz tomates está em dificuldades. Ele nos disse que está chegando extrato de tomate, polpa de tomate, à China por 200 dólares a tonelada. E eu gostaria de perguntar: quantas indústrias estão paradas na região de Juazeiro e Petrolina, e se isso tem alguma coisa a ver com a importação do produto.

O SR. ÉRICO BARROS CAVALCANTI – Neste momento, todas as indústrias vão operar. A maior, que é a Fruto do Vale, vai operar numa capacidade reduzida, mas todas vão operar.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – O caso do distrito de irrigação foi posto como uma delegação de competência, através de uma sociedade civil. Eu gostaria de ver com o gerente da Cooperativa de Bebedouro o que é que significa essa emancipação. A Codevasf deixa de ter qualquer relação com o projeto? E no caso do Bebedouro, que é um projeto pioneiro, porque foi o primeiro projeto, eu gostaria de fazer uma pergunta específica sobre como manter o projeto emancipado, porque você falou de uma degradação da estrutura pelo próprio tempo de utilização. Como é que podemos nos assegurar da perenidade dentro do projeto irrigado? Eu gostaria até depois de franquear a palavra ao Dr. Airson Bezerra Lócio, que está aqui presente, para que ele pudesse comentar essa questão de distrito da cooperativa e também registrar a presença do Dr. Edson Nogueira, que é chefe da Divisão de Estudos e Projetos da Ruralminas. Se for o caso, ele também falará um pouco da experiência do Governo do Estado de Minas Gerais em termos da irrigação pública estadual, nesses aspectos que se trataram aqui, já que ele não veio fazer uma exposição específica.

O SR. JOSÉ COSTA – Com relação à emancipação do Projeto Bebedouro, que eu citei, que ocorreu em 1986, e com relação à manutenção da estrutura, é preciso informar que, como acontece no Projeto Senador Nilo Coelho, a composição do gosto da água, que é cobrado do associado ou do usuário, prevê a parte também de manutenção, além de nesse custo da água também vir o componente K-1, que o Érico citou, que representa, no caso, a depreciação da estrutura. Esse K-1 é depositado numa conta específica da própria Codevasf, e, através de planos de trabalho elaborados pelo órgão gestor do perímetro, no caso a cooperativa, esse recurso retorna para o próprio perímetro na forma de planos de trabalhos,

para aplicação específica em obras de infra-estrutura de uso comum.

Além disso, a Codevasf, através de recursos orçamentários também solicitados, poderá liberar recursos, desde que sejam previamente solicitados pelo órgão gestor, como nós procuramos fazer anualmente quando uma obra foge ao volume de recursos captados na cooperativa. Por exemplo, nós tivemos um problema com a nossa estação de bombeamento principal, que tem 28 anos de operação, porque os rotores de todos os conjuntos já chegaram a um nível de desgaste que teriam que ser substituídos. A própria Codevasf, na época, procurou fazer isso, porque era um volume de recursos altíssimo; inclusive o projeto teria que ser importado da Alemanha, porque, na época, foram todos importados da Alemanha, e fugiram do alcance da cooperativa. É bom também citar que essa infra-estrutura de uso comum pertence à União, então a União tem, de certa forma, o compromisso também de ajudar a mantê-lo, no caso de um ato que fuja à nossa capacidade de investimento nessa área.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – O Dr. Lócio quer comentar alguma coisa?

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Não há muito a acrescentar. A grande dificuldade é que a Codevasf tem hoje 20 projetos em operação, e estamos com mais 6 em constituição, então a única solução é repassar esses projetos para os próprios irrigantes, e eles fazerem essa manutenção. Outro dia eu estava com o Governador de Minas Gerais, visitando o Jaíba, e o Secretário de Obras perguntava: por que não fazer um canal apenas revestido de plástico, que seria bem mais barato? Eu lhe respondi que, para fazer o projeto, consegue-se o dinheiro, mas para recuperar, não se consegue mais. Então, é melhor fazer a coisa definitiva. É lógico que esse projeto tem um tempo de operação e de uso. Então, transformamos o K1, que é uma taxa cobrada como abatimento do investimento durante 50 anos, em um fundo daquele próprio projeto. O irrigante vai pagar, sabendo que aquilo é uma espécie de seguro de garantia para a recuperação de canais, de bombas que venham se queimar. Normalmente, não temos nos orçamentos recursos para esse fim.

Para os projetos de Curaçá, Maniçoba, Gurutuba e outros conseguiram-se com recursos internacionais. A recuperação desse projeto chama-se reabilitação, ou seja, a colocação do projeto novamente nas situações de funcionamento. Sabemos que isso, ao longo do tempo, vai ficar cada vez mais difícil. Então, foi o Fundo K1 para esse fim.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Qual é a participação percentual do K1 no custo total?

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – O K1 é o somatório de todos os investimentos.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Há o custo fixo, custo variável e essa taxa que é o K-1. Qual é o peso percentual do K1?

O SR. ÉRICO BARROS CAVALCANTI – Se o senhor quiser, posso dizer em números.

O SR. RELATOR.(Waldeck Ornelas) – Você paga, deve saber mais do que ele que recebe.

O SR. ÉRICO BARROS CAVALCANTI – O K1 custa hoje R$3,58 reais por hectare irrigável. O nosso custo fixo é de R$7.223 por hectare. Mil metros cúbicos custam R$ 19,00 reais, que é o custo variável.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Gostaria de acrescentar o seguinte: a taxa de água inclui K1, K2, custos fixos, etc. Isso era definido pelo Ministro. Era uma tarifa estabelecida no ano. Conseguimos uma delegação do Ministro para os próprios administradores. Aí, a taxa vai ser fixada de acordo com os custos do projeto, sua manutenção, operação e energia de que necessita. Ficou quase que um sistema de condomínio. Os custos daquele projeto vão ser divididos eqüitativamente com todos. Então, não tem aquele problema de que a taxa está elevada ou abaixo do custo do projeto. Isso foi uma boa solução.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Essa mecânica de delegação e de emancipação que a Codevasf vem usando é uma forma de flexibilizar a rigidez da Lei de Irrigação em relação aos perímetros públicos?

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – A lei já permite isso e tem muitas incoerências que, naturalmente, precisam ser modificadas. Dispõe a lei que esses perímetros públicos serão sempre públicos. Ao mesmo tempo, diz que esses investimentos serão deduzidos do K1. Então, o sujeito passa 50 anos pagando por uma propriedade que a própria lei diz que não será sua. Diz que, se alguém não pagar a conta de água, que o poder público corte a água. No parágrafo seguinte, diz que o poder público é obrigado a manter a água para que não se percam as culturas. É uma lei muito social e cheia de incoerências.

O SR. HUMBERTO SANTA CRUZ FILHO – É justamente isso que me preocupa muito. Na região de Barreiras, sabemos que a Codevasf tem em andamento 3 projetos com cerca de 8 mil ha irrigados. Uma parte desses projetos tem lotes destinados para empresários, agrônomos e colonos.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Você está querendo pagar K1?

O SR. HUMBERTO SANTA CRUZ FILHO – Não. Justamente a pergunta que faço é essa. Estamos, como diz o Fernando, numa situação difícil conjuntural. Parece-me que existe um cadastro junto à Codevasf, para esses empresários poderem ficar com algum desses lotes. Como é que o senhor vê a situação da agricultura e o assentamento na região de Barreiras, basicamente, de onde viemos. E os projetos de empresários? Como é que eles poderiam resolver esse problema? O projeto está ficando muito bonito e há muito interesse nesses lotes, mas há problemas sérios de cadastro.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – O sistema adotado é que 50% se destina a colonos, técnicos agrícolas, agrônomos, etc., com o lote totalmente equipado e com a primeira safra. O restante, que é a empresa privada, é licitado para a iniciativa privada. É uma licitação onde é apresentado um projeto técnico, uma carta-consulta; é eliminatória, se não atingir um determinado número de pontos. Então, é aberto o preço e aqueles selecionados e que apresentaram os melhores preços são os proprietários.

Naturalmente que a empresa permite, dando um preço mínimo e um prazo máximo para pagamento. Normalmente, está sendo aplicado um prazo de seis anos – um de carência e cinco para pagamento. Mas, na licitação, se ele apresentar o preço à vista, naturalmente, tem uma pontuação maior para a aquisição desse lote. Toda a infra-estrutura interna é de responsabilidade do empresário. A Codevasf entrega apenas a água e a energia. Já em relação ao colono, é uma seleção que está ficando cada vez mais difícil de se fazer.

Na terça-feira, eu dizia que no Projeto Mirorós temos 80 lotes para colonos e 2.600 inscritos – naturalmente, também em função da seca na Bahia este ano.

O SR. HUMBERTO SANTA CRUZ FILHO – Gostaria de fazer uma pergunta. Participaria da licitação para a venda pessoas que tivessem, por exemplo, problemas de cadastro com o Banco do Brasil?

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – O edital já prevê isso; numa análise da proposta técnica já se verifica o cadastro.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Concedo a palavra ao Sr. Edson Nogueira.

O SR. EDSON NOGUEIRA – Gostaria de agradecer o convite feito ao Estado de Minas.

Com respeito à irrigação pública neste Estado, não há muita diferença do que já foi colocado aqui. Com o pioneirismo da Codevasf e das instituições que a antecederam, a irrigação pública em Minas Gerais está concentrada basicamente no Vale do São Francisco.

O Estado de Minas entende como oportuno este debate. O Secretário de Agricultura e o Governo de Minas Gerais também estão envidando esforços para ter um conhecimento maior do potencial de recursos naturais no Estado, e têm demonstrado isso.

No próximo mês, o Governador deverá anunciar um dos seus projetos estruturantes, com uma irrigação para o Norte de Minas, o Jequitinhonha e o Pardo – esse é um documento que está sendo preparado. S. Exª tem interesse em se esforçar politicamente nesse tipo de projeto de irrigação.

No Norte de Minas, o parâmetro é o rio São Francisco, a bacia do São Francisco. O Projeto Jaíba é considerado um projeto estruturante, prioritário, como também os projetos do Vale do Jequitinhonha com a região carente. Estamos concluindo um estudo de Plano Diretor de Recursos Hídricos visando ao desenvolvimento para a região. Dentro desse estudo, demonstra-se claramente que a irrigação é o meio de alavancar-se, social e economicamente, uma região.

O Governo de Minas está jogando forte e vai jogar forte nesse sentido, buscando parcerias, inclusive com a Codevasf, para a elaboração de estudos de recursos hídricos no Estado como um todo. O Estado de Minas fará Planos Diretores de Recursos Hídricos em todo o Estado para conhecer esse potencial e dividir todos os interesses quanto ao uso dos recursos hídricos, visando, na Região Norte de Minas, no Jequitinhonha, buscar ações de desenvolvimento que entendemos ser especificamente na área de irrigação.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Naturalmente, vai usar a água do São Francisco.

O SR. EDSON NOGUEIRA – Com certeza. Os Planos Diretores visam a exatamente isso, definir esse potencial e os interesses que existem com relação ao uso das águas desses rios, que são todos federais.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Presidente, parece-me que a reunião está nos mostrando que há uma grande necessidade de que promovamos uma revisão da lei da política nacional de irrigação. É preciso atualizá-la em função dessa nova realidade, para liberá-la de algumas amarras que existem nesse particular, compatibilizando com outras medidas e providências que estão sendo adotadas no País neste momento, inclusive a lei de concessões de serviços públicos.

Creio ser possível, com uma nova lei, não apenas se estimular mais a iniciativa privada, como também estimular e valorizar a própria irrigação pública, nos casos em que isso tem se mostrado necessário.

Ocorreu também um fato novo, com a ida do Presidente da República a Recife, à reunião da Sudene, na última sexta-feira, que foi a assinatura de um compromisso entre o Presidente da República e os dez Governadores da Região, o chamado compromisso pela Vida do São Francisco, que foi coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Amazônia Legal.

De maneira que, em face disso e também em face do anúncio da liberação de recursos para a conclusão de obras, inclusive no Vale do São Francisco, gostaria de propor a convocação do Ministro Gustavo Krause – que pretendíamos fosse mais adiante – mas antecipar essa convocação, de maneira que S. Exª pudesse trazer à Comissão os termos do Compromisso e especificar esses projetos que terão a sua conclusão assegurada, uma vez que isso tem um reflexo direto sobre os trabalhos da Comissão.

Posteriormente, os contatos entre a Presidência da Comissão e o Ministério, determinariam a data mais conveniente para o comparecimento do Ministro.

Gostaria, então, de agradecer a participação de todos.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – A nossa intenção é acumular dados e informações que nos permitam ter um juízo crítico a respeito da situação da irrigação do Vale do São Francisco, o problema da região semi-árida, etc.

Acho que esta reunião ajudou muito nesse sentido. Vamos continuar buscando essas informações e esperamos que, ao fim, possamos ajudar o País a encontrar o melhor caminho para o aproveitamento das potencialidades.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h28min.)

13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª legislatura, realizada em 23 de maio de 1995, às 10h38min.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia vinte e três de maio de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, sob a presidência do Senador Gilberto Miranda e com a presença dos senhores Senadores Jefferson Peres, Arlindo Porto, Beni Veras, José Roberto Arruda, Leomar Quintanilha, Edison Lobão, Lúcio Alcântara, Esperidião Amin, Pedro Piva, Eduardo Suplicy, Geraldo Melo, Francelino Pereira, Bello Parga, Osmar Dias, Ney Suassuna, Fernando Bezerra, João Rocha, João França, Valmir Campelo e Ademir Andrade. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, em seguida passa a palavra ao Senador Lúcio Alcântara para que proceda a leitura do parecer da lavra do Senador Francelino Pereira favorável às Emenda nº 01 a 04 oferecidas ao PLS Nº 112, de 1988, de autoria do Senador Iram Saraiva, que "concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de sessenta anos, nas condições que especifica",colocada em discussão o parecer do relator a comissão decide por enviar a matéria para uma audiência junto à CCJ. Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao Senador Edison Lobão, para que leia o seu parecer, favorável ao PLS Nº 86/95, de autoria do Senador Roberto Freire, que "dispõe sobre incentivos à instalação de empresas fabricantes de veículos, partes, peças e componentes automotivos nas regiões economicamente desfavorecidas que especifica", usando da palavra o relator sugere o envio do Projeto à CCJ para análise de sua constitucionalidade, sendo acolhida sua sugestão pelo plenário da Comissão. Prosseguindo, o senhor Presidente solicita ao Senador Leomar Quintanilha em substituição ao Senador Carlos Patrocínio que o proceda à leitura do parecer favorável oferecido ao PDS Nº 20/93, que "homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel-moeda, no exercício de 1991, no valor de Cr$2.035.000.000.000,00", de autoria da Câmara dos Deputados. Não havendo quem queira usar da palavra para discutir, o parecer do relator é colocado em votação e é aprovado. Com a palavra a seguir, o Senador Fernando Bezzera para proceder a leitura do parecer do Senador Arlindo Porto pela rejeição do PLS Nº 65/95, que "cria condições para a desconcentração industrial e estabelece sistemática de preços dos produtos siderúrgicos", de autoria do Senador Pedro Simon. Após a discussão, o parecer do relator é submetido a votação nominal e é aprovado. Em seguida, o senhor Presidente solicita ao Senador Ney Suassuna que proceda a leitura em substituição ao Senador Carlos Patrocínio, do parecer concluindo pela prejudicialidade do PLC Nº 229/93, de autoria do Deputado

Vadão Gomes , que "cria o ticket café com leite para os bóias frias.", não havendo quem queira discutir é submetido a votação e aprovado. Em seguida, passa-se à apreciação do PLC Nº 187/93, que "dispõe sobre a tributação de bens de pequeno valor", de autoria do Deputado Jakson Pereira cujo relator, Senador João Rocha, em substituição ao Senador Carlos Patrocínio, apresenta parecer pela rejeição. Não havendo quem queira discutir o parecer do relator é colocado em votação e aprovado. A seguir, o senhor Presidente solicita ao Senador Eduardo Suplicy que leia seu parecer contrário oferecido à Emenda nº 01 de Plenário oferecida ao PLC nº 23/93, que "dispõe sobre a remessa para o exterior dos rendimentos do trabalho assalariado e dos valores recebidos como bolsas de estudo e auxílio, ao beneficiários de bolças de estudo ou auxílio no exterior concedidos por agências governamentais", de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Não havendo quem queira discutir o parecer é
submetido a votação e aprovado. Dando prosseguimento aos trabalhos o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Pedro Piva para que proceda a leitura do parecer de autoria do Senador Gilvan Borges, ausente da reunião, favorável ao PLC Nº 114/92, nos termos do substitutivo aprovado pela CAS, pela prejudicialidade das demais emendas apresentadas e pelo arquivamento dos seguintes Projetos: PLC nº 131/92, que "institui a obrigatoriedade da colocação de frase de advertência nas embalagens, rótulos e bulas de medicamentos", PLS nº 344/91, que "regulamenta e disciplina o uso e propagandas de bebidas alcóolicas e dá outras providências" e o PLS nº 19/95, que "obriga a inserção da advertência, no rótulo dos recipientes de bebidas alcóolicas, de serem os efeitos destas bebidas prejudiciais à saúde, e dá outras providências". Não havendo quem queira discutir, o parecer é submetido a votação e aprovado. A seguir, o senhor Presidente solicita ao Senador Jefferson Peres que lei o parecer contrário do Senador Josaphat Marinho, ausente, oferecido a Emenda nº 01 de plenário (substitutiva) oferecida ao Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1995, de autoria do Governo do Estado da Bahia, "encaminhando ao Senado Federal, conforme o disposto no artigo 188, § 1º, da Constituição Federal, pedido de autorização para que o Estado da Bahia aliene terras de sua propriedade à Sociedade "Companhia de Seguros Aliança da Bahia", no limite de 8.735 hectares. Em discussão. Discutiram o parecer os senhores Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Melo. O parecer é submetido a votação, e é aprovado com o voto contrário dos Senadores Eduardo Suplicy e Jefferson Peres. Antes de passar a presidência da reunião ao Senador Pedro Piva, o Senador Gilberto Miranda pede ao Senador Osmar Dias para proferir o seu parecer, favorável, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1995 –terminativo –, que "Modifica o Decreto-Lei nº 2.404/87, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 2.414/88 e pela Lei nº 7.742/89, na parte referente à isenção do Adicional ao Frete Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, de autoria do Senador Lúcio Alcântara. Não havendo quem queira discutir, o parecer é submetido à votação nominal e é aprovado. Dando prosseguimento a reunião o Senador Eduardo Suplicy faz a leitura do parecer, favorável, de sua autoria, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1993 –não terminativo-, que "aprova o texto da Convenção Internacional sobre Conflitos de Leis em Matéria de Sociedade Mercantis, concluída em Montevidéu, em 8 de maio de 1979, de autoria da Câmara dos Deputados. Não havendo quem queira discutir, o parecer é submetido à votação e é aprovado. Em seguida o Presidente pede ao Senador Eduardo Suplicy que faça um resumo do parecer, favorável, de sua autoria, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 1994 –não terminativo-, que "dispõe sobre o ressarcimento ao Banco do Brasil S.A. das despesas com o programa do Imposto de Renda, exercícios 1990 e 1991, de autoria do Poder Executivo. No decorrer da discussão o relator acolhe a Emenda Nº 01-CAE do Senador Esperidião Amin. Colocado em votação é aprovado o parecer do relator. A seguir o usa da palavra o Senador João Rocha para leitura do parecer favorável nos termos do PRS que apresenta, oferecido à Mensagem nº 399, de 1994, do "Senhor Presidente da República propondo ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de US$ 56,544,176.00, a ser celebrada entre a República Federativa do Brasil e a Svenska Handelsbanken, destinada a financiar a aquisição de sistemas e equipamentos de defesa para o Corpo de Fuzileiros Navais e para as Fragatas pertencentes à Marinha do Brasil". Colocado em discussão o parecer do relator, é concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy pelo prazo regimental de cinco dias. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. Senador **Gilberto Miranda Batista** – Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Está aberta a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 1 da pauta: projeto de autoria do Senador Iram Saraiva, cujo Relator é o Senador Francelino Pereira.

Não estando presente o Relator, peço ao nobre Senador Lúcio Alcântara que leia o parecer para que possamos colocá-lo em discussão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – *(Leitura de parecer.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Em discussão o parecer do Relator.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin, para discutir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Peço a V. Exª que me dê alguns segundos para eu fazer uma análise.

Não se trata do mérito da questão, e sim da iniciativa.

O SR. PEDRO PIVA – Seria o caso de dar, talvez, audiência à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Talvez isso.

O SR. PEDRO PIVA – Outro dia, examinei um projeto nesse mesmo teor, de autoria do Prefeito Magalhães Teixeira, de Campinas. Foi remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania um projeto que isentava IPI sobre aparelhos para deficientes.

Creio que seria mais prudente que o mandassem para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PERES – É a mesma preliminar que eu iria levantar, Sr. Presidente, tanto com relação a este projeto quanto ao Item 10 da pauta, projeto de autoria do Senador Roberto Freire.

Além da inconstitucionalidade, da possível inconstitucionalidade, devido à iniciativa de se tratar de matéria tributária, tanto este como o projeto, de autoria do Senador Roberto Freire, a meu ver, violam o art. 57, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, que, certamente, vai continuar, vai permanecer na LDO para 1996 e para os exercícios subseqüentes.

Diz o seguinte:

> "A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira somente poderá ser aprovada, caso indique a estimativa de renúncia de receita e as despesas em idêntico valor que serão anuladas, inclusive as transferências e vinculações constitucionais."

A audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é imperiosa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Já tendo localizado o texto, confesso que tenho alguma dúvida a respeito da matéria.

O art. 61, § 1° dispõe: "Sendo iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

> II – disponham sobre:
>
> b) Organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios."

Toda vez que tomarmos iniciativa, abrindo mão de um tributo, estamos invadindo área do Executivo. Esse tipo de projeto de lei tem até um sentido pedagógico porque não acho estéreo a iniciativa de um parlamentar versando sobre assunto; fica, pelo menos, no ar a indicação do mérito da questão. Agora, aprovar um projeto de lei simplesmente para que ele tramite, não creio que seja o procedimento adequado.

De forma que, nos termos do art. 61, § 1°, inciso II, alínea b, sugiro que seja encaminhado o projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Não havendo quem queira discutir, a votação fica adiada por falta de **quorum**.

Poderemos discutir já o Projeto n° 10, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, sendo que a matéria também é de assunto tributário. Fazemos uma inversão de pauta, por sugestão do Senador Jefferson Peres.

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, para relatar o Projeto n° 10.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, a iniciativa do Senador Roberto Freire me parece, no mérito, muito interessante porque visa conceder incentivo fiscal às indústrias, empresas fabricantes de veículos, partes, peças, componentes de automóveis automotivos nas Regiões Norte e Nordeste.

O sentido é a promoção de incentivos para que esses Estados se beneficiem com a presença dessas indústrias.

Meu parecer, no mérito, é favorável.

Agora, entendo que, de fato, há esses problemas de natureza fiscal, tributária, levantadas aqui pelo Senador Esperidião Amin e pelo Senador Jefferson Peres.

Nesse caso, deixaremos para discutir esta questão, da constitucionalidade ou da necessidade de enviar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania logo mais, quando houver número, segundo as decisões de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Deixaremos de votar, neste momento, por falta de **quorum**, o projeto que remete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Projeto n° 10.

Passamos ao item 2 da pauta. É um projeto conhecido, aquela homologação do Conselho Monetário de atos já realizados.

Pedimos ao Senador Leomar Quintanilha que leia o parecer do Senador Carlos Patrocínio, também do Estado do Tocantins.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – *(Leitura de parecer.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin, para discutir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, Srs. Senadores, peço a compreensão de V. Exªs, pois vou me alongar um pouco mais do que o necessário.

Diz bem o Senador Leomar Quintanilha, quando fala que esta é uma "deliberação inócua". Isso me faz lembrar um amigo meu que era Governador de Estado e que, a cada desfile militar que presidia, apresentava-se perante ele o comandante do destacamento – não sei se era em Minas Gerais –, desembainhava a espada, perfilava-se e fazia a tradicional apresentação: "– Fulano de tal – capitão, major ou coronel – comandante do destacamento, pede permissão para iniciar o desfile". Já imaginaram se o Governador dissesse: "– Não. Não concedo". Imaginem se, numa comemoração do dia 7 de Setembro, o Presidente da República resolvesse não conceder permissão."– Não. Não concedo permissão. Volte dentro de meia hora".

O Senador Edison Lobão, que tem muito mais experiência política do que eu, disse que já presenciou um fato como esse. Como é que ficou a cabeça dele depois, Senador Edison Lobão?(Risos)

O SR. EDISON LOBÃO – O Ministro do Exército estava presidindo uma transmissão do Comando da Região Norte no Pará. O Major se apresenta, faz continência e pede permissão para dar início à solenidade. O Ministro diz: "– Não concedo". E, assim, repetiu-se três vezes, porque o Major não havia se dirigido diretamente ao Ministro, citando o seu nome.(Risos)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Bom, essa é uma questão formal. Mas, neste assunto, é evidente que é inócua a nossa decisão.

Gostaria de chamar a atenção de V. Exªs para os deveres da Comissão de Assuntos Econômicos.

A Medida Provisória que instituiu e vem instituindo o Real estabelece que o Governo deve encaminhar, no primeiro mês do trimestre, a programação de emissão do período. O que não está sendo feito. Apenas encaminhou-se, em abril, a emissão havida no primeiro trimestre. Então, estamos sendo conduzidos – desculpem-me a expressão –, como uma "boiadinha", para homologarmos os próximos atos. E a programação monetária, ou seja, a programação de emissão – o Senador Eduardo Suplicy nos ensinou todos aqui o que é a **signorage** – de moeda do trimestre não está sendo apresentada como consta da essência do Plano Real. Não preciso dizer aqui que o Plano Real está intimamente ligado à moeda emitida, ou seja, ao conjunto de meios de pagamento.

Então, quero chamar a atenção da Comissão para esse aspecto, ao qual sou favorável.

Estamos preparando os nossos próximos e inócuos referendos ao não questionar o Governo sobre a programação monetária de cada trimestre, que deve ser apresentada – repito – até o fim do primeiro mês do respectivo trimestre.

Essa era a observação que queria fazer, porque isso fere os nossos deveres.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Senador esperidião Amin, tenho uma sugestão a fazer. Poderíamos convocar o Ministro da Fazenda para nos informar por que não fez isso até agora e para pedirmos que o faça daqui para frente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Estou fazendo um estudo técnico sobre o assunto.

Mas, Sr. Presidente, todos nós da Comissão de Assuntos Econômicos recebemos essa informação, na qual fica evidenciado que, ao encaminhar o pós, S. Exª não está cumprindo o pré.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Senador Esperidião Amin, esclareço a V. Exª que já autorizei a Secretaria a mandar correspondência ao Sr. Ministro da Fazenda, para que isso não mais se repita e para que S. Exª mande, antecipadamente, inclusive a esta Comissão.

Passamos ao Item n° 3 da pauta que, a pedido do Relator, o Senador João França, será retirado de pauta.

Passamos, então, ao Item n° 4 da pauta, que também será retirado de pauta, a pedido de seu Relator, Senador Esperidião Amin.

Passa-se ao Item n° 5 da pauta. Projeto de autoria do Senador Pedro Simon. Relator: Senador Arlindo Porto.

Solicito ao Senador Fernando Bezerra que leia o relatório do Senador Arlindo Porto.

O SR. FERNANDO BEZERRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, submetido a exame desta douta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado nº 65, de 1995.

(Leitura do parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de fazer dois comentários. Um deles é para, a respeito da proposta deste projeto, refletirmos sobre a política de privatização do Governo.

A incipiente ou – até diria – incipientíssima indústria metalúrgica que existe no Nordeste só pôde nascer e se desenvolver um pouco porque, na época, havia o preço CIF da chapa, uma vez que a distância tornaria inviável qualquer competição, até porque grande parte dessa produção feita no Nordeste era vendida no Sudeste.

É evidente que, com a política de privatização – tenho a impressão de que o Governo não tem mais nenhuma usina siderúrgica, todas já foram alienadas –, torna-se impossível impor, à iniciativa privada, a prática de uma determinada política de preços que seja incompatível com os seus interesses.

Daí, há outra lição a se retirar, até para o prosseguimento do programa de privatização.

A privatização do setor siderúrgico ocorreu com uma grande cartelização. Hoje, acredito serem três grupos a dominar a produção siderúrgica nacional.

Então, é preciso que se reflita muito sobre esse programa. Sou favorável à redução do tamanho do Estado, a um programa de retração do Estado nas atividades econômicas, mas isso tem que obedecer a uma política, não de estatização, mas pública, de interesse nacional.

Não vejo, realmente, como podemos impor a essas empresas privadas que venham a praticar esse preço CIF. Na verdade, na condição anterior, foi possível algumas empresas se desenvolverem e crescerem, porque, na época, havia o preço CIF. Como aconteceu no Ceará, onde existe uma modernissima indústria metalográfica, inclusive em nível de competição hoje com as mais modernas do País. Ela se desenvolveu tão bem que hoje tem uma linha de produção modernissima, compete com as empresas mais eficientes que existem – multinacionais ou não –, mas nasceu, como já disse, porque havia o preço CIF. Mas, na base da iniciativa privada, é impossível. Penso que o parecer tem que ser contrário mesmo, pois não se tem como impor, a essas empresas privadas, praticar uma política de preços que seja incompatível com os seus interesses.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Em discussão o parecer do Relator.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal)

O projeto foi rejeitado.

Em votação os **itens nºs 1 e 10** que sugerem seja o projeto enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. EDISON LOBÃO – Eu gostaria de sugerir ao Presidente da Comissão uma gestão junto à Mesa do Senado Federal no sentido de que, daqui para frente, em se tratando de projetos dessa natureza, aquela Presidência encaminhe o projeto, em primeiro lugar, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, em seguida, à Comissão de Economia.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Tem toda a razão V. Exª. Normalmente, a matéria é enviada à Comissão que a delibera; os seus membros se pronunciam a respeito de o projeto ser remetido. Poderíamos fazer uma análise prévia do projeto e remetê-lo. Às vezes, temos matérias polêmicas que parte dos membros da Comissão opinam no sentido de enviá-la à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; outros, são contrários ou mais democráticos. Rapidamente, isso se constata. Daí por que temos condições de ouvir a Comissão. Mas lembrarei da sugestão de V. Exª e farei gestão ao Presidente da Casa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Pelo Regimento, inicialmente, o projeto vem à Comissão de Mérito. Se forem levantadas dúvidas sobre a constitucionalidade, o projeto irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Seria um ato excessivo conceder essa prerrogativa à Mesa, sob a possível constitucionalidade do projeto, até por que não há tempo, dada a pletora de proposições que lá tramitam. Ao contrário do que havia na Câmara dos Deputados, quando juntos lá estivemos, eu e o Deputado Edison Lobão, a matéria tramitava inicialmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Se fosse dado como constitucional e jurídico, o projeto prosseguiria. Agora, não. A matéria vem à Comissão de Mérito até por uma questão de constitucionalidade. A lei, hoje, já possui o seu caráter terminativo. A não ser que a Presidência da Mesa queira fazer a triagem; no caso, dificilmente teríamos como alterar esse rito de tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – O Senador Edison Lobão acena, concordando com a exposição de V. Exª.

Passamos à votação do **item nº 2** que tão-somente versa, como disse o Senador Leomar Quintanilha, da homologação da emissão de moeda pelo Conselho Monetário Nacional, de 1991.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

Passa-se ao **item 6** da pauta, que trata do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Vadão Gomes, tendo como Relator o Senador Carlos Patrocínio. Não estando presente S. Exª, solicito ao nobre Senador Ney Suassuna que proceda à leitura do parecer.

O SR. NEY SUASSUNA – *(Leitura de parecer.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Em discussão o projeto.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

Item nº 7:

Projeto de autoria do Deputado Jackson Pereira; Relator, Senador Carlos Patrocínio. Não estando presente, peço ao Senador João Rocha que leia o Relatório nº 7.

O SR. JOÃO ROCHA – Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 187/93, que dispõe sobre a tributação de bens de pequeno valor.

Aprovado pela Câmara dos Deputados, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 187/93, que dispõe sobre a tributação de bens de pequeno valor. O projeto considera de pequeno valor, para efeito do disposto no inciso IV do art. 22 da Lei

nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, os bens e direitos cujo preço unitário, o do conjunto de bens da mesma espécie de alienação no mês em que esta se realizar seja igual ou inferior ao valor equivalente a 10 mil UFIRs. Tal valor passaria a ser o limite de isenção do imposto de renda incidente sobre o ganho de capital auferido por pessoa física na alienação de bens e direitos.

Voto

O conceito de pequeno valor vigente à época da apresentação do projeto e da aprovação do substitutivo pela Câmara dos Deputados, em 1991, fora fixado pelo Poder Executivo com base na competência atribuída pelo citado dispositivo em 3 milhões e 700 mil cruzeiros. Posteriormente, o regulamento do imposto de renda baixado pelo Decreto nº 1.014, de 11 de janeiro de 1994, alterou-o para 10 mil UFIRs, referindo, assim, o valor proposto pela Câmara.

Recentemente, contudo, a Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, originária da Medida Provisória nº 812, de 30 de dezembro de 1994, em seu art. 23, elevou o referido patamar de isenção para 25 mil Ufirs, correspondendo, no segundo trimestre de 1995, a R$17.652,50.

A Lei nº 8.981/95 não só atendeu ao objetivo do autor da matéria, o Deputado Jackson Pereira, de atualizar, em caráter permanente, o valor da isenção originalmente previsto como ainda conferiu tratamento mais favorável ao contribuinte.

Com efeito, além de elevar o limite em 150%, reduziu, em seu art. 21, a alíquota do Imposto de Renda incidente sobre o ganho de capital de 25% para 15%. Assim sendo, a nova situação, caso aprovado o Projeto de Lei 187/93, geraria efeitos contrários aos pretendidos pela Câmara dos Deputados, razão pela qual opinamos pela sua rejeição porque um projeto de lei prevê benefícios inferiores ao previsto na medida provisória. E se sua finalidade é proteger e beneficiar o microempresário, ficamos realmente a favor da rejeição do projeto de lei do Deputado Jackson Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Em discussão o projeto.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

Item nº 8:

Projeto não Terminativo, de autoria do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame; Relator, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, o projeto sob exame disciplina a remessa ao exterior de rendimentos do trabalho assalariado, de bolsas de estudo e de auxílio, concedidos por agências governamentais à formação de recursos humanos. Na Comissão de Assuntos Econômicos, foi aprovado o parecer favorável que oferecemos ao projeto.

Nos termos regimentais, foi apresentada a mesma emenda aditiva, de autoria do nobre Senador Gerson Camata. A emenda, ao propor a inclusão de parágrafo ao art. 1º do projeto, dispõe sobre a exigência de comprovação à Receita Federal, pelo depositante, da origem do rendimento a ser remetido ao exterior.

Considerando que o projeto versa sobre remessas de bolsa de estudo e salário para estudantes e pesquisadores, que, além de constituírem valor pouco significativo também sofrem incidência do imposto de renda na fonte, logo estão sob controle da Receita Federal. A emenda é inócua, pois o controle por ela proposto já é executado.

Opinamos contrariamente à Emenda nº 1 apresentada ao PLC nº23/93.

O parecer, portanto, é contrário porque a Receita Federal já faz o controle proposto na emenda do Senador Gerson Camata.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Em discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O parecer é contrário à emenda?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Contrário à emenda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Só à emenda, não ao projeto?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – É favorável ao projeto. Aqui estou opinando sobre a emenda, na medida em que são valores modestos os relativos a bolsas de estudo. Segundo, já sofrem a incidência de imposto de renda na fonte. Estão, portanto, sob controle da Receita Federal; e, sendo já o controle efetivado, não haveria a necessidade de mais outro controle.

Esse o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com o voto do Relator queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Mantido o voto do Relator.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, reivindico uma inversão da pauta, para que fosse votado o Item nº 1 da extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Consulto os Srs. Senadores se estão de acordo com essa proposta.(Pausa.)

Pediria a V. Exª que lesse o relatório, resumidamente, do Item nº 1 da extrapauta.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Relator Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – A Comissão de Assuntos Econômicos e Sociais do Senado Federal aprovou, por unanimidade, o substitutivo em anexo, que representou grande união de esforços, no sentido de conferir ao tema tratamento infraconstitucional compatível com a realidade nacional.

Nesse sentido, buscou-se conciliar inarredável interesse dos consumidores com os governamentais, consubstanciados na Portaria Triministerial nº 477, firmada pelos Ministros da Saúde, Adib Jatene, da Justiça, Nelson Jobim e das Comunicações, Sérgio Motta.

A citada portaria, convém sublinhar, resulta de compromissos amplamente negociados por diversas entidades civis representativas, tais como ABERT, ABA, ABAP, ANJOTA, etc.

Em face do exposto, somos favoráveis à aprovação, por esta Comissão de Assuntos Econômicos, do Projeto de Lei da Câmara, nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, reiterando que o mesmo conferirá normatividade infraconstitucional à matéria, em conformidade com o preceito contido no art. 220 da Constituição, pela prejudicialidade das demais emendas apresentadas e pelo arquivamento dos Projetos de Lei nºs 131, 132, etc, cujos escopos foram alcançados pelo substitutivo apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Em discussão o Projeto nº 1 extrapauta.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

Passa-se ao Item nº 9 da pauta, de autoria do Governo do Estado da Bahia, cujo Relator é o Senador Josaphat Marinho.

Não estando presente o Relator, pediria ao Senador Jefferson Peres que procedesse à leitura do Item nº 9 da pauta.

O SR. JEFFERSON PERES – *(Leitura de parecer.)*

O Relator, portanto, rejeita o substitutivo do Senador Eduardo Suplicy e aprova o projeto na sua forma original.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Em discussão. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Com todo o respeito pelo parecer do Senador Josaphat Marinho, aqui se trata da doação, pelo Estado da Bahia, de 8.735 hectares, à Companhia de Seguros Aliança, da Bahia. No parecer e na justificativa, inclusive com o parecer do Governador Antônio Carlos Magalhães, não há propriamente, senão de uma forma generalizada, que haverá ali a produção de alimentos e a fixação do homem no meio rural, o que aumentará a oferta de emprego, contribuindo, indiretamente, para a manutenção de empregos. Mas não há uma especificação que atenda ao objetivo de reforma agrária. Explicitamente, está sendo aprovada a doação de 8.735 ha. para a Companhia de Seguros Aliança da Bahia para ser realizado um empreendimento. Nem mesmo estão especificados os números relativos à criação de empregos e às pessoas que serão aproveitadas. Trata-se de dados muito generalizados. Devido à dificuldade de haver terras disponíveis para a realização de reforma agrária, pareceu-me inadequada essa doação.

Por essa razão, o meu voto é contrário ao parecer.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Continua em discussão o parecer.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, conforme salienta o Senador Eduardo Suplicy, nesses casos, a prioridade deveria ser dada a um programa de reforma agrária. Na realidade, essa prioridade não está sendo ofendida, porque não há a proibição de que se faça alguma outra coisa que não seja a reforma agrária.

Por outro lado, o Senador Eduardo Suplicy se refere à doação de terras à Companhia Aliança da Bahia. Embora não haja elementos para se esclarecer qual a forma de transferência da propriedade, em todos os lugares, há uma referência à alienação, que, na maior parte das vezes, não é um processo de doação. A expressão "alienação" está de acordo com o processo administrativo formalizado.

Dois anos depois, homologamos uma emissão de 2 trilhões de cruzeiros, acreditando – presumo eu; é melhor que assim seja – que tudo isso correspondia ao interesse nacional.

Embora eu pense que o projeto está insuficientemente informado para que o Senado saiba o que será feito exatamente, não vejo porque duvidar da seriedade e da importância de um projeto proposto por um Governador, que teve a concordância do seu sucessor que é, notoriamente – como se sabe a nível nacional – um adversário ferrenho do seu antecessor.

Então, prefiro crer que, do ponto de vista formal, estamos apenas dando uma autorização, a qual não exime a autoridade de cumprir o ritual formal exigido pela lei. Se for necessário, terá que haver licitação ou qualquer outro procedimento formal.

Em vista disso, como penso que o estoque de terras no País para um programa de reforma agrária é bastante grande e não será sacrificado pelo fato de que 8.000 ha. serão destinados para esse empreendimento, divirjo da posição do Senador Eduardo Suplicy e apóio a posição do Senador Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Continua em discussão.*(Pausa.)*

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário dos Senadores Eduardo Suplicy e Jefferson Peres.

Passa-se ao Item nº 11 da pauta. Trata-se de projeto terminativo do Senador Lúcio Alcântara. O Relator é o Senador Osmar Dias.

Gostaria de adiantar que o meu voto é favorável ao parecer do Sr. Relator.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

Passo a Presidência da reunião para o Senador Pedro Piva.

O SR. OSMAR DIAS – *(Leitura de parecer.)*

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Submeto o parecer à votação nominal.

(Procede-se à votação)

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, o adicional de frete é um tributo.

O projeto é de autoria de um Senador. Tenho a mesma dúvida quanto à constitucionalidade da iniciativa desse projeto. O meu voto é contrário ao parecer, porque penso que o projeto é inconstitucional.

(Continua a votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Aprovado.

Passa-se ao Item nº 2 da pauta. Trata-se de projeto não terminativo, que aprova o texto da Consolidação Interamericana sobre conflitos de lei em matéria de sociedades mercantis, concluída em Montevidéu. O Relator é o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – *(Leitura de parecer.)*

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

Item 13.

Projeto não terminativo que dispõe sobre ressarcimento ao Banco do Brasil das despesas com o programa de imposto de renda, exercício de 90/91. Relator: Senador Suplicy.

Se fosse possível, V. Exª poderia resumir?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, quer que eu leia?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Só o final.

O SR. EDUARDDO SUPLICY – *(Leitura de parecer).*

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Em discussão.(Pausa.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O Relator no seu parecer nos informa que a dívida é da ordem de R$ 9.553.812,26.

Minha indagação ao Relator é a seguinte. Sou em princípio contra a autorização legislativa sob a forma de cheque em branco, ainda que no caso seja o Banco do Brasil, que virtualmente é uma entidade do Estado mas é uma sociedade de economia mista, tem acionista. Por que o Governo não nos informa o valor nem antes nem depois?

Se autorizamos o cheque em branco, pelo menos devemos cobrar que nos encaminhe depois o demonstrativo da liquidação da dívida, ou seja, da quantificação – liquidar quer dizer quantificar, não é quitar. Não é assim? Liquidar é tornar líquida e certa.

Se não estamos autorizando uma dívida líquida e certa – não estamos –, pelo menos que nos seja apresentada **a posteriori** o demonstrativo da liquidação da dívida.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Senador, estou de acordo com V. Exª, acredito que devíamos aprovar essa sua observação, pedindo depois a quantia certa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O que pergunto ao Relator é por que ele que sabe até a quantia certa, se há alguma razão pela qual no seu relatório isso não foi contemplado. O Senador Suplicy teve a preocupação, veja bem, de saber quanto é que custava. Está escrito aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Foi consultada a Receita Federal e o Banco do Brasil. No histórico que preferi sintetizar para explicar como as despesas programadas com o PIR 90, para serem realizadas pela Secretaria da Receita Federal, na rubrica: "serviços de terceiros, orçamento da União". De como com a edição da Medida Provisória nº 150 as dotações foram canceladas, mas daí com a reestruturação do Poder Executivo várias transferências de dotações foram realizadas através da edição de decreto, as quais, apesar de atualizadas pelas UROs não foram suficientes para cobrir despesas com o PIR 90. A secretaria firmou convênio com o Banco do Brasil, onde cada um dos órgãos arcaria com uma parte das despesas do programa e o BB limitava a sua participação a 948 mil BTNs.

Todavia, pelas razões citadas, a Receita não foi capaz de cumprir com seu compromisso, obrigando o BB a arcar com o valor integral das despesas. Em 91, os recursos destinados ao PIR 91 constavam do grupo de despesas "outras despesas correntes". Entretanto, o Decreto nº 21, de 1º de fevereiro determinou o contingenciamento de 90% dos recursos daquele grupo. Convênio semelhante ao de 90 foi assinado entre a Secretaria e o BB e como a receita só conseguiu realizar pagamento ao BB em 3 de janeiro de 92 – o prazo originalmente acertado era 3-06-91 – agora estão sendo cobrados os encargos da atualização monetária e os valores adiantados ao PIR.

Essas foram as informações que tive, Sr. Presidente. Poderemos, obviamente, pedir uma declaração formal da Receita Federal e do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, gostaria de obter um esclarecimento do Senador Amin. A preocupação de S.Exa. é em saber se, realmente, a dívida vai ser quitada. É essa a preocupação?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não, quero saber quanto será a dívida.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Não é de RS 9.553.812,26?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Se o governo tivesse certeza disso, Senador, escreveria na lei. Claro que não é essa dívida. É atualizada monetariamente.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Até porque hoje não deve ser mais 9 milhões, se ela vai ser atualizada já não é mais 9 milhões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Mas é lógico. Então é um outro valor.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Então é impossível até dizer o valor exato, até por que vai ser atualizada permanentemente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – V. Exª está respondendo a pergunta que fiz ao Senador Suplicy. Acredito que como princípio legislativo ou autorizamos um valor certo e definido, isso é a regra geral, quando o Congresso Nacional autoriza um endividamento, não autoriza o que o Ministério da Fazenda quer. Ou se autoriza previamente um valor fixo ou – se isso for impossível – V. Exª está dizendo que é impossível, não sei se é impossível, mas se V. Exª tem certeza que é impossível, cobra-se encaminhamento posterior à quitação do valor que foi quitado. Por exemplo, se o que V. Exª está dizendo é absolutamente verdadeiro, escreveria um novo art. 2º dizendo seguinte: " o Ministério da Fazenda encaminhará ao Congresso Nacional o demonstrativo da liquidação dos custos referidos no art. 1º até trinta dias depois da quitação do débito". Agora, em branco não gostaria de dar.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, como Relator, acato inteiramente, considero positiva.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Aprovamos então?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Aprovamos o acréscimo, como Relator peço que seja acatado o acréscimo proposto pelo Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

Item 2 da extra pauta, do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de 56 milhões de dólares, para a República Federativa do Brasil e o Banes **Bank.** , destinado a financiar aquisição de sistema de equipamento de defesa do Corpo de Fuzileiros Navais. Relator Senador João Rocha.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Rocha.

O SR. JOÃO ROCHA – *(Leitura de parecer.)*

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Em discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço vista para melhor exame da matéria.

O SR. JOÃO ROCHA – Não terminei ainda. Não conclui o parecer.

(Continua leitura de parecer)

Então, acatando também a sugestão do Presidente, nosso voto é favorável ao pedido de autorização para contratação do financiamento pela República Federativa do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Em razão do pedido de vista do Senador Eduardo Suplicy, fica adiada a votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O Senador Eduardo Suplicy pediu vista?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Só para exame, é um direito regimental.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Ainda que seja de inteiro direito, não me cabe aqui questionar. Nem sei se há urgência. Não fui solicitado por ninguém, mas conheço. O Senador Eduardo Suplicy visita o mar quando pode e tem até boas relações com pescadores artesanais, com os quais também tenho, lá em São Paulo. Não é, entretanto, homem do mar. Permito-me considerar que sou um homem do mar. Nasci numa ilha.

Gostaria de ponderar apenas que tenho acompanhado o esforço da Marinha brasileira e vou fazer um comentário geral sobre as Forças Armadas. No tocante à Marinha do Brasil, se formos analisar o papel que a Marinha de Guerra tem a cumprir em função dos interesses econômicos, em tempo de paz, no Brasil, temos que testemunhar que a Marinha faz muito com muito pouco. Na questão da modernização da nossa frota, tanto no tocante às corvetas, quanto às fragatas, acho que o que o Congresso puder fazer para colaborar, para que esta modernização se faça gradualmente, é muito importante.

Para resumir a V. Exªs a importância disso, em tempo de paz: temos um porta-aviões muito antigo, que está modernizado e que está operando. Para que V. Exªs tenham idéia, a Força Aérea Argentina tem um porta-aviões mais ou menos da mesma idade, que não foi modernizado. Não pode usá-lo mais. Tornou-se inviá-

vel economicamente recuperá-lo, enquanto o nosso, sendo modernizado gradualmente, está operacional, a ponto de a aviação embarcada argentina – vejam bem – estar usando o nosso porta-aviões para treinamento, porque o seu não opera.

Por isso, liminarmente, como conheço esse programa de modernização da Marinha – claro que o Senador Eduardo Suplicy vai examinar, a sua assessoria, a não ser que haja algum imprevisto, vai concordar com esse espírito que estou dizendo. Mas acho que esse esforço de modernização em conta-gotas que a Marinha do Brasil e as Forças Armadas, de modo geral, têm feito é um procedimento patriótico que devemos apoiar.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – É o menor orçamento do mundo, o das Forças Armadas brasileiras.

O Senador Eduardo Suplicy muda seu voto?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pedi vista para melhor exame. Levarei em conta, inclusive, as considerações do Senador Esperidião Amin, mas eu gostaria de examinar melhor essa matéria.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, pela ordem. (Fora do microfone)

O SR. EDUARDO SUPLICY – Cumprirei regimentalmente o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Perfeito, Senador Eduardo Suplicy.

Antes de encerrar, quero comunicar que, na próxima terça-feira, virá a esta Comissão o Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Sérgio Cutolo.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h57min)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

14ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, realizada em 30 de maio de 1995, às 10h29min.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia trinta de maio de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, sob a presidência do Senador Gilberto Miranda com a presença dos Senadores Francelino Pereira, Joel de Hollanda, Jefferson Peres, Bello Parga, José Bianco, Freitas Neto, Ademir Andrade, Leomar Quintanilha, Carlos Patrocínio, Vilson Kleinübing, Fernando Bezerra, Pedro Piva, Onofre Quinan, Emília Fernandes, Jonas Pinheiro, Osmar Dias, Ramez Tebet, Valmir Campelo, Geraldo Melo, Ney Suassuna, Mauro Miranda, Romero Jucá, Eduardo Suplicy e Elcio Alvares. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, a seguir, comunica que a reunião destina-se à exposição do Senhor Sérgio Cutolo Santos, Presidente da Caixa Econômica Federal, em atendimento aos Requerimentos nºs 4/95-CAE e nº 5/95-CAE, de autoria dos Senadores Freitas Neto e Ademir Andrade, respectivamente, sobre os seguintes assuntos: reestruturação administrativa da Caixa Econômica Federal; montante dos recursos destinados à habitação no âmbito federal, em 1995, discriminando os destinados à habitação popular e demais categorias habitacionais; montante dos recursos alocados e desembolsados nas regiões e nos estados, nos dois últimos anos; bem como previsão para o ano em curso e critérios utilizados para sua distribuição, avaliação quanto às razões que têm determinado as invasões dos conjuntos habitacionais em construções e ações e soluções adotadas diante das invasões e dos casos de inadimplência. Prosseguindo, confere a palavra ao Senhor Sérgio Cutolo Santos, para que faça sua exposição sobre o tema da reunião. Encerradas as exposições, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos senadores que queiram interpelar os convidados. Participam das discussões os Senadores: Freitas Neto, Ademir Andrade, Geraldo Melo, Vilson Kleinübing, Carlos Patrocínio, Leomar Quintanilha, Antonio Carlos Valadares, Mauro Miranda, Esperidião Amin e Eduardo Suplicy. O Presidente agradece a presença do Senhor Sérgio Cutolo Santos, bem como dos senhores parlamentares e, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – **Gilberto Miranda Batista**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Consta da pauta a exposição do Sr. Sérgio Cutolo dos Santos, Presidente da Caixa Econômica Federal, em atendimento aos Requerimentos nº 04 e 05, de 1995, de autoria dos Senadores Freitas Neto e Ademir Andrade respectivamente.

A exposição do Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Sérgio Cutolo dos Santos, versa sobre os seguintes assuntos: reestruturação administrativa da Caixa Econômica Federal; montante dos recursos destinados à habitação no âmbito federal, em 1995, discriminando os destinados à habitação popular e demais categorias habitacionais; montante de recursos alocados e desembolsados nas regiões e nos Estados, nos dois últimos anos; bem como previsão para o ano em curso e critérios utilizados para sua distribuição; avaliação quanto às razões que têm determinado as invasões dos conjuntos habitacionais em construções e ações e soluções adotadas diante das invasões e dos casos de inadimplência.

Peço ao Senador Pedro Piva que acompanhe o Dr.Sérgio Cutolo dos Santos, Presidente da Caixa Econômica Federal, ao plenário da Comissão.

Com a palavra, o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Sérgio Cutolo dos Santos.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Sr. Presidente Gilberto Miranda; Srs. Senadores, é com muita satisfação que estamos aqui hoje para atender a convite da Comissão de Assuntos Econômicos e prestar esclarecimentos diversos sobre a Caixa Econômica Federal.

No final deste mês, estaremos completando nosso terceiro mês perante a instituição. Em pouco mais de um mês é o sexto convite que recebemos para participar de uma audiência pública. Estamos aqui um pouco cansados, é verdade, porque além das nossas atribuições normais nesses dias, estamos sendo muito solicitados para prestar esclarecimentos principalmente com relação ao nosso Programa de Reestruturação.

Assim sendo, faremos um breve relato da situação da Caixa Econômica e o que pretendemos fazer perante a instituição, após o que estarei à disposição dos Srs. Senadores.

Em primeiro lugar, é importante colocar alguns grandes números relacionados à Caixa Econômica Federal, que, juntamente com o FGTS, hoje, representa aplicações que superam R$72 bilhões. Vou dar esses números, porque inclusive foram solicitados formalmente para se colocar o problema em toda a sua dimensão. Hoje, temos aplicados do FGTS cerca de R$41 bilhões; no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos, o sistema como um todo, a Caixa Econômica Federal tem aplicado R$29 bilhões aproximadamente; de outros fundos, ela tem aplicado cerca de R$800 milhões e nas suas atividades de Banco comercial, R$2,3 bilhões. Então, esse montante de março deste ano soma mais de R$70 bilhões.

A Caixa Econômica Federal, tirando os recursos do FGTS, cujos agentes financeiros são outras instituições, seria uma instituição financeira com um ativo superior a R$43 bilhões. Estamos falando de uma instituição de grande porte.

A Caixa Econômica Federal tem várias peculiaridades, entre elas, a seguinte: as atividades comerciais propriamente ditas representam cerca de 5% do movimento da instituição. Apesar de ser um volume razoável de recursos – supera os R$2 bilhões –, no contexto global da instituição, representa, diria, um percentual pequeno.

A CEF é forte onde? Primeiro, como prestadora de serviços: ela é gestora dos recursos do FGTS. Hoje, só de contas ativas, depois de um forte processo de depuração, temos mais de 45 milhões de contas. A arrecadação prevista do FGTS para este ano supera os R$8 bilhões; os saques deverão superar os R$6,5 bilhões. A CEF é, também, gestora de toda a parte de seguro-desemprego que atende a milhões de trabalhadores por ano; é gestora do PIS e é o terceiro maior banco pagador do INSS. A CEF deverá receber este ano, só por prestação de serviços, mais R$900 milhões e, desse montante, a tarifa bancária vai representar algo em torno de R$200 milhões. Então, o grosso do recebimento dos serviços vem dessa atividade de prestadora de serviços, que não é uma atividade que possa ser caracterizada como típica de um banco comercial dadas as suas características.

Mas a principal atividade da Caixa Econômica Federal, sem dúvida alguma, é ser uma agência de fomentos. Temos, como falei, mais de R$40 bilhões aplicados nas atividades de saneamento básico, água potável, infra-estrutura e habitação. Estamos vivendo uma crise na área do Sistema Financeiro de Habitação em decorrência – é uma opinião nossa – de uma crise estrutural bastante forte. Entendo que o sistema, como foi concebido, como vigorou nas últimas três décadas, está inteiramente saturado, temos de pensar em novas fórmulas, inclusive, para alavancar novos financiamentos nessa área habitacional. E, a partir de 1992, a Caixa praticamente deixou de operar. Há três anos a Caixa não formaliza nenhum novo contrato. Ela está superaplicada.

Por exemplo, na área do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos temos hoje aplicados, como afirmei aqui, cerca de R$29 bilhões nessa área; temos cerca de R$11 bilhões em cadernetas de poupança. Cobrimos essas aplicações com recursos provenientes de outras fontes, principalmente dos chamados depósitos judiciais, que representam uma fonte importante para compor as aplicações da Caixa Econômica Federal.

A Caixa Econômica Federal também tem peculiaridades na sua situação econômico-financeira. Queria deixar bem claro aqui que hoje a situação de curtíssimo prazo, a situação de liquidez da instituição é muito boa. É uma instituição doadora no mercado, não pelas suas atividades comerciais, mas por ser um banco de prestação de serviços e pelas suas atividades de fomento, principalmente com a utilização dos recursos do FGTS.

Para citar alguns números, para deixar isso bem claro, hoje, o nosso passivo de captação gira em torno de R$38 bilhões. As nossas obrigações, segundo o último balancete, superam um pouco os R$58 bilhões. Para isso temos, hoje, depositados no Banco Central, como encaixe compulsório, mais de R$9 bilhões, o que significa dizer o seguinte: para o nosso passivo de captação, temos 25% de encaixe compulsório.

V. Exªs podem fazer comparação com qualquer outra instituição financeira para ver que dá uma segurança e uma tranqüilidade muito grandes a curtíssimo prazo. A situação, então, de liquidez da instituição é muito boa.

Os problemas da instituição são, como mencionei antes, eminentemente estruturais. E, se não tomarmos providências rápidas, esses problemas vão acabar comprometendo, num curtíssimo espaço de tempo, a situação de liquidez da instituição.

V. Exªs vão me permitir também mencionar alguns números com relação à essa situação estrutural.

Como é do conhecimento geral – e a imprensa tem divulgado muito esses números –, temos hoje só de créditos em liquidação mais de R$4,5 milhões. O nível de inadimplência, por exemplo, no banco comercial supera os 40%, enquanto qualquer instituição privada trabalha com um décimo desse nível de inadimplência.

O sistema brasileiro de poupança e empréstimo, o retorno das aplicações feitas para financiamento da classe média cobrem apenas cerca de 50% dos juros contratuais, o que significa o seguinte: deveríamos estar recebendo hoje, para cobrir os juros contratuais, cerca de R$160 milhões e estamos recebendo algo um pouco superior a R$70 milhões por mês.

A Caixa Econômica Federal tem um custo, para a manutenção dos contratos habitacionais, que, segundo nossa última informação, equivale a R$20,40. Ora, temos, dependendo do mês, mais de 300 mil contratos cujo valor é inferior a esse montante. E, para atuar nessa faixa de baixa renda, todos sabemos que esse valor é muito elevado. Na verdade, esse valor, muitas vezes, é mais do que uma pessoa de baixa renda, que ganha um salário mínimo, pode pagar de prestação.

A questão estrutural fica também claramente constatada quando analisamos a própria situação da instituição. Eu estava mencionando alguns fatos que servem para caracterizar bem esse ponto. Tenho, por exemplo, em meu gabinete, o gabinete do Presidente da Caixa Econômica Federal, 199 funcionários, entre empregados diretos e terceiros. A instituição tem 31 superintendências e uma matriz que carregam 40% das despesas de custeio. Tem sido muito explorado o número de agências deficitárias, que supera os 90% das agências hoje. Mas muitas dessas agências são deficitárias porque têm que carregar um custo muito pesado que está fora da agência.

Então, por esses números todos e esses fatos todos que mencionei, faz-se necessário reestruturar a instituição. E o tema é muito contraditório. Por exemplo, hoje, qualquer prefeito, qualquer governador que queira fazer uma obra de saneamento em sua cidade no seu Estado tem que vir a Brasília, apesar de toda a segurança das aplicações nessa área. Sabemos que só temos recursos do FGTS, que depois vamos comentar. Paras se aplicar esses recursos primeiro é necessário estar dentro das diretrizes do Conselho Curador do FGTS, dentro das diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Planejamento; tem que ter a análise da capacidade do pagamento, que é extremamente objetiva, com dados objetivos, tem que ter também aprovado o seu nível de endividamento, que é feito por esta Casa e executado pelo Banco Central; e a garantia é do Fundo de Participação do Município ou então de receitas tributárias.

Então, com tudo isso, o prefeito ou o governador, depois de passar por todas essas etapas, ainda tem que vir a Brasília porque a instância de poder está aqui.

Então, queremos mudar essa situação vigente. A proposta visa principalmente descentralizar a decisão e a execução da instituição, levar para a ponta, efetivamente, essas duas ações, e centralizar toda ação de estratégia e de controle.

É bom mencionar que, hoje, o controle da Caixa Econômica Federal está situado em 10 Superintendências, com sistemas que muitas vezes nem se comunicam.

Ouvi, até, uma frase de um "expert" nessa área que disse o seguinte: "Quem tem dez sistemas de controle não tem nenhum". E é absolutamente verdadeiro isso.

Então, a nossa proposta de reestruturação objetiva claramente centralizar toda essa ação de controle. Procura também reduzir os níveis burocráticos. Hoje é uma instituição que tem o perfil de uma autarquia antiga, com 23 níveis hierárquicos, e a nossa proposta é reduzir para sete e reduzir custos, evidentemente.

Eu estava comentando com o Senador Gilberto Miranda que o orçamento que recebemos para esse ano foi, só para custeio, de R$ 4,700 bilhões. Isso daria para construir, para a baixa renda, mais de 500 mil habitações populares no Brasil.

Então, é um número muito expressivo, é uma estrutura muito pesada – precisamos enxugar e reduzir custos. E nessa nossa proposta, num primeiro momento, apresentamos ao Ministério do Planejamento, acatando uma determinação presidencial que mandou reduzir as despesas de custeio das instituições financeira em 15%. Então, a nossa proposta, já num primeiro momento, implementando esse programa já prevê uma redução, desses R$ 4,600 bilhões para R$ 3,8 bilhões.

Então, faz-se necessário também um enxugamento de custos, e o programa prevê isso. Aumentar, também, a competitividade da empresa. Hoje recebemos muitas críticas, está em todos os jornais, como prestadores de serviços, como agência de fomento. Pretendemos melhorar isso.

Consideramos como célula básica dessa reforma organizacional o chamado escritório de negócio, aqui entendido como negócio da empresa. Não é um negócio meramente comercial, mas sim marcadamente voltado para a prestação de serviço, porque a Caixa se caracterizaria mesmo como um banco do trabalhador. E na área de fomento, do financiamento de infra-estrutura, de saneamento e principalmente de habitação voltada para a baixa renda.

Então, esse é o negócio da Caixa Econômica Federal, ela tem que se voltar para ser um banco do município, voltar para a ponta, melhorar as condições de trabalho na ponta e reduzir drasticamente as nossas superintendências, que são verdadeiros castelos. Quem conhece a Caixa Econômica Federal em Brasília, como ela funciona na maioria dos Estados vê que essa estrutura se reproduz, quer dizer, temos os melhores edifícios nas capitais do País, um grande número de empregados voltados para atividades burocráticas que acabam se justificando por elas próprias e isso devemos acabar e passar para a ponta.

Em um primeiro momento estamos prevendo a instituição de 85 escritórios de negócios em termos de país, depois posso passar essa relação, o desenho desses escritórios de negócios foram determinados por critérios absolutamente técnicos, levando em consideração de um lado a atratividade do mercado e como já disse o mercado da Caixa Econômica Federal é um pouco diferenciado das demais instituições financeiras e de outro lado a força da Caixa Econômica Federal. Então, o que se levou em consideração foi o volume de arrecadação, de captação, de depósitos e não deixamos de levar em consideração as distâncias e as peculiaridades das diversas regiões onde atuamos.

Por exemplo, não podemos estabelecer para a região Norte os mesmos critérios para a localização do escritório de negócio que utilizamos para São Paulo senão teríamos, muito provavelmente, um escritório apenas de negócios para toda a região.

Então, dadas as distâncias inclusive, para poder administrar os seus pontos de vendas, que são as agências bancárias precisou-se dar uma configuração diferenciada para levar em consideração inclusive as peculiaridades regionais. Mas, o importante de se entender neste processo é o seguinte. A cada escritório de negócio você terá um número em termos médios, são vinte e oito agências bancárias ligadas a cada um escritório de negócio. O escritório de negócio não vai ter nada a ver com as superintendências de hoje que como já mencionei têm 10 níveis hierárquicos, as maiores, são estruturas monstruosas e em qualquer capital do País onde se vá o edifício que tem menos andares tem 10,12, 15, 20 andares ou 31 como é o caso do Rio de Janeiro, isso em um prédio, porque normalmente a superintendência se desdobra em mais de um edifício.

A atual concepção de escritório de negócio é a seguinte: Uma estrutura com dois níveis hierárquicos apenas, muito enxuta, e como costumo dizer, o coordenador ou superintendente do escritório de negócio precisará de fato de um carro com motorista para andar e administrar as atividades nas agências a ele vinculadas.

Então, é uma estrutura totalmente diferenciada do que está aí hoje e com isso pretendemos fazer com que a Caixa Econômica Federal chegue mais próximo da sua clientela, que conforme já disse é muito importante que estejamos mais vinculados principalmente aos municípios, a nossa intenção é de que a Caixa se torne de fato o banco do município e para isso precisamos aproximar as atividades do município. Hoje, por exemplo, é comum encontrar um gerente da Caixa Econômica Federal que está há três anos sem encontrar com seu superintendente. Se um prefeito for a uma gerência da Caixa Econômica Federal e quiser alguma informação sobre a linha de financiamento na área de saneamento aberta recentemente o gerente não terá informações para dar. Ele faz as atividades peculiares a banco comercial e em algumas vezes a prestação de serviços mas não entende nada da área de fomento.

Inclusive com essa cultura que queremos acabar vamos atuar de uma forma mais integrada com todas as ações que a Caixa tem que desempenhar e queremos, de fato, acabar com essa situação de prejuízos recorrentes à instituição. É importante que se diga que a instituição é 100% da União e qualquer prejuízo dela tem que ser coberto evidentemente com recursos públicos e com recursos da sociedade.

Para finalizar, tenho algumas informações a prestar sobre a linha de financiamento do FGTS. Na verdade a Caixa é apenas o agente operador, e muita gente não entende isso. Essas diretrizes foram discutidas e o órgão gestor do FGTS é a Secretaria de Política Urbana, ligada ao Ministério do Planejamento. Estamos trabalhando em conjunto, de forma coordenada, não só com essa secretaria como também com outras instituições do Governo Federal que atuam nessas áreas. Estão previstos e já estão autorizados a ser financiados ainda este ano dois programas básicos, um deles é o Pró-Moradia e o outro é o Pró-Saneamento, cobrindo as duas áreas principais, notadamente de atuação voltada para a baixa renda. O Presidente anunciou isso há cerca de duas semanas e já temos autorização de contratar cerca de R$1,3 bilhão, apenas nesses dois programas que são o Pró-Moradia, habitações voltadas para a baixa renda, cuja taxa de retorno é de 5,1% e na área de saneamento onde a taxa de retorno é diferenciada. E aí é importante fazer uma consideração sobre uma pergunta que me foi formulada sobre os critérios de distribuição desses recursos.

Esses critérios, na verdade, não são formulados pela Caixa Econômica Federal que, como já falei, é apenas o agente operador em todos os casos e deverá ser o agente financeiro em grande parte deles, mas os critérios são estabelecidos e aprovados pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Então, o Conselho Curador é um conselho tripartite, no qual participam representantes do Governo Federal e da sociedade civil, representantes dos trabalhadores e dos empresários. Posso depois passar os critérios que estão publicados e são objetivos como arrecadação do FGTS, população, renda **per capita** da população.

Hoje, temos uma demanda muito forte para mudar esses critérios. A Caixa participa deste Conselho Curador e estamos a nível do Conselho Curador e do próprio Ministério do Planejamento estudando a possibilidade de se mudar esse critério, mas há propostas que vão de um extremo ao outro e é bom que se diga, por exemplo, que temos demanda dos Estados do Sul e Sudeste para que o critério seja apenas a arrecadação do FGTS. Com isso teríamos que aplicar menos nos Estados, principalmente do Norte e Nordeste.

Temos uma demanda dos Estados, principalmente do Nordeste e Norte no sentido de que os critérios levem em consideração outras variáveis para aumentar a distribuição de recursos para esses Estados.

Então, vamos ter que chegar a um consenso, mas é importante que se diga que esses critérios são estabelecidos neste fórum, que é o Conselho Curador do FGTS, e coloco-me à disposição inclusive dos Srs. Senadores para analisar qualquer proposta e fazer chegar a este conselho.

Ficaria por aqui e me proponho a responder porque acho que fica menos monótono do que o monólogo a qualquer questionamento dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Pela lista de inscrição passamos a palavra primeiramente aos autores do requerimento, Senadores Ademir Andrade e Freitas Neto. Concedo a palavra ao nobre Senador Freitas Neto, para que faça três perguntas dentro do seu tempo.

O SR. FREITAS NETO – Sr. Presidente Gilberto Miranda, Srs. Senadores, Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, sua presença hoje aqui é é função do requerimento aprovado por esta Comissão e encaminhado pelo Senador Ademir Andrade e por mim. V. Sª conhece a pauta e a minha iniciativa foi mais em função da reforma administrativa da Caixa Econômica Federal, embora outros itens da pauta também interessem bastante a todos os Senadores, porque tratam exatamente de programas de habitação, programas de saneamento e outras que o senhor acaba de enumerar na sua exposição.

Sr. Presidente, o que me preocupou logo no início da veiculação das notícias de extinção das superintendências estaduais da Caixa Econômica Federal foi simplesmente a prática que temos vivido, como Governador que fomos e representante do povo de um Estado pobre da Federação. O Piauí vem sendo vítima, ao longo do tempo, da influência dos Estados maiores, não apenas do ponto de vista da Federação como um todo, mas também dentro da nossa própria Região.

E para elucidar, eu daria um exemplo do Fundo Constitucional do Nordeste, que é gerido pelo Banco do Nordeste do Brasil, criado há anos exatamente para fomentar o desenvolvimento da nossa Região; o Fundo Constitucional do Nordeste, criado a partir da Constituição de 1988, também como um instrumento de desenvolvimento regional e como um instrumento de combate aos desníveis regionais.

Como Governador do Piauí, nós percebemos que o Fundo Constitucional do Nordeste estava funcionando exatamente ao inverso da sua finalidade. Em função das aplicações do Fundo por Estados nordestinos, o Conselho Deliberativo da SUDENE chegou a aprovar, em 1991, uma resolução estabelecendo que cada Estado do Nordeste tivesse, no mínimo, 5% por ano das aplicações do FNE.

Em 1992, no final do ano, já em vigor a citada resolução, o Piauí tinha apenas 1,8% das aplicações, o que me levou a ameaçar tirar o meu Estado do Conselho Deliberativo da SUDENE pelo fato de as resoluções ali aprovadas não estarem surtindo o efeito desejado, já que a SUDENE se manifesta a respeito do Orçamento do FNE.

Conseguimos aumentar esse percentual e o Piauí chegou, no ano passado, a 7,4%, mas o Ceará passou de 20%, por exemplo, dos recursos aplicados na Região. Em outras aplicações do próprio Banco, fomos sacrificados em função, em primeiro lugar, da localização do Banco – é claro que isso influi, tem influenciado e vai influir sempre –, e também da superintendência do Banco, que fica em São Luís e não em Teresina.

Há os gerentes das agências do Banco do Nordeste no Piauí, entre a gerência e a diretoria existe a superintendência, que fica em outro Estado e que tem alçada maior de decisão do que qualquer gerente no Estado do Piauí. Isso, naturalmente, não influenciam para que o Banco e para que os recursos do FNE beneficiem mais outros Estados.

Devo louvar as medidas de racionalização administrativa adotadas para a busca do equilíbrio financeiro. A Caixa Econômica Federal é uma instituição pública, não pode dar prejuízo, porque o prejuízo é rateado pela população brasileira. Como disse no início da sua exposição, a Caixa é, antes de tudo, uma agência de fomento.

A minha preocupação é que, sendo extinta, como o foi a superintendência estadual, num caso como o do Piauí – e vai ser o caso da maioria dos Estados do Brasil – nós vamos ter, entre o escritório no negócio, ou entre a gerência de uma agência da Caixa Econômica, no Piauí, a coordenadoria regional, que vai ficar, naturalmente, em outro Estado.

No encaminhamento da votação do nosso requerimento, assinalei que o Banco do Brasil, no mesmo instante, está ampliando o número de superintendências.

A minha preocupação bem clara – e aí faço a minha primeira pergunta – é exatamente se essa burocracia entre o Estado do Piauí, a superintendência que hoje é vinculada à diretoria, se dirige à diretoria em Brasília e ao escritório regional, o escritório de negócios, como é chamado aqui na sua reforma.

Ele vai ficar, naturalmente, coordenado com o escritório, por uma coordenadoria regional que vai ficar, provavelmente, no Estado do Ceará, segundo as notícias veiculadas lá.

Temo que mais uma vez o nosso Estado seja prejudicado, ao contrário daquilo com que nós devemos nos preocupar: com o desenvolvimento regional, com o combate aos desníveis regionais, mais uma vez prejudicando o Piauí e os Estados menores e mais pobres da Federação, que ficarão vinculados, administrativamente, a outros Estados.

Aqui mesmo o documento que V. Sª distribui, quando trata do modelo organizacional proposto e, em instância decisória, o grau da instância decisória.

A diretoria colegiada, por exemplo, é primeiro grau; as coordenadorias, primeiro grau; e os escritórios de negócios, segundo grau, o que mostra, exatamente, que no Piauí vamos ficar entre a diretoria, presidida pelo senhor, e o escritório de negócios, que vai coordenar as agências do Estado. Vamos ter uma coordenadoria em outro Estado e, na prática, como aconteceu com a SUDENE, que fica em Recife, como aconteceu com o DNOCS, que fica no Ceará, que em mais de 80 anos de existência acumulou no Estado do Piauí 1% da água que acumulou no Nordeste.

A minha preocupação é, antes de tudo, e aí formulo a minha pergunta, se isso não vai prejudicar não apenas o Piauí, mas os pequenos Estados que vão, naturalmente, ficar subordinados a outros.

A segunda pergunta é que o Banco do Brasil está procedendo, neste mesmo instante, também preocupado em reduzir custos, com problema de agências deficitárias, mas está aumentando o número de superintendências, exatamente para descentralizar o poder de decisão.

Portanto, são as duas perguntas que formulo a V. Sª neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Presidente Sérgio Cutolo.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Muito obrigado, Senador Freitas Neto, vou começar a falar um pouco sobre as ditas coordenações regionais, que até mudamos o nome para ver se causa menos ruído.

A questão aí é a seguinte: não pretendemos, e nem poderíamos pretender, influir na questão... inclusive, nós sabemos disso, a Caixa tem... na questão do federalismo. Vou explicar melhor.

A Caixa tem que ter necessariamente uma representação em cada uma das unidades da Federação do País, mesmo porque tem uma série de demandas na Justiça e não poderia deixar de ter um representante seu, constituído, em cada Estado brasileiro.

Quando falamos de reestruturação, estamos falando de coisa maior, quer dizer, a Caixa não vai deixar de ter representação em nenhum Estado brasileiro. Isso não está em discussão.

O que está em discussão é uma reforma da instituição, tentando, como eu disse aqui, principalmente descentralizar o poder decisório.

Quando eu disse que existe algo mal compreendido, é o seguinte: o senhor foi Governador no Estado, por isso deve saber disso, duvido se o senhor teve algum projeto na área de saneamento ou na área de habitação aprovado pela superintendência do Piauí. Não teve nenhum. Todos foram aprovados pela diretoria de Brasília.

O nosso modelo é exatamente o oposto. Por exemplo, o Estado do Piauí, congregando três regiões, vai ter pelo menos um escritório de negócios atuando diretamente lá.

A nossa idéia é descentralizar, é aumentar a alçada.

Hoje, o nível do coordenador de negócios, o coordenador de escritório de negócios, é o mesmo dos atuais superintendentes. Quando V. Exª mencionou que o coordenador-geral estaria subordinado ao escritório de negócios, V. Exª pode verificar que a nota diz que tanto o coordenador-geral quanto a diretoria são instâncias de primeiro grau. Por que? Hoje, é desta forma que funciona. Existe um comitê de crédito na Caixa Econômica Federal aqui na matriz que tem um nível de alçada anterior à diretoria e superior à do superintendente. É exatamente desta forma que funciona. Como vão funcionar as coordenadorias-gerais? É importante que se entenda. Em primeiro lugar, elas não vão ter alçada de decisão. A alçada de decisão vai estar na ponta. Senão, estaríamos reproduzindo o atual modelo. Em segundo lugar, são braços operacionais da diretoria. Esse modelo, de duas instâncias, hoje existe. Em termos de decisão sobre crédito, o comitê de crédito está abaixo da diretoria aqui na matriz. Creio que esse modelo vai tornar-se até muito mais ágil, porque como queremos aumentar as alçadas dos coordenadores de escritório de negócios, essa alçada intermediária que o senhor mencionou vai deixar de ter a importância que tem hoje. É o oposto do que se está querendo vender. Ou seja, essa alçada terá o seu poder limitado, para dar maior poder de decisão de uma forma descentralizada.

Proponho-me a ver caso a caso. Nós temos que analisar isso. Acho que a reunião aqui não comportaria, mas eu me proponho a mostrar, para quem tiver interesse, como vamos atuar em cada um dos Estados brasileiros. É necessário deixar bem claro que em nenhum deles nós vamos deixar de ter representação. O que nós pretendemos com a nossa estrutura é realmente descentralizar a decisão. Nós temos que centralizar o controle. Precisamos saber o que está acontecendo em cada agência em qualquer parte do Território nacional. O nível de decisão, hoje, é extremamente centralizado. Na área de fomento, no que diz respeito a saneamento e infra-estrutura, acredito que 98% dos contratos foram firmados aqui na Diretoria em Brasília. Mais uma vez, prédios da superintendência nos Estados funcionam para garantir uma burocracia que se justifica por ela mesma. A análise dos projetos entra pela superintendência. Como ela não tem alçada,' é feita uma análise, vem para Brasília, passa novamente por uma análise técnica e, depois, sobe para esse comitê de crédito que existe hoje – o senhor pode ir lá na estrutura e verificar que isto existe hoje, é a questão das Coordenadorias Gerais – e, depois, então, é que vai à diretoria. Quer dizer: é um processo demorado, moroso, burocratizado, e nós queremos acabar com isto. A nossa intenção, já na aplicação dos recursos do FGTS – nesses que foram aprovados – é alterar, diretamente, junto aos Governos dos Estados diretamente lá no Estado e não trazer para cá e dar alçada de decisão para a ponta.

Com relação à distribuição de recursos, o que o senhor mencionou não se aplica no caso do FGTS. O senhor vai me perdoar pois não tenho informações aqui sobre a arrecadação do FGTS no Estado, mas tenho, por exemplo, o seguinte dado: nesta primeira autorização, que foi de 1 bilhão, 333 milhões e 366 reais, está previsto para o Estado do Piauí o valor de praticamente 21 milhões, o que significa mais de 2% das aplicações. Eu posso garantir, sem medo de errar, que isso deve ser o dobro do que se arrecada no Estado. Então, no caso das aplicações do FGTS, isso não se aplica. Os Estados menores e mais pobres da Federação recebem mais do que contribuem. É essa a lógica de distribuição dos recursos do FGTS.

Com relação ao Banco do Brasil, eu queria dizer que nós estamos tomando as mesmas medidas do Banco do Brasil. Por que o Banco do Brasil está aumentando o número de superintendentes? Só para efeito de confusão no entendimento nós não estamos chamando de superintendência – senão, nós vamos reproduzir a estrutura antiga e não queremos isso –, mas é o mesmo nível hierárquico. Nós, então, estamos, também, descentralizando a nossa forma de operar que vai na mesma linha do Banco do Brasil. E vou dizer até mais para o V. Exª: por exemplo, numa praça como o Estado de São Paulo, se o V. Exª pegar o nosso desenho que pretendemos fazer em termos de atuação e cruzar isto com grandes bancos de varejo, verá que é extremamente semelhante. Nós não estamos reinventando a roda. Nós estamos tendo uma atuação muito parecida com o Banco do Brasil e outras instituições financeiras de grande porte.

Não sei se respondi a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Freitas Neto.

O SR. FREITAS NETO – Sr. Presidente, entendi bem e, naturalmente, concordo com V. Sª. Se a representação do Estado vai ter poder de decisão que a Superintendência, realmente, não tem porque, não apenas como Governador – porque pouco operei com a Caixa – pois, realmente, desde 1991 que os programas financiados pelo FGTS deixaram de ser financiados mas, inclusive, quando Prefeito da capital, ocorreu sempre isto que V. Sª acaba de dizer aqui: terminava tudo na Diretoria em Brasília. Preocupei-me e citei a aplicação do FNE apenas como exemplo, o que me preocupou de antemão e fez com que eu assinasse requerimento e defendesse, aqui, a aprovação para ouvir o Presidente da Caixa Econômica Federal – descentralizar e que essa representação, esse escritório de negócios, trate, diretamente, com a Diretoria aqui porque, só mais uma vez, como exemplo, no Banco do Nordeste, qualquer projeto – ou público – ou do FNE que não financia o poder público, da iniciativa privada, do pequeno produtor, de uma cooperativa ou de uma associação de produtores, ele termina, então, passando pela superintendência de São Luís e muitas vezes é preciso que o interessado se desloque até aquela cidade. Então, entre Teresina, a nossa capital, e a Diretoria do Banco existe a Superintendência de São Luís, no caso do Banco do Nordeste. Então, este temor foi que me fez pedir a presença de V. Sª, aqui, para que não se repita aquilo que vinha acontecendo em termos de Nordeste, onde nós, muitas vezes, somos passados para trás, não recebendo o que deveríamos receber em função, exatamente, do poder de decisão que está a nível de outro Estado do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade, autor do Requerimento.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Sérgio Cutolo, eu, cada vez, me convenço mais de que é muito mais fácil conversarmos pessoalmente, em determinadas horas, do que fazer convocações para essas Comissões. De certa forma, as coisas ficam sem um resultado muito objetivo.

A nossa preocupação, basicamente, com toda essa mudança que está se processando no Governo, de maneira geral, no sentido de economizar recursos e tornar essas empresas – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, etc. – mais lucrativas ou se auto-sustentarem, pode nos levar a uma situação de certa dificuldade. Nós, então, fomos alertados por pessoas que têm ligações com a empresa no Pará, sobre as dificuldades que poderiam se colocar no âmbito político, no enfraquecimento da nossa situação e, também, no âmbito dos recursos. Eu tenho informações – e, aí, fica claro, mais uma vez porque seria interessante que o senhor trouxesse, hoje, para nós e creio, então, que não deve estar definida – como funciona essa reestruturação porque o senhor deu informações, por assim dizer, de caráter um pouco superficial. Mesmos os documentos que nos chegaram, agora, neste momento, não dá para termos uma avaliação exata de como funcionará essa reestruturação. Seria interessante que nós tivéssemos isso. Pelo que estou percebendo, essa reestruturação, ainda, não está definida porque se ela tivesse sido definida nós não receberíamos informações tão diferenciadas. Então, a primeira informação que nós obtivemos é que seriam estabelecidas seis coordenadorias e destas seis, cada uma teria outras quatro coordenadorias. Na Região Norte, por exemplo, a Coordenadoria Seis englobaria Ceará, Maranhão, Piauí, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá. E, pelo que estou sabendo, o Sr. José Wilson Oliveira, que exercia a Superintendência da Bahia, está na atual coordenação de todos esses Estados. Em seguida, foram colocados como coordenadores: o Sr. Valdir Santos Lima Filho, que é adjunto da Diretoria Comercial em Brasília; o Sr. Raul Santos Filho, que é Superintendente do Ceará; o Sr. Rogério de Jesus Freire, que é Superintendente do Piauí; e o Sr. Juscelino Campelo Siqueira, que é chefe da Divisão da Bahia. Então percebe-se que embora estas pessoas estejam responsáveis por esta transformação e mudança de estrutura nos Estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá, não existe nenhuma pessoa que conheça, entre estas cinco, nenhum dos Estados da Região Norte do Brasil.

Então, nós gostaríamos de uma explicação, agora, um pouco mais detalhada, de como vai funcionar isso. Até por que nós obtivemos a informação de que o Pará teria dois escritórios de trabalho, sendo que esse escritório seria sediado em Marabá e que estaria submisso a uma coordenação do Estado do Ceará. Quer dizer, uma parte do Pará dando satisfações ou sob o comando de uma coordenadoria do Estado do Ceará. Isto está muito incompreensível para nós. Creio que esta questão colocada de maneira democrática, clara e transparente permite que os políticos, que realmente tenham uma presença constante no meio da população e sabem, às vezes, melhor do que os técnicos, como definir determinadas coisas ou que seja uma solução conjunta entre o técnico e o político... Mas o fato concreto, Dr. Sérgio Cutolo, é que a coisa está solta, há uma desinformação generalizada, e nós não sabemos como vai ficar. Nós gostaríamos que o senhor fosse objetivo.

Eu quero saber: o Pará é comandado pelo Pará ou vai ter dois escritórios, um submisso ao Ceará e outro no Pará? Com relação à Região Norte, essas representações de cada Estado vão ter uma coordenaria na Região Norte ou não seria viável uma coordenadoria em cada região? Pelo o que está aqui colocado não tem nenhuma pessoa da Região Norte fazendo o trabalho de reestruturação. Pelo que me parece isto aqui é uma equipe que está preparando esta reestruturação.

A segunda questão é sobre os recursos. Eu também recebi e fiz várias perguntas sobre as quais gostaria de obter as respostas, mas é evidente que os documentos que me chegaram às mãos merecem uma análise mais detalhada. Ou seja, fica muito difícil entender o que estes documentos contém. Mas pelo que estou observando, a questão dos recursos repassados aos Estados para 1995, por exemplo, aqui há uma observação que os valores acima correspondem somente as operações contratadas até 1991. E a informação que nós temos é que não haveria recursos para o Estado do Pará em função do sério problema de invasões que ocorreram nos conjuntos habitacionais naquele Estado.

Lá, seis mil residências populares foram invadidas, das quais três mil e poucas estavam concluídas e três mil e poucas por concluir. Em função desta situação bastante complicada, em função das invasões não seriam mais repassados recursos ao Estado do Pará para habitação popular. Inclusive, nós não temos ainda, embora já tenhamos conversado pessoalmente sobre isso, por duas vezes inclusive, uma definição de como se dará o processo da Caixa com relação às invasões de seis mil unidades habitacionais. É evidente que as formas, que vi colocadas aqui neste documento, de maneira muito rápida também, não são as formas que desejamos. A mim me parece muito complicado, a essa altura, pensarmos em expulsá-los, já que temos invasões que vão para mais de dois anos, onde os invasores, na sua maioria, praticamente concluíram a construção dessas obras, porque eles a invadiram ainda inacabada. Portanto, a essa altura, expulsá-los dessas áreas, desses apartamentos ou dessas unidades populares invadidas é muito complicado. De forma que a primeira pergunta é em relação à questão da estruturação, e a segunda, a dos recursos. Embora o senhor tenha colocado que é o Conselho Curador que decide, sabemos que a maior força dentro deste Conselho Curador é, evidentemente, a força da direção da Caixa Econômica Federal. Ela deve ter um poder de influência muito grande nesse Conselho. Então, queremos saber se realmente está confirmado essa informação que temos, do setor da construção civil do nosso Estado, de que estaríamos ameaçados de não receber nenhum novo contrato no Estado do Pará, no ano de 1995, em função das invasões que lá ocorreram.

Parece que, pelo documento que veio, os senhores exigem que as empresas tomem providências para expulsar essas pessoas. Gostaríamos de saber se esse é realmente o pensamento da direção da Caixa. Parece-me que um processo de negociação seria mais viável. E aqui cito, como o Senador Freitas Neto, o exemplo do FNO. Há quatro ou cinco anos, o FNO só poderia ser dado a quem tinha o documento da terra. A luta da população fez com que o FNO, hoje, através da formação de uma associação ou de uma cooperativa, seja dado inclusive a quem não tem o documento da terra. Sabemos que a maioria das pessoas que invadiram esses conjuntos habitacionais, diria que 70% delas, não têm vínculo empregatício, são pessoas autônomas, ligadas à economia informal. Portanto, elas não se negam a negociar, nem a pagar, e estão dispostas a tratar da questão num processo de negociação. Mas é preciso, no nosso ponto de vista, que haja negociação e não encaminhamento da expulsão, porque, em alguns casos, as pessoas estão há muito tempo nessas áreas.

Por último, queria saber duas coisas também. Hoje em dia fala-se em fechar agências que não dão lucro. Enfim, a Caixa Econômica já transformou várias agências em postos, há projetos de fechar agências e assim por diante. O Banco do Brasil, o Banco do Amazônia e o Banco do Estado do Pará vão pelo mesmo caminho. Pergunto a V. Sª: há pelo menos um entrosamento entre as direções dessas instituições, existe uma ligação, um entendimento para

que, no final das contas, todo mundo não feche todas as suas agências em um determinado Município? Em segundo lugar, em um Município que só exista uma dessas instituições, para que ela não seja fechada, o que se fará, independente de ela dar ou não prejuízo? E, em terceiro lugar, no caso de ter no Município uma agência do Banco do Brasil, ou uma do Banco da Amazônia, ou uma da Caixa, uma poderá prestar à população os mesmos serviços que a outra presta? Essa que é a grande questão. Entendemos que existem muitos Municípios ainda, no nosso Estado especialmente, que não têm agência de banco algum, nem privado nem muito menos oficial. Essa é a situação da maioria dos nossos Municípios. E agora só se fala em fechar, ninguém fala em abrir? Ninguém fala em abrir agências bancárias. Todo mundo agora só pensa em fechar. E a sociedade como funciona? Por exemplo, o FNO só funciona com o Banco da Amazônia e banco do Estado. Por que também não poderia funcionar com a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, onde não houvesse nenhuma das outras duas instituições? Há um entrosamento nessa questão? Há perspectivas de se abrir agências novas, ou só há perspectivas de se fechar agências? Quantos Municípios novos surgiram em função do desenvolvimento, da exploração econômica, Municípios que apareceram do dia para a noite, e hoje com estão com 50, 60 mil habitantes e só têm bancos privados em sua sede, sem nenhuma instituição Federal? Por último, queria saber o que representa, em termos de demissão, essa nova estruturação da Caixa Econômica Federal em todo o País? Qual é o quadro atual de funcionários da Caixa? Qual é o quadro atual de estagiários? Porque a Caixa tem um número grande de estagiários, e o que essa reestruturação representaria em termos de demissão de estagiários e de funcionários efetivos da Caixa?

A princípio, seriam essas indagações. E V. Exª há de compreender que essa questão da Caixa é extremamente complexa, difícil de ser compreendida por nós, que temos que entender tantas outras coisas. De forma que V. Exª considere, se houver alguma falta de conhecimento.

Acredito que as coisas precisam ser colocadas de maneira clara e didática para que possamos ter uma compreensão melhor do processo e possamos, evidentemente, participar dessa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Sr. Senador, começaria dizendo que V. Exª utilizou várias informações com as quais, infelizmente, não posso concordar, a começar pela destituição dos recursos do FGTS. Como isso tem total transparência, inclusive publicado no **Diário Oficial**, e com ampla divulgação aqui no Senado Federal, na página anterior a que V. Exª mencionou o valor, que foi às págs. 12, se pegarmos às págs. 11 V. Exª verá que há a distribuição de recursos a serem aplicados neste ano. Aqui está contemplado o Estado do Pará, para ser bem objetivo e claro com V. Exª. O Estado vai receber do programa Pró-Moradia R$11.270 mil.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Nós não temos esse documento.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Bom, farei com que V. Exª tome conhecimento. Mas, como disse, foi publicado no **Diário Oficial** há algum tempo. V. Exª mencionou aqui alguns dados, de janeiro a abril de 1995, fora esses aprovados, que são recursos de contratos até 1991.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Menos do que no Piauí.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – O total do Estado ficou com menos do que o Piauí; ficou com R$18.475 mil, no total. Enfim, vou lhe passar essas informações, creio que V. Exª já as encontrou, esses são os recursos previstos apenas nesses dois programas, que já foram aprovados: Pró-Moradia e Pró-Saneamento.

O problema do Estado do Pará com relação às invasões, inclusive tem casos que são de polícia, quer dizer, a Caixa Econômica pouco poderá fazer, pois há situações distintas, que V. Exª as conhece melhor do que nós. No entanto, estamos tomando todas as providências cabíveis. Concordamos também com V. Exª no sentido de procurarmos todas as vias negociáveis para resolvermos essa questão. Vamos esgotar todos os caminhos de negociação para que possamos sanar esse problema. E digo mais: acabamos de concluir uma experiência piloto.

Primeiramente, gostaria de dizer a V. Exª que somos limitados por lei. Os recursos que aplicamos basicamente são os do trabalhador. Temos a legislação que nos dá todas as diretrizes, com as quais devemos nos orientar para definir a nossa forma de atuação, e também diretrizes emanadas pelo próprio Conselho Curador do FGTS. A influência da Caixa Econômica, no FGTS, é um voto em nove. Então, não é tão grande como V. Exª está dizendo. Temos uma representação, temos um assento no Conselho curador, e como eu disse, tem representação dos trabalhadores, dos empresários e de outras instituições federais. Mas, temos que atuar de acordo com essas diretrizes. Estamos procurando flexibilizar essas diretrizes, ao contrário do que se diz, procurando novas formas. Vou mencionar aqui apenas uma, essa a que eu me referi quando falei da Paraíba, a respeito desse problema que V. Exª colocou, que é sério. Temos que ter a garantia e, normalmente, ela é dada com o vínculo empregatício, com uma renda regular. Na maioria desses casos não se tem essa renda para apresentar. Então, o que encontramos como saída? Uma das formas que encontramos, e que está sendo aplicada na Paraíba para depois servir de base para as demais regiões do País, é a seguinte: seria um **leasing** que se faria com o atual ocupante do imóvel, onde ele pagaria uma espécie de aluguel, e depois esse aluguel se converteria em poupança. Então, na verdade, é uma forma de contornar essa questão da garantia, que é um dispositivo legal. Já conversamos com o Banco Central e, portanto, temos a autorização para fazer esse tipo de negociação. E eu gostaria de lembrar aqui que temos três meses à frente da Caixa Econômica Federal. Então, esses projetos do Pará são projetos que já vêm há algum tempo, são projetos problemas, que vamos tentar atuar caso a caso. A direção da Caixa, inclusive, já esteve no Pará e, provavelmente, o próximo passo que vamos dar, não sei se para todos os empreendimentos, mas para alguns já vamos ter que adotar o mesmo procedimento da Paraíba, é o de que, em um primeiro momento, exige que se faça uma espécie de um mutirão da população para vermos, de fato, o que é caso de negociação e o que é caso de polícia. V. Exª está mencionando que a maioria da população é pobre e tal. Mas temos informações de que muitos ocupantes e invasores, têm inclusive capacidade de pagamento. Portanto, gostaria de lembrar, mais vez, que qualquer rombo que acontecer nesse empreendimento terá de ser coberto, evidentemente por toda a sociedade brasileira. Então, estamos privilegiando alguns, reconheço, que são pessoas que passam até por necessidade, mas a conta vai recair na sociedade brasileira. A Caixa Econômica Federal é uma instituição cem por cento da União, e por isso há necessidade de se evitar prejuízo, não de se dar lucro, não usei essa palavra aqui, evitar prejuízo para que a conta não recaia indiscriminadamente sobre toda a sociedade brasileira.

Sendo bem objetivo, agora vou pedir licença aos Srs. Senadores para fazer uma exposição um pouco mais árida. Não fiz a mesma apresentação que fiz, na semana passada, na Câmara dos Deputados, quando compareci à Comissão de Finanças, porque lá me foi pedida uma audiência pública para falar sobre programa de reestruturação. Como aqui também se abordaria outros temas, o tempo seria mais extenso. Por isso, vou tentar ser bem objetivo.

A matriz usada para instalação de escritórios de negócios foi utilizada, pela primeira vez, pela General Eletric. Trata-se de um sistema bastante divulgado nessa área de Organização e Métodos, abrangendo, em uma vertente, a atratividade da região, do mercado e, na outra, como fiz, a força da Caixa Econômica Federal.

Com base nessa matriz, dividiu-se e classificou-se as atuais agências da Caixa Econômica Federal em nove quadrantes. Nos três quadrantes em que existe a atratividade forte de mercado – e mais uma vez a atratividade de mercado para a Caixa Econômica Federal é diferente de uma instituição privada, pois o mercado tem que levar em consideração a prestação de serviço, o serviço prestado ao trabalhador e atividade de fomento na área de saneamento básico e habitação popular –, e a Caixa Econômica Federal também tem alguma forma de atuação. Esses três quadrantes determinaram a implementação dos escritórios e negócios e a eles ficarão subordinadas os conjuntos de agências. Principalmente no caso do Norte, onde a dispersão geográfica é muito grande, vamos ter que romper com a questão da fronteira, mas não só lá como em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, dada a proximidade do escritório no negócio.

Para não termos problemas do deslocamento do superintendente, vamos ter que agregar as agências por essas duas variáveis básicas. Na primeira variável, que é a atratividade de mercado, levamos em consideração o volume de depósito, de operações de crédito – e aqui entra toda a área de fomento –, volume de investimentos, de arrecadação de tributos, número de agências bancárias, já mencionado por V. Sª e levamos em consideração – e número de domicílios urbanos.

A Caixa, diferentemente do Banco do Brasil, é uma instituição voltada para os centros urbanos. O Banco do Brasil trabalha com o empréstimo rural, a Caixa não, pois é uma instituição. No caso da força da CEF, levamos em consideração o volume de depósitos, operações de crédito, investimentos, arrecadações, cobranças, contas e volume geral, inclusive do FGTS, o volume de agências, o número de contratos na área de habitação, o número do seguro desemprego e de PIS, que pagamos. Aí entram as variáveis de serviço, o número de pagamentos do FGTS e uma outra variável, que é o número de funcionários localizados em cada agência. Esse é um estudo eminentemente técnico. Faço questão de passá-lo para os senhores e para todos que tiverem interesse.

Esse processo de reestruturação da CEF se localiza exatamente no projeto de reestruturação do Estado brasileiro, que foi um compromisso de campanha do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nós temos que procurar aumentar a eficiência e a eficácia do Estado. É demagogia se falar num banco social do qual se retira dinheiro do trabalhador para cobrir despesas eminentemente burocráticas.

O Presidente Fernando Henrique foi eleito pelos seus compromissos de campanha. Estamos cumprindo uma determinação do Senhor Presidente da República no sentido de reestruturar a Caixa Econômica Federal, buscando maior eficiência e maior eficácia. Por isso mesmo, há necessidade de serem utilizados critérios técnicos.

Como disse antes, além desses critérios, nos casos principalmente da Região Norte, Nordeste e, em menor monta, da Centro-Oeste, tivemos que levar em consideração as distâncias, que é um fato importante. V. Sª vai verificar a localização desses escritórios de negócios no Sul e vai constatar um número muito maior de agências vinculadas a um escritório de negócios no Norte. É aí que entra a avaliação mais política para a localização do escritório de negócio.

Tivemos que fugir um pouco à boa técnica até para poder acomodar esse tipo de situação. O trabalho está à disposição de V. Sª. Temos inclusive um estudo pormenorizado de cada escritório de negócio, o porquê da localização, o volume de depósito. É um estudo técnico e, no caso da Região Norte, esse componente político, principalmente das distâncias, foi levado em consideração.

O senhor inclusive já denominou os coordenadores, inclusive o coordenador geral, que já está atuando. Foi feita até uma avaliação curricular breve, que, confesso, que nem eu tenho dos coordenadores.

Nenhum dos 31 atuais superintendentes foram podados em nada no seu poder de decisão, no seu poder de ação. Todos eles continuam atuando com a mesma autonomia de antes. O trabalho desses trabalhadores gerais foi exatamente o de mapear essa questão toda e de fazer uma avaliação de toda essa superintendência.

É lógico que não poderíamos pedir essa avaliação para os atuais superintendentes. Se eu mostrar a incompatibilidade dos números da instituição, o Senhor vai entender rapidamente isso. Quer dizer, os números não são compatíveis, nós precisamos fazer uma revisão de todos esses números. Então, é por isso que esses coordenadores estão analisando a situação de cada unidade da federação e propondo uma série de mudanças. O problema não é só a localização do escritório do negócio. Temos, por exemplo, toda a área meio, a chamada área de logística, que é a área da informática, da contabilidade e outras questões mais, que temos que equacionar no novo modelo.

Então, o trabalho desses coordenadores, em síntese, é uma ação eminentemente estratégica. Não estão entrando no operacional. As superintendências continuam funcionando exatamente como funcionavam antes. Só depois do novo modelo implantado é que elas deixam de ter as suas atribuições. Mas aí, quem vai ter atribuição, mais uma vez, na área de gestão, na área de decisão, vai ser o coordenador do escritório-negócio e não esses coordenadores gerais que atuaram a nível de matriz na forma que atua hoje, inclusive, o comitê de crédito. Se o Senhor quiser nos visitar, posso mostrar-lhe como funciona. Não estou dizendo nenhuma novidade a esse respeito.

Assim, Senador, só não entrei em detalhes técnicos, e conheço razoavelmente o modelo, para não cansar muito, mas estou à disposição do Senhor para mostrar todas as variáveis que foram levadas em consideração para cada uma das agências do seu Estado.

Só para complementar, há uma determinação do Governo Federal de não fechar as agências pioneiras. Inclusive, foram fechadas algumas da Caixa. Estamos revendo essa posição. Temos conversado com o Banco do Brasil a respeito de fechamento de agências. Não podemos continuar com uma concorrência autofágica entre os bancos federais. Quer dizer, numa mesma praça temos três ou quatro agências de bancos oficiais funcionando, como em algumas localidades do Norte, onde existem agências do BASA, do BNB, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal...

O SR. ADEMIR ANDRADE – O BNB não tem agência no Norte, só no Nordeste.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Mas tem Maranhão. Desculpe, faz parte da Região Amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – O Maranhão é duas vezes: Norte e Nordeste.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – O caso específico era do Maranhão, um sendo tomador, o outro, doador. Quer dizer, em praças que não teriam condições de ter uma instituição. Então, tendo uma, ela funciona bem sem dar prejuízo para a sociedade, porque quem paga a conta é a sociedade, e é esse tipo de racionalização que estamos procurando. Eu diria mais, o Senhor falou municípios que não são atendidos hoje pela Caixa. São muitos e por nenhuma instituição federal. O nosso projeto, inclusive está no Programa de Racionalização e Competitividade, é montar o que

chamamos de postos móveis para atender o maior número possível de municípios. Nós vamos atender mais municípios que atendemos hoje. Agora como está dois dias em um, dois dias em outro para fazer o quê? Pagamento do FGTS, pagamento do Seguro Desemprego, eventualmente ver a questão de alguma conta de poupança. Então, vamos montar esses postos novos. Temos uma experiência em Pernambuco, que em breve estaremos instituindo a nível nacional. É um modelo que, por exemplo, no caso do Norte, pode ter uma utilização muito boa, porque não precisamos carregar o custo de uma agência bancária, que é muito alto. E sem carregar esse custo, podemos prestar o serviço à comunidade de fato.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mirando) – Dr. Sérgio Cutolo, tão logo o Senhor tenha essas informações com os estudos complementares, gostaria que pudesse enviar pela sua assessoria à Presidência da Comissão, que distribuirá aos Srs. Senadores.

Peço aos Srs. Senadores e ao Presidente da Caixa que sejam mais rápidos e específicos, porque só dois Srs. Senadores fizeram perguntas e gastamos uma hora. Temos mais sete Srs. Senadores inscritos e vamos terminar a reunião às 16h, o que seria impossível.

Então, peço a compreensão do Senador Ademir Andrade e passo a palavra ao nobre Senador Wilson Kleinubing.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, regimentalmente tenho direito a uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mirando) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, a questão que faço é a seguinte: qual é o grau de intervenção que pode haver, por parte do Senado, na discussão das políticas da Caixa Econômica? Porque, se é apenas para tomarmos conhecimento de assuntos que já estão decididos, que são fatos consumados, diante dos quais não há mais nada a fazer, acho que estamos impondo a nós mesmos uma perda de tempo.

Congratulo-me com o Presidente da Caixa e com várias autoridades, porque elas demonstram que estão plenamente decididas a dar o máximo de eficiência política ao seu trabalho. Apenas, ela precisam também ser informadas de que estão diante de um novo Congresso, que também está disposto a dar o máximo de eficiência a si mesmo. Aqui nesta Comissão, estão Senadores que desejam fazer da Comissão de Assuntos Econômicos um órgão do Senado que exerça plenamente as atribuições que a Constituição, a Lei, o Regimento lhe confere.

Então, a minha questão de ordem é a seguinte: se vem o Presidente do Clube para nos informar das suas decisões, ele poderia ter sido poupado desse sacrifício, pois poderíamos estar tratando outro assunto na agenda, e ele faria apenas a gentileza de nos mandar um relatório.

À medida que a Comissão de Assuntos Econômicos parte para debater as formulações, estas estão em discussão. Vou citar apenas uma comunicação.

Por exemplo, ouço o Presidente falar sobre embasamento técnico de toda essa armação da reforma da Caixa. Não tive o privilégio de ouvir desde o começo, porque não tenho nenhuma responsabilidade. Mas não posso deixar de trazer uma nota bem-humorada em relação a esses aspectos técnicos. V. Exª sabe que muitas vezes eles não são tão técnicos assim.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Nobre Senador Geraldo Melo, a questão de ordem de V. Exª já está se tornando praticamente uma fala, e os outros Srs. Senadores estão fazem uma cara diferente.

O SR. GERALDO MELO – Peço desculpas à Comissão e encerro a minha questão de ordem. Gostaria de ouvir a palavra de S. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Peço a compreensão de V. Exª, porque há outros Srs. Senadores inscritos. Mas a questão de ordem de V. Exª ficará nos Anais da Comissão. Sendo V. Exª membro do Partido do Governo, o PSDB, nada mais interessante do que o próprio membro do PSDB coloque em discussão as decisões do Presidente da Caixa.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, compreendo o bom humor de V. Exª, mas sou um Senador da República. O fato de pertencer a esse ou àquele partido não invalida os meus pontos de vista, a minha consciência e o meu direito de manifestar a minha opinião nesta Casa ou em qualquer outro lugar.

Ao filiar-me a um partido, em momento algum assinei um documento dizendo que ficava obrigado a concordar com tudo que passasse na minha frente. Além do mais, não estou discordando, absolutamente, de nada que tenha sido dito pelo Presidente. Muito mais do que ao Presidente da Caixa, estou me referindo a V. Exª.

Estou formulando uma questão de ordem no que se refere à presença do Presidente da Caixa e de qualquer outra autoridade. O que quero saber é se a Comissão de Assuntos Econômicos se reúne apenas para escutar as decisões, que podem ser as melhores do mundo e receberem todo o meu aplauso; mas o que quero saber é se o Presidente da Caixa vem aqui para nos comunicar suas decisões ou se essas decisões estão em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos. É isso que quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Vou responder a V. Exª. Em nenhum momento, eu faria piada com V. Exª, pela bagagem política de V. Exª e pelo respeito que merece desta Casa. A única observação bem-humorada que se poderia fazer é que V. Exª é do Partido do Governo. Sendo V. Exª do Partido do Governo e tendo disputado uma eleição para o Senado pelo Partido do Governo, acho interessante quando V. Exª faz uma crítica, que, na verdade, não é uma crítica, mas uma pergunta com relação à discussão.

Aqui está o Dr. Sérgio Cutolo: ao invés de fazer perguntas específicas sobre uma agência, um valor ou aplicação, V. Exª pode, efetivamente, debater os critérios, a forma como foi feito. Não tenho dúvida de que, se o Presidente da Caixa sentir que as sugestões que lhe forem feitas realmente possam ajudá-lo a ser mais eficiente e a resolver o problema, seguindo uma orientação do Presidente da República, ele as levará aos seus diretores. Conseguirá, sem dúvida alguma, ir ao Presidente da República e levar as colocações dos Srs. Senadores, levando em consideração que a Casa, a Comissão, está aberta ao debate, e não só a perguntas, não só para ouvir.

V. Exª, como Senador da República, nesta Comissão, pode tudo enquanto eu for Presidente.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, regimentalmente, tenho direito a réplica e não vou abrir mão desse direito.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concederei a palavra a V. Exª por mais um minuto, pedindo a sua compreensão, pois ainda há sete Senadores inscritos.

A Presidência está sendo bem livre com todos os Srs. Senadores, mas os outros inscritos, Senador Ademir Andrade, estão reclamando porque V. Exª está com a palavra há 30 minutos – V. Exª e o Presidente da Caixa.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Se extrapolei o meu tempo na primeira pergunta, V. Exª não me alertou.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – V. Exª é um Senador da República, e não vou ficar toda hora falando sobre o tempo. Espero a compreensão de todos. Mas pediria que V. Exª fosse o mais breve possível.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Pois não. A respeito dessa possibilidade de mudança, faço um apelo ao Dr. Sérgio Cutolo, mostrando que a questão não é tão técnica; pelo que estou vendo aqui, para mim, parece um contra-senso. Há escritórios regionais nesta lista, e um único escritório regional que representa a Região

de Belém, Macapá; e um outro escritório regional situado em São Luís do Maranhão, representando a região de São Luís e Marabá. Essa é uma questão incompreensível, inaceitável, porque São Luís está muito mais distante de Marabá e da Região Sul do Pará do que de Belém.

Espero que, posteriormente, nos aprofundemos sobre esse tema.

Gostaria que V. Sª esclarecesse se esses escritórios de trabalho estarão dispostos em grupos subordinados a uma determinada coordenação, e quantas seriam essas coordenações, ou se todos eles estariam diretamente ligados a Brasília. É exatamente isso que desejo compreender, numa explicação bastante rápida.

Faço, neste instante, uma afirmação, de que, desses recursos, 1,05% está destinado ao Pará, entretanto, a população do Pará representa 4,8% da população brasileira, representa 15% do território nacional e somos responsáveis por 15% de toda a exportação que é feita pelo Brasil.

Só queria fazer uma última pergunta. V. Sª afirmou que a Caixa Econômica, em determinado momento, está tendo prejuízo com relação a cobrança de prestações muito baixas. Isso não poderia ser feito à semelhança do Vale-Gás, em que se poderia quitar? Se está dando prejuízo, por que não se quita e se evita todo esse problema? Quais seriam as dificuldades para se quitar?

Por último, Sr. Presidente, gostaria de ter oportunidade de conversar com o Dr. Sérgio Cutolo em outros momentos, porque, evidentemente, num debate como esse e na pressa com que nos cobram, não podemos chegar à conclusão que gostaríamos de chegar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Realmente há de se ter pressa, Senador Ademir Andrade. Somos 27 membros nesta Comissão, se formos dar meia hora a cada um, cada reunião teria 13 horas meia de duração, sem as exposições. Então, fica difícil para os outros Srs. Senadores.

Com a palavra o Presidente Sérgio Cutolo.

Pediria a V. Sª que fosse o mais breve possível. Caso necessite de mais tempo, V. Sª poderia mandar depois, através de sua assessoria, diretamente para o Senador Ademir Andrade, as respostas.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Senador Ademir Andrade, em primeiro lugar, continuo, como sempre, à disposição de V. Exªs. Temos atendido muitos Parlamentares.

Para discutir sobre esse assunto específico do Pará, pediria que conversássemos pessoalmente.

Com relação ao critério, aos níveis hierárquicos, isso, inclusive, está publicado num documento. Como disse, temos, num primeiro nível, a Diretoria colegiada; num segundo nível, em termos de decisão, temos o comitê de crédito da matriz; e, num terceiro nível, temos o comitê de crédito do escritório-negócio. Então, respondendo diretamente a sua pergunta, em termos de decisão, em termos de ação, os escritório-negócios estarão diretamente subordinados à Diretoria, à matriz em Brasília. As coordenações são braços operacionais.

Com relação à distribuição dos recursos de FGTS, já pedi ao meu assessor que anotasse. Vamos mandar os critérios, mais uma vez, estabelecidos pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia para essa distribuição. Mas, se o critério fosse o mesmo da arrecadação, com certeza, a participação do Pará seria menor do que a que está aí.

V. Exª chamou a atenção para outras variáveis. V. Exª tem razão nisso. Levando em consideração essas variáveis, a distribuição está penalizando o Estado. Mas, se levar em consideração o critério de arrecadação de FGTS, V. Exª vai ver que ele está sendo beneficiado. Então, isso é uma questão – como disse, estou, inclusive, à disposição para encaminhar ao Conselho Curador e estamos à disposição de V. Exª para qualquer outra indagação.

Agora, respondendo ao Senador Geraldo Melo, eu queria dizer que, como a Caixa Econômica Federal é uma instituição pública, essas discussões têm sido muito úteis. É a sexta vez que venho ao Congresso participar de uma Comissão. Sempre relacionamos todas as sugestões e, na medida do possível, procuramos atendê-las.

O SR. GERALDO MELO – Faltou o número de demissões e a questão da isenção de quem está dando prejuízo no pagamento da sua prestação.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Eu ia responder a essa pergunta. Por que a Caixa não perdoa a dívida, uma vez que é mais caro cobrar?

Primeiro, porque ela quebra. Isso aí teria que ser apontado no balanço como crédito em liquidação e significaria que a Caixa deixaria de existir no dia seguinte.

Segundo, porque isso é patrimônio do trabalhador. Estamos procurando formas de resolver essa questão, inclusive com quitação. Mas, para isso, precisamos resolver uma questão importante, que é a securitização do Fundo de Compensação das Variações Salariais. Há uma proposta praticamente pronta nessa área e, resolvendo esses problemas estruturais, logo poderemos dar maior racionalidade também ao encaminhamento dessa questão.

Em relação às demissões, a Caixa tem 65 mil funcionários, empregados diretos; cerca de 17 mil são estagiários, são terceiros, isto é, pessoas que trabalham na Caixa como contratados, prestadores de serviço, estagiários ou menores.

A nossa proposta é tirar pessoas que se encontram lotadas principalmente na Superintendência e na matriz e colocá-las para atuarem direto nas agências, voltar essas pessoas para o atendimento, para a prestação de serviços à população. Com isso, vamos poder reduzir muito o trabalho contratado de terceiros.

Não existe, no nosso projeto de ação, a previsão de nenhuma demissão de empregado direto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Agradeço a paciência de V. Exª.

Concedo a palavra ao nobre Senador Vilson Kleinubing.

O SR. VILSON KLEINUBING – Presidente Gilberto Miranda e Presidente Sérgio Cutolo, quero, inicialmente, fazer algumas perguntas, porque não entendi algumas coisas.

4,7 bilhões é o orçamento de custeio da Caixa?

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – É. 4,6 bilhões foi o que recebemos. Agora é de 3,8 bilhões.

O SR. VILSON KLEINUBING – O total das aplicações é 72 bilhões?

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – É, incluindo o FGTS. Mas a parte em que a Caixa atua como agente financeiro, o total do FGTS é 41 milhões. Trinta milhões estão com outros agentes financeiros. Ou seja, desses 72 bilhões, temos que tirar 30 bilhões, para ver o que é propriamente da Caixa Econômica Federal.

O SR. VILSON KLEINUBING – Então, a Caixa Econômica Federal, propriamente dita, tem aplicado hoje 40 bilhões?

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Tem aplicado 43 bilhões.

O SR. VILSON KLEINUBING – Então, por esses números aqui, dá para verificar que a situação da Caixa é dramática. A Caixa precisa cobrar 10% a mais de juros sobre o total das suas aplicações só para pagar o custeio da Caixa, que é de 4,6. Tem 43 bilhões aplicado...

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Mais ou menos. Por isso fiz questão de falar que a Caixa tem determinadas peculiaridades. Muito das suas receitas provêm de prestação de serviços. Para isso, ela tinha que estar fora, ela é gestora do FGTS.

O SR. VILSON KLEINUBING – Em resumo é isso. Na verdade, se está cobrando um juro de 4% ao mês, tem cobrado 5%, por causa do custeio, e o custeio não dá para reduzir muito.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Se fosse uma instituição que só fizesse intermediação financeira, V. Exª teria razão.

O SR. VILSON KLEINUBING – Estou fazendo essas perguntas até para ficar do seu lado. V. Sª está com um problema muito mais sério do que nós mesmos estamos imaginando.

Uma outra informação é que a Caixa tem 65 mil funcionários, dos quais 36 mil comissionados. Isso é jogar dinheiro do trabalhador no lixo. V. Sª está sendo até pouco duro com a Caixa Econômica. Se eu tivesse no seu lugar, seria muito pior, pode ter certeza disso, porque é dinheiro do trabalhador, dinheiro do povo brasileiro. Temos que cobrar 20% a mais de uma taxa de juros mensal para dar 1% sobre 4% tem que se cobrar 20% a mais do mutuário pra cobrir despesa administrativa da Caixa. Esse é o velho problema que tenho falado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O problema do Brasil é um só, o Governo, que gasta demais. E quando aparece alguém com vontade de consertar isso, temos que apoiá-lo. Não é que eu queira discordar dos meus companheiros Senadores. Nós, Senadores, que representamos os Estados, podemos ajudar muito num aspecto: o que interessa ao Senador Freitas Neto, o que interessa ao Senador Geraldo Melo é saber quanto das aplicações da Caixa vai para o seu Estado, e se o critério utilizado é justo. Em segundo lugar, se o homem que está lá – dêem o título que quiserem a ele, superintendente, rei, príncipe, imperador, não importa – decide. É isso que V. Sª precisa nos dizer.

Se V. Sª puder dizer, para cada Estado brasileiro, qual é o critério de distribuição dos dois grandes recursos, que são a caderneta de poupança e o fundo de garantia, nós vamos solicitar aos nossos governadores, aos nossos prefeitos que apresentem projetos bons e que se habilitem àquele valor. Aliás, acho que se deveria colocar nesse critério um outro: despesa que a Caixa tem, no Estado; destinação inversamente proporcional à despesa que a Caixa tem no Estado.

Se Santa Catarina tem gasto excessivo com custo administrativo, tem que ser punido e receber menos do que um outro Estado que seja mais eficiente na administração da sua própria Caixa Econômica. Senão, ninguém vai consertar o País nunca.

Vou apresentar uma outra questão a V. Sª. E aqui fala um Senador que nunca vai indicar ninguém para superintendente, porque eu tive a desgraça de fazer isso uma vez em minha vida e fiquei escravo do favor. Indiquei uma pessoa e depois, cada vez que havia aumento na repartição e essa pessoa não era aumentada, ela dizia: "Não tive aumento porque fui indicado pelo senhor e estou sendo perseguido." Cada vez que faziam uma promoção naquela repartição, aquela pessoa dizia: "Não fui promovido porque fui indicado pelo senhor." Fiquei escravo do favor pelo resto da vida. Não quero mais indicar ninguém. Agora, gostaria de saber, como o meu querido colega de Governo, Freitas Neto, segundo que critério cada Estado vai receber aplicações do Fundo de Garantia, aplicações da caderneta de poupança, e se esse critério leva em consideração a pobreza, a demanda.

V. Sª pode ter certeza, Santa Catarina talvez não precise tanto de habitação, mas de saneamento precisa muito, porque é o índice mais vergonhoso que temos em nosso Estado. Não temos 8% da nossa população atendida por rede de esgoto e temos 100% da nossa população atendida por rede de energia elétrica. Quase 100% dos nossos municípios têm asfalto, mas não têm esgoto. Não sei o que acontece que o Estado não consegue se habilitar para o financ me da rede de tratamento de esgoto.

Falo isso como uma contribuição pessoal. Se vai estar subordinado a **A**, **B**, **C**, ou **D** é bom sabermos, até para que possamos nos defender. Mas o importante é que o homem tenha poder de decisão, que diminua o número de caciques, porque há muito cacique para um índio.

Outra coisa, e falo como engenheiro, como especialista em sistemas e métodos, reforma administrativa não reduz despesas. Em um país que dá estabilidade, irredutibilidade de salário, aposentadoria aos 40, 50 anos de idade, não se reduz nunca a despesa. Nem o céu é assim, nem o céu tem monopólio com estabilidade, irredutibilidade de salário, e não sei mais o quê. Nem no céu é assim! Mas aqui é. Então, a despesa vai ser reduzida muito pouco.

Aumente, então, o número de investimentos, pegue o custo que já está aí e faça com que esse custo busque mais, capte mais, traga mais coisas para dentro da Caixa Econômica, para reduzir essa despesa gigantesca, senão a Caixa vai quebrar, mesmo sendo uma empresa federal, mesmo sendo uma empresa do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Presidente Sérgio Cutolo.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Obrigado, Senador. Para ser bem rápido, vou encaminhar à Comissão quais foram os critérios objetivos de distribuição de recursos do FGTS, que é a única fonte que temos para aplicar durante este ano, pelo menos por enquanto. E aí a Comissão poderia passar para cada um dos Srs. Senadores os critérios objetivos. Como eu disse, esses critérios foram estabelecidos pelo Conselho Curador.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Apenas um parêntese: e o custo de construção de casas em cada Estado? Até para que possamos ver a corrupção que existiu na contratação de investimentos. Quanto custa o metro quadrado de uma casa em Santa Catarina? E em São Paulo? Sabendo isso podemos comparar a eficiência.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Esse preço varia muito. O Pró-Moradia, que foi aprovado e que podemos operar já a partir de agora, prevê um custo máximo de construção de R$6.500,00. Estive recentemente no Paraná e vi lá um projeto de agrovila em que uma casa de 44 metros quadrados custava R$4.000,00. A Caixa já financiou casas, com construção de pior qualidade e de menor tamanho, de até R$11.000,00. Houve superfaturamento. Então, vai variar de Estado para Estado. Mas eu faço menção a empreendimentos em vários Estados brasileiros e também passo essas informações à Comissão, para que os Srs. Senadores tenham acesso a elas.

Quero aqui mencionar, Senador, permita-me V. Exª, que Santa Catarina possui uma das superintendências mais eficientes da Caixa Econômica Federal. Para V. Exªs terem uma idéia, o nosso nível de inadimplência na área comercial é, em média, superior a 40%. Há Estados em que, infelizmente, essa inadimplência supera os 80%. Em Santa Catarina ela fica exatamente em 2,6%, o que significa que é um Estado em que a superintendência funciona. Ela é uma das menores superintendências do País, mas, mesmo assim, temos lotados lá, em área da superintendência, mais de 560 funcionários.

Concordo com V. Exªs. Estamos trilhando esse caminho, aumentar a participação da Caixa na captação. Vamos anunciar novos produtos em breve, e a idéia é exatamente essa: poder aumentar também as receitas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, Senador Gilberto Miranda, Sr. Presidente, Sérgio Cutolo, Srªs e Srs. Senadores, há aqui dados que chamam a atenção, que nos causam perplexidade. Parece-me que 90% das agências da Caixa Econômica Federal dão prejuízo, ou seja, quase todas as agências. Eu gostaria de saber qual é o motivo desse índice terrivelmente elevado.

Gostaria, para ser prático e objetivo, de fazer duas perguntas, muito rapidamente. Além dos vencimentos diretos dos funcionários da Caixa Econômica Federal, quanto a Caixa despende com esses funcionários de maneira indireta – porque sabemos que algumas entidades pagam um vencimento e, por fora, pagam mais quatro ou cinco aos seus funcionários, através, no caso específico da Caixa, da FUNCEF ou de outros órgãos de apoio ao trabalhador da Caixa Econômica Federal.

Gostaria de saber o grau de inadimplência das prefeituras quanto ao FGTS, hoje, porque, ao que me parece, elas devem estar mais ou menos adimplentes, senão não conseguem receber recursos – inclusive há o bloqueio dos seus fundos de participação –, e o grau de inadimplência dos financiamentos assumidos com a Caixa Econômica Federal para saneamento e outras obras financiadas pela Caixa, dentro das várias modalidades de programação.

E também gostaria de ser esclarecido a respeito do programa Pró-Moradia. V. Sª nos disse que as habitações para baixa renda dão um retorno de 5.1%. O que significaria, exatamente, esse retorno de 5.1%? Estas são, basicamente, as perguntas que formulo a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Tem a palavra o Presidente Sérgio Cutolo.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Bem, no Pró-Moradia – começando pela última pergunta –, 5.1% é a taxa de juros cobrada ao ano, além da TR. O Fundo de Garantia tem o mesmo indexador da caderneta de poupança, o que é uma determinação legal. A poupança, hoje, tem como indexador a TR, o Fundo de Garantia também, as aplicações do fundo também, o que é casado. O programa Pró-Moradia é bastante flexível, permite construir lotes urbanizados, habitações propriamente ditas, financiar cestas de material de construção. Então é bastante flexível na sua aplicação e deve beneficiar a população com renda familiar de até 3 salários mínimos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Seria através de convênios com as Prefeituras?

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Basicamente a forma de atuação do Governo Federal é de descentralização. A SEPLAN, que é o Ministério que está substituindo o antigo Ministério do Bem-Estar Social, que era o gestor, está delegando aos Estados a competência de priorizar os projetos que serão financiados com os recursos do FGTS. Nessa delegação prevê-se a constituição de conselhos estaduais de política urbana, que terão necessariamente a participação do Governo estadual e governos municipais e da sociedade civil – um terço dos membros para cada um desses segmentos. Esse conselho priorizará os projetos a serem financiados pela Caixa Econômica Federal, que, como já disse aqui, será apenas o agente promotor. Vamos, então, contratar junto às COHABs, aos Governos municipais e estaduais, e estes é que farão a licitação e que contratarão diretamente com os mutuários. Essa primeira linha de gestão dos recursos do FGTS se dará dessa forma: diretamente com os Estados ou Municípios.

Prefeitura inadimplente: depois da renegociação da dívida, de que essa Casa participou de forma direta, desde o final do ano passado, hoje o nível de inadimplência tornou-se um dos mais baixos de todos os órgãos governamentais – está por volta de 3% o nosso nível de inadimplência na área de saneamento e infra-estrutura, que são os grandes concentradores dos financiamentos nessa área. É, então, muito baixo.

Gastos indiretos: não tenho essa informação aqui. Tenho a dizer aos senhores – depois pediria que informasse isso de forma bem desagregada – que hoje o custo previsto da folha, dos gastos com pessoal este ano, contando salários e as remunerações indiretas, na Caixa Econômica Federal, depois do ajuste que fizemos, está em R$2,8 bilhões. Mas é importante se dizer que para isso temos que acabar com muitas funções comissionadas – o Senador Vilson Kleinübing mencionou mais de 36 mil funções comissionadas; é bom que se diga que, dessas, 17 mil são de caixas executivos. Mas, na Caixa, para cada 3,5 pessoas, há um chefe, mesmo tirando os caixas executivos, o que é um absurdo! Temos que rever isso. Está previsto para a redução de custo.

Com relação ao fundo de pensão – depois mandarei o número exato – a Caixa Econômica Federal felizmente nessa área não tem muito problema. Para cada R$1,00 dado pelo empregado, a Caixa dá menos de R$1,00 – não chega nem a R$1,00. A participação da instituição está em um para um, e não vamos modificar isso. Isso também está dentro da nossa proposta de redução de custos. Oportunamente encaminharei aos senhores todos os números de forma pormenorizada e em valores nominais, para que tenham o retrato completo da instituição.

Agências da Caixa que dão prejuízo: o senhor tem razão; se tomarmos os critérios que existem hoje, mais de 90% das agências dão prejuízo. A grande questão é a seguinte – e é por isso que temos que reformular a linha de atuação da Caixa: elas dão prejuízo, porque têm que carregar um custo muito forte da superintendência e da matriz. Como mencionei aqui, 40% dos custos administrativos da instituição hoje se concentram nas 31 superintendências e na matriz. Então, na medida em que consigamos descentralizar isso, dar uma maior racionalidade administrativa, evidentemente a situação dessas agências se modificará. A idéia é, até o final de 96, não termos agências deficitárias.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, apenas para encerrar, já que todos têm direito a replica, gostaria que V. Sª respondesse também a respeito do último tópico da pauta: quais são as ações e soluções adotadas pela Caixa diante das invasões, que muito têm ocorrido em nosso País, e dos casos de inadimplência?

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Infelizmente, Senador, temos várias ações, inclusive enumeramos algumas no documento que passamos. Posso dizer que temos que atuar caso a caso, porque cada caso é um caso. Como disse, muitas invasões são caso de polícia. Temos problemas diversos, por exemplo, a construtora faliu, o construtor sumiu e a obra está inacabada – faltam 10 ou 20%. Temos, então, que contactar outra construtora, para ver se há interesse no empreendimento, concluí-lo, para só então vender as casas. Temos casas que foram superfaturadas, o que já mencionei aqui: quando vamos fazer a avaliação de mercado a casa vale 2/3 ou metade do que financiamos, temos, então, que assumir esse prejuízo e fazer o leilão das casas. Temos casas invadidas, onde as pessoas que estão ocupando as moradias não podem pagar, inclusive porque não podem comprovar renda, não dão garantia legalmente estabelecida. O que temos que fazer nessa situação? Procurar outras alternativas, por exemplo, essa espécie de **leasing**, que já temos autorização do Banco Central e já estamos fazendo em vários empreendimentos. São milhares de casos pelo País inteiro. Posso, inclusive, fornecer à Comissão – mas pediria alguns dias – o que estamos concretamente fazendo com relação a diversos empreendimentos-problema. Estamos listando todos esses empreendimentos, enviarei oportunamente essa relação – teremos casos diversos –, e vamos ter uma forma de atuação em cada um deles. Tudo dentro do que estabelece a lei. A lei nesse caso é muito rígida, porque, como foi reprisado aqui várias vezes, não são recursos da Caixa, mas recursos do FGTS, de uma forma geral, recursos do trabalhador. Necessitamos, portanto, de muito cuidado no gerenciamento desses recursos.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. VILSON KLEINüBING – Só para completar – peço inclusive aos nossos assessores que anotem –, solicito, primeiro, os valores do Fundo de Garantia e poupança que foram definidos por Estado e quais os critérios que os definiram; segundo, as liberações mensais por Estado e o saldo disponível dos dois fundos; terceiro, o mesmo relatório para outros programas que a Caixa tenha ou que for implementar.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Outros fundos e também o custo da Caixa em cada Estado.

O SR. VILSON KLEINüBING – Solicito um relatório mensal à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é louvável, Presidente Sérgio Cutolo, o esforço que a Caixa vem despendendo agora com vistas a sua reformulação e otimização dos seus serviços. Das questões que formularia, várias delas já foram respondidas por V. Sª. Inclusive, através de um expediente, V. Sª responderá a colocação do Senador Vilson Kleinübing sobre os critérios e volume de recursos distribuídos a cada Estado, assunto de meu interesse.

Gostaria de fazer só mais uma colocação com relação à demanda, principalmente a demanda reprimida das moradias hoje no Brasil. Entendemos que há uma demanda acentuada nas cidades de grande porte e nas cidades de pequeno porte. Gostaria de saber qual é o critério de atendimento dessa demanda reprimida, já que entendo que o atendimento de forma mais acentuada nas cidades de grande porte não estimularia esse êxodo que vimos observando da nossa população, das pequenas comunidades de infra-estrutura rural, sobretudo para as grandes cidades.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Sem dúvida. A demanda é muito forte, principalmente na área habitacional. Temos duas formas de atuar. Uma delas com recursos do FGTS, que a distribuição é dada por Estado, a forma de operar esses recursos facilitará o equacionamento dessa questão que V. Exª colocou, porque entendo que, descentralizando para os Estados, o Estado sabe onde está o seu problema e pode atuar de uma forma mais efetiva, inclusive no controle das migrações. Isso, então, facilitará, no caso da aplicação dos recursos do FGTS, o combate a esse tipo de problema, principalmente o êxodo rural.

No caso de outras fontes, estamos hoje superaplicados; a Caixa não tem condições de aplicar mais recursos. Atualmente, estamos estudando outras formas de financiamento para poder operar principalmente nos financiamento voltados para a classe média.

Pensamos que, até o final deste semestre, teremos pelo menos um ou dois novos produtos, dentro de uma nova concepção – isso é importante que se diga, porque a velha já está totalmente saturada, não teríamos como voltar a operar com a sistemática antiga.

Estamos estudando e discutindo com a área econômica, porque há relação com indexadores de longo prazo, os empréstimos são de dez a vinte anos, são empréstimos de longo prazo, com todas as dificuldades de se operar um empréstimo de longo prazo, nessa fase que temos de consolidação do Plano de Estabilização.

Mas estamos discutindo bastante com a área econômica e nos próximos dias estaremos sinalizando para as novas aplicações. Teremos toda uma orientação para aplicar esses recursos e com certeza levaremos em consideração esse ponto que o ilustre Senador colocou.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Senador Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Permita-me só mais uma indagação. Já que o empregado do meio rural também contribui com o Fundo de Garantia, não é possível haver esse tipo de atendimento, a construção de moradia na área rural?

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Sem dúvida. Estivemos, na sexta-feira passada, com o Presidente da República, visitando um projeto de habitação rural do Governo do Estado do Paraná. Esse projeto está sendo objeto de estudo em nível do próprio FGTS. E, se depender de nós, será um próximo programa a ser financiado com os recursos do FGTS.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra, o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, embora não faça parte desta Comissão, ao tomar conhecimento da presença no Senado, hoje pela manhã, do Presidente da Caixa, Dr. Sérgio Cutolo, logo me apressei a participar do debate, uma vez que considero a Caixa Econômica instituição que merece de todos nós o maior respeito, pelo que já realizou pelo Brasil, em substituição ao BNH, notadamente no setor habitacional, apesar de, nos últimos anos, devido às dificuldades de recursos, ter havido quase um paradeiro completo no que diz respeito ao financiamento de unidades habitacionais.

Tive ocasião de apresentar, há poucos dias, no plenário do Senado, um requerimento que foi aprovado pelos Senadores, o Requerimento nº 697, com dez perguntas que, certamente, no prazo legal, V. Exª irá responder ao Poder Legislativo, muitas das quais objeto de preocupação dos Senadores desta Comissão. Inclusive, algumas dessas perguntas foram objeto de apreciação durante esse debate.

Mas, abandonando essas perguntas, uma vez que receberemos suas respostas, como disse, no prazo instituído em lei, farei apenas uma pergunta, somando-me ao que o Senador Vilson Kleinübing e o Ademir Andrade se referiram, sobre o Fundo de Garantia.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço tem sido, como V. Sª se referiu, a principal fonte de financiamento da construção de casas populares. É sabido que os Estados mais populosos, por terem maior número de trabalhadores ocupados no setor econômico, são os que mais contribuem para a arrecadação da Caixa Econômica. Parece-me que, de acordo com a resolução do Conselho Curador, esses Estados são mais aquinhoados com esses recursos, naturalmente.

Agora, o que nos preocupa é o seguinte: fala-se na evasão rural, na desocupação do homem do campo que vai para as grandes cidades. Pergunto a V. Sª se não seria de bom alvitre que se fizesse uma reformulação na lei ou na legislação que determina a distribuição desses recursos do Fundo de Garantia, de forma a se assegurarem aos Estados menos desenvolvidos, como os Estados do Nordeste, do Norte e até do Centro-Oeste, recursos que segurassem a população nesses locais e evitassem a inchação de grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro.

Essa é uma pergunta objetiva que faço a V. Exª e deixarei de comentar as dez perguntas que fiz no plenário do Senado, já que V. Sª ainda irá respondê-las a contento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Presidente Sérgio Cutolo.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Obrigado, Senador.

Gostaria de dizer que ainda tenho poucas informações a dar sobre o andamento do estudo, sobre a reformulação dos critérios de distribuição do FGTS, mas é uma questão que terá que ser re-

solvida rapidamente. Estamos discutindo isso. Passaria depois a V. Exª, além das perguntas que me formulou, todas as propostas e quais seriam os seus impactos em termos de redistribuição de recursos, para que V. Exª tenha conhecimento de todas elas. São muitas. Levam-se em consideração variáveis distintas. Não sei se V. Exª estava presente quando mencionei que temos propostas sobre a distribuição de recursos, que tem que ser a mesma distribuição da arrecadação. Isso vai contra aquilo que V. Exª está pregando. Propostas que pregam que a distribuição de recursos não tem nada a ver com a arrecadação, e só levam em consideração outras variáveis.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Permita-me, V. Sª.

Quando governei o Estado de Sergipe, de 1967 a 1991, parece-me que no ano de 90 o Conselho começou a fazer restrições com relação a essa distribuição de recursos para os Estados mais pobres, menos populosos, em função da arrecadação do Fundo de Garantia. Mas, como não havia essa limitação, o Estado de Sergipe, proporcionalmente, na época, construiu mais casas do que São Paulo. Construímos, entre casas de mutirão e casas da COHAB, vinte mil casas populares, quer dizer, cem mil pessoas foram abrigadas.

Naturalmente que, se essa população não tivesse casa para morar, deveria ter ido para Salvador, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro. Faço essa pergunta a V. Sª, em face da minha preocupação em relação à mudança dos critérios que deve ter causado muito prejuízo às regiões menos populosas e, conseqüentemente, aumentado a inchação das grandes capitais.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Presidente Sérgio Cutolo.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Sem dúvida. Inclusive V. Exª mencionou um fato aqui que, se olhar o anexo que distribuímos hoje, verá que Sergipe vai levar esse ano, nesses dois projetos, apenas 0,27% do total dos recursos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES – São Paulo levará quanto, por exemplo?

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – São Paulo levará 29,15%. V. Exª tem razão. Quero dizer apenas o seguinte: isso está sendo objeto de preocupação não só da Caixa como também do Ministério do Planejamento. Estamos, neste exato momento, procurando uma forma de contornar essa questão, porque aqueles Estados que tiveram maiores aplicações – como disse V. Exª –, no caso de Sergipe no período até 1991, agora estão sendo prejudicados pela forma de rateio.

Então, isso está sendo objeto de preocupação. Espero, nos próximos dias, ter pelo menos uma proposta para equacionar esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA – É só para complementar. O Distrito Federal já está excessivamente inchado. O recurso destinado para o Distrito Federal é muito maior que o recurso destinado para o Estado de Goiás inteiro. Então, temos um problema grave, que é o do entorno de Brasília, com problemas de moradia gravíssimos; mas o Distrito Federal vai receber muito mais recursos para construir casas populares que Estado de Goiás inteiro.

Penso que não tem sentido a descentralização do País dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Quero pedir desculpas ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, mas preferi hoje prestigiar o mundo das idéias, ao invés de prestigiar o mundo das coisas.

Fui assistir ao Miguel Reale, que está com 85 anos de idade, falando sobre o Código Civil. Falava apenas sobre o mundo das idéias, mas quero pegar uma carona nessa pergunta, por isso não pude assistir a sua importante e oportuna participação. Por isso, é uma carona, não mereço mais do que isso.

Li esse portfólio que V. Sª distribuiu, falei com um assessor seu. Essas condições de financiamento para o Programa de Habitação Popular, que constam das três últimas páginas que falam das condições de financiamento de lote e de casa; ou seja, o conjunto das ações que a Caixa está anunciando para habitação popular.

O Senador está perguntando sobre a distribuição dos valores por Estado, e eu estou perguntando sobre as condições de financiamento. Isso aí não há quem pague, porque 5% no Nordeste, 11% no Sul e Sudeste, e mais o quê? Foi isso o que eu perguntei ao seu assessor, mais a taxa que remunera o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que tem que constar no texto se é TR ou TJLP. Se for TR, quebra o mutuário. E o pior é que está sendo divulgado que caberá aos prefeitos municipais fazer a equalização, e aí é para não pagar mesmo, não é? Se V.Sª conseguir que o prefeito pegue uma fatia da Casa da Moeda para emitir, como o Governo Federal está fazendo com as taxas de juros, está emitindo...

O SR. – (Fora do microfone)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não, mas isso não é um programa de habitação popular. Quero, então, fazer uma observação: não existe programa algum de habitação popular no Brasil, hoje. O Senador Ademir de Andrade vai desculpar-me, assim como o Senador Elcio Álvares e o Senador Suplicy; então vamos todos fazer uma visita ao Projeto Singapura. Eu estou fazendo média, sim, porque pelo menos lá eu sei que está havendo subsídio; lá está sendo colocado dinheiro, e é o único programa que vai receber dinheiro externo. Há dez anos que o Brasil não pega dinheiro externo para habitação popular. Eu participo da prioridade e questiono. Em resumo, o Governo não está lançando um programa de habitação popular; ele está recuperando o dinheiro do FAT, que tinha sido emprestado ao Ministério da Saúde, e "destinando" a um programa que não vai ser realizado, e, se for realizado, vai resultar em calote. É o meu questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Dr. Sérgio Cutolo.

O DR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Primeiro eu vou procurar responder os três Senadores. A questão do DF e de Goiás não é bem assim. Estão previstos 18,7 para o DF e 26,3 para Goiás, em termos globais, nesses dois projetos: PROMORADIA e PRÓ-SANEAMENTO.

A questão da TR é o seguinte, Senador Amin. A lei diz que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço tem que ser remunerado de acordo com a poupança, e ela é o indexador idêntico a TR, hoje. V.Exa. tem toda a razão, e nós estamos procurando estudar essa questão para rever esse problema do indexador. Agora, quero dizer que a TR, na verdade, compõe-se de um conjunto de taxas de juros de mercado. Se essas taxas de juros baixam, isso que hoje é inviável amanhã não será mais. Quero dizer que o Governo Federal está lançando esse programa, que é o PROMORADIA.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Mas hoje é inviável.

O DR. SERGIO CUTOLO DOS SANTOS – Eu não sei se é inviável, não, Senador. Se V.Exa. pega um financiamento para baixa renda, que são moradias de R$ 4 mil ou R$ 6 mil, o valor da prestação, mesmo com a TR, daria hoje em torno de uns R$ 25 a R$ 35. Então, não deixa de ser um projeto voltado para a população de baixa renda. Quero chamar a atenção para esse ponto. Realmente isso tem preocupado a área econômica do Governo, e nós estamos neste exato momento estudando como rever isso. A questão do indexador é uma questão maior que se coloca em termos de

condução de política econômica, mas só quero mostrar aqui que os recursos que deverão ser aplicados nessa primeira etapa do projeto superam os R$ 600 milhões. Então, não se pode dizer que não há programa de habitação voltado para a baixa renda. V.Exa. está mencionando a questão do indexador, que é uma questão que preocupa o Governo Federal, mas a taxa de juro para a habitação é 5,1%, e o saneamento para a Região Sul vai de 5% a 11%.

Quero registrar que estive com o prefeito Paulo Maluf, e ele quer recursos do FGTS para financiar o Projeto Singapura em São Paulo; ele tem interesse nisso.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, como o Senador Esperidião Amin teve a gentileza de convidar a mim e a outros Senadores para visitar o Projeto Singapura, sinto-me no dever e na responsabilidade de convidá-lo e os demais Senadores para conhecer também os projetos de mutirões de construção de casas próprias, que, segundo diversos especialistas em construção de moradia popular, eram realizados de forma bastante eficiente e com grande participação dos interessados. Incompreensivelmente a prefeitura atual parou isto, quebrando até os seus princípios de que obra parada é que mais custa caro. E também para comparar a natureza do Projeto Singapura, seus custos, suas qualidades, com aqueles outros procedimentos.

Então, só fica o registro da gentileza recíproca ao Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – A minha dúvida é que V.Exª fez um convite, mas não falou para o quê, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Para os projetos de mutirões. São mais de 8 mil moradias populares paradas desde o final da gestão da Erundina. Há muitos detalhes aqui. O Tribunal de Contas resolveu dizer que precisava demonstração. As demonstrações estão sendo aprovadas, mas com enorme demora do Tribunal de Contas do Município. E mesmo quando aprovadas, o prefeito demora a liberar recursos. Enfim, está acontecendo aquilo que o candidato falava, em 1992, que a obra mais cara era a obra parada, no que diz respeito aos mutirões de habitação popular.

Esse era só um parêntese. Eu gostaria agora de passar às minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Como V.Exª fez o convite, o Senador Esperidião Amin quer responder.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Quero ser muito conciso e não quero polemizar a respeito desse assunto. Apesar de ser uma grande arquidiocese, tanto é que já foi dividida em várias, não deixa de ser um assunto paroquial, ainda que da cidade mais importante do Brasil.

Mas quero dizer que o que eu provoquei aqui não foi apenas uma emulação político-partidária. Acho que o Brasil está precisando é de uma competição de criatividade de experiências locais, porque essa questão da habitação não vai ser resolvida em Brasília. Esta parte eu ouvi do Presidente Sérgio Cutolo, e com isso eu concordo. Cheguei a acompanhar a parte que V.Sª falou sobre o balcão, e acho elogiável que se reduzam os balcões para negócios e corruptelas de negócios, que já se instalaram em projetos habitacionais nacionais.

O que eu estou querendo colocar é que eu não vejo, neste projeto anunciado, o Governo bancando. E para bancar tem que ter recursos do Governo, e não do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. O Governo não está bancando nenhuma questão de natureza social nesse projeto. Considero o saneamento tão associado à casa quanto a cama da pessoa. Como é que vai fazer casa sem saneamento e sem infra-estrutura? A verdade é que o governo não tem os recursos. Quanto à idéia de transferir para as prefeituras, há prefeituras que podem bancar a diferença, por isso que eu mencionei a de São Paulo, e há outras que estão fazendo isso também. Longe de mim imaginar que São Paulo está fazendo sozinho. Não há um fundo capaz de permitir que as prefeituras, incapazes de fazer isso com recursos próprios, estabeleçam um subsídio. A questão aqui é o subsídio. Sem subsídio não vai fazer casa no Piauí. Se o governo do Piauí puder subsidiar, ótimo, se não puder...

Eu poderia contar algumas histórias sobre reconstrução. O Senador Vilson Kleinübing destinou recursos, criou um fundo no orçamento. Na minha época, fizemos uma outra coisa. Sobre essa competição, cada Governador aqui, cada Prefeito, poderia contar um episódio do seu esforço, não quero invalidar nenhum nem mesmo o da Prefeita Luiza Erundina, absolutamente.

Não há, hoje, no Brasil, um programa capaz de assegurar a equalização necessária ao poder aquisitivo, que é pequeno e é decrescente. Por exemplo, o homem que trabalha informalmente ou que não tenha o vínculo empregatício, enfim, todas essas dificuldades são desafios para todos nós. Aí é que entra o projeto da Prefeita Luíza Erundina, do Prefeito Paulo Maluf, do Governador Geraldo Melo, todos têm que contribuir.

No Governo Federal, hoje, não existe uma fonte de financiamento para essa equalização, foi isso que quis dizer. E acho que não existe mesmo.

Só para terminar, lembro que a TR está sendo extinta por uma decisão do Congresso Nacional. Para quem? Num equívoco da decisão, para todos os produtores rurais, até para os grandes. Como podemos achar que a TR pode ser um mecanismo de equalização para um financiamento de construção de casa popular.

Então, não é no sentido de depreciar, é no sentido de procurar avaliar a dimensão do desafio que temos. É um desafio muito grande e não gostaria que a minha palavra fosse confundida com ironia e sim com reconhecimento da gravidade do problema.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Sérgio Cutolo.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Senador, ouvi atentamente as suas colocações e, para efeito de informação, quero dizer que só no sistema brasileiro de poupança e empréstimo, só com relação do FGTS, pois V. Exª colocou o problema da equalização, este Governo, só de crédito já testados e habilitados, vai ter agora "securitizar" dívidas no valor de quase R$ 7 bilhões.

O grande problema que temos nessa área é não contaminar uma situação do passado, onde houve, de uma forma sistemática, perdão de dívidas – na verdade foi isso – que agora tem que ser arcado pela sociedade como um todo. V. Exª sabe muito melhor do que eu que o Governo é um ente abstrato. Constar de orçamento são recursos que se retira da sociedade para cobrir programas. Esse talvez seja o mais meritório de todos.

O problema é que temos que equacionar as grandes questões estruturais que este Governo recebeu, dentre elas, uma das maiores exatamente tem a ver com os programas antigos de moradias, que acabaram criando todos esses buracos, para depois, então, estabelecer-se uma nova sistemática. Aí, sim, também concordo com V. Exª e faço minhas as suas palavras, temos que procurar ter dotações orçamentárias específicas para poder atuar nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente Sérgio Cutolo, a primeira pergunta que vou fazer refere-se a uma lembrança que muitas vezes eu tinha relacionadas às perguntas do Senador Vilson Kleinübing. Quando era Prefeita a Srª Luíza Erundina de Souza, muitas vezes ela observava o quanto se arrecadava de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, particular-

mente em São Paulo, e de quão pouco era aplicado desses recursos naquela cidade.

Porventura, dentro daquelas diretrizes solicitadas pelo Senador Vilson Kleinübing, haveria alguma orientação relativamente a critérios que V. Sª pudesse dizer tratavam-se simplesmente de critério político ou de um critério econômico, objetivo, com parâmetros para a destinação de recursos, onde a população estivesse precisando.

O ponto era que, afinal de contas, os trabalhadores da cidade de São Paulo são, obviamente, contribuintes em grande peso para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e, entretanto – é claro que precisamos pensar em diretrizes de melhor distribuição da renda entre Estados e tudo –, será que não se teria chegado ao extremo de a cidade de São Paulo, ainda que maior contribuinte, por ser relativamente a de maior renda **per capita** e a mais desenvolvida, receber menos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço? Esta é a primeira pergunta.

Gostaria também que V. Sª fizesse uma reflexão sobre a história do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço como um dos principais fundos sociais brasileiros, ao lado do, antes, PIS/PASEP e, hoje, Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador, em parte, financia o seguro-desemprego e, em parte, vai para o BNDES, onde 40% ali financiam projetos que criam empregos, mas projetos de empresários, a taxas de juros relativamente bem mais baixas do que as de mercado.

No caso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, muitas vezes ouvimos histórias de destinação de recursos que levaram o próprio Congresso Nacional a constituir, há pouco tempo, uma CPI do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Nela foram examinados inúmeros procedimentos inadequados e, inclusive, perdas.

Esses dois fundos normalmente nada destinam – ou não beneficiam – àqueles que estão no mercado informal de trabalho. Há poucos dias o IBGE informou que o número de pessoas no mercado informal, hoje, no Brasil, é maior do que no mercado formal. V. Sª porventura já cogitou que – quem sabe – deveríamos ter, no Brasil, para além daqueles que estão no mercado formal, um fundo que pudesse ser efetivamente de todos os brasileiros? V. Sª informou, no início, que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço tem, hoje, em torno de 40 bilhões de ativos acumulados.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – São 40 bilhões do Fundo de Garantia.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Se examinarmos a história do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço desde o seu início, em que medida esse valor, 40 bilhões, corresponde àquilo que efetivamente deveria ter hoje o Fundo se tivesse havido a preocupação de se ter sempre o acúmulo de recursos recolhidos – os 8% dos trabalhadores mais os 8% das empresas que contribuem, obviamente retirado aquilo a que têm direito os trabalhadores quando despedidos e em outras ocasiões – aplicados de tal forma que se resguardasse o seu valor e ainda houvesse uma remuneração da ordem de 5, 6% ao ano? Se tivesse havido esse cuidado, esse fundo, hoje – não sei se caberia –, estaria com um patrimônio da ordem de quanto? Os 40 bilhões estariam muito abaixo do que potencialmente poderiam ser?

Na medida em que V. Sª hoje diz do cuidado para que isso ocorra daqui para a frente, haveria uma previsão, para o final do Governo Fernando Henrique Cardoso, de em quanto estaria o patrimônio do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço? Isto, valendo os princípios que V. Sª agora aqui coloca, de preservação do valor do fundo. Que previsão poderíamos ter para, digamos, 1996, se o procedimento for o mais correto.

Uma outra questão: apesar da situação favorável de curto prazo, a Caixa Econômica Federal possui uma inadimplência bastante acentuada, conforme V. Sª já ressaltou, principalmente dos Estados e Municípios – ainda que agora melhor disciplinados, devido aos empréstimos com os recursos do fundo –, talvez superior a 3 ou R$5 bilhões de reais. Gostaria de ter esse número.

Por outro lado, existe um movimento no Senado para modificar a Resolução nº 11, de 1994, no sentido de diminuir os pagamentos de dívidas com a Caixa Econômica Federal.

Nesse caso, seria importante ressaltar que a Caixa Econômica tem também a sua responsabilidade, porque houve casos – não na gestão de V. Sª – de irregularidades na contratação de recursos do Fundo de Garantia. Pudemos acompanhar, nessa CPI que citei, exemplos como o de Campinas, Jundiaí e Goiânia. Houve também o caso simbólico do canal da maternidade do Acre, com um fim trágico.

Portanto, se não houvesse uma certa conivência dentro da Caixa Econômica Federal, obviamente esses casos de sobrepreços ou de irregularidades não teriam ocorrido. Eles não seriam derivados justamente da forma de indicação política dos Superintendentes da Caixa?

Avalio que age corretamente V. Sª, quando pretende tornar a Caixa Econômica uma instituição mais enxuta administrativamente, para corrigir as distorções que têm sido acumuladas e que acabam dificultando, muitas vezes fazendo a Caixa Econômica Federal pagar tarifas pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e recorrer à captação compulsória de recursos dos fundos sociais e dos depósitos judiciais próprios. Quer dizer, considero extremamente importante o esforço de melhoria administrativa da Caixa Econômica.

Gostaria, para concluir, que V. Sª pudesse fazer também uma relação da Caixa Econômica Federal com a FUNCEF. Gostaríamos de compreender bem como está funcionando o relacionamento entre a Direção da Caixa Econômica Federal e a FUNCEF.

Hoje está na **Gazeta Mercantil** a informação de que a FUNCEF seria utilizada numa operação de ajuda financeira à construtora ENCOL, que, nos últimos dias, vinha apresentando dificuldades de honrar seus compromissos financeiros na rede bancária.

Segundo a **Gazeta Mercantil**, a ENCOL deve R$106 milhões – R$30 milhões em atraso. Nesse caso, a FUNCEF compraria o empreendimento Hotel Renascença, em São Paulo, por R$30 milhões, e os recursos iriam diretamente para o Banco do Brasil.

Por outro lado, o demonstrativo de investimento da FUNCEF indica que a mesma tem operações de empréstimos com a Caixa Econômica Federal da ordem de R$1,2 bilhão.

Será que o Executivo estaria usando a FUNCEF ora em benefício da Caixa, ora em sentido oposto? Será que ela está sendo utilizada como instrumento adicional de política econômica?

Gostaria de lembrar que a FUNCEF já foi utilizada no passado para operações que acabaram não dando certo, para salvar grupos econômicos.

Refiro-me, por exemplo, a um dos casos mais notáveis, sobre o qual o Congresso Nacional se debruçou para estudar: o Coroa-Brastel. Para tentar salvar a corretora Laureano, o Governo instou o Sr. Assis Paim Cunha, do grupo Coroa-Brastel, a adquiri-la. Depois foi necessário àquele grupo emitir títulos em volume considerável.

A forma de fazer dinheiro, na ocasião, foi através da aquisição dos títulos pela FUNCEF. Posteriormente, aquilo tornou-se uma novela, com muitas dores de cabeça para o Governo.

A notícia hoje me preocupou, daí por que resolvi formular essa indagação sobre as relações entre a FUNCEF e a Direção da Caixa Econômica Federal.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Presidente Sérgio Cutolo.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Primeiro, com relação aos critérios, Senador, não sei especificamente o caso de São Paulo, mas, com certeza, como disse aqui, os critérios hoje em vigor, estabelecidos pelo Conselho Curador do FGTS, não levam só em consideração a arrecadação do Fundo. Pelo contrário, aqueles Estados que arrecadam mais recursos do FGTS têm uma participação menor do que a arrecadação na divisão das aplicações.

Tenho aqui o número das novas aplicações do Estado de São Paulo. Depois vou procurar, se possível, fazer alguma simulação, para saber o caso específico da Prefeitura de São Paulo.

Hoje, o Estado de São Paulo deve arrecadar cerca de 40% do total da arrecadação do FGTS e tem, nas aplicações, cerca de 29%, dados que constam dessa planilha distribuída aos Srs. Senadores.

Com relação a quanto se pode prever, em termos de patrimônio do FGTS, até o final do Governo Fernando Henrique Cardoso, isso vai depender de muitas variáveis. Não tenho essa conta. Tentei fazer uma simulação, mas prefiro passar depois a V. Exª um estudo mais bem elaborado.

Posso dizer o seguinte: está-nos preocupando primeiro o nível de saques que hoje está muito elevado. Mencionei aqui, durante minha exposição, que estamos prevendo uma arrecadação do FGTS superior a R$8 bilhões para este ano.

Os saques superarão, nessa previsão, R$6,5 bilhões, quer dizer, num total arrecadado de mais de R$8 bilhões, vamos ter uma arrecadação líquida de cerca de R$1,5 bilhões a R$2 bilhões no máximo. Então, o saque acaba também contribuindo para reduzir o patrimônio.

Um outro problema fundamental é a questão do indexador. Foi colocado aqui que pela TR não dá. A remuneração do FGTS, por determinação legal, deve ser feita pelo mesmo indexador da poupança, no caso a TR. Se mudarmos isso nas aplicações, estaremos, de fato, incrementando um novo buraco que terá de ser coberto de alguma forma.

Como sabemos, e a própria história do FGTS o mostra, essa forma tem sempre recaído sobre os próprios trabalhadores. Essa preocupação existe no Governo e por isso a TR continua indexando as aplicações. Trata-se da mesma preocupação de V. Exª de garantir o patrimônio dos trabalhadores. Temos de encontrar uma forma de não descasar ativo e passivo, porque essa conta sempre acaba recaindo em cima da sociedade.

Quanto à questão dos créditos em liquidação, o seu volume, no último balancete, está por volta de R$4,5 bilhões. O volume de inadimplência, com certeza, é muito maior do que isso, porque inadimplência é um outro conceito.

Posso dizer a V. Exªs – depois vou oferecer todos os dados detalhadamente – que esses números superam, com certeza, uma inadimplência de R$6 bilhões. Por exemplo, o nível de inadimplência do Banco Comercial, hoje, supera 40%, R$900 milhões. Temos R$2.300 bilhões aplicados, cifra muito maior do que o mercado.

Sobre as outras áreas, posteriormente, habitação e saneamento, passarei todas as informações a nível de detalhes. A meu ver, o problema mais sério é o que o senhor mencionou. Quer dizer, a Caixa realmente tem um nível de inadimplência elevado, foram feitos muitos mal negócios e, tenho que ressaltar, as duas últimas gestões que por lá passaram tentaram inclusive instituir um comitê de crédito, uma forma mais profissional para conceder esses créditos.

Infelizmente, a situação da instituição é essa. Estamos procurando reaver isso, instituir processos automatizados de cobrança, inclusive estipulando prazos para cada etapa. E alguns resultados já estamos colhendo. Em breve, disponho-me a informar o Senado, evidentemente tomando cuidado com a questão do sigilo bancário. Todavia, os resultados, como afirmei, já foram alcançados na minha gestão.

Com relação à decisão do Senado, se for tomada a decisão, mais uma vez, de fomentar a cultura do calote, com certeza o patrimônio do Fundo de Garantia será também prejudicado; pior do que isso, não teremos recursos para aplicar na área de habitação popular e de saneamento básico.

Creio que o que precisamos fazer rapidamente é voltar a operar com os recursos do FGTS, para devolver aos Estados e Municípios o que estão pagando com relação a dívidas anteriores. E não perdoar dívidas, porque essa cultura ou a eliminamos do nosso vocabulário ou então estaremos levando a uma situação de impasse. Quer dizer, o Governo não terá mais recursos para aplicar nessa área, o que seria a pior hipótese.

Com relação à FUNCEP, Senador, não li a **Gazeta Mercantil**, mas vou ler e tentar apurar. A diretoria da FUNCEP continua a mesma, não mudei nenhum diretor. Inclusive um dos diretores é representante dos próprios empregados da instituição. Aliás, todos são empregados da instituição. Todos os diretores da FUNCEP são economiários, e um representa os empregados. Não fizemos nenhum programa de investimento da instituição, posso adiantar, porque isso é decidido, na área imobiliária, com muita antecedência. São negociações que, dado o volume, são operadas em um ou dois anos. Deve haver um histórico de tudo isso na instituição, espero, para que eu possa levantar e traçar para o senhor. Não conheço essa operação especificamente.

O que tenho a dizer é que a única preocupação da atual diretoria com a FUNCEP é uma relação, primeiro, de ver com quanto estamos contribuindo – não vamos permitir que essa contribuição ultrapasse um por um, essa a relação que admitimos – e no sentido de preservar o patrimônio da FUNCEP, que é um patrimônio dos economiários. Responderei depois especificamente a essa questão. Não tenho informações. Mas posso assegurar que, para que essa seja uma operação dentro do que normalmente se entende como correta, é uma operação que já deve estar em andamento há pelo menos um ano. Não é desta gestão, ou seja, não coincidirá, com certeza, com os três meses da atual diretoria. Já deve haver, pela dimensão da operação, um projeto, como o senhor mencionou, de mais de R$30 milhões, um projeto que exige uma negociação extremamente complexa para ter sido decidida nos últimos três meses.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Como Ministro que foi da Previdência e tendo sob sua responsabilidade a Secretaria de Previdência Complementar, V. Exª tinha, certamente, que acompanhar de perto tudo o que ocorria com fundos como a FUNCEF, a PREVI e outras.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Sr. Sérgio Cutolo.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Infelizmente, e o Senador Gilberto Miranda até entende isso, a Secretaria de Previdência Complementar, no caso dos fundos das estatais, não tem essa atribuição. Tínhamos inclusive dificuldade para fiscalizar.

Há até um pedido, feito na minha época como Ministro da Previdência, e feito anteriormente pelo Ministro Antônio Britto, para que se reformule isso, pois, na verdade, compete à própria patrocinadora, no caso, a Caixa Econômica Federal, fiscalizar as ações do fundo de pensão.

Por isso estou dizendo que eu, como Caixa Econômica Federal, vou mandar levantar tudo o que ocorreu. A Secretaria de Previdência Complementar tem hoje um bom sistema de acompa-

nhamento das aplicações. Mas no caso dos fundos vinculados às estatais ela tem pouca autonomia para fiscalizar.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Senador Eduardo Suplicy, a Câmara deverá dar início a uma CPI sobre essas empresas, os fundos de pensões. Se ela não colocar muitas pessoas na cadeia, pelo menos descobrirá muitas falcatruas. Pelo preço que se compra o metro quadrado, pelas negociações que se fazem nesse setor, é algo brutal.

A notícia do jornal, quero adiantar ao Presidente da Caixa, tem fundamento. Na semana que passou, a diretoria do Banco do Brasil teve uma reunião de nove horas com a diretoria da Encol. E nessa reunião ficou acertado que a FUNCEF, o fundo de pensão da CEF, compraria o que vai ser o Hotel Renascença, na Alameda Santos com Haddock Lobo, em São Paulo. Se não me engano, o valor é da ordem de US$55 milhões. Ficou também acertado que parte de um **shopping** que a Encol tem em Goiânia seria colocado à venda. E naquele mesmo momento o Banco do Brasil colocou um fiscal dentro da Encol para examinar todas as operações. É praticamente uma concordata branca. Mas houve a reunião e houve o acerto, porque fui informado pelo diretor do Banco do Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Então a minha preocupação tem fundamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Tem fundamento a preocupação de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Houve histórias no passado em que as autoridades monetárias acabaram utilizando a FUNCEF e outras para salvar grupos econômicos, o que depois levou essas autoridades a dificuldades das mais graves. O caso Coroa-Brastel é um exemplo, todos sabem o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Mas, neste caso, é um edifício de primeira grandeza, é um prédio fantástico. Não existe uma avaliação, mas acho que como investimento na área imobiliária deve ser bom para a FUNCEF. Existiu e V. Exª poderá averiguar.

Passo a palavra ao Senador Geraldo Melo, para concluir.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer uma observação com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Sr. Sérgio Cutolo.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Acho importante fazer a observação inclusive para preservar a integridade da instituição, no caso a FUNCEF.

Na avaliação que fizemos, e a fizemos em termos de carteira imobiliária, a FUNCEF tem hoje o melhor desempenho do mercado, reconhecidamente. Ela inclusive presta serviços. Até porque os funcionários são provenientes da própria área, é a melhor carteira imobiliária de todos os fundos de pensão. É a que tem melhor rentabilidade. Esse dado eu gostaria de apresentar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade que me dá e a paciência dos meus Pares em me ouvir pelo tempo que têm ouvido os demais Colegas. Acho necessária a minha intervenção para evitar que a questão de ordem que foi levantada no início suscite algum tipo de interpretação equivocada sobre os meus propósitos naquele momento.

Basta eu dizer que da mesma forma que não tinha restrições a fazer à política formatada, na exposição do Presidente, para essa nova fase da Caixa Econômica, continuo sem ter. De forma que não estava em conflito com o Presidente da Caixa e nem estou. Estou muito interessado em que o Congresso possa cumprir o seu papel sem complexos de inferioridade, inclusive na presença de autoridades vinculadas ao Poder Executivo, pois acredito que isso pode ser útil a quem esteja, hoje, fazendo parte dele e amanhã, possa estar aqui sentado conosco. E a sociedade brasileira vai cobrar de nós, como cobrará do Presidente da Caixa, que cumpramos bem a nossa missão. Gostaria de deixar isso claro. Penso que o Presidente Sérgio Cutolo deva ter percebido que, na medida em que sejam mantidos e alargados os canais de comunicação, a relação com a classe política pode ser intensa, não faltando o apoio político de que necessita.

Li na imprensa a notícia de que o Presidente da República em exercício havia sustado a implementação dessa reforma na Caixa. Em algumas áreas da burocracia brasileira, o comentário é de que o fisiologismo havia ganho. Acredito que o Congresso Nacional ganhou, com o contato com o Presidente Cutolo, o direito de pedir que, quando injustiças desse tipo forem verbalizadas contra os Congressistas brasileiros, se junte a nós para dizer que esse não está sendo o encontro da Caixa com fisiologista nenhum.

É nosso dever, Presidente Sérgio Cutolo, zelar pela imagem do Congresso Nacional perante a sociedade brasileira. Penso que V. Sª sairá daqui sabendo que, para um projeto de viabilização da Caixa Econômica, V. Sª tem o apoio político de que necessita, não apenas nos interesses da própria Caixa, mas também nos interesses da sociedade brasileira.

Dito isso, gostaria de esclarecer a V. Sª que há uma preocupação perfeitamente compreensível com relação à questão do indexador, sobretudo da parte de quem empresta dinheiro. Desejo declarar ao Presidente da Caixa e aos demais companheiros que a minha convicção é de que indexador não é mais um instrumento, e nem pode ser, de política econômica no Brasil. Indexador é um cacoete das autoridades brasileiras. Num país de moeda estável, se se acredita nessa moeda – e nós acreditamos no programa econômico que estamos fazendo –, temos que romper – V. Sª falou em cultura do calote – com a cultura do indexador, e o risco que se exige que o empresariado assuma nas suas atividades deve ser também algo que as instituições do sistema bancário precisam admitir que elas têm que correr. Então, se, na formulação das suas políticas, elas não forem capazes ou o mercado não estabelecer preços para o dinheiro que compensem o desgaste inflacionário, azar das instituições; a economia não vai poder funcionar com uma muleta, um artifício, uma falsidade como é o indexador, uma falsidade alimentadora do processo inflacionário, como todos sabemos, somente para que o sistema bancário não tenha prejuízo.

Gostaria de fazer uma ponderação, uma reflexão sobre o interesse de instituições como a Caixa Econômica.

Presidente Sérgio Cutolo, faço esse comentário porque conheço V. Sª do tempo em que era Ministro da Previdência. Conheço a sua seriedade, o seu profissionalismo, o seu senso de responsabilidade.

Fui Governador e tive uma relação muito saudável com a Caixa Econômica. Graças a Deus, não ficou rastro de nenhuma história da qual eu possa me envergonhar e nem a Caixa Econômica possa se envergonhar na sua relação com o meu Governo, mas ficaram alguns monumentos, lá no Rio Grande do Norte, que desafiam soluções práticas. Quando disse que algumas soluções nem sempre são muito técnicas, estava me referindo um pouco a isso. Fui autor e executor de um programa de habitação quando não existia correção monetária no Brasil, Presidente Cutolo. Foi o primeiro programa de habitação no Brasil que terminou, depois de quase 15 anos, sendo totalmente pagas todas as casas. Eu já não estava mais lá, mas com índice de inadimplência quase zero.

Qual foi o segredo? Eu era um Secretário de Planejamento, concebemos um projeto em que as casas, num regime inflacionário, foram vendidas por uma prestação fixa, uma percentagem fixa

do salário mínimo durante um período fixo de tempo. Isso foi cumprido. A percentagem do salário mínimo era absorvível pelos mutuários, e, portanto, a inadimplência foi nenhuma.

Por outro lado, aquelas casas que estão no Parque dos Coqueiros, nas proximidades de Natal, aquelas cidades que estão lá na cidade de Mossoró* aos milhares, abandonadas, invadidas pelas almas de outro mundo, porque não há quem consiga convencer um cristão de que ele pode pagar por uma casinha daquelas o preço dos coeficientes de correção e os indexadores aplicados sobre aquela construção estão querendo que seja o preço de referência.

Em conseqüência, a Caixa Econômica executa as empresas que construíram as casas, sabendo a Caixa, as empresas e a sociedade brasileira que nem as empresas vão ter condição de pagar e nem se vai resolver o problema da Caixa dessa forma. Esse estoque de casas encalhadas que a Caixa dispõe devia ser também objeto de um programa especial em que haja um novo prazo, um novo preço e um novo custo em que a preocupação fosse encontrar um forma de tornar viável a venda das casas aos trabalhadores do Brasil.

Por último, menciono um assunto que foi dito aqui e que vejo como uma dupla preocupação: os fundos de pensão em geral, não é só o da Caixa Econômica. Hoje, no Brasil, todo mundo se refere com uma certa gratuidade aos Fundos de Pensão já com um componente sério de suspeita, e é possível que haja muitos erros nessas instituições, mas eu tomara que essa ânsia de encontrar corruptos – que parece que nomeou o povo brasileiro como uma Nação que só tem corruptos –, corrupção em toda parte não termine por destruir um instrumento fundamental ao desenvolvimento futuro deste País que são os Fundos de Pensão.

Hoje, proprietários, em nome dos trabalhadores dos Estados Unidos, de mais de 50% do capital das grandes corporações americanas, são titulares de mais de 50% do endividamento dessas grandes corporações financiadas por Fundo de Pensão, em que as empresas a que estão vinculadas assumem praticamente 100% das contribuições, diferente do que ocorre aqui.

O que está ocorrendo no Brasil não é um escândalo, mas sim é um total desconhecimento da realidade do papel dos Fundos de Pensão. Estes fizeram com que, como disse Peter Drucker*, no último livro, em que os grandes capitalistas do passado ainda existem, mas, hoje, são celebridades nas colunas sociais. Quem está decidindo o investimento, onde produzir, quanto produzir, para quem produzir é um analista de investimento, é, portanto, um trabalhador de um Fundo de Pensão.

Dentro da nova realidade do capitalismo mundial, aquela concepção antiga está longe de ser verdadeira, agora, os Fundos de Pensão precisam ser instituições morais, como precisa ser toda a sociedade, mas eles não podem ser destruídos em nome de uma corrupção generalizada que apenas se presume que exista.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Presidente Sérgio Cutolo.

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – Muito obrigado, Senador. Acho que eu mais anotei do que vou responder. Tive o cuidado de anotar bem as suas palavras e levar em consideração na nossa tomada de decisão.

Com relação aos "empreendimentos-problemas", estamos fazendo levantamento em todo o País, inclusive lá no Rio Grande do Norte. Posteriormente, vou encaminhar a V. Exª a solução mais viável. V. Exª tem todo a razão: se a decisão for técnica, se se aplicarem todos os coeficientes, multas e outras coisas mais, os empreendimentos ficam totalmente inviáveis. Temos casos e mais casos em que pelo que foi financiado, se formos ao mercado, não conseguiremos metade do preço.

O SR. GERALDO MELO – Sem querer prejudicar suas palavras, penso que a boa solução técnica é aquela que mostra qual é a solução viável; se na prática a teoria é outra, é porque a teoria está errada, não é mesmo, Sr. Presidente?

O SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – V. Exª tem razão. São sábias as suas palavras, e serão levadas em consideração.

Quanto à questão do indexador, que V. Exª citou como cacoete das autoridades monetárias, e eu sinalizei que às vezes participo de algumas decisões de política econômica, estamos preocupados com essa questão, a qual estamos estudando. No que diz respeito particularmente às aplicações de médio e longo prazo, como são as nossas, estamos tomando um cuidado muito grande em resolver essa questão.

No caso específico da Caixa Econômica Federal, não é prejuízo para a Instituição Financeira – eu queria reforçar esse ponto. Estamos aplicando recursos do FGTS, que é patrimônio do trabalhador. Também faço fileiras com V. Exª na defesa dos fundos de pensão, não das falcatruas que fizeram ou coisas desse tipo, mas são instituições que devemos preservar.

E eu gostaria de chamar a atenção para o seguinte: já na minha época como Ministro, foi grande o número de empresas privadas que constituíram fundos de pensão e que hoje são instituições fortes, que estão crescendo num ritmo muito acelerado. É preciso todo o cuidado para não "jogarmos fora a criança junto com a bacia de água suja". Eu pediria todo o critério aqui na análise, inclusive aqui mesmo foi levantado um problema, mas temos que preservar essas instituições como realmente molas propulsoras do desenvolvimento. Os fundos de pensão, de certa forma, vêm resolver um dos grandes problemas do Estado moderno, que é o problema da Previdência Social, em que eles atuam também como colchão para amortizar essa preocupação. Eles tirariam uma preocupação do Estado, pelo menos em parte.

Considero que os fundos de pensão têm uma importância muito grande. Evidentemente, com aqueles ligados às estatais, principalmente, temos que ter muita transparência no modo de atuar. Quanto a isso, vou procurar dar essa transparência, e agora devemos ter cuidado quando discutirmos os fundos de pensão.

Eu gostaria de informar aqui que, não em patrimônio, mas em termos de números, a maioria dos fundos de pensão hoje são de empresas privadas, e não públicas e, com certeza, em termos de patrimônio, já representam mais de 20% do total. E estão crescendo numa velocidade muito grande, e devemos estimular isso aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Srs. Senadores, Dr. Sérgio Cutolo, agradeço a presença de todos e gostaria de deixar também registrado que os fundos de pensão, sem dúvida nenhuma, são os grandes financiadores do futuro, nos Estados Unidos, no mundo, e começando também no Brasil.

O que temos que ter cuidado é com os fundos de pensão como aqueles citados pelo Senador Eduardo Suplicy. Temos um exemplo, do qual talvez ele não tenha se lembrado no momento, em que um fundo de pensão foi usado para ajudar o Grupo Pão de Açúcar, quando este estava em dificuldades há três ou quatro anos. Na ocasião, a Ministra Zélia Cardoso de Mello fez com que a PREVI comprasse o edifício por US$50 milhões, o Pão de Açúcar fez um contrato para pagar US$500 mil de aluguel por mês, ficou lá durante doze meses e foi embora. O edifício fica na frente do meu escritório em São Paulo e está vazio há dois ou três anos, anunciado para alugar ou para vender. E isso acontece demais.

Penso que, com relação aos fundos de pensão, o setor privado é fantástico; é possível tomar-se conta, e o problema atuarial é um problema sério para os fundos de pensão. Nos Estados Unidos, grande parte dos fundos de pensão – tenho certeza de que V. Exªs

sabem disso – estão falidos pelo problema de má aplicação, e não conseguem depois pagar àqueles empregados que entraram nesse fundo complementar.

Com relação ao Vice-Presidente Marco Maciel, quando estava no exercício da Presidência durante a viagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que teria influenciado ou teria sido contrário às modificações na Caixa Econômica Federal, não acredito. Conhecendo e convivendo com o Vice-Presidente da República no Senado durante dois anos, creio que ele não é homem de, em nenhum momento...

O SR. GERALDO MELO – Não sou eu que estou dizendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Sim, eu sei; mas foi dito aqui nesta reunião da Comissão, e eu queria deixar claro que, conhecendo o Vice-Presidente, Presidente em exercício naquela época, não é ele homem de passar à frente do Presidente da República, estando temporariamente respondendo pela Presidência.

O SR. GERALDO MELO – O que interessou não foi saber se ele tinha feito ou não: o que interessou foi saber que aquilo foi entendido como uma vitória dos fisiológicos, como se os fisiológicos, nós, os parlamentares, tivéssemos ido fazer pressão em alguém para impedir que uma reforma na Caixa Econômica Federal acontecesse.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – V. Exª sabe, como governador, e sério como é, que teve a sua gestão como governador de Estado, que a imprensa sempre muda, sempre deturpa e sempre modifica os fatos.

Faço minhas as palavras do Senador Vilson Kleinübing, quando S Exª se refere à administração e do que tem que ser cobrado em termos da Caixa Econômica Federal; adoto também as palavras de V. Exª, Senador Geraldo Melo, muito bem colocadas.

Acredito que tem que ser feita uma cirurgia geral na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil e em todas as instituições. Penso que se nós tivermos diretorias que venham de seus quadros, diretorias que não sejam políticas, no caso de instituições financeiras, julgo que efetivamente teremos condições de recuperar essas entidades e levar mais desenvolvimento às nossas Regiões Norte e Nordeste, principalmente, Centro-Oeste e Sul, esta última mais privilegiada; mas tenho certeza de que, com essa diretoria profissional, com essa diretoria, como o Presidente da República fez questão de observar, constituída de pessoas de sua confiança total, vamos ter, nesse programa do Presidente Fernando Henrique Cardoso – que não é do meu Partido, e me sinto muito à vontade em deixar para os Anais desta Comissão –com certeza, essas entidades recuperadas.

Obrigado, Srªs e Srs. Senadores e Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h33min.)

MESA

Presidente
José Sarney - PMDB - AP

1º Vice-Presidente
Teotonio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente
Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário
Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário
Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário
Levy Dias - PPR - MS

4º Secretário
Ernandes Amorim - PDT - RO

Suplentes de Secretário
Antônio Carlos Valadares - PP - SE
José Eduardo Dutra - PT - SE
Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR
Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDOR
(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PL – SP

CORREGEDORES SUBSTITUTOS
(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE
3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Elcio Alvares

Vice-Líderes
José Roberto Arruda
Vilson Kleinübing
Ramez Tebet

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes
Ronaldo Cunha Lima
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvan Borges
Fernando Bezerra
Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado

Vice-Líderes
Geraldo Melo
José Ignácio Ferreira
Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPR

Líder
Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes
Leomar Quintanilha
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT

Líder
Júnia Marise

LIDERANÇA DO PP
Líder
Bernardo Cabral
Vice-Líder
João França

LIDERANÇA DO PT

Líder
Eduardo Suplicy

Vice-Líder
Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Valmir Campelo

Vice-Líder
Marluce Pinto

LIDERANÇA DO PL

Líder
Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PPS

Líder
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB

Líder
Ademir Andrade

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente:
Vice-Presidente:

Titulares		Suplentes
	PMDB	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerrson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	PFL	
1. Elcio Alvares		1. José Agripino
2. Fancelino Pereira		2. Carlos Patrcínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
	PSDB	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. Pedro Piva		2. José Ignácio Ferreira
	PPR	
1. Epitácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
	PTB	
1. Emília Fernandes		1. Arlindo Porto
	PP	
1. Osmar Dias		1. Antônio Carlos Valadares
	PT	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	PDT	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha
	Membro Nato	
	Romeu Tuma (Corregedor)	

SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO (Ramais: 3490 - 3491)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO (Ramais: 4638 - 3492)

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-2441/42
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE*	PA -2101/02
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/120
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
OSMAR DIAS	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52

OBS: *ADEMIR ANDRADE(PSB) - VAGA CEDIDA PELO PT.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS. SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4344

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605 FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
VAGO		7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
OSMAR DIAS	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUÍZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB - PL - PPS			
VAGO		1-VAGO	

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÕES: 311-3652
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
VAGO		6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ÁLVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
PPR			
LÚCIDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2322	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS. SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3286 (FAX)
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1378/1478	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/97
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/70
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB + PL + PPS			
ROMEU TUMA	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496/ 4777

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3546
FAX 311.3546

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
	PMDB		
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
	PFL		
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
	PSDB		
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
	PPR		
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
	PT		
LAURO CAMPOS	DF-2341/47	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
	PP		
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
	PTB		
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
	PDT		
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4753/4018
	PSB		
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1- VAGO	
	PL		
ROMEU TUMA	SP-2051/57	1- VAGO	
	PPS		
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA:
311.3972/4609/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4315
FAX: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-VAGO	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-VAGO	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
VAGO		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
VAGO		4-VAGO	
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92	2-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS	PR-2111/12
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	2-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3121
FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
	PMDB		
COUTINHO JORGE	PA-3050/1266	1-GILVAN BORGES	AP-2151-52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-NABOR JÚNIOR	AC-3227/28
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
	PFL		
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
	PSDB		
PEDRO PIVA	SP-2351/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
	PPR		
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
	PT		
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
	PP		
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
	PTB		
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
	PDT		
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
	PSB / PL / PPS		
vago			

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA
SALA Nº 15 - SUBSOLO
FAX: 311-1095

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

(SEÇÃO BRASILEIRA)

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjuntoo: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares	**Suplentes**
PMDB	
José Fogaça	Pedro Simon
Casildo Maldaner	Roberto Requião
PFL	
Vilson Kleinübing	Joel de Hollanda
Romero Jucá	Júlio Campos
PSDB	
Lúdio Coelho	Geraldo Melo
PPR	
Esperidião Amin	
PTB	
Emília Fernandes	
PP	
Osmar Dias	
PT	
	Benedita da Silva
	Eduardo Suplicy
	Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares	**Suplentes**
Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto	Antônio Ueno
Paulo Bornhausen	José Carlos Vieira
PMDB	
Paulo Ritzel	Elias Abrahão
Valdir Colatto	Rivaldo Macari
PSDB	
Franco Montoro	Yeda Crusius
PPR	
Rogério Silva	João Pizzolatti
PP	
Dilceu Sperafico	Augustinho Freitas
PT	
Miguel Rossetto	Luiz Mainardi

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Outros títulos

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119 – 120

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989
5 VOLUMES.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989, índice comparativo.

Os pedidos à
Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF
Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e
321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:
Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 118 – abril/junho 1993

O Perfil Constitucional do Estado Contemporâneo: o Estado democrático de direito.
Inocêncio Mártires Coelho

As Limitações ao Exercício da Reforma Constitucional e a Dupla Revisão.
Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

O Distrito Federal nas Constituições e na Revisão Constitucional de 1993
Gilberto Tristão

A Constituição de 1988 e os Municípios Brasileiros.
Dieter Brühl

A Justiça Militar Estadual.
Álvaro Lazzarini

A Declaração de Inconstitucionalidade sem a Pronúncia da Nulidade da Lei – Unvereinbarkeitserklarung – na Jurisprudência da Corte Constitucional Alemã.
Gilmar Ferreira Mendes

Da Responsabilidade do Estado por Atos de Juiz em Face da Constituição de 1988.
A.B. Cotrim Neto

Serviço Público – Função Pública – Tipicidade – Critérios Distintivos.
Hugo Gueiros Bernardes

Considerações Atuais sobre o Controle da Discricionariedade.
Luiz Antônio Soares Hentz

Sistema Brasileiro de Controle da Constitucionalidade.
Sara Maria Stroher Paes

O controle Interno de Legalidade pelos Proc. do Estado.
Cléia Cardoso

Controle Externo do Poder Judiciário.
José Eduardo Sabo Paes

Tutela Jurídica sobre as Reservas Extrativistas.
Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes e Luiz Daniel Felippe.

Legislação Ambiental Brasileira – Evolução Histórica do Direito Ambiental.
Ann Helen Wainer

Princípios Gerais de Direito Ambiental Internacional e a Política Ambiental Brasileira.
Paulo Affonso Leme Machado

Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil.
José Flávio Sombra Saraiva

História das Idéias Penais na Alemanha do Pós-Guerra.
Winfried Hassemer

Aspectos do Discurso Jurídico-Penal (Material e Formal) e sua Ilegitimidade.
Sérgio Luiz Souza Araújo

Proceso, Democracia y Humanización.
Juan Marcos Rivero Sánchez

O Combate à Corrupção e à Criminalidade no Brasil: Cruzadas e Reformas.
Geraldo Brindeiro

Liderança Parlamentar
Rosinethe Monteiro Soares

Considerações Acerca de um Código de Ética e Decoro Parlamentar.
Rubem Nogueira

Entraves à Adoção do Parlamentarismo no Brasil.
Carlos Alberto Bittar Filho

Loucura e Prodigalidade à Luz do Direito e da Psicanálise.
Clóvis Figueiredo Sette Bicalho e Omar Brina Corrêa Lima

Usucapião Urbano.
Rogério M. Leite Chaves

O Código do Consumidor e o Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos Comerciais e Industriais.
Adriano Perácio de Paula

Dos Contratos de Seguro-Saúde no Brasil.
Maria Leonor Baptista Jourdan

A Nova Regulamentação das Arbitragens.
Otto Eduardo Vizeu Gil

Os Bancos Múltiplos e o Direito de Recesso.
Arnoldo Wald

O Dano Moral e os Direitos da Criança e do Adolescente.
Roberto Senize Lisboa

A Aids Perante o Direito.
Licínio Barbosa

Os pedidos avulsos ou de assinatura anual deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT). Para solicitar catálogo de preços, escreva para: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas – Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22º andar 70165-900, Brasília, DF.
Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 – Telex: (061) 1357
Central de venda direta ao usuário: Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do Cegraf, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 119 – julho/setembro 1993

Leia neste número:

Execução contra Pessoas Administrativas – Geraldo Ataliba
Processo e Justiça Eleitoral – Torquato Jardim
Novos Municípios – Adilson Abreu Dallari
Tutela Administrativa e Relações de Consumo – Álvaro Lazzarini
A Estrutura Institucional Definitiva do Mercosul: uma opinião – Werter R. Faria
Da Declaração de Inconstitucionalidade – Antonio Cezar Lima da Fonseca
A Proteção aos Direitos do Cidadão e o Acesso à Justiça – Luiz Antonio Soares Hentz
Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias _ Newton Paulo Teixeira dos Santos
A Lei Injusta e sua Inconstitucionalidade Substancial no Estado Democrático de Direito – Antonio Souza Prudente
Conceito de Crime Hediondo e o Equívoco da Lei nº 8.072/90 – João José Leal
O Regulamento no Sistema Jurídico Brasileiro – Vitor Rolf Laubé
A Prova Pericial e a Nova Redação do CPC – Ivan Lira de Carvalho
O Controle pelo Estado da Atividade Internacional das Empresas Privadas – José Carlos de Magalhães
Administração Pública na Constituição Federal – José de Castro Meira
Da Ultra-Atividade da Suspensão de Liminar em Writ – Élio Wanderley de Siqueira Filho
Jurisdição e Administração – Carlos Alberto de Oliveira
Ministério Público Junto aos Tribunais de Contas – Jorge Ulisses e Jacoby Fernandes
Prova Pericial: Inovações da Lei nº 8.455/92 –Rogério de Meneses Fialho Moreira
A Constituição de 1988 e o Tribunal de Contas – Jarbas Maranhão
Classificação dos Agentes Públicos: Reexame – Mário Bernardo Sesta
A Seguridade Social – José Luiz Quadros de Magalhães
Alterações Introduzidas na Lei nº 6.515/77 pela Constituição de 1988 – Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
Aspectos Fundamentais e Práticos das Sociedades Anônimas –Osvaldo Hamilton Tavares
Crimes de Abuso de Poder Econômico – Marcos Juruena Villela Souto
Os hermeneutas da Intransigência Desacumuladora – Corsíndio Monteiro da Silva

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT. Autorizo a remessa dos números 117 a 120 da Revista de Informação Legislativa para o endereço abaixo discriminado:

Nome.....
Endereço .....CEP .....
Cidade ..... UF ..... Telefone ..... Fax ..... Telex .....
Data: ...../...../..... Assinatura: .....

EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS